



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JANDERSON BRAGANÇA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA
NA RDS CANUMÃ (2005/2015)**

MANAUS
2021



JANDERSON BRAGANÇA RIBEIRO



UFAM

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA RDS CANUMÃ (2005/2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, no Curso de Mestrado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), para obtenção do título de Mestre sob a orientação da Professora Dra. Camila Ferreira da Silva.

MANAUS
2021



Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ribeiro, Janderson Braganca
R484e Educação do Campo e Políticas de Permanência na
RDS Canumã (2005-2015) / Janderson Braganca
Ribeiro . 2021
215 f.: 31 cm.

Orientadora: Camila Ferreira da Silva
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Educação do Campo. 2. Políticas Públicas. 3. Acesso e
Permanência. 4. Amazônia. 5. Desenvolvimento Sustentável.
I. Silva, Camila Ferreira da. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título



JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO



EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA RDS
CANUMÃ (2005/2015)

Dissertação apresentada em 13 de Outubro de 2021 para obtenção do título de Mestre em
Educação pela Universidade Federal do Amazonas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Camila Ferreira da Silva – PPGE/UFAM
Orientadora – Presidente

Prof^ª Dr^ª Arminda Rachel Botelho Mourão – PPGE/UFAM
Membro interno

Prof^ª Dr^ª Celi Nelza Zulke Taffarel – UFBA
Membro externo

Prof^ª Dr^ª Heloísa da Silva Borges - PPGE/ UFAM
Suplente interno

Prof^ª Dr^ª Georgia Sobreira dos Santos Cêa - UFAL
Suplente externo

*À minha querida avó, mãe do meu coração professora **Maria Bleides Bragança**, minha força e minha inspiração que me ensinou princípios e valores éticos que vou carregar por toda a vida, por sua trajetória de educadora guerreira no campo amazônico e na realidade indígena que mesmo perante as adversidades dos atrasos no salário, dos conflitos no seio da política borbense, sendo professora leiga e agricultora não abriu mão do compromisso de ensinar as primeiras letras para os canumaenses mirins e nossos parentes Munduruku.*

*Ao meu tio-avô **Leônidas Nunes Gonzaga** que junto a minha avó me guiou nas travessias do rio, e da floresta, para coleta de frutos, extração da palha para cobrir nossas casas e no plantio e colheita de nossas roças, juntos eles me ensinaram a importância do trabalho.*

*À minha irmã **Izabela Thaynah Bragança Ramos**, que conviveu comigo e com o trabalho no campo e também sofreu a influência e foi educada por nossa avó e nosso tio-avô, por ter compartilhado comigo as alegrias e frustrações da vida, do lazer e do trabalho no rio, na floresta e na roça.*

A todos os canumaenses que carrego no coração, que diariamente imprimem a força de seus corpos na natureza em busca pela manutenção da vida de suas famílias, que ao expor seus rostos ao sol anseiam por um futuro melhor.

*Aos meus amigos **Pedro Issac, Adeilza Lima e Lidiane dos Santos** que conviveram comigo no caminho para a escola, pela companhia e por tornarem os dias de tempestade no rio menos turbulentos.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe **Kátia Cilene Bleides Bragança** pela dádiva da vida, pelos conselhos, pelo apoio e estímulo nas decisões e caminhos que enveredei, pelo amor e carinho que dedicou a mim.

Às minhas tias **Izabel Bragança, Jael Bragança e Socorro Bleides Bragança** por me acolherem em minha chegada a Manaus pelo desejo que expressam de me ver alçando novos ares.

Ao meu irmão **Leônidas Jimmy Bragança Sena** que sempre me socorreu em tempos difíceis, por sua preocupação com meu bem estar, por confiar e me apoiar em meus projetos, amo-te querido irmão.

À minha querida prima **Marcia Bragança Sales** (in memoriam) por sempre apoiar quando eu estava no rumo certo, por sempre me criticar nas idéias erradas, por defender o meu direito de ser quem sou quando presenciava os julgamentos sobre minha aparência, meu cabelo, meu modo de vestir, por me ensinar o significado da palavra resiliência, por me dar atenção e me incentivar a perseguir meus sonhos até nos seus últimos momentos de luta e dor, nunca te esquecerei minha morena bela.

À minha companheira dos dias de luta e de glória **Mishelly Belém Pontes**, pelo amor e carinho, pela convivência de apoio e incentivo, pelo maior presente que me deu, o amor de um filho, **Kauê Renan Pontes Bragança**, que me dá força e energia para continuar a me levantar da cama e enfrentar a peleja do dia.

Aos meus amigos do curso de Pedagogia (FACED-UFAM), **Hudson Valloais de Souza Barros, Fabrício de Souza Maciel, Danielle Lira, Liz Moss, Marilyn Pereira**, e meus amigos do Programa de Pós Graduação em Educação (UFAM), **Darlyng Tavares, Elinaldo Costa, Iraci Uchôa e Érica Souza**, pela parceira, troca de experiências, amizade e conversas de apoio que sempre levantavam o moral.

Ao meu amigo de viagens do Madeira e Amazonas, **Everton Lima**, o Nhonhão (in memoriam) pelas conversas, brincadeiras e calorosas recepções à bordo do Barco Mestre João Fonseca, minhas idas e vindas na linha Manaus-Nova Olinda não são as mesmas sem sua presença mano.

À minha querida amiga **Milena Mirelly** que tornou minha visita a minha antiga terra mais alegre e cheia de luz.

Aos professores do mestrado que tive a honra e prazer de discutir a realidade da educação no Brasil e na região Amazônica, em especial ao **Márcio de Oliveira e Wania Fernandes, Heloisa da Silva Borges**, com carinho especial à professora **Heloísa** que imprimiu seus esforços para além das disciplinas do mestrado, me auxiliou, e dedicou suas experiências na convivência no estágio em docência superior, flexibilizando ao máximo o tempo para me dedicar as reflexões sobre a experiência e vivência em docência superior, me indicou leituras, dedicou seu pouco tempo livre para dialogar comigo sobre os desafios da educação do campo no Amazonas e ainda aceitou de bom grado o convite para participar da banca como membro suplente.

Com imensurável gratidão à Professora Dra **Camila Ferreira da Silva**, minha querida orientadora que segurou minha mão no caminho da pesquisa, por sua dedicação nas orientações em todas as fases da pesquisa, pelo profissionalismo e transparência, pelo apoio moral nesses tempos difíceis de pandemia, e pela humanidade que expressa em suas atitudes e discursos.

À Banca, nas pessoas da Dra **Arminda Rachel Botelho Mourão** e Dra. **Celi Nelza**

Zulke Taffarel, por suas contribuições teóricas, humanas e filosóficas, pela experiência ímpar de aprendizado, formação, informação e transformação desde o exame de qualificação até o produto final desta dissertação, em especial a Dra Arminda, que me acompanha no caminhar da pesquisa desde a minha graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio, a expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu na região amazônica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa e apoio financeiro tão necessário para custear a compra de livros, estadia em Manaus, e outras despesas que consubstanciaram a concretização deste estudo.

*Aqui está, meu sincero, profundo e dedicado
Muito Obrigado!*

“[...] arrancar mandioca no sol escaldante é um dos piores exercícios de resistência.

Sim, é uma tarefa árdua. Meus braços são vigorosos de tanto executá-las. Nos tempos atuais, pratico apenas exercícios intelectuais, não mais calafetando canoas, mas calafetando as crateras que se abrem no desentendimento entre um discurso e outro”.

Ytanajé Coelho Cardoso

RESUMO

A pesquisa que confere corpo a este texto se debruçou sobre as políticas públicas de acesso e permanência na escola no âmbito da realidade campesina do Amazonas, seu objetivo geral consistiu em analisar os impactos das políticas públicas de acesso e permanência à educação básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã-AM (2005-2015). Os objetivos específicos traçados foram: Relacionar o direito ao acesso e permanência na escola no contexto amazônico à educação do campo e ao desenvolvimento regional; Reconstruir sócio-historicamente a RDS Canumã a partir de documentos e depoimentos de moradores da Reserva; Compreender o papel da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário no tocante ao atendimento às comunidades e sujeitos que vivem na RDS Canumã; Discutir os desafios do acesso e da permanência na escola com educadores e estudantes da RDS estudada. O desenho metodológico construído para o desenvolvimento da investigação parte do método Materialismo Histórico-Dialético, ao passo que institui uma pesquisa de natureza básica e do tipo exploratória – as estratégias e instrumentos se fundamentam no uso da pesquisa bibliográfica e documental, para a frente de dados secundários, e o que descrevemos como parte empírica da pesquisa está apoiada na aplicação de formulários *on line* utilizando a plataforma digital *googleforms*, para a frente dos dados primários. No âmbito da pesquisa bibliográfica trabalhamos com as publicações ligadas direta e indiretamente ao tema da pesquisa, no sentido de produzir uma síntese de como a literatura especializada vem pensando as questões cruciais deste projeto e ainda, buscamos construir um diálogo com os/as autores/as que têm se ocupado com temas correlatos à educação do campo, políticas públicas para a educação básica, desenvolvimento e as especificidades da região amazônica. Já a frente da pesquisa documental, tratou do levantamento, categorização e análise dos documentos sobre a criação e desenvolvimento da RDS, seus processos relacionados à escola, ao acesso e à permanência dos estudantes residentes na reserva em questão. A fase empírica contou com visitas exploratórias observando cuidados exigidos com a biossegurança à reserva para observações indiretas sobre o território da RDS, mantendo o distanciamento social por conta dos cuidados de prevenção do Coronavírus, na aplicação de formulários *online* as perguntas foram construídas com questões abertas previamente estruturadas segundo um tópico-guia e passaram pelos processos de categorização e análise – em última etapa foi realizada com base na Análise Textual Discursiva. Os principais resultados alcançados apontam que o transporte escolar, em função da nucleação da escola, é elemento crucial para o acesso e permanência na escola, não esquecendo que a educação (do campo) é direito nosso e dever do Estado, portanto é responsabilidade da União manter o financiamento para que se garantam as condições objetivas de trabalho, a valorização do magistério e a manutenção do transporte escolar.

Palavras-chave: Educação do Campo, Políticas Públicas, Acesso e Permanência, Amazônia, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

A research that embodies this text focused on public policies for access and permanence in school within the rural reality of Amazonas, its general objective is to analyze the impacts of public policies on access and permanence to basic education on the State School Nossa Senhora do Rosário in the first decade of the Sustainable Development Reserve (RDS) Canumã-AM (2005-2015). The specific objectives outlined were: To relate the right to access and stay at school in the Amazon context to rural education and regional development; Reconstruct the RDS Canumã socio-historically from documents and testimonies of residents of the Reserve; Understand the role of the Nossa Senhora do Rosário State School in terms of serving the communities and subjects who live in the RDS Canumã; Discuss the challenges of accessing and staying in school with educators and students from the studied RDS. The methodological design built for the development of the investigation is based on the Historical-Dialectical Materialism method, while establishing a basic and exploratory type of research - the strategies and instruments are based on the use of bibliographic research and documentary, in front of secondary data, and what we describe as an empirical part of the research is supported by the application of online forms using the google forms digital platform, in front of primary data. Within the scope of bibliographic research, we work with publications directly and indirectly linked to the research topic, in order to produce a synthesis of how the specialized literature has been thinking about the crucial issues of this project and also, we seek to build a dialogue with the authors which have been occupied with themes related to rural education, public policies for basic education, development and the specificities of the Amazon region. As for the documental research, it dealt with the survey, categorization and analysis of documents on the creation and development of the RDS, its processes related to the school, access and permanence of students residing in the reservation in question. The empirical phase included exploratory visits observing the care required with biosafety to the reserve for indirect observations on the territory of the RDS, maintaining social distance due to the prevention of Corona-virus, in the application of online forms the questions were built with questions opened previously structured according to a guide topic and went through the processes of categorization and analysis – in the last stage it was carried out based on Discursive Textual Analysis. The main results achieved show that school transport, due to the nucleation of the school, is a crucial element for access and permanence in school, not forgetting that (Rural) education is our duty of the State, therefore it is the responsibility of the State to maintain the Financing so that objective working conditions are maintained that teaching is valued that transport is maintained, it is school, as it is a fundamental element for staying in school.

Keywords: Rural Education, Public Policy, Access and Permanence, Amazon, Sustainable Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 RDS Canumã	112
Figura 2 RDS Canumã	113
Figura 3 Moradora da RDS torrando farinha na Aldeia Kwatá	113
Figura 4 Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário	138
Figura 5 Manifestação contra a falta de energia em Canumã	140
Figura 6 Moradora da RDS arrancando Mandioca	146
Figura 7 Torra da Farinha	147
Figura 8 Torra da Tapioca	147
Figura 9 Canoa de rede de pesca em reforma	150
Figura 10 Vazante na Comunidade Vista Alegre	159
Figura 11 Enchente na Comunidade Vista Alegre	159
Figura 12 Início da Vazante na Vila de Canumã	159
Figura 13 Enchente na Vila de Canumã	159
Figura 14 Transporte utilizado nas visitas exploratórias	161
Figura 15 Transporte de moradores por canoa (rabeta)	162
Figura 16 Estudante indo para escola em barco de pesca	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Séries históricas do desemprego no Brasil	73
Gráfico 2 Desmatamento na Amazônia	74
Gráfico 3 Produto Interno Bruto do Brasil e Estados Unidos de 2005 a 2015	75
Gráfico 4 Pesquisa de opinião sobre o Bolsa Floresta	132
Gráfico 5 Desmatamento na RDS Canumã	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Metas de desenvolvimento econômico de Kubitscheck segundo setores	51
Quadro 2 Objetivos da ONU para o Brasil	102
Quadro 3 Documentos jurídicos da RDS Canumã.....	109
Quadro 4 Instrumentos jurídicos de proteção da biodiversidade no Brasil.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Unidades federais e estaduais de conservação (2020).....	117
Tabela 2 Estados que possuem legislação sobre o ICMS Ecológico (ano de referência 2008)	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AFD	Agence Française de Développement
AI	Atos Institucionais
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANAMMA	Associação Nacional dos Municípios em Meio Ambiente
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ATD	Análise Textual Discursiva
BB	Banco do Brasil
BBC	Corporação Britânica de Radiodifusão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporación Andina de Fomento
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Agência Central de Inteligência
CIDE	Contribuição da Intervenção Econômica
CIDES	Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável
CK	Curva de Kuznets
CKA	Curva de Kuznets Ambiental
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUDS	Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP	Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima
COVID	Corona Virus Disease
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPTEC	Centro de Previsão e Clima
EA	Educação Ambiental
EC	Educação do Campo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FPEC	Fórum Paraense de Educação do Campo das Águas e das Florestas
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Global Environmental Facility
IAI	Instituto Interamericano para Pesquisas sobre Mudanças Climáticas
IBAD	Instituto Brasileiro para a Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISO	International Organization for Standardization
JK	Juscelino Kubitschek
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPE	Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PROCLIMA	Programa de Monitoramento Climático em Tempo Real da Região Nordeste
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONERA	Programa Nacional De Educação Na Reforma Agrária
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RH	Região Hidrográfica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Amazonas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ZFM	Zona Franca de Manaus
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO DO CAMPO, DA POLÍTICA NACIONAL À REALIDADE AMAZÔNICA.....	28
1.1 AS LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO À BRASILEIRA.....	28
1.1.1 As influências da CEPAL na economia Nacional.....	33
1.1.2 Marcas do Imperialismo	43
1.1.3 A Questão Agrária na Sociedade Capitalista.....	48
1.2 A LUTA SOCIAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	57
1.2.1 Educação do Campo no Contexto Amazônico.....	65
2 CAPÍTULO 2 AS POLÍTICAS DE CRIAÇÃO E FOMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA	72
2.1 OS DEBATES SOBRE O AMBIENTE FRENTE AO GRANDE CAPITAL: ANTESSALA PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	72
2.2 POVOS TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	103
2.3 POR UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA RDS CANUMÃ	108
3 CAPÍTULO 3 O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA NA RDS CANUMÃ: OS SUJEITOS, OS DESAFIOS E O PAPEL DA ESCOLA	123
3.1 O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA ESCOLA FACE À REALIDADE AMAZÔNICA E SEU DESENVOLVIMENTO REGIONAL	123
3.1.1 Pistas sobre os impactos da RDS Canumã na escola.....	129
3.2 A MATERIALIDADE DO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA NA RDS CANUMÃ.....	135
3.2.1 Relações Entre o Trabalho e a Escola na RDS Canumã.....	143
3.2.2 Sujeitos históricos da comunidade escolar: as experiências e os desafios para acessar e frequentar a escola	153
3.2.3 O Rio Canumã no contexto do Acesso e Permanência na Escola.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE I – Roteiro para elaboração de formulário para estudantes e Educadores	190
APÊNDICE II – Formulário para alunos	191
APÊNDICE III – Formulário para educadores	196
APÊNDICE IV – Roteiro para formulário dos moradores da RDS Canumã	199
APÊNDICE V – Formulário para moradores da RDS Canumã	200
ANEXO I – PARECER DO CEP	203

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado é o resultado de pesquisa de mestrado em educação desenvolvida na linha de pesquisa “Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-UFAM), contou com financiamento sob a forma de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e teve como objeto a educação do campo e a materialização das políticas públicas de acesso e permanência à escola na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã-AM. A partir dessas primeiras informações pretendemos demonstrar neste momento introdutório as razões que levaram ao desenvolvimento desta investigação, bem como a caracterização geral dos principais elementos da pesquisa.

Quanto às razões que desembocaram no desenvolvimento da pesquisa apontamos 4 (quatro) eixos em que elas se articulam, o primeiro deles diz respeito à minha própria trajetória e raízes camponesas/indígenas, filho e neto de mulheres camponesas, descendente Munduruku. E para falar de minha trajetória tenho que falar dessas mulheres, minha mãe deixou o campo para estudar e trabalhar, sendo complexa a tentativa de conciliar a vida de mãe com o trabalho e o estudo, minha avó se propôs tomar os cuidados com minha criação e educação, assim, deixei minha terra natal para viver no campo em outubro de 1998 (mil novecentos e noventa e oito), minha avó era agricultora e foi professora leiga por mais de 30 (trinta) anos em área ribeirinha – atuando ainda como professora de escola indígena por 6 (seis) anos –, para ela o trabalho e a educação são indispensáveis à vida e com o passar dos anos com palavras e experiências foi me ensinando o porquê do trabalho e a educação serem tão importantes.

Minha infância foi marcada pelo rio, pelo barco, pela amizade com a tripulação dos barcos que desenvolvi ao longo dos anos nas idas e vindas em uma conexão Manaus-Canumã, minha infância foi marcada também pela escola, pelas brincadeiras e pelo trabalho, muito embora eu não conseguisse diferenciar esses dois últimos – hoje tenho mais clareza de que talvez se devesse a sua dimensão ontológica. Minha escolarização se iniciou no ano de 2002 (dois mil e dois) em classe multisseriada na comunidade em que eu vivia, o cotidiano dos dias de semana era marcado pela escola na parte da manhã e pelo acompanhamento da família na roça pela parte da tarde, já os fins de semanas eram marcados apenas por jogos e brincadeiras, a maioria no rio.

Em 2007 (dois mil e sete) passei a estudar em outra comunidade, pois a oferta dos anos finais do ensino fundamental não existia em minha localidade, eu e meu amigos passamos a

vivenciar vários desafios, como acordar de madrugada, se deslocar diariamente ao longo do rio Canumã e a própria mudança de escola multisseriada para escola seriada foi um desses desafios.

Em 2011 (dois mil e onze) deixei o campo para dar prosseguimento aos estudos, pois via o ensino médio noturno por mediação tecnológica da escola que eu frequentava até então carente de qualidade, além disso, via o deslocamento noturno como algo perigoso. Passei a morar com parentes em Manaus-AM, no Bairro Compensa e a frequentar uma escola pública no mesmo bairro. Logo a necessidade do trabalho ficou evidente, consegui entrar em um programa de aprendizagem da indústria, conciliava o trabalho da linha de montagem com o ensino médio e naquele momento pretendia voltar para o campo assim que concluísse a educação básica.

Em 2014 (dois mil e quatorze) fui aprovado e iniciei o curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a ajuda de meu irmão e o dinheiro de alguns trabalhos esporádicos eu conseguia frequentar a universidade, entretanto, tranquei o curso por problemas financeiros e pessoais no primeiro semestre de 2016 (dois mil e dezesseis), retornei no semestre seguinte e participei do Encontro Nacional dos Estudantes e Pedagogia (ENEPe) em Rondônia, que me proporcionou a visita a um assentamento da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) de Ouro Preto do Oeste-RO, lá os assentados socializaram suas experiências educativas e de vida e trabalho conosco, percebi as aproximações e diferenças da minha realidade camponesa, a aproximação mais evidente era o sentido da coletividade imersa no cotidiano, na vida, educação e trabalho deles. Retornando às aulas tive experiências significativas com disciplinas de pesquisa no mesmo semestre com a professora Dra. Wania Ribeiro Fernandes, que me auxiliou na delimitação da minha área de pesquisa, a educação do campo.

Posteriormente, iniciei uma pesquisa sobre a reforma do Ensino Médio sob orientação da professora Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão, com uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), embora eu não possuísse afinidade com a temática, esta experiência me possibilitou a apropriação dos primeiros instrumentos de pesquisa. Com a conclusão desta, iniciei outra pesquisa de PIBIC, desta vez com a temática voltada para a formação dos professores do campo, agora com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A partir da última pesquisa de PIBIC se tornou claro o objeto que eu iria enveredar nas pesquisas futuras, possibilitou-me o resgate da minha própria identidade como homem do campo que vivenciou a realidade e os desafios da educação no campo amazônico, além disso,

as bolsas de iniciação científica não apenas incentivaram meu interesse na pesquisa acadêmica, mas também garantiram, a partir de fomentos materiais, a minha permanência na graduação. Em suma, o desenvolvimento das pesquisas de PIBIC se traduziu em fator preponderante da minha busca pelo Mestrado e pelo tema abordado.

O segundo eixo está alicerçado na relevância social da pesquisa e se refere a processos de formação humana indispensáveis à vida, à compreensão da realidade, ao trabalho e ao convívio social. O presente estudo no contexto amazônico contribui para a compreensão da realidade objetiva de um grupo social tradicional específico em um território também específico, onde a importância da educação está emaranhada nas relações de desenvolvimento econômico, social e humano. E mais ainda, a compreensão da realidade objetiva do sujeito histórico deste grupo, o camponês amazônico, que condensa ribeirinhos, indígenas, extrativistas, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos que vivem, se educam e trabalham no campo da Amazônia. Sobre tal grupo recaem os preconceitos, provenientes do senso comum, centrados na lógica urbana de se pensar a sociedade, que leva, por sua vez, à representação dos povos do campo como atrasados. A maior contribuição social da pesquisa será, portanto, na construção de conhecimento sistematizado sobre campo e o camponês amazônico. Há de se destacar ainda que tal relevância está atrelada ao campo do direito e aos papéis do Estado e da sociedade civil na sua garantia: o direito à terra, o direito à educação com qualidade socialmente referenciada, direito ao trabalho que compõe a luta histórica do camponês. Quando da socialização da pesquisa concluída com a comunidade, ela proporcionará aos sujeitos da pesquisa uma melhor compreensão sobre o contexto em que eles se inserem, seus direitos enquanto sujeitos do campo e a própria reflexão sobre suas trajetórias individuais e coletiva.

Como terceiro eixo temos o próprio objeto da pesquisa, o acesso e a permanência na escola, a democratização e universalização do ensino, suas prerrogativas legais, sua localização no campo do direito do cidadão e no dever do Estado, tendo em vista a materialização das políticas públicas dentro da especificidade de uma RDS no campo amazônico. A relevância intrínseca ao objeto não poderia ser vista pelo próprio pesquisador ou seria mais opaca se no bojo de suas experiências não tivesse vivenciado o campo, ou se fosse privado das experiências em pesquisa. Além disso, consideramos o território e a territorialidade para além para além do sentido estrito de uma área, uma delimitação de terra e a defesa da ocupação ou invasão dela, ou seja, inerente à existência dos grupos sociais, indivíduos históricos. Nesse sentido, a importância das relações entre as políticas territoriais e a educação no contexto amazônico, articulada às circunstâncias da criação de uma unidade de conservação, sendo necessária a

compreensão do seu processo sócio-histórico.

Por último, elencamos a relevância científica do objeto, que pressupõe a construção e disseminação de conhecimento referente a processos educativos, mais especificamente nesta pesquisa os processos educativos do camponês amazônico, considerando suas experiências, a relevância do tema e a sua relevância social articulada à existência da necessidade do aprofundamento de estudos acerca do direito à educação apontado por Silva (2016), ao demonstrar com base em documentos oficiais de 2012 a enorme diferença e desigualdade entre a Região Norte e a Região Sudeste na oferta da educação básica, é instigante. Assim consideramos que a pesquisa contribuirá no campo científico no sentido da construção de conhecimento sistematizado sobre um cenário educacional específico, a compreensão das políticas e dos processos referentes ao acesso e à permanência na escola e, levando em consideração o recorte do contexto amazônico a ser estudado no período de 2005 a 2015, poderá ainda influenciar o desenvolvimento de novas pesquisas referentes à educação na região em questão, desvendando relações entre territorialidade, educação do campo, desenvolvimento regional (sustentável) e os desafios amazônicos.

Dessa forma, na contextualização do problema, a educação surge como direito do cidadão e a oferta como dever do Estado. Tomamos as leis como instrumento da legitimação dos direitos sociais, ao passo que Cury (2002) considera que a importância da lei reside exatamente nas dimensões de luta que as compõem, que vão de luta por inscrições mais democráticas à luta por sonhos de justiça. Assim, o Estado se torna a instituição social incumbida do dever de assegurar os direitos sociais e podemos considerar as estratégias utilizadas para isso como conjunto de projetos, programas e atividades realizadas por um governo ou pelo Estado enquanto conjunto de instituições públicas, condensando assim as políticas públicas, de fora que não basta ter postulado em legislação que a educação é direito de todos, é necessário que as políticas públicas sejam direcionadas à materialização das condições para que a população tenha de fato seu direito assegurado.

Enquanto direito conquistado, abordaremos a educação do campo, direito adquirido por meio do movimento social do campo, sendo tal direito específico no âmbito da educação (com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), estamos falando de avanços para além do artigo 205 Constituição Federal, que institui a educação como direito de todos e dever da família e do Estado, esta última constituída após amplo debate com a sociedade, alguns são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96, como no Art. 28, que prevê a adaptação dos sistemas de ensino a às “peculiaridades rurais” e nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB

n.º 1, de 3 de abril de 2002. Assim, evocamos Cury (2007) que nos aponta que não basta assegurar o acesso à educação, as políticas públicas devem assegurar também a permanência na escola, tal como direito deve ser assegurado ao cidadão sem discriminação da sua etnia, cor, raça, religião ou mesmo do local onde vive.

Sendo uma RDS o local onde vive o sujeito desses direitos, sabemos que é perpassado por políticas territoriais articuladas ao conceito de desenvolvimento sustentável, o qual, mais especificamente para Sauv  (1997), está relacionado   Educa o Ambiental para promover modelos baseados na sabedoria da utiliza o dos recursos, considerando a equidade e a durabilidade, chamando a aten o para a proposta da Organiza o das Na es Unidas para a Educa o, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sugere que o Desenvolvimento Sustentável   o objetivo mais decisivo da rela o dos homens com o ambiente. Dessa forma, a questão do direito ao acesso e   permanência na escola do camponês envolve processos globais e locais, permeada pela dinâmica territorial e social, relacionada a aspectos legais, desenvolvimentistas, ambientais e até mesmo ontológicos.

Nesse contexto, construímos e lapidamos a questão norteadora da pesquisa: **Quais os impactos das políticas públicas de acesso e permanência   educa o básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã (2005-2015)?**

As hipóteses levantadas dialogam com pressupostos assumidos nesta investiga o, considerando o problema e o diálogo com a literatura especializada em consonância com as experiências vivenciadas por parte do pesquisador quando do acesso   UC, são elas: a) de que as políticas de desenvolvimento regional sustentável não impactam significativamente e diretamente a permanência dos estudantes da RDS Canumã na escola; b) as variáveis ligadas ao distanciamento da escola das comunidades em que vivem os estudantes são fatores a serem considerados como importantes no acesso e na permanência   escola; c) o trabalho na vida comunitária dos alunos impacta significativamente na permanência ou evasão na vida escolar.

A partir do problema e considerando os pressupostos supracitados, elencamos como objetivo geral: analisar os impactos das políticas públicas de acesso e permanência   educa o básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã (2005-2015). E como específicos: Relacionar o direito ao acesso e permanência na escola no contexto amazônico   educa o do campo e ao desenvolvimento regional; Reconstruir sócio-historicamente a reserva de desenvolvimento sustentável Canumã a partir de documentos e depoimentos de moradores da reserva; Compreender o papel da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário no tocante ao atendimento

à comunidade que vive na RDS Canumã; Discutir os desafios do acesso e da permanência na escola com educadores e estudantes da RDS Canumã.

A Fim de responder aos objetivos, elegemos a teoria marxiana como campo epistemológico, assumindo em acordo com Alves (2010) tal teoria como uma concepção filosófica que toma a matéria como substância primeira e última de qualquer ser ou fenômeno do universo onde a realidade é a matéria em movimento, que relaciona ainda às transformações econômicas e sociais determinadas pela evolução dos meios de produção. A pesquisa possui como técnica complementar a Análise Textual Discursiva (ATD) sob a ótica de Moraes e Galiuzzi (2011), que permite uma análise que expande a compreensão acerca da totalidade da realidade pesquisada, uma vez que admite a adoção de categorias emergentes, compondo assim um design metodológico mais apropriado.

Enfatizamos que não distinguimos uma abordagem nesta pesquisa, seja qualitativa ou quantitativa, considerando as observações sobre a teoria do conhecimento marxiano em que Martins (2006) enfatiza que a unidade sujeito/objeto do conhecimento exige a compreensão concreta de ambos, algo não atingível pela representação imediata e idealista do que seja sujeito e do que seja objeto. “Na raiz desta unidade reside a prática social dos homens, tecida historicamente pelos entrelaçamentos de subjetividades, objetivadas e objetividades subjetivadas” (MARTINS, 2006, p. 15-16), que se relaciona com a ideia de que as mudanças quantitativas ocasionam mudanças qualitativas, o que se articula e se complementa se compreendendo na sua natureza básica e no seu caráter exploratório segundo seus objetivos, considerando que, para Triviños (1987), uma pesquisa exploratória parte de uma hipótese e se aprofunda no estudo nos limites de uma realidade específica.

Quanto a sua operacionalização a pesquisa se desenvolveu em três fases que não necessariamente possuem fronteiras rígidas entre elas, a primeira foi concentrada na pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008) é centrada em conhecimento científico anteriormente produzido, e na pesquisa documental, que se diferencia da pesquisa bibliográfica pois no seu tratamento analítico privilegia os documentos secundários das políticas educacionais e das políticas das unidades de conservação Gil, (2008). A segunda fase perpassou os procedimentos éticos da pesquisa, sofrendo alterações em razão da necessidade da tomada cuidados com a saúde tanto do pesquisador quanto dos sujeitos da pesquisa no cenário da pandemia da COVID-19, substituindo a pesquisa em profundidade que seria aplicada aos sujeitos por outras formas de geração de informação, assim, optamos pela aplicação de formulário online e estamos utilizando a plataforma *googleforms*, com os sujeitos da pesquisa que foram divididos em dois grupos, um para a frente da discussão sobre o acesso e a permanência à escola e o segundo para

a frente de reconstrução histórica da RDS. A terceira fase da pesquisa, por fim, correspondeu a análise dos dados segundo a análise textual discursiva como complemento ao materialismo histórico e dialético.

A pesquisa bibliográfica se deu a partir de um mapeamento das produções referentes à Educação do Campo e as categorias que articulamos a ela, foram divididas em três momentos. Primeiro foram feitas buscas nas bases físicas (bibliotecas) de duas universidades do Amazonas, a UFAM e Universidade do Estado do Amazonas (UEA). No segundo momento buscamos as produções referentes à temática nos bancos de Dissertações e Teses da UFAM e da UEA. Na terceira fase a busca se desenvolveu em três plataformas digitais, no *Google Acadêmico*, *Scientific Electronic Library* (SciELO) e no *Portal de Periódicos da Capes*. A última fase se concentrou na busca pela produção de autores do Amazonas sobre a Educação do Campo, e se concentrou nos artigos publicados em periódicos por conta da facilidade do acesso aos textos publicados em revistas *on line* e pelo entendimento de que cada vez mais esse tipo de disseminação do conhecimento científico vem sendo cobrado na academia. No que tange ao levantamento documental que privilegiou os documentos secundários referentes à política em educação e à política ambiental, especialmente voltada para política de Unidades de Conservação, buscamos os dados primários das instituições que fazem parte da pesquisa, entretanto, enfrentamos dificuldades em tal busca, pois em função da pandemia do coronavírus estas instituições estavam fechadas.

Os processos de sistematização, interpretação e análise dos dados coletados foram antes organizados segundo classificações referentes às suas origens – um primeiro rol referente aos documentos primários, e um segundo referente aos dados secundários. Procedemos com aplicação da Análise Textual Discursiva (ATD), ancorada em Moraes e Galiazzi (2007). E, por fim, passamos à síntese das análises, buscando a conclusão da pesquisa segundo o enfoque do Método Histórico-Dialético.

Considerando que a última fase teve que buscar um material a ser coletado de maneira diferente do que se havia projetado, fizemos algumas considerações necessárias, ainda que breves sobre o impacto da Covid-19 na presente pesquisa. Com o primeiro caso confirmado da COVID-19 no Amazonas as atividades na Universidade Federal do Amazonas foram suspensas pela portaria nº 626, de 13 de março de 2020 por 15 dias, com o número crescente de casos a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas foi prorrogada por tempo indeterminado, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como ingressante do Mestrado em Educação da Turma 2019/2, tinha cursado apenas o primeiro semestre do curso, tendo o segundo semestre interrompido por forças da conjuntura supracitada.

Demos início a virtualização das atividades no cenário nacional, as vidas dos pesquisadores bem como de toda a população foram atingidas, marcadas pela súbita perda de entes queridos, passamos a fazer uso das reuniões *online*, e as reconfiguração de pesquisas passaram a fazer parte do cotidiano de incertezas. Dessas incertezas as nossas frustrações e preocupações nos levaram a refletir como as diferentes classes enfrentam o coronavírus, e em consonância com Pombo (2020) o quanto o sistema capitalista, com sua característica fundante de desigualdade social, nos aproxima da morte. O isolamento social é percebido e possível para cada qual diferentemente. As camadas mais pobres da sociedade não sentirão o isolamento da mesma maneira que a elite ou a classe média.

A população da RDS Canumã naturalmente não está isenta de contrair o vírus, pois ele não conhece fronteiras, foi pensando nisso que a coleta de dados junto aos sujeitos foi modificada, mantendo o distanciamento social a fim de minimizar os riscos para os sujeitos da pesquisa e para o pesquisador. Além do mais, existe uma preocupação também com a saúde mental desses sujeitos, levando em consideração o que apontam estudos que demonstram implicações psicológicas relacionadas à covid, como sintomas moderados a severos de ansiedade, depressão e estresse (WANG et al., 2020 *apud* SCHMIDT et al., 2020) no estudo com a população geral da China, que revelou que 75,2% dos respondentes referiram medo de que seus familiares contraíssem a doença. Além disso, outras questões são levantadas por Schmidt et al. (2020), como mudanças nas rotinas e nas relações familiares e ainda violência contra a mulher. O que suscita o questionamento seguinte: Se a população da RDS não está isenta de contrair a COVID-19, estaria ela isenta das suas implicações psicológicas? Nesse cenário, observando as questões éticas da pesquisa social, devemos assumir ainda que a insistência na coleta de dados de maneira presencial não só poderia pôr em risco a saúde física do pesquisador e sujeitos da pesquisa, bem como as influências da pandemia na saúde mental dos indivíduos podem corroborar para a construção de dados imprecisos.

Entretanto, nos últimos meses de 2019 já havíamos feito uma visita exploratória, buscando os possíveis sujeitos da pesquisa, anotando informações sobre as localidades da RDS, e registrando imagens dos locais. Além disso, com o avanço da vacinação das populações tradicionais do Amazonas e seguindo os cuidados com a biossegurança e distanciamento social fizemos, mais uma visita na busca por dados que pudessem nos aproximar da ainda mais da realidade local, o que foi vital para o levantamento de questões determinantes ao acesso e permanência na RDS Canumã.

Ao final de nossos exercícios teóricos, metodológicos e reflexivos organizamos a dissertação em 3 (três) capítulos:

No Capítulo 1 Educação do Campo, da política nacional à realidade amazônica, buscamos a composição de um quadro que captasse elementos no cenário da política nacional da educação do campo e como se dá a materialização e discussão dela no contexto amazônico, visando o direito ao acesso e à permanência na escola no contexto da realidade amazônica e o seu desenvolvimento regional.

No Capítulo 2 nos concentramos nas políticas de criação e fomento de unidades de conservação na Amazônia, considerando a influência do grande capital na criação das reservas de desenvolvimento sustentável, na reconstrução sócio-histórica da RDS Canumã considerando as memórias dos sujeitos do campo.

No Capítulo 3 percorremos a discussão sobre o acesso e permanência na escola na RDS Canumã, considerando as experiências dos sujeitos, os desafios vivenciados e o papel da escola desempenhado na RDS considerando a materialidade do acesso e permanência escolar, os seja, as condições materiais existentes que impulsionam ou deprimem o acesso e a permanência na escola, analisando as relações entre o trabalho e a escola na RDS, os aspectos políticos e materiais que impactam no contexto escolar e a própria influência do Rio Canumã no acesso e na permanência escolar.

1 CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO DO CAMPO, DA POLÍTICA NACIONAL À REALIDADE AMAZÔNICA

Neste capítulo se buscou a composição de um quadro relacional entre o cenário da política nacional de Educação do Campo (EC) e a sua discussão e materialização no contexto amazônico e seu desenvolvimento regional. Para isso, discorreremos sobre o contexto econômico e as ações políticas do Estado brasileiro enquanto políticas públicas referentes as nuances econômicas que ditam os rumos e perspectivas de desenvolvimento do país e das regiões, considerando que essas nuances impactam em maior ou em menor grau os rumos das políticas públicas sociais, em especial a educação, visando discutir o direito ao acesso e a permanência na escola. Dessa forma, abordamos a EC como direito, e o seu processo de luta e desenvolvimento no âmbito nacional, posteriormente apresentaremos como a Educação do Campo vem se desenvolvendo na região e em seguida explanaremos a questão do acesso e permanência na escola considerando a realidade amazônica e questões pertinentes ao seu desenvolvimento regional.

1.1 AS LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO À BRASILEIRA

Para abordar a Educação do Campo como direito, adotamos como articuladores os seguintes elementos-chave: a forma como se organiza a sociedade contemporânea, as concepções de Educação do Campo em disputa nessa sociedade e o papel do movimento social no desenvolvimento da educação dos povos do campo. De maneira geral, consideramos a forma de organização da sociedade sob a ótica Marxiana, o que nos levou a busca por demarcar a Educação do Campo como um espaço de luta dos sujeitos camponeses nessa sociedade de classes.

A partir das considerações de Gruppi (1996), observamos que os ideais de John Locke e Jean Jacques Rousseau tiveram importância para o desenvolvimento das revoluções francesa e industrial a partir das concepções de propriedade privada e liberdade. No momento em que é derrotada a fase democrática da Revolução Francesa houve a tendência no seio da Europa a se formarem sociedades liberais de todo tipo, emergindo na França após a revolução de 1830, ou na Inglaterra, a partir da revolução de 1689, após essa fase “[...] sempre existirá uma sociedade liberal” (GRUPPI, 1996 p. 21). As revoluções impulsionadas pelos pensamentos de liberdade,

propriedade e fraternidade foram vitais para a evolução da organização da sociedade, marcando mudanças que desembocaram no desenvolvimento do capitalismo, com destaque para a queda do absolutismo na França e seu processo de revolução que, interrompido por Napoleão, não cessou a tendência do restante da Europa de formar sociedades liberais, deixando para trás características do feudalismo.

Ocorre-nos pensar que o capitalismo não surgiu a partir do momento que os reinos absolutistas foram caindo, existiu um processo com diferentes movimentos para se chegar à sociedade capitalista como conhecemos hoje, passando pelas modernidades do capital. Para Alves (2007), a primeira modernidade do capital ocorre com o processo de acumulação primitiva da burguesia, o início do trabalho assalariado e da divisão do trabalho, que se desenvolve a partir do século XV. A segunda modernidade surgiu no começo do século XIX com a primeira revolução Industrial, e é marcada pelo surgimento da grande indústria, e se estendeu até a última modernidade do século XX, momento em que o capital toma o controle do metabolismo social em todo o globo. Já a terceira modernidade é a que se desenvolveu a partir da sua crise estrutural nos últimos anos, uma das suas marcas é a precarização do trabalho. Souza (2014) também percebe essa mudança ao afirmar que ao final do século XIX o capitalismo passava por imensas transformações, com o surgimento de grandes bancos e empresas, concentração e centralização da produção. Tais transformações são indícios da entrada do capitalismo em uma nova fase, a do imperialismo.

Nesse contexto, abordando a sociedade capitalista, a luta do capital contra o trabalho merece destaque, de um lado a classe dominante que possui os meios de produção e, do outro, a classe sob seu domínio detém a força de trabalho, para Marx (1996), embora possamos fixar o salário mínimo, não podemos fixar o salário máximo, posto que o máximo de lucro corresponde ao mínimo físico dos salários e ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Sendo o trabalho antes de tudo um processo entre homem e natureza em que através da sua ação o homem age sobre a natureza transformando-a e pela Natureza ele é transformado. É a exploração do trabalho que interessa ao capitalista, a essa exploração que busca a obtenção de lucros não ocorre apenas no contexto urbano e industrial, ela é existente no campo e é tão ou mais brutal do que a alienação do trabalho do operário industrial.

O que interessa à lógica capitalista é a concentração da riqueza a partir da exploração do trabalho da classe operária pelo capitalista visando a mais-valia, que podemos definir, de maneira geral, como a diferença entre valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, em especial o excedente de trabalho não pago ao

trabalhador pelo capitalista. Considerando a luta do capital contra o trabalho, ainda com base em Marx (1996), notamos que quanto maior for o dispêndio de trabalho não pago maior será a taxa de mais-valia, tal lógica desemboca na alienação do trabalho, sob a qual, em virtude da hierarquização do trabalho e da propriedade privada, a produção de objetos se converte em produção coisa-mercadoria “[...] que nega o próprio sujeito humano, o ser genérico do homem” (ALVES, 2007, p. 20). Além disso, “No campo, as relações de trabalho são diversificadas. No conjunto desta diversificação pode ser encontrada a interferência do Modo de Produção Capitalista nas relações de trabalho assalariadas, resquícios de uma cultura ruralista que visa a exploração do homem amazônico” (MOURÃO et al., 2020, p. 448).

Consideramos que a exploração do trabalhador do campo não se limita à alienação do trabalho, é expressa também na alienação dos meios de produção, expressa por elementos como: a alta concentração da terra nas mãos de poucos, a falta de acesso a ferramentas de produção, de técnicas e tecnologias propícias ao desenvolvimento de uma economia em que o trabalhador possua ao mesmo tempo o controle do seu trabalho e detenha os meios de produção, assim se impede que se concretize os ideais de propriedade coletiva, estes ideais são vistos pelo Estado moderno como “[...] anomalia perante a estrutura de propriedade individual que possibilitava o seu fracionamento e alienação” (BENATTI, 2002, p. 6).

No Contexto capitalista, é importante que o capital possua um exército de reserva, Mourão (2006) aponta que o capital só existe porque existe força de trabalho excedente, e que basicamente a sociedade infere que a base da produção de riqueza não seja o trabalho executado por determinado tempo, mas sua taxa produtiva geral, em que o capital fixo é percebido como força material geral deste trabalho objetivado na máquina, de modo a possibilitar o desenvolvimento livre do indivíduo. De maneira contraditória a existência de uma massa de homens e mulheres abaixo da linha da pobreza impossibilitados de venderem sua força de trabalho compõe uma massa que deve estar a serviço do capital se configura em uma realidade excludente, porém, “[...] abre espaços de criação, de trabalho intelectual e artístico e de liberdade” (MOURÃO, 2006, p. 39).

Pressupomos, então, que no capitalismo a garantia da manutenção do *status quo* somente seja possível por meio da dominação de uma classe sobre a outra e, para haver essa dominação, é importante o papel da ideologia. Para Mészáros (1996), em nossas sociedades tudo está impregnado de ideologia, e mais, na cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante “[...] funciona de maneira a apresentar suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’” (MÉSZÁROS, 1996, p. 13). No

“Manifesto do Partido Comunista” observamos uma máxima a contento deste contexto: “As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 1996, p. 42). Assim, as ideias da classe dominante podem ser defendidas mesmo por trabalhadores explorados pelo capital, em razão da forma de atuação da ideologia burguesa disseminada em toda sociedade atenuada pela não existência da consciência de classe do trabalhador, ou melhor, da massa de trabalhadores.

Há, contudo, uma grande complexidade ao assumirmos a estrutura de classes como categoria analítica para a Educação do Campo. Para autores como Thompson (2001) e Almeida et al. (2011), classe e consciência de classe não está presente desde sempre em nossa sociedade nem na mente e corações dos sujeitos que a compõem. Thompson (2001) em sua crítica da forma estática que a consciência de classe é empregada nas análises de autores marxistas, bem como de positivistas. Para este autor, “classe” é uma categoria construída social e historicamente, que evolui e se transforma ao longo do tempo, não se limitando a simples medida quantitativa, assim, não considera uma simples divisão de grupos por semelhança de condições econômicas. A noção petrificada de classe pode nos levar ao pensamento equivocado de que os assalariados compõem a classe do proletariado, o que ocorre quando os processos históricos e o comportamento ao longo do tempo de tal classe é excluído.

Almeida et al. (2011), na busca por contribuições da teoria vigotskiana para compreender os processos subjetivos da consciência de classe, assumem primeiro que a consciência individual se constrói como derivada e da consciência social pois, “Cada indivíduo encontra, ao nascer, um sistema de conceitos já constituído, mas em constante movimento, que pode inclusive ser modificado por ele em suas relações” (ALMEIDA et al. 2011, p. 552), e que o sistema de conceitos é definido a partir de condições históricas de determinada sociedade. O que devemos considerar é que esse sistema de conceitos em seus processos intersíquicos e intrapsíquicos não estabelecem formas de agir e pensar como classe, o que não significa dizer que o sujeito não venha a se reconhecer como pertencente a uma classe ao longo de sua trajetória de vida.

Thompson (2001) acredita que as classes não são grupos separados que buscam um inimigo a seu redor e partem pra luta, mas sim, de certa maneira as pessoas se percebem numa sociedade estruturada por meio de relações de produção, que suportam a exploração ou procuram manter seu poder sobre os explorados, compreendem a existência de pontos dos interesses antagônicos, contestam e travam lutas acerca desses interesses a partir desse processo descobrem-se como classe, por conseguinte, vem a descoberta da sua consciência de classe. “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo

histórico real” (THOMPSON, 2001, p. 3).

Nesse sentido, Vilhena Júnior (2013) adverte que é importante que os sujeitos do campo estejam atentos, uma vez que o modo de vida implantado na lógica capitalista de ver e pensar as relações sociais vem destruir o que as relações sociais tradicionais, culturais, políticas e econômicas dos sujeitos que vivem nas terras, isto é, no campo. Acreditamos que ao se atentar para essa questão é possível que o sujeito do campo perceba as nuances da exploração do capital e inicie o processo de se proletarizar.

As lutas referentes aos interesses contraditórios no seio da sociedade brasileira são existentes na cidade e no campo, para se compreender as lutas em torno da Educação do Campo é necessário também compreender as marcas da sociedade capitalista no Brasil, bem como conhecer os modelos econômicos do Brasil, ainda que de maneira pontual, pode nos levar a pistas das forças e pressões que países imperialistas exercem sobre nosso país, tornando essas marcas para nós mais evidentes.

Nesse sentido, para Souza (2014), é necessário discutir o imperialismo como fase superior do capitalismo em que ocorre uma transformação fundamental: a substituição da livre concorrência pelos monopólios em setores estratégicos da economia. São concentradas a produção e o capital formando os monopólios, encontrando em Lênin o aporte teórico para a compreensão da dominação de países imperialistas sobre suas colônias e semicolônias, estes países imperialistas exploram países periféricos relegando-os à dependência estatal a partir do controle de todas as relações econômicas, políticas e sociais.

Tal dependência dos países dominados pelo imperialismo se desenvolve por meio das ações do capital financeiro, que se movimenta de distintas maneiras, seja da instalação de empresas para extrair altos lucros advindos da superexploração, da mão de obra barata e da flexibilização dos direitos trabalhistas, ou da sonegação de tributos e da legislação favorável, ou ainda na compra de ações de empresas já existentes, em financiamentos e empréstimos a empresas privadas e ao Estado, ou mesmo em investimentos no controle das fontes de recursos naturais e de matérias-primas, de forma a manterem um controle econômico e político dos países dominados.

Para Freitag (1977), é importante assinalar os modelos específicos da economia brasileira destacando: o primeiro abrange o Período Colonial, o Império e a I República (1500-930), e é caracterizado pelo modelo agroexportador da economia brasileira; o segundo período, que data aproximadamente de 1930 a 1960, corresponde ao modelo de substituição das importações, tratando basicamente dos planejamentos em favor da industrialização tardia; já o terceiro vai de 1960 aos dias atuais e tem sido caracterizado como o período da

internacionalização da economia. A referida autora assinala ainda que o contexto educacional possui estreitas relações com o contexto econômico, observando que no primeiro momento, quando não havia quaisquer leis sobre a educação, os jesuítas cumpriam o no contexto educacional ações a contento dos objetivos do Estado (coroa portuguesa), e que os primeiros movimentos políticos legais educacionais foram impulsionados pela crise cafeeira em decorrência da crise mundial de 1929, havendo mudanças estruturais nos setores produtivos que acabaram pressionando mudanças nos setores educacionais – a exemplo da criação do Ministério de Educação e Saúde –, então, pela primeira vez são regulamentadas formas de financiamento da rede oficial de ensino no país.

A marca do primeiro período, agroexportador, foi o escravismo, pois tal modelo precisava da exploração do trabalho intensivo e grande concentração de terras para garantia das altas taxas de lucro, sobretudo dos Senhores de Engenho. Para Schwarcz (2019), o severo sistema escravocrata desembocou em várias reações dos escravizados, que mataram seus senhores e feitores, fugiram se quilombando, cometendo suicídio, promovendo insurreições e revoltas de diferentes maneiras. Há, no fim desse período, uma fase importante da economia brasileira, Versiani e Versiani (1975) atribuem aos anos anteriores à década de 1930 ponto importante do desenvolvimento da indústria têxtil na história da economia nacional, para estes autores coube a esse tipo de indústria o papel de precursor da mudança produtiva que se traduziu na substituição das importações.

Pois, a maioria dos donos das primeiras fábricas da indústria têxtil brasileira iniciou como importador de tecidos europeus, os mais importantes fatores para o desenvolvimento dessa indústria foram: a política nacional de taxas sobre esse mercado, marcada pelo protecionismo econômico nacional; a aquisição de meios de produção como os teares; a evolução e aquisição desses meios de produção; os problemas enfrentados pelo mercado europeu; e a influência da primeira guerra mundial, que desembocou em altos investimentos neste mercado, havendo ainda a alta concentração de poder econômico e produtivo na mão de poucos que foram beneficiados pelos mais diferentes tipos de financiamento.

1.1.1 As influências da CEPAL na economia Nacional

Haffner (2002), Colistete (2001), Brandão (2019), e Santos (2020) consideram que uma das maiores influências no desenvolvimento do capitalismo no Brasil está nos projetos e teorias

econômicas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sobretudo pelas grandes semelhanças entre a teoria cepalina e as mudanças estruturais ocorridas no país. Brandão (2019) Enfatiza que “A principal contribuição da CEPAL é a consolidação de uma escola de pensamento que estimula o debate acerca do papel da América Latina no sistema mundial e, a partir disso, influencia os *policy makers* na estruturação das políticas desenvolvimentistas” (BRANDÃO, 2019, p. 49).

Nesse contexto, Haffner (2002) afirma que para a CEPAL era necessário intervir na economia nos países em processo inicial de industrialização a fim de se obter uma industrialização eficiente e racional, que não poderia ocorrer por meio da espontaneidade no mercado, pelo que seria imprescindível introduzir o planejamento econômico guiado pelo Estado. Nesse sentido, caberia, pois, ao Estado o papel de coordenar a execução e expansão necessária à industrialização, orientando e captando recursos financeiros nacionais e internacionais, e promovendo investimentos diretos em setores prioritários e naqueles em que a iniciativa privada fosse insuficiente. Assim, o Estado teria que atuar como impulsionador das atividades econômicas, conduzindo o processo de industrialização, que seria orientado pelo mercado interno inicialmente produzindo produtos que antes eram importados.

Para Colistete (2001), o desenvolvimentismo da CEPAL é particularmente fértil no Brasil e teve alto grau de aceitação entre técnicos governamentais e empresários industriais. A influência da CEPAL no Brasil não é apenas favorecida pela atratividade de ideias desenvolvimentistas entre as elites econômicas interessadas nas políticas de industrialização, mas também depende das características internas da teoria da CEPAL, pois a base desta teoria é amplamente latina. As características típicas da realidade latino-americana, e mesmo a questão de sua flexibilidade teórica, podem ser consideradas fatores decisivos para consolidar sua influência no desenvolvimento do Brasil. Embora a influência da CEPAL tenha entrado em declínio após a década de 1960 ela ainda norteia políticas de governo e sua teoria ainda é base para análise econômica sobre questões estruturais de países latinos.

Dadas tais considerações, assumindo que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não ocorreu da mesma forma que em países europeus, ele não se enquadra nos termos de país imperialista sendo relegado à periferia do capital. Nesse sentido, seu desenvolvimento e industrialização decorrem da mundialização do capital, a partir de influências exógenas. Para Cunha (2005), foram transferidos equipamentos, tecnologia, matéria-prima e até mão de obra, salientando ainda que a educação nacional estava intimamente relacionada ao setor produtivo, que agora estava calcado na industrialização, passando pelo processo de substituição das importações.

Santos (2020) afirma que na década de 1950, a CEPAL estudou as particularidades deste processo de substituição de importações que inicialmente (1930) era dedicado a produtos de consumo não duráveis, posteriormente por volta de 1940 se orienta para os bens de consumo durável e na última etapa, já na década de 1960, começa uma substituição no setor de maquinarias. O que nos levou a pensar que se trata de um elemento da contradição do capital é que “Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações” (SANTOS, 2020, p. 70).

Assim, o processo de industrialização brasileira se desenvolveu ainda com apoio do latifúndio, para Mourão e Silva (2013), a burguesia latente oriunda da economia cafeeira veio a propiciar o início do processo de produção industrial a partir de cafeicultores que se tornaram investidores em atividades industriais. Embora o início da industrialização brasileira e o seu desenvolvimento tenha sido um marco na economia nacional, a implementação da indústria como mudança do modelo produtivo não significou o abandono da produção rural e o mercado da agro exportação, mas sim que era interessante diversificar a aplicação de capitais para a garantia de lucro.

Ocorreu uma articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização que instituiu, segundo Santos (2020), uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, em que se encontrou uma política de sobrevivência do latifúndio, sendo incapaz de ocorrer a venda dos meios de produção e produtos de consumo para a massa camponesa de maneira a aumentar o poder de produção dos países por meio da expansão de suas demandas internas e “[...] ficou limitada na sua dimensão revolucionária, tendo de abandonar a perspectiva de uma confrontação com as oligarquias tradicionais e de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo” (SANTOS, 2020, p. 70).

Souza (2014) destaca que o golpe de 1930, o Estado Novo e o golpe de 1964 contribuíram para o aumento das relações de dependência externa e penetração capital monopolista no Brasil. Haffner (2002), por sua vez, assinala que Getúlio Vargas teve grande relevância na realização do projeto de desenvolvimento brasileiro, já que realizou o intenso delineamento sobre os rumos do desenvolvimento nacional, defendendo a necessidade de o Estado tomar as rédeas da industrialização, de maneira a ir além das medidas propostas dos governos anteriores, introduzindo o conceito de planejamento na economia brasileira, tanto no nível teórico como prático. Nessa linha, Mourão e Silva (2013) afirmam que governo Vargas ao mesmo tempo incorporou em sua política as reivindicações dos trabalhadores, como o salário

mínimo e a limitação da jornada de trabalho, trazendo para si o apoio das massas populares, estabeleceu dispositivos destinados a controlar a atuação política dos sindicatos, contendo assim a efervescência dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores no país.

Uma das personalidades mais importantes da era Vargas foi Horácio Lafer, ministro da Fazenda de seu governo, Haffner (2002) afirma que Lafer foi incumbido da estruturação da base financeira e administrativa interna e externa para os investimentos em infraestrutura do país. A partir da aprovação no congresso, sua viabilização foi possível por meio do plano de reaparelhamento econômico administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹.

Julgamos importante destacar que as ações do banco eram norteadas de acordo com a perspectiva de desenvolvimento predominante em cada momento histórico, no contexto do desenvolvimentismo buscou a melhoria e ampliação da infraestrutura necessária à indústria em seus primeiros anos e mudando seu papel, e, em 1990, “[...] com a defesa de políticas de abertura comercial e financeira, desregulamentação e privatizações, a consequência foi que o Banco passou a exercer a função de principal instituição articuladora, promotora e defensora da desestatização” (TORRES; COSTA, 2012, p. 985).

Inoue (2011) pondera o processo de privatização de empresas estatais como politicamente delicado, havia questionamentos da opinião pública sobre os custos e os benefícios. Enquanto pesquisadores, também estamos inclinados a questionar os impactos das privatizações dessas estatais, pois consideramos que esses processos de privatização acabam por ampliar a dependência econômica do Brasil, destinando os espólios do trabalho produtivo brasileiro que poderiam ser destinados aos cofres públicos ao setor privado nacional/internacional, já que não apenas o capital privado nacional adquire essas empresas, mas também pelo capital internacional.

Porém, o BNDE não só articula as desestatizações, ele e outros bancos públicos desempenham o papel de agências de fomento, com financiamentos a longo prazo. Torres e Costa (2012) e Inoue (2013) enfatizam que a presença de bancos públicos com financiamentos em longo prazo era justificada com base no argumento de que supririam necessidades que o mercado privado não seria capaz de atender, mas de certa maneira os investimentos do BNDES priorizavam algumas empresas e setores em detrimento de outras. Entretanto, os papéis que

¹ O BNDE (atual BNDES) foi criado em 1952 no governo de Getúlio Vargas, Torres e Costa (2012), Hirt (2013) e Inoue (2013) tomam este banco estatal como umas das maiores agências de fomento do mundo, analisam as influências que o banco sofreu dos governos desenvolvimentistas, neoliberais e como essas influências direcionaram o seu papel nos processos de produção, capitalização e desenvolvimento do Brasil.

estes bancos desempenham na economia recebem pesadas críticas (controversas) por tornar o desenvolvimento da economia brasileira diferente da potência econômica dos Estados Unidos da América (EUA).

Torres e Costa (2012) apresentam Pérsio Arida, ex-presidente do BNDES (1993-1994) e do Banco Central do Brasil (1995), como um dos principais desses críticos, ele argumentava que bancos públicos como o Banco do Brasil (BB), a Caixa e o BNDES não deveriam fazer parte de um processo de normalização financeira, porque seriam anormais na história, eram instituições financeiras anormais, pois não tinham similares, atuando de maneira semelhante nos EUA. Torres e Costa (2012) são enfáticos no rebate a tal crítica, eles observam que nos Estados Unidos predominou a economia de mercado de capitais, “[...] mas o caso norte-americano não constitui o padrão mundial de normalidade financeira, em que predominou a economia de endividamento! Na verdade, ele constituiu movimento histórico tão específico que o tornou caso único, dificilmente repetível” (TORRES; COSTA, 2012, p. 990).

Além disso, consideramos pertinentes as colocações de Haffner (2002), segundo ela, houve a orientação dos investimentos industriais por meio de planos setoriais a partir da criação do Conselho de Desenvolvimento Industrial, tal orientação está relacionada à percepção de que “em economias emergentes, onde a infra-estrutura é deficiente e a incerteza regulatória é elevada, a associação com o governo pode fornecer vantagens competitivas associadas à obtenção de capital de longo prazo, que é um recurso escasso” (INOUE, 2011, p. 16).

Em suma, no governo Vargas foram criadas condições infraestruturas e institucionais para aceleração do desenvolvimento industrial do país, dessa forma foram gerados órgãos destinados a favorecer o desenvolvimento econômico, além de estudos técnicos científicos sobre os problemas brasileiros nesta área se destacou o surgimento das instituições de regulamentação e controle das atividades econômicas do país no segundo mandato de Vargas, fator decisivo para realização de um projeto desenvolvimentista. Outro momento importante da história do BNDE apontado por Hirt (2013) diz respeito ao período ditatorial militar, em 1971 o BNDE figurou como uma empresa pública de capital e direitos privados. Com isso o banco passou a ter maior liberdade nas operações de captação e aplicação de seus recursos. Os setores de bens de capital e insumos básicos passaram a receber mais investimentos nos anos 1970, o que levou à formação do mais completo parque industrial da América Latina.

Ferro (2013) enfatiza que é no governo de Juscelino Kubitschek que o pensamento econômico desenvolvimentista alcança seu auge, com especial atenção da literatura econômica brasileira voltada para o projeto de industrialização planejada. O centro da discussão econômica é o desenvolvimento econômico do país, e o discurso oficial do governo era correspondente à

direção efetiva dos rumos da economia. Nesse cenário o pensamento desenvolvimentista acabou então se traduzindo em decisões políticas. Para Haffner (2002), Joaquim (2008) e Ferro (2013), um dos mais ousados objetivos de Kubitschek foi a mudança da capital, sede administrativa do Estado para o centro do país, a construção de Brasília é vista ainda como a síntese do plano desenvolvimentista do seu governo.

Haffner (2002) assevera que Juscelino promove mudanças nas relações entre o Estado e a economia, havendo, diferente de Vargas que defendia o capitalismo independente, uma defesa do capitalismo associado. Entretanto, seus discursos se inclinavam para o mesmo objetivo, qual seja, o desenvolvimento do país como meio de transformar a sociedade e a economia. Ainda na sua campanha presidencial Kubitschek anunciava o desenvolvimento acelerado sob a bandeira "cinquenta anos em cinco". Para ele, as injustiças sociais, o subdesenvolvimento e as tensões políticas vinham da urgente necessidade de industrialização. Seu projeto desenvolvimentista já havia sido esboçado antes de sua posse, tendo sido publicado logo após assumir a presidência do país, pelo que rapidamente instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que planejou, executou e acompanhou o Plano de Metas.

Para Joaquim (2008), a maior dificuldade enfrentada foi, sem dúvida, a escassez de recursos externos, condições sem a qual não pode existir o sucesso do desenvolvimento em uma economia semi-industrializada fortemente dependente de importação de equipamentos, tecnologia e bens de capital em geral. A falta de financiamento externo já era o principal fator para uma falha já familiar dos governos anteriores em termos de industrialização planejada. Assim, o autor considera que a implantação da política de modernização do governo de Kubitschek reside na ideia da criação de um mercado nacional, o qual deveria ser uma das prioridades da política econômica, nem que para isto tivesse que se associar a capitais internacionais.

“O discurso de Juscelino apontava para a idéia de que a industrialização deveria caminhar de mãos dadas com o capitalismo internacional, porque dele poderia se obter o financiamento para o desenvolvimento deste projeto” (HAFFNER, 2002, p. 58). Além disso, uma situação atraía a outra, pois se por um lado se financiou a industrialização com a força do capital privado e do capital internacional, por outro, existiam garantias aos investidores de que com as medidas propostas poderia ser criado um grande mercado nacional.

O plano de metas de Kubitschek se desenvolveu em torno de 30 metas ligadas a quatro setores: energia, transporte, alimentação e indústria de base. Joaquim (2008) descreve essas metas como fundamentalmente voltadas para infraestrutura e substituição de importações, visando a superação de gargalos internos e externos. O programa não tinha como objetivo o

planejamento global, mas focado em setores-chave da economia brasileira, pública e privada, chegando a um quarto objetivo, a produção nacional. Existia a necessidade da captação de investimentos para o crescimento do país, mas a situação econômica herdada do governo Vargas e então Café Filho era preocupante, havia déficit do Tesouro e perda de poder de compra das exportações eles constituíam um quadro impressionante de desequilíbrio para a época. Assim, entre outras medidas, o governo buscou obter junto a fontes internacionais que pudessem auxiliar o desenvolvimento do país, em especial, buscou o governo norte-americano. O plano de metas era então ambicioso, e nem de longe parecia ser fácil alcançar os resultados esperados.

De maneira geral, o plano de metas, dentro da política de desenvolvimento acelerado de Juscelino atingiu seus objetivos e as metas de governo foram, em geral, bem sucedidas, inclusive a construção em tempo recorde de Brasília, meta-síntese e símbolo do governo. Porém, enfatizamos como reflexo direto da perspectiva de desenvolvimentista da época que tinha em suas bases as ideias de urbanização, industrialização e maquinofatura, o aumento da pressão da exploração do campo pelo setor de alimentação, consideramos que o desenvolvimentismo acelerado se materializou em mudanças produtivas significativas, o emprego de máquinas e a industrialização dinamizam a produtividade ao passo que excluem postos de trabalho e modificam as relações e as condições de trabalho.

Lessa (1982) enfatiza que esse setor não recebeu muita atenção do governo, recebendo assim investimentos pequenos na ordem de 3,2% do investimento planejado, contudo, a produção agrícola cresceu 7,2% ao ano no período 1955-1960. Nesse processo de materialização do plano de metas, as indústrias automobilística e mecânica foram cruciais para o desenvolvimento da indústria nacional – a indústria de automóveis aumentou consideravelmente a frota de caminhões, que, articulada à criação e pavimentação de rodovias, compõem a base logística interna do país. Lessa (1982) considera que a indústria mecânica e elétrica se restringia no começo a pequenos eletrodomésticos, máquinas e equipamentos leves, mas no período 1955-1960, a produção de máquinas e equipamentos em geral cresceu mais de 100% e a de material elétrico pesado, mais de 200%, ponderando que o principal entrave à implementação desse setor em uma economia subdesenvolvida é a extensão do mercado, e não a questão tecnológica, que foi facilmente superada.

Em suma, o projeto desenvolvimentista de Kubitschek e a materialização de sua política, em especial o plano de metas, carecia de investimentos estratosféricos, para Haffner (2002), muito embora se obtivesse com relativa facilidade aquisição de investimentos externos, as propostas ambiciosas de desenvolvimento acabaram rendendo problemas crônicos e um

aumento progressivo da inflação. A partir dos estudos de Macário et al. (2018), Seabra (2019), Campos e Carneiro (2019), Santos (2020), observamos que a tal facilidade implicou em uma dependência internacional, ou seja, implicou na subsunção do capital nacional ao capital internacional.

Santos (2020) atribuiu ao capital internacional o papel de garantir o complemento necessário aos investimentos internos necessários à industrialização, pois este capital criava a possibilidade de importar as tecnologias, as máquinas que estavam além dos limites do capital nacional. Entretanto, o que ocorria de fato é que ele buscava tomar as poupanças internas dos países onde investia para financiar sua instalação cabendo aos países hospedeiros viabilizar entre outras coisas uma ampla infraestrutura. Esse processo de industrialização favoreceu o surgimento do capital financeiro na região, que não se contentaria com o mercado a partir do desenvolvimento local, tendeu então a busca do desenvolvimento regional, à extração de excedentes fora de suas fronteiras, e buscaria uma conciliação com o capital internacional, algum tipo de aliança para poder se afirmar como capital financeiro.

Assim, com a necessidade de uma nova política diante do capital internacional que vinha substituir o capital nacional no avanço do setor industrial que trazia financiamento e padrões de competitividade de economias com produtos já tecnologicamente mais avançados, a submissão do capital nacional à dinâmica internacional se tornou inevitável “[...] que refletia a força emergente de uma economia mundial baseada num novo tipo de empresa multinacional” (SANTOS, 2020, p. 79).

Macário et al. (2018), Seabra (2019), Brandão (2019) e Abi-Ramia (2020) destacam que no cenário da dependência o capital sul-americano buscou a utilização do recurso da super exploração² da força de trabalho, a partir da Teoria Marxista da Dependência da qual partem para explicitar a necessidade de elevar as taxas de exploração, necessárias para subverter os mecanismos de transferência de valor em capitalismo dependentes. Para Abi-Ramia (2020), a superexploração da força de trabalho resulta da sede capitalista pela maximização da espoliação do trabalho, implicando na degradação dos salários e das condições de trabalho. Macário et al. (2018) falam sobre a alternativa de se reduzir as taxas de juros para níveis abaixo das taxas de lucro do capital na esfera produtiva, o que pode incentivar a reprodução do capital de maneira mais ampla, com uma dinâmica de crescimento sustentável, e na feita que se reduzisse as taxas de juros, a política econômica proporcionaria o crescimento dos investimentos privados, e,

² “A superexploração é resultado do rebaixamento do valor da força de trabalho em economias que possuem capacidade de extração de uma taxa de mais-valor inferior as demais. Ou seja, há nas economias dependentes a violação da lei do valor e da troca de equivalentes” (BRANDÃO, 2019, p. 70).

portanto, da economia.

Theotonio dos Santos (2020) apresenta importantes elementos sob luz da teoria da dependência, que pretendeu demonstrar que a maneira que a industrialização se desenvolveu em países como o Brasil não trazia consequências esperadas por sua visão desenvolvimentista, pois: a) Limitava a autonomia de decisão, submetendo o comando da industrialização pelo investimento externo baseados nas empresas multinacionais, de maneira que o poder continuava nos pólos centrais da economia mundial; b) Não promovia distribuição de renda, já que estava vinculada ao capitalismo de oligopólio e financeiro tendendo a concentrar cada vez mais o poder e a riqueza e concomitantemente criava enorme diferenciação de renda entre trabalhadores qualificados com atividades de gerência e os demais trabalhadores assalariados; c) Devido a tecnologia importada se poupava drasticamente a mão de obra, de tal forma que a industrialização dependente não criava emprego suficiente para incorporar a grande massa de trabalhadores que abandonavam o campo a caminho das metrópoles em consequência do avanço das relações capitalistas no campo.

Devemos salientar ainda que no contexto da penetração do capital internacional a dívida externa do país aumentou drasticamente e, quando da busca por mais financiamentos para continuação dos projetos de seu governo, começaram as dificuldades para a conquista de investimentos externos, principalmente após as análises econômicas dos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontarem parecer negativo à concessão de novos empréstimos ao país. Entretanto, mesmo frente a expressões nacionais e internacionais em torno da política inflacionária e cambial, Kubitschek continuou com sua política de desenvolvimento, relegando ao seu sucessor os problemas inflacionários. Para Joaquim (2008), o desenvolvimentismo “Juscelinista” é implementado em grande parte às custas da elevada inflação, que geralmente provoca uma mais acentuada transferência de renda entre setores. “O governo JK, possibilita também um crescimento econômico acelerado, colocando o Brasil em um novo patamar de industrialização, com aparentes perspectivas de superação do subdesenvolvimento” (JOAQUIM, 2008, p. 44).

A partir de Haffner (2002) vemos que o papel da ideologia nacional também foi preponderante para o desenvolvimento do capitalismo acelerado de Juscelino Kubitschek, abarcando as bandeiras nacionalista e desenvolvimentista, de forma que o antigetulismo calcado na falsa inferência de que Getúlio Vargas era socialista teve importância para Juscelino, trazendo para o governo o apoio da elite política e econômica nacional tal ideologia era ancorada no pensamento estadunidense mundialmente difundido, principalmente após o Estados Unidos da América alcançar o status de potência econômica mundial. A doutrina

ideológica estadunidense já parecia prever as tensões e ameaças aos seus interesses econômicos com o mundo dividido em dois blocos econômicos, o socialista e o capitalista, tendo em vista a Guerra Fria (1947-1991) e, antes que esse período se iniciasse, qualquer pensamento em prol da Independência Econômica dos países periféricos era visto como ideologia de esquerda atrelado ao socialismo não estando, portanto, alinhado aos Estados Unidos, assim, consideramos que a ampla abertura da economia para o capital externo foi crucial na política de Juscelino, a ideologia portanto foi fator decisivo para possibilidade de execução do plano de metas.

O presidente que sucedeu a Juscelino foi Jânio Quadros que assumiu a presidência no dia 31 de janeiro de 1961, e renunciou em 25 de agosto do mesmo ano, quem passou a chefiar o Governo Federal foi então seu vice João Goulart (Jango) após sofrer pressões dos ministros militares que eram contra sua posse. O governo de Jango foi marcado por tensões com a elite econômica do país, seus ideais de desenvolvimento socioeconômico, seu apoio sindicalista e varguista, bem como sua ideia de reforma agrária não estavam a contento da ideologia burguesa nacional. Além disso, a política econômica externa de Jango criava tensões com os interesses dos Estados Unidos.

Rapoport e Laufer (2000) afirmam que neste governo as relações do Brasil são baseadas nos princípios da Política Externa Independente (PEI) formulada no curto mandato do presidente anterior. A PEI esperava melhorar a posição do Brasil na situação política e econômica internacional por meio da coexistência pacífica entre superpotências, bem como salvaguardar os princípios de autodeterminação. Procurou estreitar as relações comerciais com todos os países, inclusive o bloco soviético, e ampliar o mercado externo de produtos primários brasileiros. Jango contradizia cada vez mais a direção da política de infiltração na Aliança Progressista da América e esperava ampliar o alcance da autonomia na formulação de planos de desenvolvimento e na aplicação de toda a ajuda externa.

Para Reis Filho (2000), as revoluções cubana, em 1959, e argelina em 1962, bem como Independência de países da África negra entre outros acontecimentos davam um novo fôlego aos movimentos de nacional-estatismo nos países latino-americanos. Em especial o enfrentamento de Cuba aos Estados Unidos e sua resistência e sobrevivência em meio a pressões de toda ordem sobretudo as econômicas acabavam por inspirar as correntes nacionalistas. Nesse sentido, a própria Revolução Cubana era considerada um elo a mais da luta dos movimentos nacional-estatistas latino-americanos pela conquista de maiores margens de autonomia.

É importante levarmos em consideração, nesse contexto, uma característica básica da contradição do capitalismo, que pode ser inferida a partir dos estudos de Marx (1991, 1996, 2015) e Mourão (2005, 2006): ao mesmo tempo que o capitalismo se expande ele se concentra, se expande a partir de sua penetração em novos países periféricos, conquistando e criando novos mercados, privatizando setores e empresas públicas de maneira que as altas taxas de lucros se concentrem nas mãos de determinada classe em detrimento de outras, ou ainda, com as riquezas advindas da exploração dos países periféricos concentradas nos países imperialistas. O que se nota é que a efervescência desses movimentos em busca da Autonomia nacionalista ameaçava a crescente expansão do imperialismo estadunidense na América Latina pondo em xeque seus interesses econômicos, sendo necessária então a rápida intervenção em países como a Argentina e o Brasil.

1.1.2 Marcas do Imperialismo

Consideramos a necessidade de destacar, a partir de Abi-Ramia (2020), sua observação para esse cenário de que a definição do imperialismo em acordo com a teoria de Lênin (1917) do Imperialismo como estágio superior do capital referente ao monopólio e domínio do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital, tendo entre outras características a exportação de capitais, formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas e a partilha do mundo entre as potências capitalistas mais importantes do mundo, seu surgimento advém da imensa concentração de capital em países centrais que transborda para além de suas fronteiras estatais.

Inferimos a partir de Lenin (2011) que a expansão e concentração do capital financeiro criaram uma oligarquia, com uma complexa rede de interesses internacionais, e predominam nas relações capitalistas. A sua divisão pelos mais altos territórios da indústria, das finanças e do Estado, reforça ainda mais o poder econômico e político e econômico/financeiro e nacional transforma a luta pela dominação territorial e a violência na economia se apresenta como forma de acumulação.

Rapport e Laufer (2000) demonstram as marcas do imperialismo no Brasil descrevendo as intervenções dos Estados Unidos no Brasil, a partir dos usos de suas armas financeiras para mudar a política de Goulart, acabaram desembocando em bloqueios do FMI, além disso, a partir da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência dos Estados Unidos

para o Desenvolvimento Internacional (USAID) assim foi iniciado o processo de interrupção da democracia no Brasil. A partir dessas agências foram financiadas as bases necessárias para a instalação do golpe militar de 1964. Esse processo teve a colaboração dos EUA com grupos anti-Goulart, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro para a Ação Democrática (IBAD), que foram essenciais para a derrubada do presidente.

A expansão e influência do monopólio internacional no desenvolvimento à brasileira nos leva a estabelecer o Brasil como colônia, um território a ser partilhado entre os imperialistas. Na perspectiva leninista (1917) se uma definição imediata sobre o que o imperialismo deve ser, devemos dizer que o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo. O capital financeiro, por um lado, é o capital bancário de alguns aglomerados que são bancos monopolistas integrados ao capital do monopólio industrial, por outro lado, ocorre a partilha do mundo é inerente a transição de uma política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

A partir das observações de Dreifuss (1987) e Rapoport e Laufer (2000) vemos que a partir da CIA os EUA investiram aproximadamente cinco milhões de dólares na missão de (dis)torcer a vontade eleitoral de parte significativa da cidadania brasileira, utilizando ainda os fundos da USAID para a construção de obras públicas que ajudaram a criar uma imagem favorável aos candidatos aos governos estaduais contrários a Goulart. Para Dreifuss (1987), o golpe de 1964 caracteriza-se como um golpe de classe, tal golpe foi precedido de intensa doutrinação ideológica, “O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD” (DREIFUSS, 1987, p. 230).

Esse processo culminou na tomada de poder, que Vicentini (2000) sintetiza da seguinte forma, primeiro o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli assumiu a presidência no dia 2 de abril de 1964, e o Supremo comando da revolução estabelecendo o decreto Ato Institucional 1, dando poderes ao executivo e expurgando as principais instituições do país; com o legislativo expurgado e emparelhado, elegeu-se como novo presidente da república Humberto de Alencar Castelo Branco, empossado no dia 15 do mesmo mês, com vistas a combater a ameaça do comunismo, com a ideia de garantir o breve retorno à “normalidade democrática” e de combater tanto o populismo subversivo quanto a corrupção e prometendo a retomada do crescimento econômico.

Pereira (2003) observa que de 1964 a 1967 o país tinha o governo de militares, particularmente os oficiais do exército formavam o grupo com a maior sombra de poder no

Brasil, e, ao lado deles, quase com uma gama tão grande de poder estavam os tecnocratas, quase todos economistas. No governo de Castelo Branco foi criado o *Programa de Ação econômica do Governo*, que tinha como primeiro objetivo acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, dentre outros objetivos destacamos a intenção de conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 1965. Para Ferreira Jr. e Bittar (2008), a ditadura militar possuía como marcas a ideologia tecnocrata, a supressão de direitos e ideais democráticos e sua ampla intervenção na economia, que acelerou ainda mais a modernização do capitalismo e, por extensão, consolidou a sociedade urbano-industrial brasileira – chegando na alta taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), atingiu no chamado “milagre econômico”, com o registro de uma renda média anual próxima a 10%, o que somente fora possível porque a classe trabalhadora estava excluída da decisão política nacional.

Vicentini (2000) enfatiza ainda que o golpe que não se esgota com a chegada de Castelo Branco à presidência, pois a repressão dos movimentos sociais, a perseguição política a lideranças marcaram o regime tirano dos militares, e, o dispositivo chave para o governo militar foram os Atos Institucionais (AI): o AI 2 veio a extinguir os partidos políticos, eram autorizados apenas dois movimentos políticos Aliança Renovadora Nacional, governista (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro, oposicionista (MDB); com o AI 3 as eleições dos governadores se tornaram indiretas, concomitantemente o aparelho repressivo e a coerção foram ampliados; com o AI 4 se objetivou organizar e discutir uma nova Constituição para o Brasil, a qual seria condizente com o governo militar instaurado em 1964. Com toda a política arbitrária marcada pelo autoritarismo, o período mais sombrio veio com o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. D'Araujo (2018) assevera que o AI-5 foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985), vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu, portanto, o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

A política de modernização do regime ditatorial, entretanto, não se traduziu em sucesso econômico nacional, Pereira (2003) atribui ao regime militar a consolidação de um novo modelo de subdesenvolvimento industrializado, concentrador de renda, em que a retomada do crescimento econômico envolvia a configuração de uma nova dependência que corresponde a concentração de renda da classe média para cima. O que se devia sobretudo à criação de mercados para empresas multinacionais, supondo que o crescimento deveria ser feito com endividamento externo, além da dependência evidente com apoio político do governo norte-americano que, no quadro da Guerra Fria, apoiava os regimes autoritários da América Latina.

Posteriormente se estabelece o pacto Popular democrático, que administrou a transição democrática no Brasil, ganhando força com a crise econômica que se desencadeou em 1980 – essa transição se completou em 1984. Pereira (2003) enfatiza ainda que a redemocratização não é em si fruto dos movimentos reivindicatórios, mas sua infância está na ruptura da aliança dos empresários com a burocracia militar.

Nesse contexto de mudanças econômicas os anos de colonização e exploração das riquezas do país não foram superados, a mudança do modelo econômico agroexportador para o modelo industrial, descrita nos períodos econômicos de Bárbara Freitag (1977) e brevemente explanada neste capítulo, não mudou o *status* do Brasil para país independente, muito embora o Estado demonstrasse a alcunha de país soberano já que a partir da sua relação de dependência do imperialismo lhe põe na condição semicolônia. Destacamos que em 1988 ocorreu, após amplo debate com participação dos diversos setores sociais, a redemocratização do Estado brasileiro, entretanto, as relações de dependência com o capital monopolista não se esgotaram nem mesmo com este processo.

Se no início da produção industrial brasileira eram mais evidentes o Taylorismo e o Fordismo, nos anos após a redemocratização brasileira verificamos, a partir de Mourão e Almeida (2005), que se torna mais evidente o Toyotismo ancorado na acumulação de capital flexível na própria flexibilização do trabalho, das leis trabalhistas, da Previdência e da própria preparação para o mundo do trabalho, advindas da reestruturação produtiva. Para Alves (2007), a reestruturação produtiva é necessária por conta da crise estrutural do capitalismo após o advento da globalização, mais evidente a partir de meados da década de 1970, o que muitos estudiosos chamam de esgotamento de um ciclo de desenvolvimento capitalista. Nesse contexto há transformações no trabalho e no mercado de trabalho.

“O processo de reestruturação capitalista deixou marcas decisivas nas formas e nos resultados da introdução das tecnologias da informação no processo de trabalho” (CASTELLS, 2001, p. 305), em consequência de tal processo e da introdução de novas tecnologias, como a da tecnologia da informação, o nível de emprego caiu drasticamente. Assim, para Castells (2001), novas formas de produzir foram impulsionadas pela influência da economia globalizada, de maneira a aumentar a flexibilização a partir da difusão das tecnologias de informação interligando mundialmente indústrias, pretendendo otimizar suas respostas às incertezas dos mercados.

Castells (1999) discute o impacto da revolução das tecnologias da informação sobre as organizações, que são concebidas como conjuntos de pessoas e meios voltados para a execução de objetivos específicos. Em especial as profundas transformações pelas quais vêm passando,

seja do ponto de vista institucional, das relações de poder dentro do seu ambiente, da sua interação com a sociedade e o papel do Estado nesse processo.

Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas, com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso as redes globais de intercâmbio instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com a sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, e o fluxo contínuo de decisões estratégicas. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Para Nogueira (2017), no período pós redemocratização, mais especificamente nos anos de 1990, a política estatal tendeu ao neoliberalismo e o que se modifica é a orientação política, isto é, a intervenção do Estado é feita de maneira a direcionar suas políticas ao livre mercado, com liberdade para o capital e não para o trabalho, e é mais ou menos nesse período em que se ampliam as discussões sobre os direitos dos povos do campo, como a sonhada reforma agrária. Isso ocorre, pois as mudanças nos setores produtivos não se restringem ao chão da fábrica, para Mourão e Almeida (2007) o capitalismo Mundial se apresentando com uma nova configuração novas formas institucionais que regulam várias relações sociais em seu mecanismo de regulação representa um novo aparato acerca das relações internacionais internas, instituído para modelar a vida social, e a contar saídas para as contradições que o próprio sistema gera de forma que o consenso é garantido através da ideologia impregnada nos mecanismos persuasivos e educacionais mantenedores da supremacia capitalista ao mesmo tempo que impulsiona mudanças sociais.

Castells (1999) pode ser articulado com Alves (2007) quando enfatiza que o capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação, que possui como principal característica a maior flexibilidade de gerenciamento e descentralização das empresas e sua organização em redes, tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas. Assim, notamos o fortalecimento do capital contra o trabalho, aliado ao declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores e da individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho. Dessa forma, há o aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva conexão dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital.

No contexto da inclinação do Estado ao neoliberalismo nos parece necessário voltar ainda que rapidamente a pensar o papel do BNDES na economia nacional, Hirt (2013), ao observar que os interesses do Estado brasileiro se expandem para além de suas fronteiras, nota que o BNDES passa a estabelecer relações estratégicas em busca de um desenvolvimento regional sul-americano, uma dessas relações é a parceria do BNDES com a Corporación Andina de Fomento (CAF), que tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento e a integração física dos

países membros da Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Outra observação importante da referida autora é a de que o Governo brasileiro com o apoio do BNDES buscava por volta de 2005 uma política de exportação integrada, englobando o setor de serviços de modo mais agressivo, na procura por uma atuação competitiva em um ambiente de tentativas de regulamentação do mercado mundial e de crescimento das exportações das commodities.

Para Hirt (2013, p. 10), “Esse modelo beneficia grandes corporações, aprofunda a histórica espoliação sofrida pelos povos sul americanos, e coloca em risco o meio ambiente e as populações atingidas (especialmente suas camadas menos privilegiadas)” e sobretudo as populações tradicionais como camponeses indígenas e quilombolas. Com isso, consideramos pertinente a busca pela compreensão do avanço do capitalismo no campo brasileiro, isto é, como a questão agrária se apresenta na sociedade capitalista e suas implicações para os povos do campo.

1.1.3 A Questão Agrária na Sociedade Capitalista

Com os séculos de exploração do campo e do camponês a fim de se garantir a riqueza de uns poucos poderosos surgem movimentos, pressões, lutas e conflitos para que seja garantido ao camponês o direito à terra, aglutinando assim reivindicações por garantias à permanência do camponês no campo com seus modos de viver e produzir, e, acompanhando as lutas pela terra, acaba se evidenciando a necessidade da luta por outros direitos, como a saúde, o esporte, o lazer, a segurança e a educação. Sobre esta consideração articulamos breve descrição sobre a necessidade da reforma agrária e *a posteriori* explanaremos sobre a Educação do Campo.

Stédile e Loconte (1997) enfatizam que o desenvolvimento da questão agrária no Brasil passou por vários períodos: no primeiro período (?-1500), que precede a colonização, as populações indígenas viviam numa espécie de comunismo primitivo, suas necessidades eram sanadas basicamente pela caça, pesca, extrativismo e assim pouco se desenvolvia a agricultura; num segundo período (1500-1850), com a invasão do território pelos portugueses em 1500, o processo de colonização acabou produzindo, sob a égide do capitalismo, a agricultura para exportação utilizando a mão de obra escrava pelo menos até 1850; no terceiro período (1859-1930) a Coroa portuguesa é pressionada a abrir mão do trabalho escravo, assim se estabeleceu a lei de propriedade privada que até então se limitava à concessão do uso das terras da coroa,

passando pela estruturação do latifúndio brasileiro, a abolição da escravidão e a importação de camponeses pobres da Europa; no quarto Período (1930 a 1964), com a queda da monarquia precedida por uma crise agroexportadora, no início do desenvolvimentismo o setor agrário se subordina à industrialização.

A partir das leituras de Arroyo (1999), Taffarel (2011), Menezes (2013), Fernandes (2014), notamos que há uma disputa paradigmática sobre o desenvolvimento do projeto da educação dos povos do campo, de um lado o paradigma da questão agrária, que possui uma visão crítica dos impactos do agronegócio na vida dos camponeses, e de outro, o paradigma do capitalismo agrário que nega as especificidades do modo de viver e produzir dos trabalhadores do campo, uma das marcas fortes dos dois paradigmas é a compreensão do que é o agronegócio e campesinato ou agricultura familiar.

Fernandes (2014) baliza suas análises sobre esse tema a partir do paradigma da questão agrária, que possui como ponto de partida as lutas de classes para explicitar as disputas territoriais e os conflitos na defesa de modelos de desenvolvimento que tornem possível a autonomia dos camponeses. Pois, “os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade” (FERNANDES, 2014, p. 43). Já para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são sintetizadas em um tipo de conjuntura podendo ser superado por meio de políticas que possibilitem a integração do campesinato ou agricultor familiar ao mercado capitalista.

Entretanto, Abramovay (2012) é enfático ao descrever que “no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar, e elimina o equilíbrio entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas, que se concentram cada vez mais na agroindústria” (ABRAMOVAY, 2012, p. 83). Chayanov (apud ABRAMOVAY, 2012) explana que, ao contrário dos trabalhadores assalariados, os agricultores são o principal órgão que cria sua própria existência. As razões de sua decisão podem ser encontradas observando seu conceito organizacional, o mecanismo de seu organismo econômico individual, que é a unidade teleológica subjetiva da atividade econômica racional, isto é, a gestão de sua instituição.

Na lógica do paradigma agrário capitalista, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte de uma totalidade que não os diferencia, não sendo a luta de classes elemento desse paradigma, sob esta perspectiva os povos do campo e agricultura familiar podem ser agregados ao agronegócio, negando assim a contradição existente entre eles, como se o acúmulo desenfreado riqueza constituísse os objetivos do camponês e seu modo de

viver e produzir. Para o Ministério da Agricultura e para as organizações do agronegócio, o agronegócio “[...] é uma totalidade composta pelos sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contêm todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o agronegócinho” etc. (FERNANDES, 2014, p. 43). Fernandes (2014) afirma que também compartilham desta compreensão a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar³ (FETRAF).

Generalizar a compreensão sobre os paradigmas agrários nos espaços institucionais da sociedade civil organizada é uma questão delicada, por conta das disputas, contradições e ideologia a aproximação das perspectivas da CONTAG e FETRAF com visão governamental pode não expressar a realidade representada por estas entidades, já que em todos os espaços de discussão existem perspectivas que nem sempre estão alinhadas. Nesse contexto, Navarro (2010) afirma que os documentos das instituições que defendem a compreensão do agronegócio como essa totalidade citam constantemente que não é possível separar os agricultores em capitalistas e familiares. Porém, não é isso o que se apresenta de maneira hegemônica na CONTAG e FETRAF.

Para Albuquerque (2015), a política desenvolvimentista de Vargas e Kubitschek acabaram por criar desequilíbrios setoriais e regionais e ampliar desequilíbrios que já existiam, o forte crescimento industrial verificado no período não foi capaz de libertar o país da necessidade de recorrer, de tempos em tempos, a empréstimos no exterior, o que favoreceu o desenvolvimento de problemas urbanos relacionados ao êxodo rural e ampliou a concentração de renda, o que tornou as áreas periféricas cada vez mais atrasadas em relação ao centro econômico do país. Esses desequilíbrios são particularmente graves nas atividades agrícolas, houve pouco investimento para aumentar a produtividade neste setor, o que resultou em fortes pressões inflacionárias.

Retomamos então o diálogo com o plano de Metas de Kubitschek, posto que o consideramos fator preponderante da penetração do capital externo no país e do desenvolvimento da infraestrutura necessária à sua industrialização:

³ Para aprofundar a questão vide in Fernandes (2014).

Quadro 1 Metas de desenvolvimento econômico de Kubitscheck segundo setores

Energia
1. Elevação da potência instalada; 2. Instalação de uma central atômica pioneira e expansão da metalurgia dos minerais atômicos; 3. Aumento da produção anual de carvão com ampliação da utilização in loco para fins termelétricos dos rejeitos e tipos inferiores; 4. Aumento da produção de petróleo; 5. Aumento da capacidade de refinação.
Transportes
6. Reparcelhamento das ferrovias; 7. Construção de 2100 km de novas ferrovias e 280 km de variantes; 8. Pavimentação asfáltica de 5000 km de rodovias; 9. Construção de 12 000 km de novas rodovias de primeira classe; 10. Reparcelhamento e ampliação de portos e aquisição de uma frota de dragagem; 11. Ampliação da frota de cabotagem e longo curso, e aumento da frota de petroleiros; 12 . Renovação da frota aérea comercial e construção e reparcelhamento de aeroportos e estações de passageiros.
Alimentação
13. Aumento da produção de trigo de 600 .000 para 1.200.000 toneladas; 14 . Construção de armazéns e silos para uma capacidade estática de 742.000 toneladas; 15. Construção e aparelhamento de armazéns frigoríficos novos para uma capacidade estática de 45 .000 toneladas; 16. Construção de matadouros industriais com capacidade de abate diário de 3. 550 bovinos e 1. 300 suínos; 17. Aumento do número de tratores em uso na agricultura de 45.000 para 72.000 unidades; 18. Aumento da produção de adubos químicos de 18.000 toneladas para 300.000 toneladas de conteúdo de nitrogênio e anidrido fosfórico.
Indústria de base
19. Aumento da capacidade de produção de aço; 20. Aumento da capacidade de produção de alumínio; 21. Expansão da produção e refino de metais não ferrosos (cobre, chumbo, estanho, níquel, etc.); 22. Aumento da capacidade de produção de cimento; 23. Aumento da capacidade de produção de álcalis; 24. Aumento da produção de celulose e de papéis de imprensa; 25. Aumento da produção de borracha; 26. Aumento da exportação de minério de ferro; 27. Implantação da indústria automobilística; 28. Implantação da indústria de construção naval; 29. Implantação e expansão da indústria de material elétrico e de mecânica pesada; 30. Intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da Educação para o Desenvolvimento.

Fonte: O Autor (2021), a partir do programa de metas do governo Kubitschek.

A disposição das metas de desenvolvimento dos setores de energia, transportes, alimentação e indústria de base consta respectivamente com cinco, seis, cinco e onze metas para cada setor, assim revelando, no âmbito do desenvolvimento da infraestrutura, a maior preocupação com a indústria de base. Todos os setores atenuam de alguma forma a exploração do meio rural (campo), porém, as maiores pressões dispostas no plano de metas são referentes a alimentação e a indústria de base, no primeiro é visível o interesse agropecuário e não se desenvolve para atender a população carente do campo, enfatizamos então o desenvolvimento do capitalismo agrário, no segundo a maior pressão está na exploração dos recursos naturais, como por exemplo o minério de ferro, sua ênfase estava na extração de matérias primas necessárias à produção industrial.

No âmbito do desenvolvimento capitalista nacional ocorreu “o rápido aumento da população urbana [que] concorreu para os constantes aumentos de preços dos produtos agrícolas, além disso, o sistema de transporte de carga deficiente e a falta de uma estrutura condizente de armazenagem provocavam enormes perdas [...]” (ALBUQUERQUE, 2015 p. 24). Outro problema era a antiga estrutura agrícola, principalmente com base na dicotomia latifúndio-minifúndio, a agricultura nem havia contribuído para aumentar a renda de parte considerável dos agricultores e nem se conseguiu manter os preços dos produtos agrícolas estáveis. Assim, a dinâmica da migração interna articulada à atrasada realidade agrária do país, que ainda nos dias atuais se ancora em estrutura semifeudal num país de industrialização tardia, com um Estado que não promove desenvolvimento social, resulta em desigualdades profundas. Miranda et al. (2007) afirmam que o Brasil ainda se configura como um dos países com maior desigualdade social no mundo, e que o modelo neoliberal adotado por aqui não levou a uma mudança significativa desse quadro.

Tais desigualdades são formadas pela hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento da agricultura, que controla os territórios de duas formas: pelo monopólio do território camponês, pelo agronegócio, ou pela territorialidade do capital no território camponês, onde as técnicas e tecnologias de produção agrícola são determinadas pelo agronegócio, que naturalmente capitaliza a renda das famílias camponesas. Essa relação capital-camponês cria um "paradoxo da existência" em que a produção agrícola camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio e a maior parte da riqueza produzida é canalizada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses.

A ideia de agricultura familiar é importante, pois, para Abramovay (2012) a família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas, pois, a base da diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para a manutenção da atividade, a obtenção da taxa média de lucro, sendo essencial, ao contrário, a obtenção de uma renda que permita a reprodução da própria família. Assim, para o camponês a forma comum de lidar com a economia é diferente do capitalista, enquanto o modo de operação do capitalista é descrito em Marx (1996) pela fórmula geral D-M-D, em que a acumulação de capital D é aplicada na produção de mercadorias M, que, a partir da exploração da mais-valia, aglutina mais dinheiro D. Já a fórmula geral do modo de operação do camponês pode ser descrita por Abramovay (2012) de acordo com a fórmula M-D-M, em que ele mesmo produz a mercadoria M, a vende objetivando seu valor em dinheiro D, que será utilizado na aquisição de mercadorias necessárias à sua existência.

No âmbito da política em defesa da reforma agrária um dos movimentos mais importantes, senão o mais importante da década de 1940, foi na Assembleia constituinte de 1946, onde, de acordo com Stédile (2005), o senador Luiz Carlos Prestes do Partido Comunista do Brasil (PCB), que, em longa declaração do seu voto contra o projeto de constituição endereçando diversas críticas a ele – a principal delas a de não conter dispositivo capaz de concretizar uma reforma agrária no campo brasileiro, defendeu a urgente necessidade de execução de reforma agrária no país. Denunciou a forma de penetração do capitalismo na economia brasileira como fator que desencadeia problemas sociais, comparou a questão da distribuição-concentração de terras do Brasil (subdesenvolvido) com a realidade da França (desenvolvida), que possuía basicamente o mesmo número de habitantes, um território muito menor e uma distribuição de terras muito menos concentrada.

O Senador se baseou em dados oficiais do censo de 1940, propôs mudanças em formas de emenda que contribuiriam para a solução de problemas sociais e econômicos, entretanto em tal movimento não se materializou a reforma agrária. Braga (1999) diz ainda que o PCB apresentou o Manifesto da Comissão Executiva do Partido Comunista por uma Constituição Democrática que apresentava sugestões básicas para a letra da constituição, dentre elas a afirmação de um novo conceito de propriedade que colocasse os interesses sociais acima dos interesses privados, possibilitando assim a realização de uma ampla reforma agrária e a implementação de medidas contra os trustes e monopólios.

Ao analisar os movimentos em busca de reforma agrária de 1946 a 2003, Stédile (2005) discorre sobre pelo menos 14 propostas, projetos e programas de reforma agrária, nesse sentido, muito embora ainda hoje as desigualdades no campo serem alarmantes, notamos que a partir das pressões sobretudo dos movimentos sociais a questão da reforma agrária tem se colocado na agenda política brasileira. Sendo a primeira lei de reforma agrária no Brasil Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, sancionada pelo então presidente Castelo Branco, precedida pelo projeto de reforma agrária do governo João Goulart sob o decreto Nº 53.700 de 13 de março de 1964 que em virtude do golpe nem chegou a ser analisado pelo congresso.

Palmeira (1989) evidencia que legislação não determina a política, para ele o Estatuto da Terra era vago, pois, abria a possibilidade de diferentes formas de desenvolver a agricultura e dera ao país vários meios de intervenção. Nos governos que se sucederam a partir de 1964, a prioridade é: a modernização latifundiária, o que mina os privilégios concedidos pelo Estatuto, a da formação de propriedades familiares. um caminho de transformação do campo foi se construindo, ainda que esses instrumentos de intervenção fossem acionados em função das

diferentes conjunturas de interesses que prevalecem em torno das questões relacionadas com a terra e a produção rural, que estão longe de ser estáticas ou referidas a um elenco fixo de grupos sociais e instituições.

Assim, para Delgado (2005) se considerado o fator industrial da economia a estrutura agrária não é problema para o crescimento, nem há necessidade de reforma agrária nos termos do Estatuto da Terra. Assim, não houve de fato uma preocupação com a reforma agrária, mas sim, governo militar se inclinou para o desenvolvimento da modernização agrícola era para o governo apenas necessárias ações pontuais e regionais, onde o sistema agrário não responderia ao sistema de preços, nessa perspectiva a agricultura podia e precisava se modernizar e continuar cumprindo suas funções clássicas no desenvolvimento econômico.

Essas ações pontuais se desenvolveram no Nordeste, por exemplo, que para Navarro (2001) recebe um enorme contingente populacional imerso em situação de pobreza rural associada à dramáticos indicadores sociais, exigindo assim intervenções iniciais de maiores impactos, para esse autor o Nordeste precisa de um conjunto de intervenções radicais sendo a primeira delas no campo fundiário, de maneira a alterar fortemente a distribuição da propriedade da terra. Além disso, um radical programa de reforma agrária deveria ser dirigido a esta região, realmente modificando os índices de Gini (grau de concentração de renda em determinado grupo) atualmente existentes na maior parte de suas microrregiões, rebaixando-os para parâmetros que não ultrapassassem 0,5. Essas intervenções devem se articular a programas centrados em educação, renda mínima e acesso a serviços de saúde. A forte reestruturação fundiária parece ser o foco central que poderia retirar a região não apenas do estado de pobreza material e baixas condições de vida que historicamente a caracteriza, mas igualmente eliminar os mecanismos de dominação política que, de fato, são os maiores responsáveis por seu atraso.

Gomes e Gomes Jr. (2014) enfatizam que a expansão do agronegócio, portanto, continua indo contra a democratização do acesso à terra e outras medidas urgentes e necessárias, como garantir a autonomia dos territórios das populações tradicionais, fortalecer a agricultura familiar camponesa, garantir o direito à água e o acesso aos recursos naturais. recursos, preservar a biodiversidade, produzir alimentos saudáveis e alcançar a soberania alimentar. Sendo a concentração fundiária fonte de diversos problemas nas áreas rurais e urbanas, como a pobreza e a desigualdade socioeconômica. A realização da reforma agrária efetiva se faz necessária, e para tanto, a alocação de recursos necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, o pleno uso da função social da propriedade e a revisão dos indicadores de produtividade da terra são pontos-chave no caminho para a descentralização fundiária.

Para Martins (1999), embora se tenham várias propostas de reforma agrária no contexto político, não basta apenas cometer o equívoco de se escolher uma delas e concretizá-la, a questão agrária tem uma história, gênese e desdobramentos históricos, sociais e políticos, que marcam e demarcam seu lugar na história do presente, possui ela a sua própria temporalidade. Nesse contexto, atribuímos a questão agrária do Brasil por conta da sua complexidade e sua própria temporalidade não se resume a uma questão de governo nem por um só governo pode ser reestruturada, “a questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica” (MARTINS, 1999, p. 99), e sobre o seu aspecto histórico a reforma agrária não pode ser senão considerada como uma questão de Estado.

Assim, em função do processo histórico agrário do país é que as amplas desigualdades se desenvolvem devido a lógica de exploração a que o campo e os povos do campo são submetidos pelo avanço do capitalismo agrário. Braga (1999) destaca que, em 1946, Prestes problematizou na assembleia constituinte a alta concentração de terras nas mãos de poucos, passadas seis décadas a situação não é diferente. Um ano após a criação da RDS Canumã o Censo de 2006 registrou 5.175.489 estabelecimentos, totalizando 329941393 hectares (ha) deles 84,4% (4.367.902) são unidades familiares, compreendendo a área total de 80.250.453 hectares e 15,6% (805.587) são capitalistas, com a área total de 249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total (IBGE, 2006).

Haja vista a crise estrutural do capital, Jaccoud et al. (2009) observa que a forma como a política econômica externa incorpora o setor agrícola na “solução” do endividamento externo, reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disso é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários. Isso denota a não alteração do modelo fundiário do país, o que pode ser confirmado no Censo Agropecuário de 2017, que demonstra que são 5.073.324 estabelecimentos com a área de 351.289.816 (ha), 3 897 408 destes estabelecimentos são familiares somando a área de 80 891 084 (ha), ou seja, enquanto 1.175.916 estabelecimentos não são familiares (capitalistas) deles somam-se a área de 270 398 732 (ha) (IBGE, 2017).

Carvalho (2014) afirma que nas últimas décadas a alimentação tornou-se uma das formas de exercício do imperialismo, que se expressa pelo controle oligopolista das terras agricultáveis em todo o mundo, bem como o controle da definição centralizada da oferta de alimentos por um pequeno grupo de empresas multinacionais, como por exemplo: o domínio

sobre as principais cadeias alimentares pelas empresas Nestlé, Cargill, Monsanto, Pepsico e Wal-Mart. “A expansão capitalista no campo não somente destroça as culturas camponesas e a oferta de alimentos saudáveis como reafirmam, a cada gesto desse processo de controle oligopolista da alimentação” (CARVALHO, 2014, p. 48), em que há imposição de produtos agrícolas beneficiados e industrializados, atenuando a discriminação social contra a produção dos camponeses.

Esse cenário é atenuado devido ao fato de que o crescimento das exportações agrícolas não é incompatível com a expansão da quantidade de alimentos colocados à disposição da demanda interna. Para Miranda (2007), na maioria das situações, o aumento das exportações se deve aos preços internacionais favoráveis, assim eleva os preços internos, contraditoriamente permite também melhorar a eficácia do sistema produtivo. A restrição da demanda interna não é uma condição necessária para o aumento das exportações. A partir de Coca (2016) vemos que o que prevalece aqui é o atendimento dos interesses das classes sociais que possuem os meios de produção e exercem o controle sobre o mercado em suas diferentes escalas. Isso faz com que ao mesmo tempo em que aumentam os lucros das grandes corporações, nesse caso alimentícias, também ocorra uma maior vulnerabilidade de milhares de pessoas que vivem nos países pobres.

A discussão inicial a que nos debruçamos ainda que não esgote a complexidade do desenvolvimento à brasileira e as características intrínsecas ao imperialismo-subimperialismo nos fornece base para compreender as influências do capital nas tomadas de decisão política do Estado, que é responsável por assegurar os direitos sociais como segurança, saúde e educação, (sendo o último nosso objeto de pesquisa), acaba sob essa influência se abstendo de suas obrigações sociais e focando no desenvolvimento maximização da exploração de mais-valia do trabalhador. Contudo, o capital e os capitalistas não são os únicos a influenciar a política estatal, os trabalhadores conscientes de sua exploração se organizam na luta de classes, se sindicalizam e dão início a movimentos sociais que têm historicamente exercido poder na definição das diretrizes políticas do país.

Enquanto o agronegócio expande a exploração dos recursos naturais e amplia as desigualdades no campo, os camponeses lutam pelo direito à terra e com a luta pela terra passam a lutar no interior do Estado por outros direitos sociais. Cabe destacar a agricultura familiar como importante instrumento de luta contra o capital agrário, sua lógica de produção se contrapõe ao modelo monocultor agroexportador não buscando a extração máxima de lucros advindos da exploração do trabalho, mas voltada para existência da família sem a degradação da natureza, sendo baseado em formas sustentáveis de produzir e viver.

A luta no campo não se limita à contradição entre os interesses dos capitalistas agrários por ampliação de lucros e os interesses dos camponeses em liberdade para o trabalho. No campo a luta apresenta também os conflitos sangrentos, o agronegócio mata à mão armada camponeses e animais silvestres, mata também com a contaminação do solo e das águas, a devastação e queima de imensas áreas florestais. Porto-Gonçalves et al. (2018) apresentam com dados estatísticos os conflitos e assassinatos existentes no campo e demonstram a relação entre as rupturas políticas e o aumento da violência contra os povos do campo.

Vilhena Júnior (2013) expõe as preocupações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com os índices de violência no campo que estão na região de fronteira do desmatamento. Há violência crescente, associada ao trabalho escravo e também sempre associada aos grandes latifúndios, problematiza ainda o fato de não haver punição para os que matam trabalhadores rurais. Nessa mesma linha, os movimentos sociais que lutam pela terra são criminalizados, e as lideranças dos trabalhadores, rigorosamente punidas, o que geralmente não se aplica aos latifundiários e grileiros.

1.2 A LUTA SOCIAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dadas as breves considerações sobre a questão agrária, passamos a refletir mais detidamente sobre a concepção de Educação do Campo que foi se consolidando no Brasil, para tanto, consideremos antes a educação de maneira genérica em seu sentido antropológico, assim, baseado em Brandão (2007), temos que ela se desenvolve de diferentes maneiras em diferentes sociedades, sendo assim, polissêmica. Da mesma forma, vemos o caráter polissêmico da Educação do Campo, já que o campo no Brasil não é o mesmo em diferentes territórios ou contextos históricos. De acordo com Caldart (2010), a Educação do Campo se constrói a partir dos movimentos sociais, das relações e da realidade dos mais diferentes grupos sociais que moram e trabalham no campo. Dessa forma, a educação **do** e **no** Campo se constrói pelos indivíduos que vivem no campo, e que sonham e lutam por um desenvolvimento sustentável e solidário. “No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p.26).

Vimos, a partir de Menezes (2013), que há na história brasileira alguns movimentos e instituições que precederam as primeiras políticas de educação para populações do campo,

dentre eles destacamos o movimento do “ruralismo pedagógico” (década de 1930), cuja concepção é a de que no espaço rural deve ser ofertada a mesma educação da cidade, e a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que atualmente pesquisa e aponta dificuldades em relação a Educação do Campo, criado em 1938. Meneses (2013) afirma ainda que o ruralismo pedagógico está emaranhado no Extensionismo, que defendia o uso das cartilhas com os alunos e alunas do campo numa perspectiva de um grande conhecimento restrito, em que se materializa a ideia de uma escola integrada às condições locais regionalistas, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem do campo, uma educação para adaptá-los a trabalharem como colonos, como pequenos agricultores, já que os filhos e filhas dos grandes proprietários latifundiários se destinavam a estudar na cidade do exterior.

Melo (2010) assinala que no Brasil não houve políticas públicas de educação efetivas que viessem a contento das reais necessidades dos camponeses. Havendo destaques programas e campanhas educacionais que são abandonados a cada troca administrativa de governo. Os camponeses sempre foram relegados à marginalização, sem nenhuma participação na elaboração e construção de uma educação que viesse tirar o peso de mais de 500 anos de exclusão social. De tal forma que, historicamente, o campo foi esquecido nas políticas de educação, a exemplo as constituições anteriores à constituição cidadã, pouco ou nada avançaram nesse sentido. Foi apenas com a Constituição de 1988 que se assegurou o direito público à educação básica, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Na perspectiva de Taffarel (2011), a Educação do Campo surge para se contrapor à educação rural, esta última podendo ser caracterizada por servir aos interesses da implementação do modelo agroquímico norte-americano. Para Tavares (2018, p. 31), “essa nova concepção valoriza os conhecimentos da prática social do camponês e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, sociabilidade, identidade, enfim, como o espaço da construção de novas possibilidades de reprodução social”. Nesse sentido, podemos dizer que a busca pela EC deve se encontrar dentro dos limites dos interesses dos povos do Campo, sendo a mudança do paradigma da educação rural a Educação do Campo necessária à conquista dos direitos dos camponeses.

Nesse sentido, Silva e Passador (2016) compreendem que Educação do Campo está longe de ser caracterizada como um ruralismo pedagógico idealizado, pois colocam as condições de vida do campesino na pauta de estudos: como os indivíduos lidam com o ambiente, o trabalho no campo e com o conteúdo escolar, o passivo histórico da desigualdade agrária que situa educandos e educadores. Para Menezes (2013), a mudança de paradigma da educação rural para EC ainda está em discussão, ela partiu de uma proposição política que

passou a ser delineada na década de 1990. Vem sendo construída em conjunto com movimentos sociais e especificamente por trabalhadores camponeses em uma luta que, ao mesmo tempo, implica a conquista da terra e da educação. Junto com os movimentos, a Educação do Campo exige o ensino fundamental da qualidade, com a inclusão do ensino superior para professores, pós-graduação em nível de especialização, portanto, com um bom diferente das políticas impostas pelas elites para a educação rural.

Na perspectiva de Borges et al. (2013) a EC é uma concepção que visa a possibilidade de mudanças da sociedade por meio do trabalho pedagógico, seja ele nas escolas do campo, ou mesmo nos ambientes não formais. Nesse sentido, a EC pode ajudar na mudança da sociedade, mas caso não haja organização contundente na sociedade, perdem-se os ensinamentos relacionados ao trabalho pedagógico, assim apontamos a necessidade de formação dos jovens, levando em consideração que o trabalho pedagógico por si só não muda a sociedade, ele é um alicerce para a compreensão da realidade social, mas a mudança da sociedade advém do trabalho revolucionário.

Tal concepção advém da práxis dos “movimentos sociais do Campo que vem ao longo de duas décadas sendo gestadas com ações para disputar uma nova sociedade, com a intenção de fazer com que os sujeitos do campo se vejam como sujeitos da sua vida sem a tutela do Estado” (BORGES et al., 2013 p. 123). Essa disputa por uma nova sociedade se logra na política geral, mas em especial na política dos governos e do Estado. Sobretudo, devemos considerar o que pondera Taffarel (2012), o poder político veio se estruturando ao longo da história da humanidade a partir do confronto das classes sociais e se caracteriza hoje como o Estado burguês.

A lógica do Estado acaba por trabalhar sob o jugo da hipótese de que que nosso sistema escolar é urbano, apenas pensado no paradigma urbano. Para Arroyo (2007), a formulação de políticas educativas e públicas geralmente é pensada na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos. Há, portanto, uma falsa inferência da cidade como o espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. Assim, a idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. Como resultado se produzem políticas generalistas que não compreendem as especificidades dos diferentes campos do Brasil.

Devemos ponderar que “o Estado capitalista que alinha o poder dos que detêm os meios de produção em confronto direto com os que detêm somente sua força de trabalho. Configura-se assim a luta de classes que está presente no dia a dia de todos os seres humanos” (TAFFAREL, 2012, p. 2). Para Silva (2017), uma tendência política que vem ganhando fôlego

é a política hegemônica que se intensifica na década de 1990, quando o governo brasileiro, ao seguir orientações do mercado mundial, estabeleceu novos marcos regulatórios para a educação, por meio de mecanismos corretivos de reformas e ajustes, baseados na dinâmica do mercado. Nesse contexto, a política é a organização do poder a partir da luta pelos interesses de classes sociais antagônicas. Sendo determinada basicamente pelo capital industrial, estatal, agrícola e especulativo que prevalecem em detrimento dos interesses dos trabalhadores e suas necessidades básicas.

Melo (2010) afirma que a Educação do Campo é a educação que atua para e na superação da situação de abandono, miséria, opressão e desumanidade presentes no campo brasileiro, produzida pelo capitalismo, para essa superação é essencial a atuação dos movimentos sociais, Borges (et al. 2013) aponta que a presença dos movimentos sociais é permanente na história política do país sendo importante enfatizar força sócio-política e o reconhecimento de que suas ações impulsionam diversas mudanças sociais eles se constroem demarcando interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais, os movimentos sociais desenvolvem ainda, ações coletivas, valorizando a participação, no sentido do pensar coletivo e o produzir coletivo possuindo a relação com o surgimento de novos paradigmas na educação. Corroborando assim para inferência de que os movimentos sociais articulados à educação contribuem para a formação voltada para a práxis transformadora diante da sociedade contemporânea.

Os movimentos sociais articulados à educação, sobretudo, Educação do Campo desencadeiam formações políticas, acabam por influenciar no cenário educacional e pelo cenário educacional são influenciados destes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) merece destaque dada sua importância no desenvolvimento da Educação do Campo Considerando sua trajetória histórica de lutas, para Azevedo (2009), as questões educacionais referentes ao campo não podem ser analisadas dissociadas das lutas MST. Para esse grupo “a escola é uma exigência imposta pela realidade dos alunos em idade escolar que acompanham seus pais nas ocupações de terra.

O MST surgiu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. No final da década de setenta, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. “As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda

Alta-RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê-SC, em 1980” (FERNANDES, 1997, p. 2).

No contexto da política educacional, Oliveira (2011) e Pinto et al, (2018) demonstram diferenças existentes entre políticas de Estado e políticas de governo, uma política de governo é referente a processos políticos elementares do poder Executivo, relacionada a implementação de medidas para responder a demandas internas de um governo, não envolve questões estruturais, normalmente se limitando a programas e projetos que de maneira geral não são continuados pelos governos seguintes. Já a política de Estado não se limita às questões internas de um governo, os processos referentes às políticas de Estado envolvem sempre outras instâncias e agências do Estado, sua burocracia é mais demorada e as políticas de Estado continuam por longo período após o término do mandato de determinado governo.

Existem, entretanto, programas que devido a seus impactos e duração promovem mudanças tão significativas no cenário da educação nacional que se aproximam da complexidade das políticas de Estado, um exemplo no âmbito de nosso objeto de pesquisa é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que foi criado a partir da pressão dos movimentos sociais, em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária vinculado ao Gabinete do Ministro, durando até 2020, quando o Presidente Jair Bolsonaro desmantelou a continuidade do PRONERA com a reorganização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir do decreto nº 20.252 publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 2020.

A Criação do PRONERA foi precedida por dois encontros importantíssimos da história da Educação do Campo, o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) e a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Em julho de 1997 foi realizado o I ENERA, resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o MST, representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Unesco e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os participantes concluíram ser necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, “[...] bem como sua multiplicação, dada a grande demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação” (INCRA, 2020, p. 1). O ENERA acabou impulsionando a primeira conferência nacional de Educação do Campo, e nela foi ampliado o debate acerca dos rumos da política educacional dos povos que vivem e trabalham no campo.

Munarim (2018) afirma que a primeira conferência nacional por uma Educação Básica do Campo ocorreu em julho de 1998, em Luziânia-GO, esta foi a primeira Conferência Nacional da área. Conforme afirmado acima, se tratou da realização da ideia nascida no I ENERA. Mas agora, outros importantes sujeitos institucionais se agregam em parceria para a sua realização. Além do MST, UnB e UNICEF, entram em cena a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO). A Conferência é um “momento” processual amplo de articulação política e elaboração de ideias.

Nessa conferência Arroyo afirma que o 1º artigo da LDB 9394/96 deve ser a marca da luta Pela Educação do Campo buscando o vínculo da Educação com o trabalho a família e o movimento social enquanto Borges no Capítulo II - da Educação Básica - Seção I, que trata das Disposições Gerais, no art. 28 – “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 1996, art. 28). Cabe, contudo, fazermos uma observação, a legislação não pode ser vista como guardiã dos direitos dos camponeses, ela pode ser alterada para ampliar o atendimento aos interesses contrários aos interesses dos trabalhadores do campo, permite o avanço do capitalismo na educação, abre espaço para interpretações ambíguas, e se preocupa mais com a adaptação dos conteúdos do que com o modo de viver e produzir campesino.

Assim, nos deparamos com jogo da correlação de forças, processo em que as mudanças no interior da sociedade ou a manutenção do *status quo* se dá pelo resultado de forças resultantes de interesses antagônicos, de um lado a classe dos trabalhadores do campo, do outro os capitalistas, sobretudo os latifundiários. A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) tem como luta a busca por um modelo agrícola diferente do atual para o país, pautado na soberania alimentar e na melhoria dos padrões de vida dos trabalhadores do campo. Para Fernandes (2014), devido a correlação de forças políticas estar sob o massivo domínio dos setores ultraconservadores as lutas sociais do campo e das cidades não foi possível (ainda) impor ao Estado o cumprimento das conquistas agrárias formalmente consagradas na atual Constituição Federal.

Dessa forma, não podemos deixar passar despercebido a influência da questão da propriedade privada no âmbito das políticas públicas para a Educação do Campo, ou mesmo a ausência delas, assumimos então, em acordo com Taffarel (2011) que ainda vivemos sob as amarras da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da produtividade humana. A natureza, e o controle do trabalho humano, ciência e tecnologia ainda estão nas mãos de poucas pessoas, ou seja, os capitalistas detendo os meios de produção e poder político, isto

é, a burguesia tem o direito de decidir direções importantes relacionadas aos interesses de manutenção da vida.

Considerando a potencialidade dos movimentos sociais como impulsionador de mudanças, assinalamos que se faz necessário um projeto de escola do campo cujas suas matrizes que podem ser somadas no interior dos movimentos sociais articuladas a busca por direitos do camponês. Para Fernandes (1999), a política brasileira ignora a necessidade de uma escola do campo, é necessário ao campo um projeto de escola que não caiba nela mesma, uma escola de fato do campo é aquela que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que constrói conhecimento e tecnologias para o desenvolvimento social e econômico dessa população. A localização deles é secundária, o que importa é a proximidade política e espacial com a realidade camponesa. Para Caldart (2004), a EC se faz no diálogo com a teoria pedagógica, sobretudo com a pedagogia crítica, sendo observado três referenciais principais.

Assim, para Caldart (2004), a primeira das referências é a tradição do pensamento pedagógico socialista, que pode nos ajudar a repensar a relação entre educação e produção a partir da realidade concreta dos objetos desse campo; também introduz a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva e a reflexão sobre a dimensão da cultura no processo histórico, que agora podemos vincular a questões específicas do processo de aprendizagem e ensino advindas de estudos mais recentes da psicologia sociocultural e de outras ciências que buscam compreender mais profundamente a arte da educação. de uma perspectiva humanística e crítica.

Para Silva (2017), as referências críticas compõem forças que integram as lutas mais amplas por transformação na sociedade, com implicações contraditórias, no espaço institucional, revelando que “as relações de classe e de exploração estão expressas nestes espaços nos embates e rumos da política educacional, o que pode gerar tensões conceituais e revelar contradições” (SILVA, 2017, p. 109).

Continuando com as principais referências críticas necessárias a Educação do Campo de Caldart (2004), para ela a segunda referência necessária é a Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular, que incluem o diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão (a dimensão educativa da própria condição de oprimido) e da cultura (a cultura como formadora do ser humano), especialmente em Paulo Freire. “A Educação do Campo talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório, e por isso mesmo, educativo” (CALDART, 2004, p. 18).

E a terceira referência pedagógica para a Educação do Campo vem de uma reflexão teórica mais recente, que estamos chamando de Pedagogia do Movimento, e que também dialoga com as tradições anteriores, mas se produz desde as experiências educativas dos próprios Movimentos Sociais, e em especial dos Movimentos Sociais do Campo. Para Caldart (2004), é necessária uma matriz pedagógica cuja constituição teórica se dá no mesmo tempo histórico da Educação do Campo.

Tavares (2018) pondera que os princípios fundamentais da Educação do Campo emergem da pedagogia crítica, que constituem suas principais referências com o diálogo principal ligado aos objetivos de emancipação, luta por justiça e igualdade social. Silva (2017) aponta que a pedagogia crítica se faz necessária ao desenvolvimento da Educação do Campo, pois a mesma se localiza no campo de lutas permeados pelo movimento social na busca da conquista por direitos que foram negados historicamente de maneira que uma pedagogia crítica, rural não oferece espaço para a reflexão e problematização da realidade social do camponês.

Assim, as matrizes de referência da Educação do Campo compõem a própria “[...] materialização da concepção educativa ‘do campo’ está vinculada aos Movimentos sociais camponeses que lutam por direitos, escola e desenvolvimento” (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 11-12). Ela exige novas práticas e posturas e sua implantação não se dá sem conflitos. Apesar das dificuldades, o Movimento pela Educação do Campo conquistou importantes avanços na última década, colocando novas questões aos educadores, à escola, ao Estado e à sociedade.

Lembremos que uma contradição substancial que impera no contexto da disputa dos camponeses com o capital é que a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, pois é um instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. “Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes” (TAFFAREL, 2012, p. 9).

Frente a isso, o que a Educação do Campo propõe é recolocar com pormenores e conexões o socialismo científico (ENGELS, 1880) na formação de professores, o materialismo histórico-dialético enquanto teoria do conhecimento, o marxismo como filosofia e o projeto histórico de superação do capital como possibilidade histórica concreta, é, portanto, nesse ponto que as lutas dos homens, mulheres e crianças do campo no Brasil devem se ancorar.

Essas conexões em nível global, nacional e regional podem corroborar para a solidificação das bases do conhecimento científico acerca dos problemas sociais mundiais

brasileiros e amazônicos, visando a superação do capital. Com isso, é importante enfatizarmos o que Vilhena Júnior (2013) afirma: o Brasil e, em particular a região da Amazônia, em conformidade com a dimensão territorial, das especificidades, características populacionais e potenciais econômicos, “[...] conservam um componente de ‘igualdade’, que é o modo capitalista de exploração das comunidades tradicionais e dos recursos naturais locais aos quais essas populações estão diretamente ligadas”. E ainda, o modo de cada uma responder aos efeitos da globalização, apontando para o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, que leva a disputas, dessa forma expondo os equívocos das políticas públicas e do modo padronizado de tratar as questões sociais. Buscaremos a seguir expor algumas dessas especificidades que permeiam as relações sociais e os processos políticos e sociais que circundam o desenvolvimento da educação do campo no contexto amazônico.

1.2.1 Educação do Campo no Contexto Amazônico

Para discutir a questão da Educação do Campo no Amazonas se faz necessária a descrição, ainda que breve, (já que numa dissertação é difícil uma ampla envergadura) de alguns elementos, sobre o território. Sob determinados processos históricos a territorialização do Amazonas é de certa maneira complexa. Segundo Oliveira e Mourão (2017), foi um dos últimos territórios a ser colonizado, além disso, o local conhecido hoje como Amazonas já pertenceu à Espanha, que, enquanto potência marítima europeia, chegou nas Américas antes das navegações de Portugal. Por conta disso, os dois países acima acabaram por assinar um Tratado de divisão de terras, o Tratado de Tordesilhas que definiu uma linha imaginária a 370 Léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde servindo como limite para as futuras possessões entre os dois países.

Após vários conflitos entre os dois países acabou se firmando o Tratado de Madri, em 1750, que desembocou em 1751 na criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão com sede em Belém. Figueiredo (2017) aponta que elevação do Amazonas à categoria de província em 5 de setembro de 1850 ocorreu devido a pressões ao parlamento que tinham como origem a complexidade em administrar um território tão extenso.

No contexto regional é importante destacar que a Amazônia brasileira já foi vista pelo Estado como válvula de escape para os conflitos no campo, Vilhena Júnior (2013) enfatiza que a colonização dessa região foi uma alternativa à Reforma Agrária e teve como objetivo real dinamizar e minimizar os conflitos sociais em outras regiões agrícolas. “Com o esgotamento da

fronteira agrícola em estados pioneiros como Mato-Grosso, Pará e Rondônia, houve um redirecionamento para Roraima e atualmente Amazonas. Hoje, este último, cumpre a função das frentes que se esgotaram após muitas lutas” (VILHENA JÚNIOR, 2013, p. 39), em tais lutas predomina a concentração fundiária, o que contribui para a perpetuação de relações semifeudais que são fruto do passado colono brasileiro. Porém, os governos (de 2000 a 2019) haviam atuado em alternativas que democratizassem o acesso à terra, como os assentamentos que, por sua vez, cumprem o mesmo objetivo de forma paliativa, dado o processo de pauperização do homem do campo.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE, 2020), a população estimada do Amazonas em 2019 é de 4.207.714 pessoas, segundo o censo de 2010⁴ a densidade demográfica é de 2,23 habitantes por quilômetro quadrado e o Índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,674. A renda per capita é de R\$ 842 (IBGE, 2019) em comparação a outros estados ocupa o 23º lugar nesse quesito possuindo a nona menor renda per capita do país, contrastando com sua posição de maior estado do país, a área da unidade territorial 1.559.167,889 km².

Esse é o panorama da realidade do Amazonas, no contexto amazonense, a partir dos estudos de Mourão (2016), Ghedin (2013), Tavares (2018) é possível notar que o desenvolvimento da EC se dá muito mais por conta das instituições do que pelo movimento social, talvez pelo fato de que o movimento que mais contribui para a Educação do Campo o MST não está presente neste estado, entretanto, não significando que no Amazonas não existam movimentos sociais. Assim, é mais evidente no contexto amazonense o desenvolvimento de programas e projetos de Educação do Campo que são resultados das conquistas dos movimentos de outros estados pela via institucional do que a pressão dos movimentos sociais do campo para a elaboração destes. Contudo, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até 2017, no Amazonas havia 145 assentamentos com 57.234 famílias assentadas com uma área total de 27.290.997,70 (ha).

O maior exemplo de articulação dos movimentos sociais na Amazônia brasileira no que tange a Educação do Campo é apresentado por Hage e Corrêa (2019) sob a liderança do Fórum Paraense de Educação do Campo das Águas e das Florestas (FPEC), este fórum articula e mobiliza movimentos e organizações sindicais que representam povos tradicionais e camponeses da Amazônia paraense, eles buscam em conjunto com professores e estudantes das universidades públicas e redes básicas de ensino “a construção da hegemonia de um projeto

⁴ A mais recente estimativa de densidade demográfica e o IDH é de 2010.

popular de educação e de sociedade, que reconheça e afirme a necessidade de alianças para a existência e fortalecimento da esfera pública”(HAGE; CORRÊA, 2019, p. 133), o movimento se confronta com o projeto dominante de educação e de lógica de formulação das políticas públicas, de agricultura, de campo e de desenvolvimento que atualmente é centrado na parceria público-privado.

Acreditamos que a Educação do Campo, por meio de seus programas e projetos, deve chegar a todos os camponeses do Amazonas, em especial, os de assentamentos de Reforma Agrária, independentemente do nível. Entretanto A Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas não possui uma política séria voltada à modalidade de ensino a EC, assim, a Educação do Campo tem se desenvolvido em torno de ações pontuais a partir de instituições como o Instituto de Educação Rural no Amazonas ou por força das parcerias da Universidade Federal do Amazonas ou da Universidade do Estado do Amazonas com programas como o PRONERA e as secretarias do estado ou dos municípios.

Um problema levantado por Vilhena Júnior (2013) é que o modelo de política educacional pensada para a Amazônia reflete como processo final, “os modelos hegemônicos que dominam a política nacional e marginalizam milhares de trabalhadores principalmente pela lógica do sistema dominante onde as técnicas e tecnologias não estão a serviço da sociedade como um todo por ser tratada como mercadoria” (VILHENA JÚNIOR, 2013, p. 53). Para ele, programas e projetos federais não oferecem bases para que seja possível perceber as contradições que permeiam a realidade, pois há execuções sem compromisso, omissas e até irresponsáveis das políticas e dos agentes públicos, de tal forma que as oportunidades de aprimorar e implementar de fato o que os ideais imprimiram no papel como políticas públicas são perdidas.

Contudo, Tavares (2018) destaca os seguintes programas e projetos: O Projeto de Educação de Jovens e Adultos em áreas de assentamento no Estado do Amazonas: Convênio UFAM/INCRA/PRONERA; O Projeto Educação de Jovens e Adultos e Diversidade Cultural: inclusão através da escolarização nas áreas de assentamento no Estado do Amazonas - Convênio UFAM/INCRA/PRONERA (2004); Escola da Terra: Aperfeiçoamento e Especialização de Educação do Campo. Já Vilhena Júnior (2013) se debruça no estudo das marcas do Convênio UEA/INCRA/PRONERA (2004-2008) na Educação do Campo de Roraima e Amazonas.

De acordo com Tavares (2018), o Projeto de Educação de Jovens e Adultos em Áreas de Assentamento no Estado do Amazonas apresentado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através da Pró-Reitoria para Extensão e do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (NEPE) da Faculdade de Educação buscou a aproximação da realidade

vivenciada por aqueles que vivem nos assentamentos do Estado, por meio de uma intervenção pedagógica como forma de superar as dificuldades em relação à problemática do analfabetismo na zona rural dos municípios onde se localizam os assentamentos atendidos visando a educação e capacitação de jovens e adultos (EJA) assentados em áreas de Reforma Agrária, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Esse convênio, que objetivava atender jovens e adultos do campo, nos levou a refletir se a EJA poderia contribuir para percepção dos seus educando sobre o desenvolvimento regional de suas comunidades, partimos do pressuposto de que o desenvolvimento do projeto a partir de uma instituição que tem compromisso com a ciência como a UFAM em parceria com o PRONERA deve no mínimo ser diferenciado, não se estabelecendo da mesma forma que o modelo de ensino urbano, pois o modo de produzir e viver do camponês é diferenciado, algo que não é desconhecido pelas instituições envolvidas.

Silva e Vasconcelos (2012), na busca por analisar as perspectivas e percepções sobre sustentabilidade dos educandos da EJA de um assentamento no município de Parintins-AM, nos apresentam uma importante relação entre EJA, Educação do Campo e Educação Ambiental – (EA) e Sustentabilidade. Para eles, a importância da EA para a EC está diretamente ligada à relação que o camponês tem com a terra, pois as duas concepções de educação buscam a integração do sujeito no seu meio cultural, capaz de transformar e atuar nas decisões referentes a sua vida individual e coletiva, pois:

O vínculo do camponês com a terra é muito importante para suas perspectivas e ensiná-lo a satisfazer suas necessidades vinculando sua consciência para as gerações futuras também satisfazerem suas próprias necessidades, a implantação de projetos vinculados com a realidade campesina interagindo com o conhecimento prévio dos alunos, proporcionará novas relações entre pessoas e natureza, sempre tendo partindo do local, o território pode ser reinventado a partir de suas próprias potencialidades, através da participação coletiva da comunidade (SILVA; VASCONCELOS, 2012, p. 6).

Devemos acrescentar que o convênio UFAM/INCRA/PRONERA teve continuidade, Tavares (2018) afirma que o “Projeto de Educação de Jovens e Adultos e Diversidade Cultural: inclusão através de escolarização nas áreas de assentamento no Estado do Amazonas” (2004), oferecido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) através da Pró-Reitoria para Extensão, e do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (NEPE) em convênio com o INCRA/ PRONERA, se propôs a dar continuidade à demanda de atendimento das populações do meio rural, em decorrência de ações desenvolvidas, possibilitando o acesso e a continuidade no atendimento dos grupos à escolarização.

O “Projeto do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo: Práticas Pedagógicas”, foi realizado em convênio com UFAM/FNDE/MEC/Secadi, em parcerias com a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) e 24 Secretarias Municipais do Estado do Amazonas. Foi a primeira experiência da UFAM/FACED na formação de professores(as) na perspectiva da Educação do Campo. Borges (et al 2016) dá destaque à pedagogia da alternância como metodologia do percurso formativo dos sujeitos envolvidos no processo de aperfeiçoamento em EC.

Teixeira et al. (2008) afirma que pedagogia da alternância surgiu na França a partir de um movimento reivindicatório referente a necessidade de uma educação escolar que, além de formação agrícola, atendesse às especificidades dos educandos do campo que propiciasse de alguma maneira elementos e condições voltadas ao desenvolvimento econômico e social da região. Mais tarde as reivindicações influenciariam na organização do tempo da formação desses sujeitos, de tal forma que a organização do tempo formativo passou a se constituir em dois momentos, ou dois tipos de tempo, assim os educandos alternavam entre os tempos em que os jovens permaneciam na escola e tempos em que estes ficavam na propriedade familiar, essa forma de organizar o tempo formativo acabou por influenciar a Educação do Campo no Brasil, a pedagogia da alternância foi adotada principalmente pelas Casas Familiares Rurais e Escolas Familiares Agrícolas. No caso do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo o percurso formativo era organizado em: *Tempo Universidade e Tempo Comunidade*.

Tempo Universidade é o momento em que os professores(as), em formação têm aulas teóricas e participam dos aprendizados das várias áreas dos conhecimentos: pedagogia, didática, psicologia, filosófica e da conjuntura agrária, além da discussão do mundo do trabalho do campo. Nesse tempo eles irão se auto-organizar para realizar tarefas que garantam o funcionamento do curso; também participarão de discussões com coordenação sobre o processo de planejamento das atividades, em relação ao próximo módulo e sobre o planejamento do tempo comunidade. [...] Atividades do Tempo Comunidade são os momentos em que se realizam as atividades de pesquisa da sua realidade; de registro de experiências; de práticas que permitem a troca de conhecimento, nos vários aspectos. Este tempo será acompanhado pela coordenação do curso, pelos professores(as) formadores (BORGES et al., 2012, p. 144-145).

Consideramos que o trabalho possui centralidade na discussão sobre a EC, ele é categoria fundamental da nossa existência, nesse íterim Mourão et al. (2020) propõe que “Se entendemos o trabalho como a categoria fundante da existência humana, igualmente precisamos avaliar que as políticas públicas educacionais devem ser construídas por esses sujeitos” (MOURÃO et al., 2020, p. 447). Nessa circunstância é que vislumbramos e valorizamos a Educação do Campo como uma política que se construiu em função do protagonismo e da resistência dos movimentos sociais que se manifestam contra quaisquer formas de desrespeito

à classe trabalhadora. Entretanto, as autoras enfatizam que, embora a EC seja uma política pública conquistada, ela não é implementada (ainda) em todos os territórios, em função dela se estabelecer como uma categoria em disputa entre Capital e Trabalho.

O trabalho enquanto categoria inerente à existência do camponês ainda não marca a hegemonia do pensamento brasileiro, é comum no contexto do campo e da agricultura familiar o empenho do trabalho de todos os membros da família “Crianças, jovens e adultos desempenham funções de acordo com a realidade da comunidade. Nesse contexto, o trabalho da criança é visto como natural, embora seja considerado por muitos um trabalho ilegal, mas naquele território integra as culturas dos sujeitos amazônicos” (MOURÃO et al., 2020, p. 443). Com a ausência da hegemonia da perspectiva do trabalho em sua dimensão ontológica as atividades das crianças e jovens no trabalho da família é polêmico, levando a criminalização de um processo socialmente natural no campo.

Quanto ao “Convênio UEA/INCRA/PRONERA” (2004-2008), que era voltado para formação inicial de professores do campo, Vilhena Júnior (2013) levanta alguns desafios existentes no processo do convênio. No caso de Roraima não havia na época uma universidade estadual, e a única instituição pública de nível superior do estado não possuía infraestrutura para atender ao programa, então a UEA foi elegida como a instituição responsável por ofertar o curso para os professores do campo, ocorre que até o momento, embora a UEA possuísse um curso Normal Superior a instituição não possuía um curso específico de EC. Assim foi desenvolvido e apresentado aos INCRA’s de Roraima e Amazonas um projeto de curso específico, o “Projeto de Formação de Professores para Ensino Fundamental em Áreas de Reforma Agrária nos Estados de Roraima e Amazonas” que posteriormente foi enviada ao INCRA nacional.

Vilhena Júnior destaca ainda que, “a UEA passou a oferecer 200 (duzentas) vagas, onde poderiam concorrer a uma vaga trabalhadores(as) rurais assentados da Reforma Agrária, filho(as) desses trabalhadores(as), monitores(as) dos projetos de alfabetização do INCRA/PRONERA” (VILHENA JÚNIOR, 2013, p. 82). Segundo o mesmo autor, a distribuição se deu da seguinte forma: cem (100) vagas foram disponibilizadas para o Amazonas e cem (100) para Roraima. No estado do Amazonas, foram atendidas pessoas de treze (13) Projetos de Assentamentos, e da mesma forma ocorreu em Roraima onde foram contemplados trabalhadores de treze (13) Projetos de Assentamentos.

Tavares (2018) nos lembra que o campo de atuação da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é na área de formação de professores e foi a partir dessa experiência que iniciou suas atividades de formação de professores da Educação do

Campo com a parceria do INCRA e PRONERA para realizar o Curso de Licenciatura em Normal Superior e prosseguiu com o Curso de Especialização do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), ambos para trabalhadores em áreas de assentamentos da Reforma Agrária, assim a UEA ampliou sua atuação no desenvolvimento da EC, não se limitando a formação inicial mas também contribuindo na formação contínua de professores do campo.

Não encontrando na literatura ou em documentos fatos que evidenciem o protagonismo dos movimentos sociais na Educação do Campo do Amazonas apontamos o que outrora já havíamos afirmado, estes protagonistas foram as instituições, com ênfase para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e para a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), entretanto, não podemos esquecer que o PRONERA, surge a partir das reivindicações dos movimentos sociais em âmbito nacional, ou seja, nossa dificuldade é referente a complexidade de termos em evidência o impacto dos movimentos sociais locais na EC do Amazonas.

Embora no contexto local o movimento social não seja protagonista do desenvolvimento da EC devemos enfatizar que sim, ele participa desse desenvolvimento, é o que percebemos nas análises de Campos (2013) sobre as perspectivas circundantes a EC que os trabalhadores da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Amazonas (FETAGRI-AM) carregam consigo. A Fetagri é uma organização que atua ativamente na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e participa a nível Regional e Nacional das políticas públicas em várias áreas, inclusive naquelas referentes à Educação do Campo; aglutina ainda, Sindicato de Trabalhadores Rurais da maioria dos Municípios do Estado do Amazonas, que também participam de associações e conselhos comunitários de escolas, conselhos municipais, entre outros.

Assim, as perspectivas dos Trabalhadores da Fetagri sobre a EC que a partir de Campos (2013) observamos ser progressista (em maior ou menor grau), vão influenciar com maior ou menor força a política da Educação do Campo nos espaços onde eles levam e socializam essas perspectivas. De maneira geral é perceptível que estes trabalhadores estão cientes de muitos dos problemas recorrentes nas escolas do campo, é majoritário o pensamento de que “a escola existente no campo amazônico hoje, não valoriza os saberes e experiências dos trabalhadores e está focada numa formação deslocada da realidade local” (CAMPOS, 2013, p. 208). Outrossim, para o movimento sindical existe a urgente necessidade de uma educação diferenciada que vá além da escolarização, concebida como formação para o mundo do conhecimento, mas que também forme os educandos para a vida produtiva e a sustentabilidade.

2 CAPÍTULO 2 AS POLÍTICAS DE CRIAÇÃO E FOMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

No presente capítulo, a fim de tratar das políticas de criação e fomento das unidades de conservação (UCs) considerando o campo epistemológico adotado nesta pesquisa, abordaremos a materialidade pertencente ao grande capital como elemento condicionante do desenvolvimento social, considerando a estrutura e a superestrutura próprias do capitalismo contemporâneo e sua expressão no campo amazônico, sem deixar de refletir sobre as influências desse capital na política nacional como o todo. Em que pese que o desenvolvimento capitalista já tenha sido inicialmente trabalhado no capítulo anterior, revisitaremos alguns conceitos como a desigualdade, o caráter destrutivo do capitalismo, suas contradições, etc. Assim, pressupondo que o mesmo capital influencia a criação de fomento na criação das UCs buscaremos evidenciar ele influencia a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, buscando ainda discorrer sobre os povos tradicionais que vivem nessas Reservas, exercício que será precípuo para a reconstrução histórica da RDS Canumã.

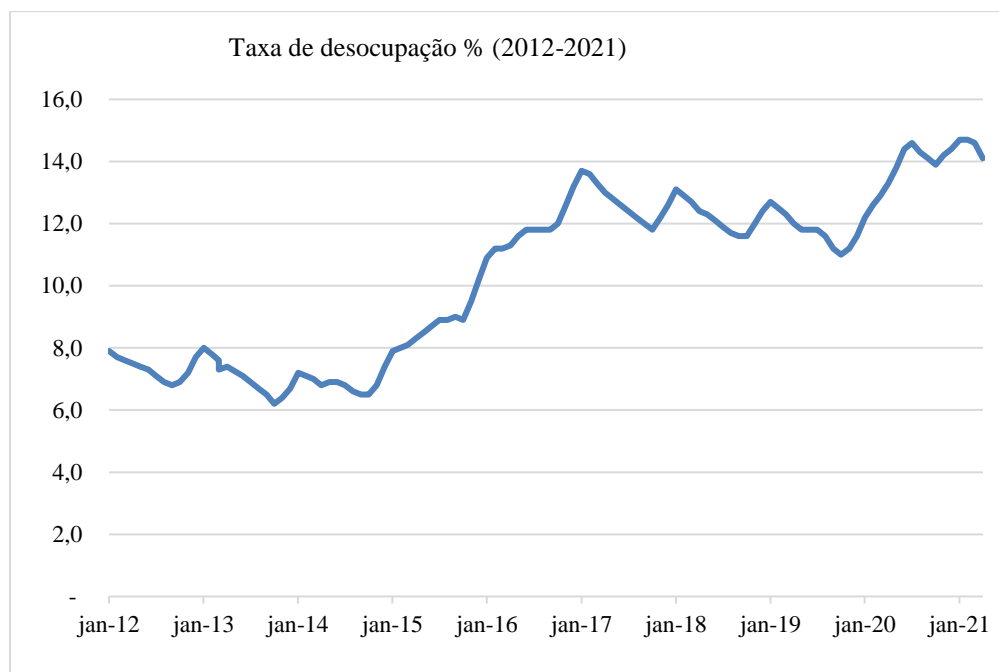
2.1 OS DEBATES SOBRE O AMBIENTE FRENTE AO GRANDE CAPITAL: ANTESSALA PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Iniciemos essa discussão a partir de um conceito amplo de Política, elucidado por Silva (2020), no qual enfatiza que ao revermos as ideias clássicas de direito e cidadania em Aristóteles, Platão, ou ainda fazendo um salto histórico para o contexto da Modernidade, se articulando às análises de Gruppi, inferimos que a Política é o exercício do poder sobre um território e um povo. Assim, se levarmos em conta a discussão apontada no capítulo anterior de que nos situamos em uma sociedade capitalista, mais ainda, que nosso país se estabelece nessa sociedade como uma espécie de capitalismo periférico e que essa condição impacta a gênese das políticas públicas em nossa sociedade, devemos crer que tais políticas são direcionadas a partir de uma superestrutura que, a partir de *A ideologia alemã* de Marx (1993), vimos que se trata do fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu próprio domínio econômico, político e social. Sendo a superestrutura, então, composta pela estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica.

Além disso, com o capitalismo assumindo o controle do sociometabolismo no mundo, ou melhor, como afirma Alves (2007), no sistema sociometabólico do capital tudo tende a tornar-se mercadoria. “Isto ocorre porque é através da forma-mercadoria que ocorre a acumulação de mais-valia, objetivo essencial da produção material ou do modo de produção capitalista” (ALVES, 2007 p. 17-18), sendo a própria força de trabalho transformada em mercadoria articulada à concentração dos meios de produção nas mãos de poucos burgueses, o que resulta em exploração de uma classe por outra. A partir dessa lógica de exploração podem ser vislumbradas algumas características do capital, para Mészáros (2015) o capitalismo é expansionista, destrutivo e incontrolável.

Para nós, o caráter destrutivo do capitalismo se evidencia pelo seu traço contraditório (*capital versus trabalho*), de tal forma que o imperialismo influi nas políticas de Estado direcionando-as para ampliação da liberdade para o capital em detrimento da liberdade para o trabalho. Além disso, o capital, em busca da garantia dos monopólios e da ampla extração de mais valia, gere uma lógica de produção e reprodução interminável e inesgotável, desconsiderando a finitude e esgotamento dos recursos naturais do planeta Terra.

Gráfico 1 Séries históricas do desemprego no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Adaptado pelo autor (2021).

A política que privilegia a liberdade para o capital em detrimento da liberdade para o trabalho resulta nas altas taxas de desemprego, na produtividade do trabalho aliada à flexibilização do capital e trabalho, promovendo dentro da realidade da crise estrutural do

capital os problemas sistêmicos da subutilização do trabalho, desocupação levando o trabalhador até mesmo à desistência da busca por emprego⁵. Além disso, a lógica de produção e reprodução inesgotável gerenciada pelo capital gera pressões sobre a natureza e seus ecossistemas, os monopólios agroindustriais, por exemplo, são responsáveis pelas altas taxas de desmatamento nas florestas primárias, como a Amazônia Legal.

Gráfico 2 Desmatamento na Amazônia



Fonte: Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (2021).

Para Cohen (et al. 2007)⁶, o desmatamento possui impactos na temperatura do ambiente e no ciclo hidrológico Amazônico, e possui relação com o cenário de mudanças globais que indica um clima de 2 a 6° C mais quente para a Amazônia no final deste século. Esse aquecimento pode ter impacto importante sobre a manutenção do bioma amazônico. Saccaro (et al. 2015)⁷ apontam elementos que relacionam as taxas de desmatamento da Amazônia Legal diretamente com a incidência de doenças nesta região. É também cada vez mais evidente que a fragmentação da floresta, devido a mudanças do uso do solo, está fazendo a floresta ficar mais

⁵ Indicação para a verificação dos índices de subutilização do trabalho, e desalentados no site do IBGE: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

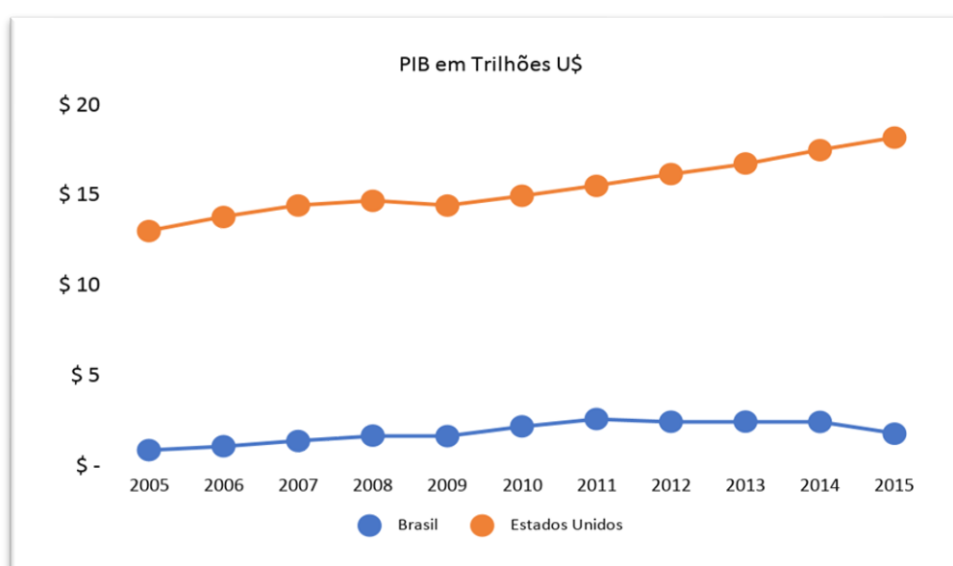
⁶ Ver mais em Cohen (2007).

⁷ Aprofunde o estudo desses dados em: Nilo Luiz; Mation, Lucas Ferreira; Sakowski, Patrícia Alessandra Morita (2015) : Impacto do desmatamento sobre a incidência de doenças na Amazônia, Texto para Discussão, No. 2142, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/129913/1/837282837.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

suscetível a incêndios, aumentando a inflamabilidade e a taxa de queimadas.

São as características destrutivas e expansionistas do capital que permitem a concentração de riqueza a partir da alienação do trabalho, o que resulta em amplas desigualdades econômicas e sociais, as quais são globais e se reproduzem no interior dos países, das regiões etc. São elas, as desigualdades, de proporções imensas se por exemplo compararmos o Produto Interno Bruto – (PIB)⁸ do Brasil com o dos Estados Unidos podemos ter uma ideia da desigualdade econômica.

Gráfico 3 Produto Interno Bruto do Brasil e Estados Unidos de 2005 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de The World Bank (2020).

Dessa forma podemos notar a diferença de uma potência capitalista para um país que se situa na periferia do capital: em 2005 a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo Brasil girou em torno de US\$ 8,9 bilhões, enquanto o PIB dos Estados Unidos alcançou US\$ 13 Trilhões, a diferença girou em torno de US\$ 12,1 trilhões. Mesmo durante a chamada crise de 2009, o PIB dos EUA era de US\$ 14 Trilhões e do Brasil de US\$ 1,4 trilhão. De 2010 a 2014, o PIB brasileiro esteve na casa dos US\$ 2 Trilhões, mas em 2015 voltou para a casa de US\$ 1,8 Trilhão. Enquanto dos EUA saiu de US\$ 14 Trilhões de 2009 para US\$ 18 Trilhões em 2015.

Embora o PIB seja o indicador mais utilizado para medir o crescimento, “este indicador fornece conclusões distorcidas em relação ao desenvolvimento da nação uma vez que não

⁸ O PIB é um importante indicador da macroeconomia, pois permite quantificar a atividade econômica de uma região e comumente é relacionado à riqueza de um país.

reflete as consequências causadas pelos níveis de produção e consumo atuais na sociedade” (JUA, 2020, p. 96). Desse modo, não podemos confundir a riqueza medida pelo PIB como expressão de desenvolvimento humano e qualidade de vida, a supervalorização desse indicador pode contribuir para que sejam mascaradas as crises sociais existentes em níveis locais, regionais e global. Além disso, “À medida que aumentam a produção material e os padrões de consumo, aumentam também os riscos coletivos colocando a sustentabilidade numa frágil posição” (COSTA, 2004, p. 210), o que pode ser atenuado quando os desenvolvedores das políticas justificam a ampliação da degradação ambiental pela necessidade do rápido crescimento econômico.

Outro indicador amplamente utilizado é o índice de desenvolvimento humano IDH. Enquanto unidade de medida o IDH pretende aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda. Ainda que o desenvolvimento socioeconômico não possa ser inteligível quando reduzido apenas a esses três aspectos, as marcas da desigualdade podem ser evidenciadas por eles. Se apontarmos a posição do Brasil (que nos últimos anos está entre as 10 maiores economias do mundo) no ranking do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) veremos que ainda há muito o que avançar.

Segundo o Relatório de desenvolvimento humano (PNUD, 2015), em 2014 o Brasil ocupava 75º (septuagésima quinta) posição com o IDH de 0,755, 2014) numa escala que vai de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais próximo de 0 (zero) menor é o desenvolvimento humano de um país, quanto mais próximo de 1 (um) maior seu grau de desenvolvimento humano, à luz dos quesitos do indicador. Já os Estados Unidos que ilustramos o PIB comparado ao do Brasil evidenciando a desigualdade em termos de atividade econômica possui o 8º (oitavo) maior IDH do mundo.

Desse contexto podemos inferir pelo menos dois pontos: o primeiro é que a alta atividade econômica apontada no PIB não necessariamente se traduz em alto IDH; o segundo é que em termos de educação, saúde e renda nos ditames da atual sociedade o nosso país ainda tem uma longa caminhada para se equiparar com os países que o PNUD classifica com muito alto desenvolvimento humano.

Já a partir dos estudos de Barbosa (2016) se torna evidente que o alto PIB Brasil e o seu IDH (considerado alto pelo PNUD) na verdade não expressam alto desenvolvimento humano e social, a mesma região que produz cerca de 55% do PIB nacional e alcance altos índices de

IDH em todos seus estados contraditoriamente concentra 49% dos *aglomerados subnormais*⁹ do país, esse é o retrato da região do Sudeste brasileiro onde a grandiosidade do seu potencial econômico se defronta com a grandiosa face da desigualdade. Nos aglomerados subnormais e bairros periféricos das grandes capitais os serviços públicos são precários, a falta de água potável, o descarte irregular do lixo, o esgoto a céu aberto e as moradias em locais com risco de enchentes e deslizamentos compõem a realidade e o convívio da população com as condições de vida degradantes, e, ao mesmo tempo que essa população agride o ambiente ela se torna a principal receptora das consequências da degradação ambiental sofrendo os seus efeitos.

Para Costa (2004), a produção de bens de consumo e serviços segundo as regras do desenvolvimento tradicional causou grandes e rápidas mudanças nos centros urbanos, e o crescimento populacional nesses centros se intensificou, movimentos migratórios cada vez mais acentuados pela saída da população de centros menores e do campo com as marcas do êxodo rural, causou sérios problemas, principalmente relacionados à habitação, circulação, abastecimento e questões ambientais. Embora se reconheça a necessidade de formas mais sustentáveis de viver e produzir a mudança de paradigma do desenvolvimento parece ser uma realidade distante.

Para Vizeu (2012), o discurso do desenvolvimento sustentável é contraditório em si mesmo. “O conceito surge em razão do processo de degradação econômica, fragilidade política e destruição da natureza como tentativa de amenizar o gérmen do sistema de produção capitalista: exploração, destruição e alienação” (VIZEU, 2012, p. 580). Pois embora o discurso da sustentabilidade se contraponha ao desenvolvimento tradicional existe em seu interior um emaranhado diverso de conceitos e práticas “decorrentes de variadas representações e valores tornam difícil a operacionalização de um desenvolvimento sustentável transformando eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social em frágeis conceitos” (COSTA, 2004, p. 212).

Nesse cenário, devemos observar o caráter contraditório dos discursos dos países desenvolvidos que “se preocupam com o futuro do ambiente” Quanto mais recursos naturais degradados, maior o crescimento do PIB, desta forma, ao considerar produtos depreciáveis como receita corrente, isso vai contra os princípios básicos de contabilidade. O caso da poluição aparecendo duas vezes como ganho ilustra ainda melhor essa contradição: primeiro, quando produzida pelas siderúrgicas, mineradoras ou petroquímicas e, novamente, quando se gasta fortunas para limpar os dejetos tóxicos que vão parar no ar ou nos rios. Outros custos da

⁹ São geralmente formadas desordenadamente e de forma irregular, encontram-se em locais próximos a focos de poluição ou de risco eminente à vida e, em sua maioria, não contam com serviços públicos, tornando esses locais ainda mais degradados e sujeitos à proliferação de doenças.

degradação ambiental, como gastos com médicos e medicamentos, também aparecem como crescimento do PIB (RATTNER, 2002).

Evangelista et al. (2020), ao estudar a relação entre emissão de CO₂ e PIB per capita de países sul-americanos, observa que a teoria de que os países desenvolvidos têm elevada emissão de gases do efeito estufa diminuem essa emissão de gases poluentes à medida que alcançam altos patamares de desenvolvimento. Assim, o PIB per capita e a emissão de CO₂ per capita aumentariam concomitantemente até certo ponto, posteriormente o PIB continuaria a crescer e a emissão de CO₂ passaria a diminuir seu aporte teórico baseado na Curva de Kuznets Ambiental (CKA)¹⁰, que estabelece a relação entre renda per capita e poluição no formato de “U-invertido”.

Em sua revisão bibliográfica Evangelista et al. (2020) apontam que há consenso entre a maioria dos autores entre a relação entre aumento de renda e a diminuição dos impactos ambientais em países desenvolvidos, entretanto, o formato de U invertido segundo a teoria da curva de Kuznets ambiental é regra apenas para países onde a renda per capita é superior a US\$ 14.472,42 e a representação gráfica da relação renda/emissão de CO₂ se apresenta de outras formas em países de menor renda per capita. Mas não podemos perder de vista algo que os autores apontam em seu texto, as economias avançadas exportam seus processos de produção intensivos em poluição para os países menos desenvolvidos, o que abre uma possibilidade para que na leitura de estudos futuros nós possamos nos deparar com provas empíricas de que de que a relação entre aumento de renda e diminuição de emissão de CO₂ seja falsa inferência.

Outro indicador que vem sendo abordado é o PIB Verde que tenta aferir a sustentabilidade de uma economia incluindo variações no capital natural, os custos associados à poluição, apresentando uma dimensão ambiental ao indicador.

O PIB Verde tem um enfoque e uma proposta relacionada ao uso e esgotamento dos recursos naturais, à produção e o gerenciamento empresarial que em suas estratégias organizacionais buscam equalizar os problemas que envolvem estas questões. A sua finalidade consiste em primar pela eficiência dos processos produtivos e das alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável de longo prazo. As questões estruturais devem ser discutidas frequentemente, visando buscar entender a melhor maneira de se promover um desenvolvimento de maneira ordenada e sustentável (MIRANDA et al., 2018, p. 15).

¹⁰ Teoria parte da Curva de Kuznets que pressupõe que haveria aumento da renda com concentração até a desigualdade atingir seu nível máximo; em seguida, haveria um aumento da renda com menores níveis de concentração. Coloquialmente traduzida na ideia de que é “preciso aumentar o bolo para depois dividir”.

Para Souza (2020) o PIB Verde é um indicador síntese que mede em um único número a degradação ambiental agregando tanto variáveis monetárias, relacionadas à produção, quanto a variáveis ambientais de difícil mensuração o que implica que o capital natural pode ser substituído por outro tipo de capital quando na verdade não é e por isso o PIB verde se apresenta como indicador de sustentabilidade fraco. Embora o PIB verde seja um indicador fraco de sustentabilidade ele é um dos indicadores mais aceitos, já que os princípios dos indicadores de sustentabilidade forte possuem difícil aplicação prática.

Nossa perspectiva sobre o PIB verde é um pouco mais radical, ele deve ser abandonado como referência na mensuração da sustentabilidade, ele se preocupa com custos, quanto custa o capital natural, os custos com degradação ambiental, custos com impacto social. Poderíamos aceitar como indicador de sustentabilidade os gastos da Vale com o desastre (evitável) de Brumadinho¹¹? Ao mensurar o PIB verde da Vale os gastos com a reparação ambiental e a reparação social devem ser considerados além do custo com o capital natural, caso seja aceitável adotar gastos com a destruição do ambiente como parâmetro para sustentabilidade (alto ou baixo) estaremos cada vez mais próximos de confundir medidas corretivas com sustentabilidade.

As preocupações com desastres ambientais nos leva a crer indubitavelmente que o caráter destrutivo do capitalismo pode ser, num futuro não tão distante, o propulsor do colapso da vida humana. O exemplo da pandemia da Covid-19 poderia ilustrar as mazelas do capitalismo e as desigualdades que ele traz em seu bojo, para Ghedin (2020), as epidemias, pandemias e endemias que surgem com a evolução do tempo e da sociedade não podem ter origem senão no processo sistemático de desigualdade social, expresso pela falta de higiene, saúde preventiva, tratamento de esgoto, falta de água potável, além da fome, atribuindo a esse processo sistemático o conceito de uma “*Sociodemia*”¹².

A conjuntura da pandemia do Coronavírus vem sendo abordada como uma crise, e Boaventura Santos (2020) nos lembra que a natureza das crises é que elas são excepcionais e passageiras e devem ser explicadas pelos fatores que as provocam, entretanto, quando elas se tornam permanentes se transformam na causa que explica a realidade. Nesse sentido, o exemplo da permanência da crise financeira é utilizado para explicar os cortes com as políticas sociais, assim o objetivo de não se resolver a crise se desdobra em dois outros objetivos, legitimar a

¹¹ Para verificar a atualidade das atividades voltadas à reparação ambiental visitar o portal da Vale em: <http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>.

¹² Neologismo utilizado para exemplificar as reações em cadeia da sociedade frente a situações de magnitudes alarmantes e degradantes.

concentração de riqueza e sabotar medidas eficazes que buscam impedir os problemas ecológicos. Além disso, os impactos econômicos e sociais da Covid-19 caminham a diminuição dos impactos sobre o ambiente, a poluição tem diminuído em vastas áreas que levou a Santos indagar, a única maneira de evitar a cada vez mais iminente catástrofe ecológica é por via da destruição maciça de vida humana?

Martins (2020) expõe que no Brasil atual é inegável que as maiores vítimas desta pandemia são os trabalhadores temporários e de baixa remuneração, os que exercem atividades informais, os desempregados e os sem-teto que vivem nas áreas precárias das periferias das cidades. Num país onde a igualdade é uma ilusão, a situação atual é trágica: alto desemprego, arrocho salarial, desindustrialização, etc. Entre tantos fatores incertos, o certo é que enquanto persistir a desigualdade, os trabalhadores, suas famílias e comunidades sucumbirão ao COVID-19. Os mais pobres estão sendo conduzidos a uma escolha perversa entre a atividade econômica, assegurando o alimento, ou o isolamento social, garantindo a sobrevivência.

Santos (2020) afirma que quem mais sofre com a pandemia são os trabalhadores informais e precários, populações da periferia, pessoas em campos de refugiados, refugiados internos, pessoas com deficiência, idosos e as mulheres. No cenário das desigualdades as mulheres já sofrem com a feminização do trabalho, dupla jornada de trabalho, violência doméstica, estupro, feminicídio e o isolamento social não contribuirá para a diminuição da desigualdade de gênero e violência contra as mulheres, na verdade, o distanciamento social necessário ao combate da pandemia pode dificultar o acesso a redes de apoio, torna inviável que outras pessoas notem e denunciem a violência, o que se traduz como expressão da preocupação da seguinte afirmação “A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa”(SANTOS, 2020, p. 15).

Na presente crise humanitária, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na lutam contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos. (SANTOS, 2020, p. 26).

No caso do governo brasileiro, o Presidente Jair Messias Bolsonaro praticamente pôs na agenda do governo o objetivo de minimizar o Coronavírus, de acordo com o portal da BBC¹³, o presidente afirmou em evento em Miami no dia 9 de março que o potencial destrutivo desse vírus foi “superdimensionado”. Alguns dias depois, em um pronunciamento veiculado na

¹³ British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão).

televisão, no dia 24 de março, quando o país já registrava mais de 10 mortes pelo vírus, o presidente criticou o fechamento de escolas e comércios. Ele ainda comparou a contaminação por coronavírus a uma "gripezinha" ou "resfriadinho" e disse que, se ficasse doente, não sofreria. No final de abril, o presidente foi perguntado por um repórter o que ele tinha a dizer sobre o recorde diário de mortes notificadas naquele dia. Ao que o presidente respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre". Afora a insistência do presidente em incentivar a população a utilização da Hidroxicloroquina no tratamento da covid-19, que teve sua ineficácia comprovada e amplamente divulgada pela comunidade científica.

Ocorre ainda que as desigualdades econômicas que vislumbramos nas relações entre os diferentes países se reproduzem, de forma semelhante, entre as regiões e os estados brasileiros. Para explicitar isso poderíamos recorrer aos dados sobre a renda per capita e promover uma breve comparação entre o estado do Amazonas e o Distrito Federal: segundo os dados do IBGE (2020), o Distrito Federal ocupa o primeiro lugar no ranking de maior renda *per capita* no país, tomamos como exemplo o ano de 2015, neste ano o Amazonas ocupava o 20º lugar nesse ranking com uma renda *per capita* de R\$ 753, e o Distrito Federal, no primeiro lugar, figurava com uma renda per capita de R\$ 2254.

Dessa forma, destacamos dois elementos importantes para se pensar as políticas voltadas às Unidades de Conservação, o primeiro é que o caráter destrutivo do capitalismo ameaça esgotar os recursos naturais do planeta, e o segundo é que o capitalismo pressupõe a naturalização das desigualdades estruturais na sociedade. Se Theis (2019) considera que o Desenvolvimento Regional se preocupa com as disparidades socioespaciais, deveríamos esperar que o Brasil desenvolva no âmbito de suas políticas estratégias que visam dinamizar a economia e diminuir as desigualdades. Entretanto, não podemos abordar os compromissos do Brasil com o desenvolvimento regional de maneira romântica ou meramente teórica, pois qualquer preocupação não se traduz necessariamente na real busca pela superação das desigualdades. No mundo globalizado as ações do Estado não são em si apenas para si, elas levam em consideração as relações de intercâmbio com outros países, com organismos internacionais, com entidades supranacionais, que em maior ou menor grau influenciam as políticas de modo geral e, de modo mais específico, as políticas de desenvolvimento regional no interior do Estado brasileiro.

A Organização das Nações Unidas, por exemplo, possui objetivos para o Brasil e, por conseguinte, influencia sua política de Desenvolvimento Regional. O ponto de partida para o desenvolvimento desses objetivos data de décadas atrás, a partir do momento em que a

sociedade, a ciência e os estados passaram a perceber a degradação do ambiente e as mudanças climáticas. Com essa percepção chefes de Estado, lideranças políticas, ativistas e cientistas começam a enxergar a necessidade de se discutir o futuro ambiental do planeta, culminando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (2012).

Passos (2009) sugere que o problema da degradação ambiental não é recente. São vários fatores em distintos contextos históricos que contribuíram para a caracterização do problema ambiental como um aspecto global. A percepção da finitude dos recursos do planeta foi para alguns uma imagem que mudou significativamente a forma como a humanidade passou a reconhecer os limites do planeta em que vivia. Nesta perspectiva, a proteção do ambiente passa a ser uma das pedras angulares da nova ordem internacional, justificando esta extraordinária preocupação com as ameaças ambientais a que assistimos. No entanto, a preocupação com os problemas ambientais se aplica tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento, o que resulta na necessidade de cooperação entre as nações para a criação de leis e acordos ambientais internacionais.

A sociedade e os cientistas têm debatido sobre a realidade possível do esgotamento dos recursos naturais e a degradação do ambiente, cada vez fica mais claro que a possibilidade desse esgotamento advém de uma lógica de consumo incompatível com a disponibilidade desses recursos e com a preservação do ambiente. Não podemos negar a existência de uma crise socioambiental das sociedades capitalistas, e tal crise está emaranhada na desigualdade nas diferenças econômicas, “[...] que condicionam as condições de vida dos indivíduos. Se negarmos aos indivíduos a educação em seu sentido mais pleno, estamos negando a possibilidade de tornarem-se ‘humanos’, no sentido concreto dessa expressão” (REIS, 2011, p. 296).

Para Reis (2011), a Educação Ambiental (EA) é essencial para um processo de formação crítica e transformadora que leve em consideração a necessidade de oferecer bases para sujeitos compreenderem a realidade e complexidade das relações de produção e reprodução da vida, na sociedade capitalista, em busca de uma sociedade mais justa e sustentável, assumindo que a questão ambiental está atrelada a questão social e se expressa como consequência e em um sentido dialético também determina relações estabelecidas em sociedade.

Para Costa (2004), a degradação ambiental tem também uma componente comportamental, o comportamento social atual é propício a destruição do ambiente e seus recursos, portanto o comportamento social deve mudar. Porém a mudança de comportamento exige a mudança de valores, mudança dos padrões de consumo e na natureza e intensidade das interações sociais, perpassando a aceitação ou rejeição de políticas inovadoras destinadas a

fortalecer o sistema de desenvolvimento sustentável, para essa autora uma sociedade sustentável é um desafio.

[...] um desafio que poderá ser vencido somente mediante um novo modelo de pensar eliciado a partir de um envolvimento e comprometimento da sociedade como um todo, onde uma gestão democrática possa capacitar cada vez mais as comunidades locais a assumirem, juntamente com as administrações, a responsabilidade quanto ao desenvolvimento e à preservação do meio ambiente. A definição de estratégias e ações que contribuam para um novo modelo deve ser fruto de um esforço conjunto dos gestores em todas as instâncias e a população, buscando-se experiências que tenham contribuído para transformações efetivas em relação à qualidade de vida (COSTA, 2004, p. 218-219).

Diante disso, é necessário aliar a EA com a Educação do Campo, pois seus objetivos são compatíveis, enquanto a EA visa a formação dos sujeitos rumo à sustentabilidade e ao compromisso com viabilidade da vida com qualidade das gerações futuras a EC trabalha com a formação de sujeitos históricos pertencentes a comunidades tradicionais que há séculos, ou milênios (no caso dos indígenas), vivem e produzem e reproduzem sua existência de maneira sustentável.

Rattner (2002) traz uma importante ressalva sobre as pesquisas científicas e as tecnologias, para ele “Ao contrário do discurso oficial sustentado pela maioria dos cientistas, não há uma correlação positiva entre os avanços nas pesquisas científicas e tecnológicas e a posição de um dado país em termos de indicadores sociais e ambientais” (RATTNER, 2002, p.4). Sobre o Brasil o mesmo autor salienta que, apesar de razoável infraestrutura científica (universidades e institutos de pesquisa), em termos de indicadores de desenvolvimento humano, o Brasil permanece bem atrás de vários países com inferior desenvolvimento em ciência e tecnologia, enquanto os Estados Unidos, com o maior potencial de pesquisa e desenvolvimento, adotam posições retrógradas com relação à preservação do meio ambiente e a ajuda internacional aos países mais pobres. Em suma, enquanto esses países possuem maior potencial de pesquisa e desenvolvimento negam compromisso com o ambiente, contribui assim para maior concentração riqueza nas mãos de poucos e seletos grupos, e a maior degradação do ambiente, desse modo vale afirmar que:

Todo o processo capitalista, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da pobreza e a diferenciação social, também aprofunda o acesso desigual aos recursos naturais. Vale dizer, as melhoras ambientais resultantes do uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas, são melhoras para um número restrito de pessoas e/ou países, afinal, essas tecnologias são controladas de maneira elitista pelas corporações transnacionais que, de uma forma ou de outra, dirigem os institutos e laboratórios de investigação (PASSOS, 2009, p.2).

Portanto, convém-nos questionar a possibilidade de que nossos descendentes terão cada vez menos oportunidades de descobrir o ambiente vivido por seus pais e avós, já que as alterações climáticas são evidentes e impactam mudanças radicais nos biomas, nas paisagens e mesmo na forma que vivemos. Consideramos impensável que a humanidade tenha o mesmo estilo e qualidade de vida de um ambiente conservado, onde o ser humano é elemento a parte da natureza, que a humanidade terá com o ambiente destruído, com a existência da dualidade *home vs natureza*.

Tais questionamentos surgem por percebermos os problemas ocasionados pelo seguinte processo descrito por Reis (2011) ao exercer forte pressão sobre seus recursos naturais, a concentração de renda desencadeou uma crise capitalista nos países industrializados e, para buscar novos recursos, esses países investem na internacionalização econômica e na globalização dos mercados como estratégia política e econômica. Marcando um processo que identificamos no capítulo anterior como característica própria do subimperialismo, além de pressionarem o ritmo das economias dos países periféricos aumentam as pressões do ambiente pertencente ao território deles, num só movimento criam a dependência econômica a partir da força do capital financeiro e degradam um ambiente não pertencente ao país imperialista, relegando os impactos ambientais mais imediatos a população da periferia do capital.

Nesse sentido, Passos (2009) enfatiza que é inegável o papel do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea na grave crise ambiental, mais especificamente após a Revolução Industrial, bem como da concepção de progresso que hoje prevalece, segundo a qual o homem deve dominar a natureza – o que acarreta uma exploração incontrolada dos recursos naturais, aliada ao crescimento acelerado dos centros urbanos e às formas de gestão econômica das sociedades. “A acumulação de gases produzindo o efeito estufa é apenas um dos vários sintomas de irracionalidade no nosso altamente inequitativo mundo, Hoyos Guevara et al. (2019) apresenta estimativas preocupantes sobre a concentração de riqueza no mundo, por exemplo em 2010, os 1% mais rico do planeta controlava 29% da renda e 46% de toda a riqueza mundial, também é alarmante a concentração de riqueza no período próximo ao início do desenvolvimento da EC no Brasil, em 23 anos (1988 e 2011) a desigualdade mundial segundo os critérios do coeficiente de Gini¹⁴ caiu apenas 7%, ao analisar a apropriação do crescimento econômico global entre os anos de 1988 e 2008 os “10% mais ricos da população global se apropriaram de 60% de todo o crescimento do mundo” (HOYOS

¹⁴ O Índice de Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2004).

GUEVARA et al., 2019, p. 12) Outros exemplos dessa irracionalidade são a imensa produção e o descarte incorreto de lixo, a derrubada e queimada na floresta amazônica, a extinção de várias espécies de plantas e animais, além de vários outros crimes contra o meio ambiente¹⁵.

Para Guimarães (2012), a humanidade nunca esteve tão perto de experienciar as consequências da fragilidade dos sistemas essenciais para a vida no planeta. Ativistas e acadêmicos advertem unanimemente que, se quisermos sobreviver como espécie, nada além de uma nova ética planetária deve emergir. A transição para o desenvolvimento sustentável é necessária e requer mudanças profundas no arquétipo de civilização dominante, especialmente no que diz respeito ao padrão cultural de articulação entre o homem e a natureza. Contudo, há de se observar o uso manipulado e politicamente interessado do conceito de desenvolvimento sustentável, que chega a transformá-lo em um oxímoro desprovido de qualquer significado social de transformação, confunde mais do que justifica o debate.

É nesse cenário que se estabelece o ponto de partida para as discussões internacionais sobre o ambiente, mais precisamente o ano de 1960 é atribuído por Passos (2009, p.5) como “[...] o ponto de partida de uma nova postura em relação às questões ambientais e à visão do meio ambiente como valor complexo a ser protegido do ponto de vista internacional”. A partir das preocupações da sociedade voltadas para as questões ambientais, em setembro de 1968 a UNESCO organizou a Conferência de peritos sobre os fundamentos científicos da utilização e da conservação racionais dos recursos da biosfera, a qual, por sua vez, veiculou o reconhecimento dos Estados acerca da necessidade de uma declaração universal sobre a proteção e a melhoria do meio ambiente humano, o que levou à Declaração de Estocolmo, decorrente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, em 1972.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marca uma etapa muito importante na política ecológica mundial. Dela resultaram inúmeras questões que continuam a influenciar e a motivar as relações entre os atores internacionais, colaborando para a notável evolução que eclodiu após a Conferência. Passos (2009) considera que a Declaração dessa conferência serviu “[...] como um paradigma e referencial ético para toda a comunidade internacional, no que tange à proteção internacional do meio ambiente como um direito humano

¹⁵ O gritante exemplo hodierno dessa questão é o “deixar a boiada passar” do governo Bolsonaro que promove o desmonte de órgãos de monitoramento do desmatamento apoiado no negacionismo em relação as queimadas, o que leva Pereira et al. (2021) a afirmar que este governo é cúmplice do desmatamento por ação e por omissão.

fundamental de todos nós” (PASSOS, 2009, p. 12-13), o que gerou, dessa forma, o reconhecimento no plano internacional, do direito fundamental ao meio ambiente.

A partir de Estocolmo, a atividade diplomática dos países se intensifica, em grande parte sob pressão da opinião pública interna, para, “cada vez mais consciente dos desequilíbrios ambientais em âmbito local, dos respectivos Estados e, conseqüentemente, na esfera internacional, dadas as relações necessárias entre o meio ambiente local, nacional e global”. (SOARES, 2003, p. 173). Assis (1991), por sua vez, afirma que a partir da conferência de Estocolmo houve a recomendação para que os organismos do sistema das Nações Unidas e as demais instituições interessadas, após consultas e de comum acordo, adotassem as disposições necessárias a fim de estabelecer um programa internacional de educação sobre o meio ambiente, de enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extraescolar, capaz de abarcar todos os níveis de ensino e se dirigir ao público.

Até então, já se evidenciava que o modo e a concepção de desenvolvimento capitalista, de crescimento progresso tinha culminado na exploração incontrolada e voraz dos recursos naturais tornando o ambiente cada vez mais vulnerável. Para Freitas (2012) essa concepção de desenvolvimento sempre levou à deterioração do ambiente social e ecológico, mas somente nas últimas décadas, manifestações da relação insustentável de produção do capital com a terra tem constituído o escancaramento de uma série de contradições (que são próprias do capital), levando à descoberta da chamada crise ambiental.

O fortalecimento do direito ambiental internacional se relaciona à necessidade de cooperação entre os países, o que se deve às preocupações das pessoas sobre os graves riscos ambientais que veem. Essa preocupação diz respeito especialmente à limitação e degradação dos recursos naturais, que são vitais para a sobrevivência do planeta. A Conferência de Estocolmo originou uma nova dinâmica mundial,

Fundamentada no reconhecimento pelos Estados, dos problemas ambientais e da necessidade de agir em favor de uma solução eficaz para eles. Além disso, desempenhou um papel decisivo na sensibilização dos países em desenvolvimento para com suas responsabilidades frente ao meio ambiente (PASSOS, 2009, p. 23).

Fatos reveladores da vulnerabilidade do meio ambiente permitem concluir que não é necessária apenas a adoção de uma postura crítica para a defesa do meio ambiente, mas também é vital promover medidas de educação voltadas ao respeito à natureza, ao meio ambiente e à garantia de atendimento das necessidades das futuras gerações. Assim, Passos (2009) considera que há a busca por avançar para um novo conceito que viesse assegurar a proteção de valores

reconhecidos como prioritários, como já apontado, aqueles que fogem aos interesses limitados de um determinado Estado e servem de parâmetro para toda a comunidade internacional.

Segundo Guimarães e Fontoura (2012), entre outros compromissos em Estocolmo os países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, e a Comissão Europeia) se comprometeram a dedicar 0.7 por cento do PIB à ajuda internacional, à época da Rio-92, os níveis de cooperação tinham sido reduzidos à metade, levando assim à inclusão na Declaração do Rio de um chamado a “recuperar o compromisso de Estocolmo”.

Guimarães e Fontoura (2012) enfatizam ainda que cinco anos após a conferência, durante a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, convocada em 1997, a ajuda para o desenvolvimento havia diminuído ainda mais, para níveis próximos aos 0.2 por cento do PIB dos países desenvolvidos, compromisso financeiro este que permanece praticamente (0.27 em 2007). Segundo a Agence Française de Développement (AFD), na prática, apenas a Noruega, a Suécia, a Dinamarca e o Luxemburgo atingiram regularmente 0,7%. A AFD (2020) afirma ainda que os Países Baixos alcançaram esta percentagem até 2012, o Reino Unido a partir de 2013, e a Alemanha a partir de 2016. Os EUA e o Japão contribuem à altura de 0,17% e 0,20%, respectivamente.

Nesse contexto, podemos notar que os maiores responsáveis pela lógica consumista que tanto pressiona o aumento insustentável da exploração dos recursos naturais nem ao menos se preocupam em respeitar os acordos internacionais destinados à ajuda internacional, ao passo que poderiam, a partir de mera fração do seu produto interno bruto, otimizar e ampliar ações políticas no âmbito da preservação do ambiente e do desenvolvimento no interior dos países considerados subdesenvolvidos. É por tanto, irrefutável o fato de que a maioria dos países mais ricos continuam resistentes em materializar os compromissos assinados em Estocolmo.

Em suma, os países de hegemonia econômica não admitem que qualquer gasto mais significativo seja impresso em investimentos que não representem retorno monetário mais imediato, o que se expressa pela ratificação de que é mais interessante para os países desenvolvidos a geração e concentração de riqueza imediata do que a garantia da conservação dos recursos naturais ou da diminuição das desigualdades existentes no mundo. O que poderia se estabelecer como condição objetiva para o financiamento da conservação ambiental e desenvolvimento nos países mais pobres simplesmente é inviável, que em sua dimensão multifacetada oriunda de elementos subjetivos e objetivos apresenta fatores que perpassam a realidade material e econômica, até determinantes políticos como a tomada de decisão detém o

poder para influenciar o comportamento das questões sociais rumo a maneiras mais sustentáveis de viver e consumir.

Depois da Conferência de Estocolmo, foi visível que a implementação dessas medidas de proteção e cooperação internacional é muito mais difícil do que se imaginava. Passos (2009) afirma que o primeiro problema que surgiu naquela época foi a incerteza sobre a gravidade dos reais problemas ambientais, pois as pessoas acreditavam que havia um progresso maior do que o que realmente existia em Estocolmo. Em seguida, outro problema que dificultava a implementação das medidas previstas na Declaração de Estocolmo era a grande desigualdade de desenvolvimento entre os países, o que implicava na prevalência dos interesses econômicos dos países subdesenvolvidos nas decisões que envolviam questões ambientais, como agravante à globalização, o papel do mercado mundial, que submete os Estados nacionais a um mecanismo econômico-financeiro inerente aos interesses nacionais, debilitando, cada vez mais, o poder desses Estados de gerirem seu próprio meio ambiente.

Porém, “enquanto perduram os duelos retóricos transferidos de uma Conferência para outra, crescem a pobreza e a marginalidade de uma imensa maioria da população mundial, sem que diminuam o consumo de desperdício e a devastação dos recursos naturais” (RATTNER, 2002, p.2). Esses conflitos retóricos nada contribuem além de tornar as conferências menos eficazes. Para Rattner (2002), a ineficácia das reuniões internacionais ficou demonstrada na conferência recente da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), realizada na primeira quinzena de junho de 2002, em Roma, Itália. Apesar de relatos assustadores na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura sobre a fome e desnutrição que assolam centenas de milhões de seres humanos, a Conferência fracassou por ser incapaz de definir medidas concretas que garantisse os direitos à alimentação e qualidade de vida para os pobres do mundo.

Guimarães e Fontoura (2012) afirmam que a ênfase, de acordo com algumas grandes potências, deveria estar apenas no ambíguo objetivo de aumento da produtividade agrícola e não politicamente interessada atenção em melhorar o acesso dos pequenos agricultores aos mercados globais. A inclusão explícita no texto devido às necessidades especiais das mulheres e dos povos indígenas tem sido sistematicamente rejeitada. Da mesma forma, decisões duramente conquistadas em conferências anteriores foram objeto de intensos ataques e boicotes de grandes potências, como o direito à água potável e sanitária e à regulamentação dos mercados financeiros e de commodities. Temas como estes ainda permanecem inaceitáveis para os donos do poder lançando mão da Rio+20 para dar um passo atrás e renegar acordos anteriores, com todas essas referências no “Rascunho Zero” suprimidas e substituídas por frases vazias de

conteúdo prático como as promover a eficiência ou aperfeiçoar o acesso à terra, água potável e alimentação, o que denota a despreocupação com a soberania alimentar e qualidade de vida dos países subdesenvolvidos e suas populações.

Os países mais ricos do mundo afirmam a desnecessidade de se estabelecer objetivos, metas ou mesmo planejar algo pensado para segurança alimentar mundial, não julgam necessária também a incorporação de populações tradicionais, como indígenas e quilombolas e seus meios de produzir, para questão que esbarra na fome e segurança alimentar da população mundial. Sob a perspectiva das potências desenvolvidas é necessário apenas que se amplie a produtividade da agricultura, dessa forma esse assunto tem sido suprimido nas Convenções internacionais.

Na busca desse novo conceito foi lançado, em 1975, pela Unesco e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Passos (2009) chama atenção para o fato de que algum tempo após a Conferência, a dinâmica internacional em favor do meio ambiente ainda se via enfraquecida, o que se constatou, especialmente em 1982, após dez anos da Conferência de Estocolmo e também segundo aniversário do PNUMA, ocasião em que seus dirigentes reconheceram o fracasso em avançar nas propostas para a solução dos problemas ambientais, indo, inclusive, além disso, ao reconhecer que nessa década a problemática ambiental havia piorado.

Em Moscou, o Congresso Internacional Unesco-PNUMA, com as discussões sobre a educação e a formação relativas ao meio ambiente, aconteceu em agosto de 1987, reuniu mais de 300 especialistas de 94 países, entre eles o Brasil, e observadores da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) e de outras organizações internacionais. Dele resultou um documento denominado “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação ambiental para o Decênio de 1990”.

Entre as atividades do PIEA, que para Assis (1991) mais contribuíram a uma conscientização internacional sobre a educação ambiental, destaca uma série de conferências internacionais e regionais que foram determinantes para que fosse realizada a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, de 1977. Nela se definiu, entre outras coisas, que a educação ambiental deveria ajudar a criar uma consciência de interdependência econômica, política e ecológica no mundo moderno, com a finalidade de acentuar o espírito de responsabilidade e de solidariedade entre as nações.

Não consideramos ser determinante para a conservação do ambiente e o desenvolvimento mais equitativo entre os países a existência de conferências e tratados internacionais voltados para o meio ambiente, entretanto, elas compõem o cenário que institui

as questões ambientais e climáticas bem como as questões sociais ao patamar de interesse global, e elas servem como pontos de articulação importantes para que sejam avaliados e socializados os impactos das ações desenvolvidas para a conservação, ou ainda para que sejam retomados compromissos e metas estabelecidos anteriormente não atingidos ou desrespeitados, as conferências consideradas mais importantes após a de Estocolmo são a Rio 92 e a Rio+20.

Assis (1991) descreve que antes da eco92 foi realizado seminário nacional sobre educação ambiental para entender a educação ambiental do país em diferentes Estados (Unidades da federação), mas não se pode determinar um padrão comum para todos. Assim, existe um plano mundial, depois um nacional, e agora os estaduais, pois o Ministério da Educação passou a desenvolver seminários regionais para acompanhar de perto os problemas que precisam ser resolvidos em níveis locais.

A construção de um seminário para verificar os problemas estaduais foi interessante pois, a partir do conhecimento prévio das realidades dos diferentes estados é mais provável que então ocorra o trato sobre a educação ambiental e os problemas ambientais não se desenvolva de maneira distante da realidade dos atores sociais, não poderia ser admitir por exemplo que um plano desenvolvido à luz das questões no sul do país fosse imposto às demais regiões visto que dadas as dimensões do país as realidades locais e regionais são diferentes, porém não se deve deixar de pensar que as questões que se apresentam nos locais possuem relações e impactam as dimensões regionais e globais como as questões globais possuem relações e impactam as dimensões e realidades regionais e locais.

De acordo com Cordani et al. (1997), a reunião preparatória da Cúpula Rio 92, iniciada no final da década de 1980, chegou a um consenso por meio de um possível suporte lógico. Existe um forte consenso sobre os princípios a serem adotados, mas os meios necessários para conter a degradação do planeta e a crescente dualidade socioeconômica são frágeis. a degradação que ameaça as condições de vida das gerações vindouras. a dualidade que aumenta as tensões políticas e os cancos sociais. Antes da Rio-92, programas ambientais de grande porte eram coordenados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), com recursos geralmente provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial.

Os desafios evidenciados nas conferências sobre o ambiente são maiores na atualidade com a incrementação do negacionismo de países e indivíduos. Danowski (2012) e Gestaldi (2018) enfatizam que haja evidências empíricas e comprovações científicas que afirmam que a temperatura do planeta subirá de 4 a 6° C até o final deste século, surgem teorias que afirmam que o aquecimento global não é um fenômeno real, ou é um processo natural no qual o comportamento humano não tem influência ou interface interna, o que é atenuado campanhas

publicitárias utilizam a falácia da produção verde, limitando à questão ambiental a discussão apenas da reciclagem de lixo e outras medidas superficiais. Além disso, o governo de Bolsonaro se esforça para (“deixar a boiada passar”) aos poucos para corroer a legislação ambiental que foi consagrada por décadas e caluniar os ambientalistas afirmando que eles querem atrasar o desenvolvimento nacional.

Em alguns casos o negacionismo vem acompanhado das ameaças à democracia, Zanco (2019) em seu estudo sobre o negacionismo de Donald Trump apresenta elementos que nos permitem associar o negacionismo à ameaça à democracia. O negacionismo científico de Trump demonstra o aspecto mais ameaçador na postura de um autocrata: a negação, que se apresenta na contestação dos resultados das eleições, na liberdade de expressão, na liberdade individual. Desde sua vida pré-política, Trump já afirmava em seu Twitter, não acreditar em aquecimento global uma vez que, os invernos seguiam sendo rigorosos em alguns estados do Estados Unidos, mas na sua vida política é que o negacionismo dele foi mais perigoso.

A democracia está sob ameaça nos EUA e outras nações, a ameaça se expressa nos discursos de Donald Trump quando estava à frente do governo dos EUA e teve seu auge nas contestações dos resultados das urnas que evidenciaram sua derrota na corrida presidencial o que levou à invasão do Capitólio por seus simpatizantes. No Brasil, já está no senso comum (nem por isso deixa de ser verdade) da sociedade que o presidente Jair Bolsonaro tem discursos e práticas que ameaçam a democracia brasileira. Desrespeita os movimentos sociais, nega a segurança da urna eletrônica pedindo a volta do voto em cédulas, desrespeita a o jornalismo e nega os impactos ambientais das queimadas na Amazônia, minimiza os impactos da pandemia da covid-19, ironiza os altos gastos do dinheiro público prioriza o armamento civil em vez de ampliar a qualidade da segurança pública e ainda sim continua no poder.

No caso dos Estados Unidos a disseminação da ideologia negacionista é favorecida pela mídia. Danowski (2012) A autora afirma que a mídia em especial o jornalismo estadunidense é majoritariamente opinativo. O problema reside no fato que se o negacionismo é hegemônico nas opiniões emitidas, essas mesmas opiniões contribuirão para a formulação da opinião das massas. As opiniões difundidas passam a se sobrepor aos fatos científicos, e se não há uma política voltada ao combate das fakenews esse problema é atenuado.

Gestaldi (2018) afirma que as empresas privadas desempenham um papel vital na formação e disseminação dos aspectos negacionistas, fornecendo financiamento para think tanks¹⁶ conservadores. Nos Estados Unidos, essas organizações receberam o status de

¹⁶⁹ Termo pode ser traduzido como fábricas de ideias, remete a instituições influenciadoras das políticas públicas.

"faculdades alternativas" e seus representantes costumam ser considerados especialistas independentes em questões relacionadas à política ambiental. Além disso, o Marketing se tornou rotineiro na mídia e na política. se um projeto legislativo é intitulado "Iniciativa pelas florestas saudáveis", seus opositores podem ser acusados de querer florestas poluídas. "De fato, o termo "Iniciativa pelas florestas saudáveis" foi criado pelo estrategista eleitoral Frank Luntz para descrever um conjunto de políticas do governo Bush. Na prática, entretanto, tais políticas favoreciam a expansão do desmatamento pela indústria da madeira" (GASTALDI, 2018, p. 13).

Outrossim, o negacionismo possui impactos diretos nos acordos internacionais dos países imperialistas, tomando como exemplo o protocolo de Kyoto, Gestaldi (2018) lembra que os EUA só assinaram o acordo em 2016, mas logo no primeiro ano do mandato de Trump o país foi retirado do acordo. Mais recentemente, Farias (2021) fala sobre o anúncio de Joe Biden sobre a volta dos EUA ao acordo sobre o clima. O que devemos refletir sobre o vai e vem que países como os Estados Unidos fazem com os tratados internacionais é se esse *puxa e encolhe* não é fruto do desdém com o futuro do ambiente como conhecemos.

Enquanto países imperialistas negligenciam compromisso internacionais, os demais seguem sendo explorados, Freitas (2020) afirma que no decorrer de séculos a dependência dos países periféricos em relação aos imperialistas ainda está associada à exploração de seus recursos naturais, estabelecendo o como Estado uma unidade indispensável a esse processo. "Por mais que as condições sejam desiguais entre os países do "norte e do sul", estes se submetem àqueles. Ambos financeiramente ganham com isto. Embora ganhem menos, os "países do sul" garantem a produção e a reprodução dos países industrializados" às custas da exploração desenfreada de sua riqueza e de seu ambiente.

Basicamente, Ativos Produtivos são investimentos em ativos que geram fluxo de caixa e o capital principal se valoriza, produzindo riqueza ao longo do tempo. Estabelece como capital Fictício, que se apropria da renda criada no setor produtivo de certa forma se diferenciando da produção de mais-valia, (ou pelo menos a otimiza) se caracterizando como rentismo, gerando renda sem algum tipo de benefício econômico ou social. para melhor compreensão vejamos a definição de Paraná:

O capital fictício só é capital para seu possuidor individual, que obtém renda advinda da sua posse, e apenas temporariamente, enquanto a ciranda de valorização financeira nos mercados for capaz de se sustentar graças a correspondentes injeções de liquidez, advindas, primariamente, da produção real, de modo que o funcionamento regular dos mercados seja capaz de garantir sua conversão em dinheiro e, assim, em riqueza efetiva. Isto posto, torna-se clara a natureza fetichista e contraditória dessa figura: não sendo capital do ponto de vista social, na medida em que não há riqueza suficiente para materializá-lo de modo integral, o capital fictício só pode existir, enquanto tal, na

medida em que todos ou muitos de seus possuidores não tentem convertê-lo em dinheiro ao mesmo tempo (PARANÁ, 2016, p. 62-63).

Ocorre-nos pensar que o capital fictício se estabelece como elemento característico do capital flexível e, portanto, se relaciona com as dimensões da reestruturação produtiva (ALVES, 2007). Assim, a concentração de renda se torna mais eficaz, uma vez que se admite a rentabilidade pela simples posse de um ativo como o caso de imóveis, fundos imobiliários, especulação financeira etc, tomamos o capital fictício como impressão do cerne predatório do capitalismo.

Onde quer que seja possível a expansão do capitalismo e do financismo haverá a pressão sua penetração, assim, Rattner (2002, p.6) afirma que persistem “[...] as controversas questões de preservação da biodiversidade relacionadas com os organismos geneticamente modificados e, os direitos das terras dos povos indígenas nos países pobres, vivendo em áreas cobiçadas por megaprojetos de desenvolvimento” A preocupação predominante com o crescimento econômico se torna também um empecilho para o avanço das práticas de proteção e preservação ambiental, pois devido às necessidades e intenções econômicas os países mais pobres tendem a permitir a penetração do capital internacional e criação/expansão de mercados que contribuem para a atenuação de problemas ambientais.

Para Guimarães e Fontoura (2012), tanto no âmbito público quanto no privado, os princípios de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável ainda são tidos como uma restrição para o crescimento econômico. Prevalecem as políticas ambientais e os instrumentos de regulação reativa direta e indireta. Comparado mundialmente, se os países da América Latina e do Caribe tiveram altas taxas de ratificação dos principais acordos ambientais multilaterais nas últimas décadas (liderando as negociações em mudanças climáticas e biodiversidade, no Protocolo de Kyoto e no Acordo de Cartagena sobre biossegurança), a velocidade dessa ratificação contrasta com o nível extremamente limitado de implementação em nível nacional, muitas vezes também devido ao fracasso dos países desenvolvidos em cumprir os compromissos assumidos no Rio em 1992.

Ocorre um fato interessante que mesmo os mecanismos de preservação e conservação do meio ambiente podem ser mercantilizados, Rattner (2002) descreve que cada país deve ser responsável por suas próprias emissões e ser verificado e avaliado por um comitê internacional independente. Comércio de cotas - o "mecanismo de desenvolvimento limpo" (MDL), pode melhorar a lucratividade das empresas, mas certamente não alcançará justiça entre os países. O MDL recomenda a mobilização de investimentos privados em países pobres para proporcionar um desenvolvimento mais limpo com base em fluxos de capital e tecnologia. Mas, as

negociações geralmente são bilaterais entre parceiros desiguais, em vez de garantias de que os países pobres obterão preços bons.

Consideramos que esse mecanismo não contribui efetivamente para um desenvolvimento “limpo”, mas sim para a efetividade da exploração dos países mais pobres pelos países mais ricos, criando um mercado de direito de poluição onde o que manda no preço é a boa vontade do pagador, devem ser desenvolvidos mecanismos que ofereçam viabilidade para a diminuição de gases poluentes, E não criar os mecanismos que tornam possíveis a pressão que os países ricos exercem sobre os países mais pobres pela venda do direito de poluir. Ademais, os países dominantes assinaram o compromisso com a diminuição das disparidades econômicas, e com a conservação dos recursos naturais, entretanto, o que pode ser verificado depois foi a defesa de seus interesses econômicos sempre acima dos compromissos firmados “é preciso que se defenda uma mudança nos discursos dominantes e acima de tudo, nas práticas concretas, se direcionando para valores que de fato ajudarão à humanidade a enfrentar os desafios futuros para o desenvolvimento sustentável” como bem explicitado por Guimarães e Fontoura (2012, p. 30).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, foi registrada a participação de 172 países, mais de mil e quatrocentas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e dez mil participantes. Foi realizada no Rio de Janeiro (RJ), de 3 a 14 de junho de 1992, e reuniu 108 chefes de estado em busca de formas de articular o desenvolvimento social e econômico com a conservação e proteção do ecossistema terrestre. Otero e Neiman (2015) expõem que a Rio92 permitiu que o Brasil participe de debates ambientais globais, oferece mais espaço para a sociedade civil participar de negociações intergovernamentais e estabelece um terreno fértil para o desenvolvimento vigoroso de ONGs ambientais. Ali foram elaboradas a “Agenda 21” e a “Carta da Terra”, que impactaram diretamente no desenvolvimento e na fusão da EA do Brasil, e se tornaram a estratégia horizontal das mudanças propostas, resultando em ações coordenadas na rede global brasileira: A rede da Agenda 21 do Brasil e a rede da Carta da Terra do Brasil, esta última lançada na Rio + 20.

Guimarães e Fontoura (2012) afirmam como resultado direto do processo de globalização, que a Cúpula da Terra despertou a comunidade internacional para a abertura de fóruns internacionais, incluindo novos temas causados pela pressão sobre os ecossistemas planetários, que estão intimamente relacionados ao agravamento das crises em várias partes do mundo. O processo de globalização econômica exacerbou o esgotamento de modelos específicos de organização econômica e social e, ao mesmo tempo, destacou a inadequação dos

métodos de desenvolvimento para lidar com os desafios tradicionais de superar a pobreza e a desigualdade, bem como os novos desafios impostos pelos limites ecológicos e ambientais. Entretanto, existem restrições ambientais rígidas para alcançar o desenvolvimento sustentável no século 21. A pressão do aumento da riqueza nacional para atender às necessidades básicas de uma população crescente já mostrou um impacto real sobre os recursos naturais, enquanto o aumento da mineração e das atividades industriais pressionou ainda mais a capacidade de restaurar os ecossistemas básicos para a economia.

Rattner (2002) é enfático na afirmação de que polarização de posições entre Norte e Sul, os países ricos e o Terceiro Mundo, acusando os países ricos de tentar retroceder em tópicos já definidos na CNUMAD da Rio 92, os porta-vozes dos países pobres chamaram atenção para os impactos da ordem global responsável pelo alastramento da pobreza e exclusão social e, também, da degradação ambiental. O encontro do Rio de Janeiro, com a presença de vários chefes de Estado, não conseguiu avançar na definição da pauta da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que viria a acontecer de 26 de agosto a 04 de setembro, em Joanesburgo.

Cordani et al. (1997) destacam dois organismos brasileiros de vital importância no campo da conservação e uso sustentável da biodiversidade, em dezembro de 1994, foi instituído o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) para apoiar a implementação de projetos sob os auspícios da Convenção da Biodiversidade. Nos anos subsequentes foram desenvolvidas negociações entre o Brasil e o Banco Mundial, *Global Environmental Facility* (GEF), para a criação de mecanismos de apoio a parcerias objetivando a conservação e o uso sustentável da biodiversidade entre agências governamentais, ONGs, instituições acadêmicas e empresas privadas. De tais negociações surgiram o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), que deveria assegurar recursos para projetos prioritários de biodiversidade, mas funcionando fora do domínio governamental visando a maior agilidade e menores restrições à sua liberdade de atuação.

De acordo com portal do Meio Ambiente, o PROBIO é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, este na qualidade de gestor administrativo, tem responsabilidades ligadas aos contratos dos subprojetos e à liberação de recursos. O PROBIO é o mecanismo de assistência técnica e financeira para a implementação do Plano Nacional de Biodiversidade PRONABIO, todas as suas ações foram aprovadas pela Comissão Nacional de Biodiversidade CONABIO. A CONABIO é o fórum responsável por definir as diretrizes de implementação e

políticas nacionais do PRONABIO. Biodiversidade. O objetivo do PROBIO é identificar ações prioritárias, estimulando subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos no tema. Esses mecanismos possuem vital importância para a preservação da biodiversidade do país.

Ganem et al. (2014) utilizam de dados de várias pesquisas do MMA e do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) para afirmar que o Brasil é um país mega diverso, para a autora vale dizer, que ele está entre as nações com o maior índice de biodiversidade do mundo, expondo que o Brasil abriga cerca de 20% das espécies do planeta. E continua: isso corresponde a, pelo menos, 103.870 espécies de animais e 43 mil a 49 mil espécies de plantas – sem contar micro-organismos, algas e diversos grupos biológicos muito pouco estudados, apenas 7.302 espécies brasileiras de animais estão descritas cientificamente. Em relação às plantas, somente cerca de 40 mil estão descritas, conforme o mais recente levantamento feito pelo, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A cada ano são descobertas 700 novas espécies de animais no Brasil, enquanto uma nova planta é identificada a cada dois dias.

Guerra (2013) afirma que vale ainda considerar que o Brasil foi o primeiro país a assinar a Convenção sobre mudança do Clima, a Convenção estabelece compromissos e obrigações para todos os países signatários (chamados de Partes da Convenção) no combate às alterações climáticas com base no princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. Segundo o portal da ECO (2014) Embora todas as partes devam tomar medidas para proteger o meio ambiente e o sistema climático nos níveis nacional, regional e global, a Convenção precisa levar em consideração as diferentes circunstâncias de cada país: como cada parte pode contribuir para esta questão (e como Contribuição) e sua capacidade de prevenir, reduzir e controlar ameaças¹⁷ como a Convenção Climática, cujo objetivo principal é estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

A despeito dos gases de efeito estufa, Rattner (2002, p. 5) afirma que “Há uma necessidade urgente de redesenhar os setores de energia e transportes, assim como a produção industrial para combater a poluição do ar e o congestionamento do tráfego”. Precisamos abandonar a abordagem estreita e fragmentada baseada em propostas positivas de transformação industrial e substituí-la por uma visão sistemática da mudança global, ao invés de uma política climática baseada em emissões e reduções negativas.

Observamos que o Brasil tem contribuído com tal problema, ou pelo menos tem desenvolvido dispositivos legais com esse intuito. Cordani et al. (1997) afirmam que foi criada

¹⁷ Veja mais no Portal da ECO: <https://www.oeco.org.br/>.

e ratificada pelo Congresso Nacional em 28 de fevereiro de 1994, e entrou em vigor para o Brasil em 29 de maio do mesmo ano, com o respectivo depósito do instrumento perante o secretário geral das Nações Unidas. Em 21 de junho de 1994, no mesmo decreto presidencial que criou a Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável - (CIDES) foi estabelecida, junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, uma estrutura responsável pela coordenação da implementação da convenção no país, ou seja, a Coordenadoria de Mudanças do Clima.

De modo geral, a contribuição total do Brasil para o efeito estufa é pouco significativa no presente (cerca de 2% das emissões globais atuais), mas as necessidades de energia do país deverão crescer consideravelmente caso este consiga diminuir a pobreza existente em muitos de seus espaços. Por outro lado, a matriz energética brasileira apresenta atualmente aspectos ambientais favoráveis, em virtude de grande participação da biomassa, da geração hidroelétrica e da expectativa de maior utilização de gás natural como fonte energética. Com relação à indústria, a educação ambiental deverá estimular a implantação voluntária de sistemas de gestão ambiental *no regrets*, voltados para a limitação do crescimento nas emissões dos gases de efeito estufa. Finalmente, reflorestamento poderá ser empregado no país como técnica de seqüestro de gás carbônico (CORDANI et al., 1997, p. 401).

Ainda de acordo com Cordani et al. (1997), as fontes renováveis de energia são amplamente pesquisadas e parcialmente implantadas no Brasil, com ênfase nos aspectos ambientais, em especial para reduzir a poluição atmosférica causada pelo dióxido de carbono durante a queima de combustíveis fósseis. nos últimos anos da década de 1990, mais da metade da produção de energia do país vem de fontes renováveis, como biomassa (lenha e cana) - 28,1%, e hidráulica - 43,4%. Santana et al. (2020) afirma que atualmente o Brasil é visto mundialmente como referência em energias limpas, com baixa emissão relativa de gases poluentes na atmosfera. A participação das fontes renováveis na capacidade instalada de geração do país é de 83,0%.

Cabe, contudo, pensar sobre os impactos sociais e ambientais de fontes de energia renováveis como as hidrelétricas, que por mais que sejam fontes de energia limpa alagam uma vasta área, muitas vezes desrespeitando territórios indígenas e o modo de vida de populações tradicionais. Bem como ocorreu na usina nova Belo Monte, onde a construção de uma hidrelétrica alagou grande parte do território Munduruku, levando para debaixo das águas locais objetos sagrados para os sujeitos que ali tradicionalmente viviam, ainda precisamos avançar na discussão sobre os povos que convivem tradicionalmente em harmonia com a natureza, sob pena de estabelecer como inimigos da preservação e conservação do ambiente os mesmos sujeitos que há milênios vivem sem degradá-la.

Outra atividade importante em relação aos gases poluentes é descrita por Cordani et al. (1997) relacionada a grandes empreendimentos ligados à indústria de papel/celulose, o país tem instalado e administrado plantações, mas não há nenhum projeto de reflorestamento como tecnologia de sequestro de carbono no setor governamental. Este projeto pode ser incluído na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Ab'sber et al. (1996) apresentam o projeto Floram e afirma que ele visa iniciar um processo de florestamento e reflorestamento em grande escala para isolar o excesso de dióxido de carbono (115 bilhões de toneladas) introduzido na atmosfera por meio de vários estágios da revolução industrial e combustão em larga escala para a implementação de agroecossistemas.

A estratégia de isolar substâncias acumuladas na atmosfera terrestre está ameaçando toda a humanidade com o desenvolvimento do efeito estufa. Na lista abrangente, a plataforma do projeto Floram segue os seguintes objetivos e diretrizes: Reduzir o nível de dióxido de carbono na atmosfera para atrasar a mudança climática devido ao efeito estufa, enquanto obtém benefícios industriais e socioeconômicos; globalmente, implantar florestas em 14 milhões de hectares de florestas como pioneira na silvicultura paralela por meio do uso de crescimento rápido São 400 milhões de hectares de florestas (AB'SBER et al.,1996).

Cordani et al. (1997) consideram como avanços no Brasil, o fato de que a conservação da natureza se tornou parte do vocabulário de todos os setores da sociedade: governos, empresas, universidades e sociedade civil estão procurando maneiras de reconciliar questões emergentes com questões ambientais, ao ponto de a *International Organization for Standardization* - (ISO) estabelecer normas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, Cordani et al. (1997, p. 405) destacam que “No âmbito empresarial a série ISO 14000 é um exemplo nessa direção. Várias empresas retornam ao uso de matérias-primas de origem natural para facilitar a reciclagem ao término da vida útil do produto, preparando-se para o credenciamento na série ISO 14000”.

Vilela e Iguti (1997) afirmam que a norma - padrão (ISO 14001) não define padrões de desempenho ambiental, ou padrões tecnológicos que deveriam ser seguidos mundialmente. A gestão define os compromissos com base nas metas de compliance definidas pela própria empresa e comprova que cumpre as normas locais em vigor e previne a poluição, proporcionando assim a possibilidade de utilizar padrões ambientais duplos (cada país / região viola acordos e resoluções internacionais). A título de exemplo, uma empresa que opere em local que não possui legislação sobre limitação de emissão de CFC - Clorofluorcarbono, poderá ser certificada pela ISO se demonstrar que possui previsão de eliminar estas emissões dentro dos próximos 50 anos.

Cabe nesse contexto nos questionar se a adoção de uma norma de “processos limpos de produção” reflete uma preocupação real das empresas que buscam essa certificação com a questão ambiental ou se tal adoção está alinhada apenas a busca por melhor competitividade a fim de melhor direcionar suas estratégias de Marketing a partir da pressuposição da formação de um perfil de consumidor cujas preocupações ambientais o levam a pesquisar, avaliar, escolher e por fim comprar os produtos de empresas compromissadas com o futuro do ambiente.

Outros avanços na perspectiva de Cordani *et al.* (1997) são: a implantação do Centro de Previsão e Clima (CPTEC), com o poder computacional de supercomputadores, permite um salto significativo na qualidade das observações e modelos em termos de tempo e clima; bem como a seleção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – (INPE) em São José dos Campos, como sede do Instituto Interamericano para Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (IAI). O surgimento de iniciativas estaduais como o Programa de Monitoramento Climático em Tempo Real da Região Nordeste (PROCLIMA), implementada pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo em cooperação com a universidade, setores industriais e outras organizações civis, propondo ações com repercussões esperadas nos setores econômico e social. A criação da Associação Nacional dos Municípios em Meio Ambiente (ANAMMA) e a adoção de políticas públicas apropriadas em alguns municípios, especialmente em alguns estados brasileiros como Paraná e Minas Gerais.

A conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (CNUDS) teve em evidência a pauta de renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, que como dissemos antes vem sendo negligenciado. Para Guimarães e Fontoura (2012), devemos questionar se a Conferência realizada no Rio de Janeiro em Junho de 2012 foi um avanço ou retrocesso “uma vez que não produziu avanço significativo algum em relação à Rio-92, exceto o de manter o desafio do desenvolvimento sustentável na agenda de preocupações da sociedade, mas com um decisivo divórcio entre discursos e compromissos concretos por parte dos governos” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 20).

Para Viola e Franchini (2012), a princípio, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável parecia ser a melhor oportunidade possível – dadas as limitações do sistema internacional – para iniciar uma redefinição dos critérios de desenvolvimento global e da governança global em relação às fronteiras planetárias. O encontro começou com farta propaganda, a partir da popular e bem-sucedida Eco 92, com um apelo universal às lideranças do planeta. No entanto, a história da Cúpula foi diferente, de ser insensível a novas evidências de interrupções do sistema global e à incapacidade de enfrentar velhos problemas.

Em etapas prévias à conferência, ao menos nos Estados Unidos, foi divulgado o intenso lobby contrário à Rio+10. Em nota difundida por uma organização ativista ambientalista, lobistas financiados com 850 mil dólares pela companhia de petróleo Exxon, enviaram carta ao então Presidente Bush sugerindo que não fosse à Johannesburgo e boicotasse as negociações sobre mudanças climáticas (AMIGOS DA TERRA, 2002).

Guimarães e Fontoura (2012) apontam que Grupos representativos da sociedade civil expressaram preocupação com o fato de a Rio + 20 está fadada a não acrescentar quase nada aos esforços globais para garantir o desenvolvimento sustentável, alertando que muitos governos estão usando negociações para minar os direitos humanos e lutar por maior igualdade. bem como os princípios já acordados do poluidor-pagador, "obrigações comuns, mas diferenciadas.

Nesse contexto, para Viola e Franchini (2012), um dos aspectos positivos da Rio+20 talvez o mais relevante do ponto de vista de resultados concretos foi o Fórum das Grandes Cidades, no qual se agruparam 56 das principais cidades do mundo que representam todos os países importantes. Sob a liderança do prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, as metrópoles assumiram compromissos significativos e formalizados para reduzir as emissões de dióxido de carbono. Esses compromissos são claramente insuficientes para enfrentar as mudanças climáticas de forma eficaz. Entretanto, diante das perspectivas difíceis de negociar algum tipo de extensão relevante do Protocolo de Quioto na 18ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima (COP), em Catar, em novembro de 2012, tais compromissos constituem, neste ano, no único acordo internacional substantivo entre atores relevantes com o objetivo de acelerar a transição para uma economia mundial de baixo carbono.

O fracasso de Joanesburgo, para Guimarães e Fontoura, (2012), teve duas causas principais. Por um lado, estava excessivamente otimista ao acreditar que o mundo estava maduro para definir um plano de ação conjunto, quando na verdade ele nem mesmo conseguiu introduzir um maior grau de governança na Organização das Nações Unidas (ONU). Por outro lado, ela também foi marcada por um excesso de pessimismo, por não escolher um programa predeterminado de decisões específicas. Ao imaginar um mundo perfeito que não existia e evitar conflitos, propondo um programa amplo e ambíguo o suficiente para agradar a todos e não alienar os mais poderosos, criou uma situação quase impossível de evitar o desfecho frustrante.

Outro ponto importante para Viola e Franchini (2012) é em relação ao papel do Brasil, nos meses que antecederam a cúpula, houve algum exagero local sobre a possível influência significativa do país no processo de negociação por ser tanto uma potência ambiental quanto

um anfitrião de eventos. No entanto, ficou claro desde o início que desbloquear o sistema está além das capacidades não apenas do Brasil, mas também de qualquer outro ator individual.

Viola e Franchini (2012) prosseguem, mesmo levando em consideração tais restrições estruturais, a posição do Brasil é conservadora, e quase não há consenso sobre a proteção dos recursos humanos comuns, fortalecendo, assim, seu papel de potência ambiental subdesenvolvida. Em contraste com os desenvolvimentos positivos de 2009-2010, o Brasil está tentando separar o debate das mudanças climáticas, tentando minimizar os fatores ambientais das atividades e enfatizando os fatores sociais. O descompromisso do governo brasileiro com a gestão do desenvolvimento sustentável ficou evidente quando, no mesmo dia do encerramento da conferência, o governo Dilma anunciou que estava reduzindo a zero a contribuição da intervenção econômica (CIDE) em petróleo e derivados.

Devemos considerar que a possibilidade de nossa sociedade colapsar é real, para Diamond (2007) os aspectos para as sociedades colapsarem se referem em geral a incapacidade de a) antecipar; b) perceber; c) comunicar; e, d) atuar frente a ameaças a sua sobrevivência. O autor considera que sociedades antigas surgiram, floresceram, exploram seus recursos naturais e chegaram ao colapso, tendo seus habitantes perecido ou emigrado, contribuindo na formação de outras culturas ameríndias com as quais os europeus se depararam posteriormente. Mas devemos assumir que nem todas as sociedades refletem fracassos históricos.

Guimarães e Fontoura, (2012) apontam que os líderes mundiais e as Nações Unidas na Rio + 20 não deixaram de responder aos três primeiros desafios identificados diante das mudanças ambientais globais: antecipação, percepção e comunicação. Os principais atores da cúpula mostraram novamente que não podem "atuar" em linha com o discurso. Contudo, a ONU delineia objetivos de desenvolvimento sustentável para o Brasil, segundo esta organização, os objetivos de desenvolvimento sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. São 17 objetivos desenhados pela ONU para o Brasil.

Quadro 2 Objetivos da ONU para o Brasil

1 Erradicação da Pobreza;	9 Indústria, inovação e infraestrutura;
2 Fome zero e agricultura sustentável;	10 Redução das desigualdades;
3 Saúde e bem estar;	11 Cidades e comunidades sustentáveis;
4 Educação de qualidade;	12 Consumo e produção responsáveis;
5 Igualdade de gênero;	13 Ação contra a mudança global do clima;
6 Água potável e saneamento;	14 Vida na água;
7 Energia limpa e acessível;	15 Vida terrestre;
8 Trabalho decente e crescimento econômico;	16 Paz, justiça e instituições eficazes;
	17 Parcerias e meios de implementação

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de Organização das Nações Unidas (2012).

Tais objetivos remetem à evolução das conferências sobre o meio ambiente que se sucederam desde a primeira em Estocolmo, já notamos a partir do que foi discutido anteriormente que as conferências não têm alcançado impactos realmente significativos no que tange à conservação do ambiente e o desenvolvimento dos países periféricos, sobretudo o desenvolvimento sustentável. Se, por um lado, existem barreiras impostas por países ricos para a efetivação de uma política mundial voltada para as questões ambientais e a equidade econômica e social, por outro, os objetivos propostos vão implicar em maior ou menor grau na política de gestão ambiental dos países, na criação de UCs, cidades sustentáveis, na promoção de estratégias que viabilizem a continuação da vida de espécies marinhas, de espécies terrestres. O debate sobre o ambiente e a sustentabilidade se estabelece como antessala para a criação das UCs como as reservas de desenvolvimento sustentável. Nos leva a pensar sobre o modo de vida e ocupação das populações tradicionais que habitam dentro desse tipo de território, que nem sempre são abordados nos debates sobre o ambiente e sua preservação.

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora seja diverso como vimos anteriormente, é assertivo ao categorizar os Povos e Comunidades Tradicionais como sustentáveis, pois são populações que vivenciam processos de cuidado com a terra e dela tiram seu sustento. “As práticas de conservação dos recursos naturais são passadas para as novas gerações exatamente porque são processos presentes nos modos de vida dos diferentes segmentos” (THUM, 2017, p. 168). Nesse sentido, o direito ao uso da terra e a partir do uso garantir a permanência e as condições de sua reprodução, se apresentam como necessidade inerente aos objetivos de sustentabilidade.

2.2 POVOS TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A fim de esclarecermos o que vem a ser “população tradicional”, tomamos a consideração de Cañete e Cañete (2010), para estes autores é possível elencar algumas características das populações tradicionais: apresentam um estilo de vida específico, marcado por uma simbiose intensa e relativa harmonia com o meio em que vivem; desenvolvem técnicas de baixo impacto no meio ambiente; pouca comunicação com o mercado; um conhecimento intenso da biodiversidade que os rodeia; um método de produção baseado no trabalho familiar manual. Eles ressaltam ainda que este termo é criado pela sociedade mais ampla para classificar outras sociedades, desta forma estas populações em geral não se denominam tradicionais, mas sim são denominadas por outros atores sociais como tais.

Para Thum (2017, p. 167), “a materialização da cultura dos povos e comunidades tradicionais se dá por meio da vivência em plenitude de seus ritos, seus modos de fazer, suas práticas de transmissão e de modos de organização social”. Diegues (2019) pondera que para povos tradicionais com os indígenas as florestas e campos não podem reduzir os meios de subsistência. Eles constituem um estágio social diverso no qual humanos, criaturas sobrenaturais, animais e plantas coexistem. Para muitos desses povos os humanos podem se tornar animais, e esses animais também podem se tornar humanos. Não havendo assim distinção ontológica entre humanidade e natureza, corpo e espírito.

A cosmologia indígena não se limita às fronteiras de uma aldeia, ela atinge o modo de viver e pensar das outras comunidades tradicionais que possuem contato com ela. Partindo dessa ideia a cosmologia indígena Munduruku reflete na cosmologia camponesa da RDS Canumã por meio do intercâmbio cultural em um movimento dialético o canumaense não indígena influencia a cultura indígena quando leva consigo suas ideias de mundo, sua religiosidade e seus valores quando entra em contato com o povo da aldeia, quando estabelece trocas comerciais, quando convive com eles etc., como também se apropria de valores e ideais Munduruku como a crença nas lendas, nos espíritos das florestas e do rio.

Para Cunha (1999), estas populações, com toda a justiça, querem participar das decisões relativas a seus territórios e usufruir equitativamente, seguindo os termos da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), de parcela dos benefícios. Mas, nem sempre os Estados nacionais lhes dão a devida consideração, nem levam em conta suas vontades, tampouco na repartição dos benefícios. Os objetivos desta Convenção, são:

[...] a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos, inclusive por acesso a recursos genéticos e por transferência apropriada de tecnologias relevantes, levando em consideração todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, e por financiamento apropriado (CDB, 2006, p. 5).

Diegues (2019) afirma que as ciências aplicadas usadas para a conservação hoje são em grande parte derivadas de modelos que não se ajustam às nossas realidades ecológicas e sociais, e sua escala não leva em conta as contribuições locais, como as chamadas regiões ecológicas, regiões críticas, métodos de ecossistema e instruções. Esses modelos chamados de "grande escala" foram estabelecidos e disseminados principalmente por ONGs transnacionais de proteção, e exerceram um impacto excessivo nas políticas ambientais do Brasil. O resultado dessas práticas tem resultado, a abordagem dos povos que mais contribuem para a conservação do ambiente como se fossem seus principais agressores.

Uma tendência do pensamento ambiental que melhor se articula às populações tradicionais é o ecologismo social ou sócio-ambientalismo. Porto et al. (2008) sugere que sua ideia-força corrente surgiu da concepção de que as políticas públicas ambientais deveriam, em primeiro lugar, levar em conta as comunidades tradicionais que possuem conhecimentos e práticas de gestão ambiental, e o novo paradigma de desenvolvimento deveria colocar em primeiro lugar não apenas a proteção estritamente ambiental preservando espécies, mantendo ecossistemas e processos ecológicos, bem como inclusão social e sustentabilidade, tornando-se uma alternativa de combate à pobreza e às desigualdades sociais. Outra bandeira do sócio-ambientalismo é o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da diversidade biológica, se fundamentando nas evidências que as populações tradicionais têm longa experiência em convivência harmônica com a natureza, podendo ser a elas atribuída à própria preservação do meio ambiente, pois é deste que se nutrem para a sobrevivência.

Diegues (2019) considera que a construção social de um modelo chamado etnoconservacionista poderá resultar numa conservação ambientalmente mais eficaz e numa melhoria das condições sociais e econômicas, sobretudo para os povos e comunidades tradicionais que vivem diretamente dos benefícios da biodiversidade que ajudam a manter. Há uma necessidade urgente de criar uma ciência da conservação para sintetizar a ligação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional. E, para isso, é necessário reconhecer a existência de territórios comunitários tradicionais cujos saberes e práticas são formas igualmente eficazes de representar e gerir a sociobiodiversidade.

Arruda (1999) afirma que as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura *rústica*, sendo

abrigado em áreas menos povoadas onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, permitindo-lhes sobreviver e recriar esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração de recursos, com inúmeras variações locais ditadas pelas especificidades ambientais e históricas das comunidades que nelas habitam. Um processo paralelo ocorreu com povos “desindianizados” que permaneceram comunidades relativamente fechadas, mas perderam sua identidade étnica e convergiram para um modelo de cultura rural. “Esse processo é visível ainda hoje nas populações ribeirinhas do rio Amazonas, sobreviventes dos processos de genocídio e etnocídio exercidos pelos colonizadores nessa região a partir do século XVII e em várias comunidades litorâneas do Nordeste brasileiro” (ARRUDA, 1999, p. 83).

Já Bennati (2009) faz uma análise jurídica sobre as populações tradicionais e unidades de conservação, tomando como ponto de partida o artigo 225 da Constituição Brasileira, que declara que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). O mandamento constitucional acima traz consigo o conceito de proteção ecológica, que inclui proteção, manutenção, uso sustentável, restauração e melhoria do ambiente natural. Nesse ínterim devemos administrar o uso humano da biosfera de forma a trazer os maiores e mais duradouros benefícios para as gerações presentes, mas ao mesmo tempo manter seu potencial para atender às necessidades e aspirações das gerações futuras.

Arruda (1999) enfatiza a evidência que as populações "tradicionais", botas de borracha, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente comunidades indígenas, desenvolveram, por meio da observação e experimentação, um conhecimento extenso e detalhado dos processos naturais e até hoje as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropical e embora essas populações sintetizem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o meio ambiente, elas têm sido continuamente negligenciadas e afastadas de qualquer contribuição que possam dar ao desenvolvimento de políticas públicas regionais, sendo as primeiras a atingirem os danos ambientais e as últimas a se beneficiarem das políticas ambientais.

Outro problema é levantado por De Paula e Morais (2013), ao analisar a conferência Rio+20, segundo eles, uma análise mais detalhada do Documento Final da Conferência sugere o contrário. Isso significa que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável teve sucesso em alcançar seus objetivos centrais: ocultar a crise econômica global e enfatizar novamente o esverdeamento do capitalismo como uma solução para os problemas econômicos, sociais e ambientais.

A forma como articulou a ideologia do desenvolvimento sustentável com a sua tradução material, a "economia verde", tem tido sucesso em geral, continua o referido autor, este "negócio verde" pretende enfrentar a crise financeira e climática redirecionando o reverso para o "capital natural", oferecendo incentivos fiscais para empresas focadas na produção de 'energia limpa' e na expansão dos mercados de carbono. O autor supracitado continua dizendo que expressa a ideia de desenvolvimento sustentável por meio de tradução substantiva, ou seja, "economia verde". O "Capital Natural" oferece incentivos financeiros a empresas que se concentram na produção de "energia limpa" e na expansão do mercado de carbono.

Bennati (2009) descreve que quando a administração pública cria uma Floresta Nacional, Reserva Mineira ou Parque Nacional, ela cria uma unidade de proteção. Cada indivíduo surge da necessidade de preservar uma espécie de planta ou animal, e até mesmo por algum outro motivo previsto em lei. Portanto, a unidade de conservação é uma especialização de espaço protegido, com regras próprias de uso e manejo.

Pinton e Aubertin (2007) esclarecem que no Brasil a política de conservação, baseada em um modelo de proteção total que exclui as populações locais, sofrerá mudanças significativas. Como na maioria das regiões do mundo, a criação das primeiras reservas ilustra a natureza dissociada da sociedade, cuja proteção requer a exclusão das populações em assentamento. As primeiras reservas habitadas são indígenas. O *status* especial dessas reservas não leva em conta a ideia de proteção da natureza, mas faz parte da história dos conflitos de colonização envolvendo o reconhecimento do direito exclusivo das comunidades indígenas de ocupar suas áreas de onde provêm. Sacudidas entre fases de extermínio e projetos de assimilação, as políticas indígenas sempre foram confrontadas com o problema da definição do papel do indígena¹⁸ na sociedade brasileira.

As diversas constituições que se sucederam a partir de 1891 mencionam esse problema. A solução adotada é reconhecer o uso permanente das terras indígenas que ainda pertencem e são propriedade da União, sendo o indígena tutelado pelo Estado. Pinton e Aubertin, (2007) afirmam que é com a nova Constituição de 1988 que a questão dos direitos dos povos indígenas

¹⁸ Santos (2020) problematiza a questão indígena afirmando o fato de as violências e negação de direitos ao longo dos séculos não chegaram ao fim, esses direitos que são anteriores à formação do Brasil enquanto Estado, e portanto anteriores à recente constituição, estão longe de se materializarem, os impactos da colonização e os genocídios indígenas ao longo da história brasileira em prol do desenvolvimento geram marcas difíceis de serem corrigidas, mesmo nos dias atuais os indígenas continuam sendo assassinados por conta de conflitos territoriais. Esses problemas são agravados pelo governo, em janeiro de 2019 o presidente Bolsonaro deslocou a competência referente à demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, competência essa que junto a Funai somente retornou ao Ministério da Justiça após trâmite no Congresso Nacional devido a pressões dos movimentos indígenas. Bolsonaro ainda insistiu nesse deslocamento editando nova medida provisória que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucional, assim perdendo seu efeito.

realmente entra em jogo. A constituição define a terra indígena como o território que deve preservar os recursos naturais necessários ao bem-estar dos povos indígenas e as terras necessárias à sua reprodução física e cultural, de acordo com seus costumes, costumes e tradições. A União está obrigada a delimitar essas terras, bem como a proteger e respeitar a propriedade dos indígenas, sua criação é determinada por lei.

Benatti (2009, p. 109-110) assevera que até o ano de sua pesquisa no Brasil tínhamos 5,57% do território brasileiro sob proteção governamental na forma de parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de especial importância ecológica, florestas nacionais e áreas florestais. Atualmente as unidades de conservação integral protegem 10,4% do território nacional e representam, e as 600 terras indígenas ocupam 13,8% do país. O total das áreas protegidas (unidades de conservação integral e terras indígenas) representam 206 milhões de hectares e 24,2% do Brasil (EMBRAPA, 2020).

Pinton e Aubertin (2007) afirmam como espaços que podem reivindicar ou ter populações tradicionais podem se tornar fronteiras à medida que se apresentam como laboratórios de experimentação social fortemente envolvidos nos movimentos internacionais. São também territórios construídos, que, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, se apresentam como espaço para uma nova civilização em que o homem viveria em harmonia com a natureza. Por fim, são fronteiras sociais que, devido ao modelo de proteção da biodiversidade que promovem, impõem uma forma de operar a natureza dentro dos limites do uso. Diferem da fronteira de colonização por não se basearem em movimentos abertos de expansão territorial de recomposição permanente, sem um princípio especial de acesso à terra e aos recursos, mas contam apenas com meios humanos de desmatamento, ao contrário, em movimentos identitários que clamam por diferenças e direitos a espaços confinados. A questão da definição desses direitos é complexa e potencialmente contraditória. Eles dizem respeito não apenas à terra e aos direitos civis, mas também à cidadania humana, à saúde, à educação e a uma série de novos direitos ambientais.

Há no Brasil diferentes territórios protegidos, podemos citar como exemplo desses espaços territoriais a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal Mato-Grossense, a Serra do Mar, a zona costeira, manguezais, várzeas, dunas, restingas e as florestas que são consideradas reservas legais e de preservação permanente extrativistas e Áreas de Proteção Ambiental. as unidades são áreas específicas criadas pelo Poder Público, cujo domínio pode ser público ou privado, podendo ter ou não proteção integral de seus recursos naturais e, dependendo do tipo, ser compatível com a presença de populações tradicionais.

Bennati (2009) corrobora dizendo que para que a área protegida atinja os objetivos esperados, em primeiro lugar, ela não pode ser considerada uma reserva natural e isolada de seu contexto regional e nacional e, em segundo lugar, não pode ser criada sem consultar a sociedade, especialmente as comunidades mais diretamente afetadas. Gerenciar esses espaços naturais protegidos; em terceiro lugar, a necessidade de estabelecer zonas de proteção ambiental neles deve ser compatível com a existência de populações tradicionais.

Dessa forma, acreditamos que as Unidades de Conservação no Brasil não podem ser vistas como incompatíveis com as populações tradicionais, ademais, há a necessidade de que sejam feitas suas reconstruções sócio-históricas alinhadas à premissa de que os sujeitos não são alheios ao ambiente, devemos, portanto, considerar os elementos constitutivos da relação entre os povos tradicionais e as UCs, especialmente quando nelas eles vivem. Assumindo que a definição de população tradicional é demasiado ampla estabelecemos que o grupo que nos interessa refletir é o/a camponês/a amazônico/a, que condensa os sujeitos que vivem e trabalham no campo amazônico há décadas e até centenas de anos sem imprimir a ampla degradação do ambiente.

2.3 POR UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA RDS CANUMÃ

A criação da RDS Canumã advém de uma política ambiental, o que é influenciada pelas preocupações internacionais com o meio ambiente e com as questões sociais, locais e regionais que se estabelecem no interior do Brasil e na região Amazônica, de modo mais específico. Devemos considerar, portanto, desde as influências do grande capital e das convenções sobre o meio ambiente na legislação ambiental nacional até as motivações na localidade em que essa unidade de conservação se insere. Tais questões já foram inicialmente discutidas neste capítulo, posto que o que pretendemos a seguir é aprofundar um pouco mais a discussão, correlacionando-a mais diretamente com nosso objeto de pesquisa, na busca pela reconstrução histórica da RDS Canumã.

Dessa forma, com os dados dos formulários em mãos recorreremos à ATD, e a partir dela demos ênfase à categoria “Memórias sobre a RDS”, cujo objetivo foi resgatar as lembranças sobre o processo de implementação dessa unidade de conservação. Tais memórias nos levaram a classificar a própria criação da RDS como contraditória, isso transparece nas afirmações do morador 1, quando ele atribui o processo de criação e implementação dessa UC a uma

“canetada” do então governador Eduardo Braga. Além disso, a afirmação do morador 2, de que um número amplo de moradores não era a favor da implementação da RDS, nos revela que esse processo não partiu dos interesses dos trabalhadores do campo canumaense, tratando-se de uma decisão vertical para atender aos anseios dos organismos internacionais como a ONU, uma vez que a criação e implementação de unidades como essa podem figurar como positiva para o atendimento dos objetivos desta instituição para o Brasil, conforme demonstrado anteriormente.

O mote da resistência era que a implementação da RDS impossibilitaria a realização dos objetivos de um movimento de moradores canumaense referente à criação do município de Canumã. Entretanto, não encontramos qualquer impedimento legal da criação de municípios sobrepostos a unidades de conservação. Na verdade, um município criado já sobreposto a uma UC poderia corroborar para o atendimento ao objetivo 11 da ONU para o Brasil: Cidades e comunidades sustentáveis, ou seja, a principal motivação da resistência à implementação da RDS Canumã partiu de uma informação falsa.

Quadro 3 Documentos jurídicos da RDS Canumã

Tipo de document	Número	Ação	Data documento	Data de Publicação	Observação
Decreto	25026	Criação	22/05/2005	23/05/2005	Governador do AM cria a RDS Canumã, com os objetivos de preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de qualidade de vida e exploração de recursos naturais das populações tradicionais, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido pelas populações tradicionais, dentre outros. Possui área aproximada de 22.354,867 hectares.
Portaria	135	Conselho	04/12/2018	06/12/2018	Cria o Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã - RDS Canumã, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação desta unidade de conservação.
Portaria	34	Acesso ao PRONAF	30/10/2008	12/11/2008	A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO AMAZONAS, resolve: Art 1º Reconhecer a Reserva de Desenvolvimento Sustentável CANUMÃ (...), visando atender 500 (quinhentas)

					famílias de pequenos produtores rurais; Art 2º Determinar que tal aprovação permita a RDS CANUMÃ participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no grupo "A", obedecidas às normas desta Autarquia.
Portaria	34	Acesso ao PRONAF	30/10/2008	13/11/2008	A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO AMAZONAS, resolve: Art 1º Reconhecer a Reserva de Desenvolvimento Sustentável CANUMÃ, código SIPRA AM0663000, localizada no Município de Borba, no Estado do Amazonas, com área de 22.354,8670 ha (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro hectares, oitocentos e sessenta e sete ares), visando atender 500 (quinhentas) famílias de pequenos produtores rurais; Art 2º Determinar que tal aprovação permita a RDS CANUMÃ participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no grupo "A", obedecidas às normas desta Autarquia.
Retificação	s/n	Acesso ao PRONAF	03/12/2008	03/12/2008	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS Na Portaria INCRA//SR-15/AM/No- 34, de 30 de outubro de 2008, publicada no D.O.U. 220, de 12 de novembro de 2008, que reconheceu a Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS CANUMÃ, onde se lê: "... código SIPRA AM0663000"... leia-se: "... código SIPRA AM0129000".

Fonte: Unidades de conservação no Brasil (2020).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã foi criada pelo decreto Estadual 25026 de 22/05/2005, pelo então Governador do Estado do Amazonas Eduardo Braga. e possui uma área de 22354,90 hectares. Fica localizada no município de Borba, hoje a estimativa da população do município segundo IBGE (2020), é de 41.748 pessoas com uma população Rural de 20527 habitantes e população urbana de 14435 habitantes (IBGE, 2010) – os dados da população por setor Urbano e rural não foram atualizados.

Um fato que nos chamou a atenção relacionado à categoria “Memórias sobre a RDS” é a lembrança dos moradores 1 e 2 de que o processo das reuniões e oficinas acerca da criação da RDS ocorreu durante o festival do jaraqui na Foz do Canumã, vale ressaltar que o morador 1 enfatiza este festival como “maior símbolo da expressão cultural do Canumã”. A atribuição

desse significado ao festival se deve ao fato de que no processo do festival ocorre a folclorização da vida do camponês canumaense, as danças, toadas, músicas e apresentações do jaraqui da escama fina e do jaraqui da escama grossa expressam de maneira artística modo de viver e produzir no Canumã, além disso, resgatam a ancestralidade do canumaense, valorizando a contribuição Munduruku na formação identitária do canumaense, com suas lendas, mitos e histórias impressos no contexto do festival.

Ainda foi possível identificar com o emprego da ATD as ações do movimento pela criação do município de Canumã, a partir das respostas do morador 1 verificamos que houve um processo para retirar a localidade Foz do Canumã de dentro dos limites da RDS. Nesse processo o movimento coletou assinaturas e apoios institucionais e políticos para o ressecamento da RDS. Vale ressaltar que, a partir das respostas do morador 3 e morador 4, percebemos a evidência da utilização destas oficinas como estratégia de convencimento da população sobre os aspectos positivos da criação da RDS, sobretudo, com as explicações sobre a possibilidade de participar do programa bolsa floresta que busca incentivar a preservação e conservação em unidades de conservação. Contudo, nesse processo, segundo o morador 1, houve um erro de documentação, nos documentos utilizados por esse movimento não havia menção à Foz de Canumã e sim à Vila de Canumã, que designa outra localidade.

Assim, o governador do estado do Amazonas, a partir do Decreto 25.045, de 1º de junho de 2005, altera o decreto 25.026 de 22 de maio de 2005, acrescentando os parágrafos §1º e §2º ao seu artigo 2º, retirando a localidade da RDS, mas mantendo o usufruto de seus recursos naturais com a seguinte redação:

§ 1º A Vila de Canumã fica excluída do regime de proteção enunciado pela Lei Federal nº 9.985 de 18 de junho de 2000.

§ 2º Os habitantes da Vila de Canumã poderão, nos moldes do Plano de Manejo da unidade de conservação, proceder à utilização dos recursos naturais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã (AMAZONAS, 2005, Ar. 2º).

Para melhor compreensão desse processo também inserimos informações adquiridas com as conversas informais com os moradores da RDS Canumã sobre essa conjuntura. Com o andamento e avanço da vacinação contra a Covid-19 no Canumã, recorreremos a algumas visitas exploratórias, e seguindo as recomendações da OMS quanto ao distanciamento social, uso correto de máscaras e assepsia das mãos aproveitamos essas visitas exploratórias para agradecimento sobre a participação de alguns moradores e estudantes, destas conversas informais emergiu a continuação dos relatos sobre o processo de redemarcação da RDS.

Com erro de documentação e a retirada de outra localidade da UC surgiu outro

movimento, o de reinserção da Vila de Canumã na RDS, em que recorreram ao levantamento de assinaturas e viagens à Manaus para a reinserção da localidade na RDS, o que segundo os moradores foi posteriormente corrigido.

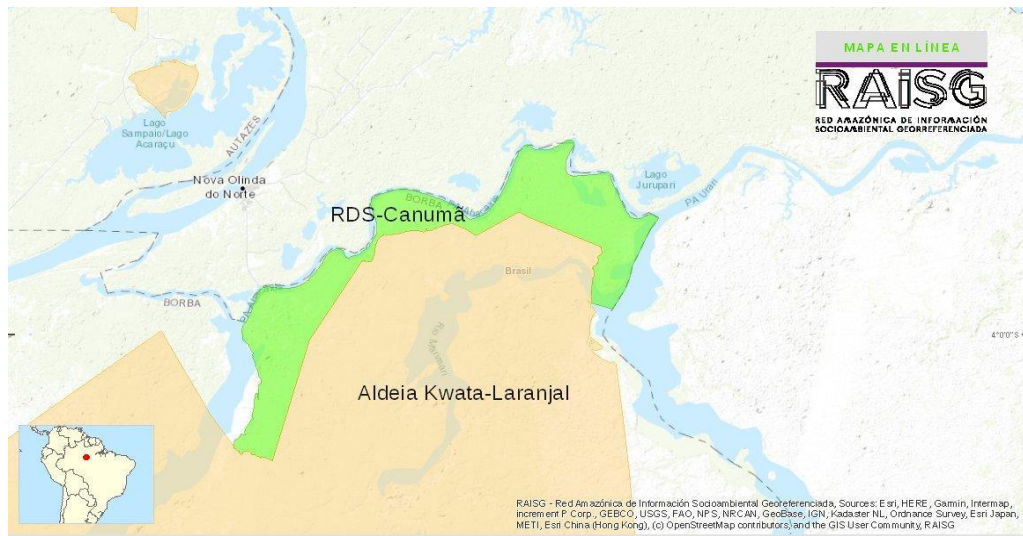
O acesso ao conjunto de documentos referentes aos processos dos dois movimentos não foi possível, impossibilitando dessa forma o progresso de uma análise mais profunda, além da inviabilidade da confirmação dos detalhes do processo de redemarcação da RDS – por isso, compreendemos que nossa pesquisa conseguiu avançar no que tange ao movimento de reconstrução da memória dos moradores da reserva quanto aos momentos iniciais da RDS Canumã. Consta nos documentos fornecidos pelos membros da AMURDESC que os habitantes da Vila de Canumã continuam sendo beneficiados pelas políticas da UC, mas sem estarem nela inseridos, entretanto, ao estudar o georreferenciamento da RDS na Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada (2018), percebemos que a localização da comunidade consta dentro dos limites da UC. Porém, a existência dos dois movimentos com objetivos contrários não poderia deixar de ser retratado em nossa pesquisa. Veja a seguir o mapa da RDS Canumã:

Figura 1 RDS Canumã



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada (2018).

Figura 2 RDS Canumã



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de Red Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (2018).

Consideramos importante destacar que a RDS-Canumã faz fronteira com a Aldeia Kwatá-Laranjal, pois assumindo que as suas fronteiras não são intransponíveis há uma essa conexão territorial que pode se traduzir em influência ou similaridades nos elementos culturais sobre a centralidade do camponês canumaense, sua visão de mundo, seu trabalho no campo, sua permanência no campo, na escola ou ainda sua migração para a zona urbana. Além disso, devemos destacar que a conexão de áreas protegidas favorece a formação de corredores ecológicos de maneira a mitigar os efeitos da fragmentação dos ecossistemas promovendo a ligação entre diferentes áreas, com o objetivo de proporcionar o deslocamento de animais, a dispersão de sementes, aumento da cobertura vegetal.

Figura 3 Moradora da RDS torrando farinha na Aldeia Kwatá



Fonte: Acervo do autor (2016).

A figura 4 é determinante para nossa afirmação de que a aldeia e a RDS não se isolam uma da outra e desempenham interrelações de cultura e trabalho que desencadeiam influências na cultura e educação dos sujeitos que habitam estes dois territórios. Dessa forma a ação do Estado que envolve os processos escolares e formativos dos canumaenses não deve se desenvolver à luz de decisões tomadas à revelia de sua matriz cultural, social e econômica.

Porém, no contexto da sociedade de classes as ações do Estado não serão modificadas por ele mesmo sem que a sociedade civil organizada continue pressionando-o em busca da materialização do direito a uma educação mais articulada às matrizes culturais dos povos tradicionais da Amazônia, isto é, há uma crescente necessidade de que os movimentos sociais do campo da Amazônia, em especial do estado do Amazonas, se fortaleçam e se organizem para que no âmbito das contradições da sociedade do capital ganhem força para disputar a hegemonia da educação e assim contribuam para o desenvolvimento da educação do campo neste estado.

Da criação da RDS Canumã até o ano de 2007 a gestão desta UC competia apenas ao Estado, sob a responsabilidade do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), mas o governo do Estado do Amazonas, seguindo a tônica do neoliberalismo, reconfigurou a política de gestão das UCs. Para Santos (2013), o que ocorreu foi a instituição de mudanças técnicas, criação de novos programas, setores governamentais com forte aceleração na configuração da nova política instituída e na criação de novos organismos de execução e formulação da política ambiental, principalmente pela criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), que passou a gerir as UCs no lugar do IPAAM e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Mas, o que notamos foi a abertura para a atuação da propriedade privada na gestão das UCs, sobretudo com a Lei Nº 3.184 de 13 de novembro de 2007, que autoriza o poder Executivo Estadual a participar de Fundação privada sem fins lucrativos visando objetivos relacionados à conservação ambiental e ao desenvolvimento regional, prevendo a estrutura e a composição do conselho deliberativo da fundação a ser elegida com vistas a garantir a representatividade de membros natos do poder executivo, além da autorização da doação de até 20 milhões de reais pelo poder executivo à fundação privada que se adequasse aos termos previstos nesta lei.

O que de fato ocorreu a partir de 2008 não é a gestão da RDS Canumã pelo CEUC ou pelo IPAAM, mas a atuação da propriedade privada sem fins lucrativos com o maior poder para gerir os rumos da política da UC, cabendo ao Estado o papel de regulador/mantenedor. A Associação de Moradores e Usuários da RDS Canumã (AMURDESC) explica sobre a

importância e o funcionamento do conselho gestor, mas oculta o fato de que a posição que eles ocupam é de caráter consultivo, em suma os moradores da RDS não possuem o poder de deliberação, o que pode levar a política da UC a um rumo diferente e antagônico aos interesses do camponês inserido nesse território.

Assim, a partir de 2008 a gestão da RDS Canumã competia à Fundação Amazonas Sustentável (FAS), entretanto, as referências diretas a essa unidade de conservação são poucas, o que para nós vale destacar é que o empreendedorismo surge como categoria nos documentos oficiais da FAS a partir de 2014. As ações que envolvem o empreendedorismo são desenvolvidas pela FAS em conjunto com outras instituições, consta no relatório de atividades desta instituição o seguinte: “Desenvolvemos, junto com as instituições parceiras, uma abordagem inovadora para a formação do capital humano essencial para o desenvolvimento sustentável da região”. (FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, 2014, p. 8).

Das instituições parceiras da FAS, destacamos o Banco Bradesco, que figura nos documentos desta fundação como “mantenedor master”, o que observamos nesse contexto é a expansão do capital monopolista financeiro para o campo, criando um mercado no âmbito da política de preservação e conservação. É importante destacarmos que habitantes das unidades de conservação como RDS Canumã podem ter acesso às linhas de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, ocorre que a política de formação de empreendedores endereçada ao camponês contribui para a busca de outras fontes de crédito, enquanto empreendedor os riscos que envolvem qualquer empreendimento são de responsabilidade do próprio empreendedor. Assim, “assistimos a uma perversa penetração do capitalismo nas relações produtivas do campo, transformando e submetendo toda a produção ao capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias” (VENDRAMINI, 2007, p. 125).

Nesse contexto, o empreendedorismo no campo favorece a obtenção de lucro para o banco figurando no que discutimos como “capitalismo verde”, com a sofisticação da exploração do trabalho camponês, que vê no seu horizonte a possibilidade de sucesso, mas sem perceber a possibilidade de endividamento. Na perspectiva de Vendramini (2007), a produção camponesa de pequena escala se torna dependente do capital financeiro/comercial, ou seja, subordinada aos monopólios financeiros, industriais, latifundiários e cooperativas capitalistas. O que acreditamos aqui é na existência de um projeto para expansão do capital em áreas de conservação, e para isso apresentam o empreendedorismo no campo da preservação e conservação como novidade.

Muito embora pareça que conservar recursos naturais é uma ideia do século XXI, podemos encontrar exemplos de proteção desenvolvidos anteriormente à globalização da

preocupação ambiental, um destes exemplos encontra-se aqui mesmo no Brasil. Segundo Porto et al. (2008), no Brasil, a família real fugiu das Guerras Napoleônicas em 1808; o príncipe regente Dom João criou um jardim botânico no Rio de Janeiro. Algumas pessoas pensam que o jardim botânico é a primeira reserva natural do Brasil, mas seu conceito é semelhante ao que se conhece hoje.

Lima (2003) vai além, afirma que diferentes registros indicam que a ideia de proteger áreas naturais no mundo ocidental começou na Europa, ainda na Idade Média, mas seu objetivo era proteger os recursos da fauna silvestre e seus habitats para caça da família real e aristocratas rurais, caso contrário os recursos madeireiros da floresta seriam protegidos. No entanto, por razões religiosas, existem muitos registros sobre as áreas naturais do Leste, especialmente as reservas naturais da Índia.

A primeira unidade de conservação moderna do Brasil foi, no entendimento de Porto et al. (2008), o Parque Nacional do Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, que faz fronteira com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde 1959, o Brasil retomou a construção de parques de forma mais expressiva, estendendo o rol dessas áreas protegidas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

A partir da década de 1960, dispositivos legais passaram a estabelecer novos formatos de áreas de proteção ambiental. Surgem, então, as Reservas Biológicas e as Reservas Florestais, que “[...] durante muito tempo (cumpriram) com um importante papel na proteção de matas onde era permitida a exploração econômica” (COSTA, 2007, apud PORTO *et al.* 2008, p.81)¹⁹. Datam também desta época o início das unidades de conservação criadas pelos governos estaduais.

Lima (2003) esclarece que o principal objetivo da proteção de áreas naturais era garantir que os recursos naturais nelas contidos, com destaque para paisagens de grande expressão, permanecessem em estado original para usufruto da população. No caso sul-africano, todavia, as razões se fundamentavam na necessidade de criação de condições para a recuperação de populações animais que vinham sendo indiscriminadamente massacradas em decorrência do desenvolvimento e melhoria dos armamentos. Os objetivos das áreas protegidas começaram então a assumir contornos mais amplos e passaram a ter efeitos inovadores também em países europeus, sendo que em 1914 a Suíça estabeleceu seu primeiro Parque para fins científicos, onde pesquisas de longo prazo sobre a fauna e a flora nos Alpes pudessem ser realizadas em condições naturais e sem efeitos de atividades humanas.

¹⁹ O artigo faz parte de um grande número de textos do Governo Federal que antes estavam disponíveis mas atualmente não conseguimos ter acesso.

Porto et al. (2008), ao observarem a dinâmica de criação das unidades de proteção no Brasil, destacam que há evidências de que a falta de normas é mais do que um verdadeiro cuidado no planejamento e na gestão ambiental, razão real para a implantação dessas comunicações unificadas em território nacional. Bragança (2014) aponta dados interessantes sobre a criação de UCs, com o processo de redemocratização do Brasil. A partir da sanção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC Lei 9.985/2000 –, o ritmo de criação de UCs cresceu, sobretudo nos governos de Fernando Henrique com 81 UCs que somaram um total de 20.790.029,14 (ha) e Lula, com 77 UCs e 26.828.924,53 (ha).

Araújo et al. (2009) afirmam que O SNUC protege aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros quadrados (km²) ou 150 milhões de hectares do território brasileiro e integra reservas naturais federais, estaduais e municipais sob o mesmo arcabouço legal. A gestão deste enorme território maior do que a área combinada de França, Espanha e Itália é um enorme desafio para um país com uma escala intercontinental, uma ampla gama de ecossistemas naturais e contextos socioeconômicos.

Tabela 1 Unidades federais e estaduais de conservação (2020)

UC	Categoria	Nº	Área (ha)
Proteção Integral	Federal	149	50.116.300
	Estadual	399	16.095.600
	Municipal	299	135.500
	Subtotal	777	66.347.400
Uso Sustentável	Federal	855	121.671.300
	Estadual	653	61.204.600
	Municipal	161	59.96.400
	Subtotal	1.669	188.872.300
Total Geral		2.446	255.219.700
Total	Área considerando sobreposição mapeada	2.446	250.619.900

Fonte: SNUC (2020).

Notamos que, a partir dos dados da tabela 1, que tem se ampliado a área de proteção ambiental de UCs, de 150 milhões de hectares em 2009 houve um salto para mais de 250

milhões de hectares em 2020. Entretanto, devemos pensar se existem financiamentos para que a proteção de áreas protegidas seja fomentada e consolidada.

Araújo et al. (2009) consideram que a conexão entre as unidades de conservação e os outros setores e atividades econômicas locais, regionais e nacionais deve ser claramente percebida e internalizada pela sociedade. Essa visão deve contribuir com a diminuição da pressão sobre a biodiversidade e, concomitantemente, com o incremento de recursos físicos, humanos e financeiros para o manejo das unidades de conservação.

De acordo com Costa (2016, p. 251), um dos melhores exemplos de recursos transferidos por países é o do “Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, que recebeu o montante equivalente a cerca de R\$ 2 bilhões da Noruega para financiar, entre outras, atividades produtivas, de monitoramento e fiscalização e de restauração florestal”. Já o programa Fundo Clima é um instrumento único e de grande potencial para financiar a restauração no Brasil. Os recursos, oriundos do setor de óleo e gás, permitem o repasse de condições financeiras favoráveis aos postulantes. Combinar subcréditos do Fundo Clima com os advindos de outras fontes pode ser uma boa estratégia para alavancar recursos adicionais e aumentar o alcance e a escala do financiamento à restauração no país.

Entretanto, Lima (2003) adverte que as unidades de conservação têm sofrido uma série de críticas com relação ao cumprimento de seus objetivos, Como a maioria das pessoas não tem conseguido proteger a biodiversidade, promover o desenvolvimento regional e proporcionar lazer e entretenimento, a principal dificuldade reside na gestão e implementação de estratégias institucionais mais adequadas. As unidades de conservação que buscam aumentar sua eficácia no cumprimento de seus objetivos por meio das dificuldades burocráticas, administrativas e financeiras da gestão pública buscam parcerias com o setor privado. Esta parceria tem se dado especialmente em três linhas: a co-gestão ou gestão compartilhada, a terceirização e a gestão participativa.

Consideramos, a partir dessa advertência que as UCs muitas vezes já são criadas e implementadas de maneira precária, e a precarização abre as portas para a criação de um novo mercado, o capital então tem um novo campo para se expandir, vale lembrar que a imposição legal prevê que não pode haver fins lucrativos no âmbito da gestão o que não quer dizer que as parcerias público-privadas na gestão dessas UCs vão deixar de atender aos interesses do grande capital. Porém, vemos na gestão participativa a possibilidade de melhoria da qualidade da gestão das UCs, por admitir a participação das populações tradicionais na gestão entretanto, o problema que se insere na forma como se regulou a gestão participativa das UCs é a

impossibilidade dos conselhos possuírem caráter deliberativo, cabendo a eles o elemento consultivo.

No caso da RDS Canumã, a gestão cabe à Fundação Amazonas Sustentável, entidade privada sem fins lucrativos, essa gestão é composta por um conselho administrativo e deliberativo, que se articula com um conselho fiscal e com o conselho consultivo; hierarquicamente o Conselho Executivo está abaixo do conselho administrativo e deliberativo e acima do diretor estatutário. Chamamos atenção para o fato de que a associação de moradores e usuários da RDS Canumã participa da gestão da RDS e da FAS compondo o conselho consultivo, devido ao caráter desse conselho o que ocorre é que a AMURDESC, ou melhor, os moradores e usuários da RDS Canumã não possuem poder para deliberar sobre a gestão econômica do território onde vivem e trabalham.

A partir de Mourão e Almeida (2005), Saviani (2011), Feitosa (2012), Souza (2017) e Mendes (2019), notamos que com a crise estrutural do capital, no Estado neoliberal existe uma lógica na busca pela abertura dos caminhos para a privatização, tal lógica consiste num movimento de precarização do serviço público²⁰ e do próprio trabalho do servidor público para apresentar o serviço privado como sinônimo de eficiência e qualidade e enfim privatizar a execução dos serviços sociais, a educação, a saúde, proteção ao meio ambiente, etc. para cada vez mais chegar no tão sonhado (pelos neoliberais e ultraliberais) Estado mínimo.

A reforma do Estado promoveu o desmantelamento do setor público em favor do setor privado, comercializando serviços sociais como saúde e educação. “Os Governos são orientados pelos Organismos Internacionais a terceirizarem os serviços sociais entregando-os a empresas privadas sob a denominação não mais de privatização, mas sim, de parcerias público-privadas” (FEITOSA, 2012, p. 78).

Souza (2021, p. 21) afirma que “as parcerias público-privadas foram colocadas como estratégias governamentais e são ressaltadas no senso comum com a falácia de trazerem qualidade e eficiência aos serviços que deveriam ser públicos”. No âmbito da ideologia é que essa falácia sobre a qualidade se apresenta como uma base para a reforma do aparelho do Estado no Brasil, implicando na diminuição dos custos dos serviços sociais e na criação e ampliação das parcerias público-privadas.

20 Serviço público é aquele que a administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer a sua necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Por isso, tais serviços são considerados de administração e execução do Estado.

[...] a crise do capital retira do Estado o seu caráter público (como fomentador dos bens públicos[...]) para que este fique unicamente servindo aos interesses privados, dessa forma, a educação sai das mãos do Estado e passa às mãos dos empresários, para que estes a transformem em mercadorias lucrativas (FEITOSA, 2012, p. 61).

Retomando o financiamento, há um elemento importante a destacarmos sobre impostos verdes, mais precisamente referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para Loureiro (2008), o Eco ICMS é um mecanismo que permite aos municípios obter recursos financeiros do ICMS, imposto de circulação de mercadorias e serviços, de acordo com a definição dos padrões ambientais nas leis estaduais, para destinar parte da “cota” municipal para obtenção do repasse constitucional. Young (2005) considera que os recentemente, diversos métodos econômicos inovadores de proteção dos recursos naturais foram implantados no Brasil, com grande potencial e que podem compensar os problemas dos fundos públicos tradicionais. O mais conhecido é o estabelecimento de critérios ambientais para a redistribuição do imposto sobre a circulação de bens e serviços (ICMS).

Na prática, a melhor forma de garantir o acesso aos recursos do ICMS Ecológico é fortalecer sua vocação, a saber: a arrecadação do ICMS Ecológico pelo município é baseada na "definição de objetos ou processos ambientais", o que por si só justifica a destinação total ou parcial às atividades locais para o meio ambiente por meio de atividades desenvolvidas pelo Órgão Local de Meio Ambiente, até mesmo pelo procedimento de cálculo de percentuais, que em alguns países, como no Paraná, forma uma espécie de "círculo virtuoso", ou seja, quanto melhor se avalia o objeto ou processo ambiental, o mais municípios recebem. Graças a este mecanismo, a comuna pode ter um Parque da Cidade com piso florestal e para vários pisos depende sempre da qualidade da sua proteção.

Tabela 2 Estados que possuem legislação sobre o ICMS Ecológico (ano de referência 2008)

ESTADO	ANO DE CRIAÇÃO	CRITÉRIOS AMBIENTAIS		Valores em reais
		Biodiversidade (%)	Demais critérios(%)	
Paraná	1991	2,5	2,5	115.795.725,00
São Paulo	1993	0,5	0	72.235.558,75
Minas Gerais	1995	0,5	0,5	42.545.117,50
Rondônia	1996	5	-	16.658.825,00
Amapá	1996	1,4	-	1.007.538,00

Rio Grande do Sul	1998	7,0 ⁽¹⁾	-	0,00
Mato Grosso	2001	5	2	39.456.662,50
Mato Grosso do Sul	2001	5	-	37.622.475,00
Pernambuco	2001	1	5	72.961.545,00
Tocantins	2002	3,5	9,5	23.473.937,50
Acre ⁽³⁾	2004	20	-	21.466.200,00
Rio de Janeiro ⁽⁴⁾	2007	1,125	1,375	92.531.087,50
Goiás ⁽⁵⁾	2007	5	-	58.732.775,00
Total em 2006	-	-	-	594.487.446,75

Fonte: Conselho de Política Fazendária (CONFAZ, 2008), adaptado por Loureiro (2008).

Somos otimistas com a potencialidade do Amazonas de angariação de recursos, caso venha a criar o ICMS-ecológico, pois é o maior estado do país, possui a maior vegetação nativa preservada, possui a maior bacia hidrográfica do país e é o estado com o maior número de Unidades de Conservação.

A criação das unidades de conservação, sejam elas federais, estaduais ou municipais, legitimadas no âmbito da administração pública sob força de lei. Entretanto, o estabelecimento de novas unidades de conservação deve ser precedido de estudos técnicos e ampla consulta à população local residente na área e no entorno da unidade projetada, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, instituições e organizações não governamentais. Essas consultas devem ocorrer por meio de audiências públicas, reuniões locais com diferentes setores da sociedade diretamente relacionados à área selecionada, e o órgão público de meio ambiente tem o compromisso de fornecer informações relevantes e compreensíveis para a população local e demais partes interessadas, dando-lhes tempo suficiente para que eles possam fazer suas próprias sugestões. Ressalta-se que todo esse processo de discussão também ajudará a definir melhor a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

Quadro 4 Instrumentos jurídicos de proteção da biodiversidade no Brasil

- Lei No. 4.771/65: institui o Código Florestal;
- Lei No. 5.197/67: dispõe sobre a proteção à fauna;
- Lei 6.766/79: dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
- Lei No. 6.902/81: dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental;
- Lei No. 6.938/81: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;

- Decreto No. 89.336/84: dispõe sobre Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico;
- Lei No. 7.347/85: disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- Lei No. 7.661/88: institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Lei No. 7.679/88: dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução;
- Constituição Federal/88, Capítulo do Meio Ambiente (art. 225): garante o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,
- Lei No. 7.754/89: estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios;
- Lei No. 7.797/89: cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente;
- Decreto Legislativo No. 02/94: aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica;
- Lei No. 8.974/95 - Estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança;
- Lei No. 9.605/98: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências (Lei de Crimes Ambientais).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ainda que o conjunto de leis supracitado não seja objeto primeiro desta pesquisa, é preciso atentar para o fato de que a política da criação e fomento da RDS Canumã é fruto das evoluções da política ambiental nacional, a qual compreende as materializações das correlações de forças dos diferentes grupos e classes sociais que imprimem na agenda nacional e internacional os interesses referentes à preservação, conservação ou exploração dos recursos naturais, e essa política permeia o ambiente/local/região em que o estudante pode acessar, frequentar, permanecer na escola e aceder outros espaços educativos.

3 CAPÍTULO 3 O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA NA RDS CANUMÃ: OS SUJEITOS, OS DESAFIOS E O PAPEL DA ESCOLA

Neste Capítulo, visando atingir os objetivos de compreender o papel da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário no tocante ao atendimento à comunidade que vive na RDS Canumã e de discutir os desafios do acesso e da permanência na escola com educadores e estudantes da RDS Canumã, voltamos nossos esforços para o foco da pesquisa, qual seja, a questão que toca o acesso e a permanência na escola dos estudantes oriundos da RDS Canumã – tomando como norte para a discussão os próprios sujeitos da escola e da RDS, os desafios vivenciados pelos atores sociais e o papel da escola nesta realidade. E, ainda, o acesso e permanência de maneira que seja possível sintetizar as complexas questões que envolvem os impactos das políticas públicas, o acesso e a permanência dos estudantes da RDS na escola.

3.1 O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA ESCOLA FACE À REALIDADE AMAZÔNICA E SEU DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao se propor o debate do acesso e da permanência na realidade amazônica é necessário ter dois pontos como referência, o primeiro é diversidade amazônica e o segundo é a concepção do acesso e permanência na escola como direito. A Amazônia é antes de tudo plural, sua marca é a diversidade, diversidade de rios, de espécies de animais, de plantas, diversidade de povos, nela há a terra firme, a várzea, o igapó, rios de águas brancas, turvas como vinho de bacaba, rios de águas negras, escuras como o vinho de açaí, e lugares onde rios de águas negras se encontram com os de águas branca Witkoski (2007). Cury (2007) enfatiza que a educação, como direito de todos ao acesso e à permanência na escola, está consagrada na Constituição brasileira (art. 206), que indica a necessidade de elaboração, financiamento, implementação e avaliação de políticas mantidas pela União, estados e municípios.

Para Da Silva (2013), existe o processo de globalização que inevitavelmente alcança o estado do Amazonas, e as suas nuances interferem no processo de desenvolvimento, como condicionantes, as configurações históricas regionais, sociais e físico-naturais específicas de cada caso, as quais se projetam casualmente sobre o processo de desenvolvimento regional, para nós o que ocorre nesse âmbito é que as políticas voltadas ao desenvolvimento regional devem se articular às especificidades locais/regionais e globais, sem deixar de considerar a diversidade amazônica.

Quanto à diversidade amazônica ela se manifesta de maneiras distintas, perpassando a sociodiversidade, e biodiversidade tão rica seja ela que por vezes a Amazônia é vista como as amazônias. Oliveira e Mourão (2017) demonstram Amazônia internacional por exemplo, se refere aos países que têm em seu território o complexo bioma Amazônico, são eles: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil. Amazônia Legal é uma área que engloba 9 Estados brasileiros pertencentes à bacia amazônica.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a Região Hidrográfica Amazônica (RH Amazônica) ocupa 45% do território nacional, abrangendo sete Estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso). Possui uma extensa rede de rios com grande abundância de água, sendo os mais conhecidos: Amazonas, Xingu, Solimões, Madeira e Negro. A densidade populacional é 10 vezes menor que a média nacional, entretanto, a região concentra 81% da disponibilidade de águas superficiais do país. Cerca de 85% da área da RH Amazônica permanece com cobertura vegetal nativa. Esse mar de água doce possui sua própria dinâmica, essa dinâmica está presente nas enchentes e nas vazantes, há áreas que alagam facilmente, há áreas que não são propícias a alagamentos, essas áreas são o igapó, a várzea e a terra firme.

Durante a seca, as terras baixas são um lugar onde os ribeirinhos estabelecem o cultivo a produção de safras temporárias é principalmente o início e o início da agricultura conhecido porque é hora de preparar a terra para as sementes a serem cultivadas nos períodos que antecedem a época da colheita, que para Witkoski (2007) na maioria das vezes deve ser previsto devido a fenômenos climáticos que ocorrem na região entre os meses Maio e agosto, inundação; e no que diz respeito ao regime de inundações, as várzeas amazônicas. Embora os rios não passem pela enchente e vazante sincronizados uns com os outros esse período quase o mesmo para a maioria, variantes como alterações climáticas ou assoreamento podem alterar drasticamente esses períodos de enchente e vazante.

No contexto de amplas desigualdades do país é plenamente possível que o camponês amazônico permaneça no campo e mantenha seu modo de vida, conseguindo ter desenvolvimento social, a possibilidade pode estar na agricultura familiar. Entretanto a penetração e expansão do capital na Amazônia sob a alcunha de desenvolvimento regional pode ser uma ameaça ao seu modo de vida. No meio da floresta amazônica como se fosse uma ilha de concreto está a sétima maior e mais populosa cidade do país, Manaus é uma cidade industrializada, embora repleta de problemas sociais. seu processo de desenvolvimento industrial assim como em outras cidades que se industrializaram favorece o êxodo rural.

Para Marini (2012), a discussão acerca do desenvolvimento regional abrange teorias que buscam explicar as relações entre economia, espaço e desenvolvimento. Os apontamentos teóricos indicam a crescente relevância do conceito das aglomerações industriais e dos ativos territoriais como alternativas de desenvolvimento. Foi sobretudo no regime militar que a Amazônia se inseriu no plano de modernização autoritária sob a perspectiva da Integração da Amazônia ao resto do país calcado no lema “integrar para não entregar”. Um importante instrumento de modernização e integração da Amazônia foi a criação de uma zona de livre comércio.

A ATD nos propiciou a observação de que a criação da RDS Canumã levou em consideração uma política de interiorização do desenvolvimento sustentável, em que a zona franca verde possui grande importância na questão. Oliveira e Mourão (2017) descrevem a criação da Zona Franca de Manaus ZFM e tratava de uma zona de comércio livre e a de 1967 compreendendo uma área de 10000 km quadrados incluindo a capital de Manaus na primeira fase da ZFM havia a predominância da atividade comercial teve início da atividade industrial e promovia intenso estímulo pelo comércio de produtos proibidos de importação sua segunda fase de 1975 a 1990 intensificou a atividade industrial na terceira fase de 1991 a 1996 com uma nova política industrial no Brasil a ZFM perdeu relevância. Atualmente a Zona Franca de Manaus com seus incentivos fiscais está prorrogada até 2073.

A administração da ZFM é responsabilidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Segundo o Portal da SUFRAMA (2014?), a autarquia tem como responsabilidade construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais. Atualmente a ZFM é composta por três polos, comercial, industrial e agropecuário, a SUFRAMA promove ainda interiorização do desenvolvimento por todos os estados da área de abrangência do modelo, identificando oportunidades de negócios e atrai investimentos para a região tanto para o Pólo Industrial de Manaus quanto para os demais setores econômicos da sua área de atuação.

Lima (2017), ao analisar os investimentos de projetos da SUFRAMA a partir de convênios com a interiorização do desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Amapá, demonstra que os projetos voltados à infraestrutura²¹ possuem um volume maior de aplicação de recursos pela autarquia, em seguida vem os projetos de apoio à produção, depois os de

²¹ Vide dados quantitativos em Lima (2017).

pesquisa e desenvolvimento, seguido do turismo, promoção de investimentos e por último a capacitação de recursos humanos. Já observamos que no contexto das economias dependentes urge a necessidade de se aprimorar as bases infraestruturais para atender às necessidades do capital.

O volume expressivo de recursos aportados em projetos voltados ao apoio da infraestrutura é percebido como uma consequência natural deste tipo de projeto, que tende a necessitar de maior volume de recursos financeiros para sua execução, além do fato desses investimentos serem necessários para enfrentar os gargalos logísticos da Amazônia para o escoamento da produção, especialmente no que tange à integração da região, de forma competitiva, a cadeias produtivas em níveis nacional e internacional. Da mesma forma, o volume de aporte em projetos de apoio à produção é interpretado como um esforço institucional no sentido de valorizar o aumento quantitativo da produção das UF's (LIMA, 2017, p.104).

Notamos a centralidade das preocupações com a infraestrutura e a produtividade, considerando que a produção entre as Unidades da Federação da Amazônia é diferenciada, por exemplo, Rondônia tem maior produção de *Comodities* e Amazonas tem maior produção de bens industrializados, isso nos levou a pensar os impactos da indústria no ambiente da Amazônia.

É rotineira a defesa da ideia de que a industrialização Manauara é benéfica para a conservação da Amazônia. Entretanto, evidente que qualquer atividade industrial é danosa ao meio ambiente, o protocolo de Kyoto e a Rio+20 contribuíram para uma maior percepção por parte da sociedade de que os sistemas produtivos calcados no consumismo exercem uma pressão insustentável sobre os recursos naturais. As limitações do processo de planejamento no Brasil, especialmente nos aspectos ambientais, limitam a avaliação de impacto ambiental ao controle do impacto direto dos projetos, limitando o estudo de impacto a um documento necessário para a obtenção de uma licença, ao invés de ser usado como um instrumento eficaz para planejar e modificar políticas de desenvolvimento. Desta forma, o estudo de impacto ambiental é essencialmente usado como uma validação superficial de ações públicas ou privadas, ao invés de influenciar a tomada de decisão e sustentabilidade.

Costa (2009) pondera que em virtude de novas bases materiais de produção, proveniente das novas tecnologias e das novas formas de organização da produção, tem-se demandado um trabalhador cada vez mais qualificado, capaz de lidar com a gigante quantidade de inovações que a todo instante surgem no mercado. A exigência premente por uma concepção moderna de qualificação, que vai além das habilidades técnicas, como também uma educação permanente e atualizada, capaz de gerar habilidades de trabalho possíveis de permitir ao trabalhador a

criação de novos métodos para resolução de problemas que tenderão a ser cada vez mais complexos, constitui-se numa das principais necessidades da atualidade.

Consideramos que a assertiva de Costa (2009) não corresponde apenas ao contexto urbano, estas novas formas de organização da produção e a necessidade do profissional cada vez mais qualificado também podem ser incorporadas pelo setor agrícola na busca pela melhoria de produtividade. Outra preocupação é que as inovações de mercado influenciem na adoção do desenvolvimento sustentável pela retórica e propaganda da indústria agrícola.

Para Alves (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico; e comporta as seguintes dimensões: sustentabilidade ambiental e ecológica, sustentabilidade social, sustentabilidade política, sustentabilidade econômica, sustentabilidade cultural, sustentabilidade geográfica ou espacial e sustentabilidade institucional, cada um destes subsistemas, interligados aos demais, formando, conformando e transformando o atual princípio do crescimento econômico e industrial ilimitado, em um princípio de sustentabilidade. É sob o conceito de desenvolvimento sustentável e as reservas de conservação e preservação são constituídas, assim, é nesses moldes que a RDS Canumã foi implementada. Não vemos, porém, no conceito de desenvolvimento sustentável a possibilidade de cerceamento da expansão do capitalismo no campo amazônico, ainda que a política de desenvolvimento sustentável seja ampliada e busque se articular ao modo de vida camponês as amplas desigualdades do país não serão sanadas.

Na Amazônia e em especial no Amazonas a situação não é diferente do restante do país, ao contrário, sofre agravantes em função de suas especificidades naturais. Para Alves (2006), apesar de sofrer uma grande pressão externa quanto à preservação e manutenção dos recursos naturais da região, os estudos de impactos ambientais são igualmente vistos como parte integrante e essencial ao processo de licenciamento e não como o processo necessário para a tomada de decisão que possibilite a melhor utilização do ambiente de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

Costa (2009) enfatiza que ao longo desses últimos anos a educação, tomada como proxy do capital humano, vem logrando papel de destaque como um dos principais fatores a impactar o crescimento e o desenvolvimento econômico. No Brasil e em particular no Estado do Amazonas, os indicadores educacionais vêm exibindo melhorias, principalmente, em seus aspectos quantitativos, caracterizando uma priorização na expansão da estrutura e do acesso em detrimento da qualidade. Por conseguinte, o presente estudo buscou dimensionar o esforço do capital humano no crescimento econômico dos Estados da Região Norte.

Mas, à luz de David (2010), devemos observar que a interiorização do desenvolvimento regional sustentável na Amazônia deve considerar a principal matriz de transporte na região. Para ele, uma Amazônia que, sendo parte do sistema capitalista, ao mesmo tempo possui suas singularidades. Assim, o espaço amazônico apresenta sistemas de objetos, como os médios e pequenos portos existentes na região. “As várias instituições e pessoas que participam ativamente do transporte fluvial no Estado, fazem parte do sistema de ações amazônico, tendo o rio como grande agente articulador da dinâmica do transporte fluvial regional” (DAVID, 2008, p. 21).

A população amazônica, [...], utiliza o rio como sua principal fonte de trocas e tem nele o valor simbólico cultural de existência e sobrevivência. E como na Amazônia a interação ambiental, as relações sociais e o nível de independência surgem mediante a utilização dos rios, fica notória a relação direta e indispensável das populações tradicionais com as embarcações. No entanto, o quesito segurança fica muitas vezes em segundo plano, já que são registrados ainda hoje inúmeros acidentes promovidos pelas embarcações (COUTO, 2015, p. 78).

O que devemos evidenciar é que, como ponderado por David (2010), grande parte daquilo que acontece na Amazônia está relacionado ao fluxo inerente ao transporte fluvial, especialmente no que tange ao fluxo de passageiros e cargas na região. A grandiosidade e a caudaliosidade dos rios e a precariedade e escassez de estradas acentuam a utilização dos rios amazônicos. Para Medeiros (2011), a expansão e melhoria da infraestrutura portuária nas cidades amazônicas devem ser projetadas para atingir metas de desenvolvimento sustentável, integrar a produção residencial tradicional e promover a viabilidade do transporte de produtos dos agricultores (aspecto da melhoria da qualidade). Portanto, os meios de transporte fluvial na Bacia Amazônica devem se esforçar para respeitar o direito de passagem e promover boas condições de vida para a população camponesa da Amazônia.

Na perspectiva de Da Silva (2013), o desenvolvimento regional no estado do Amazonas está associado à cooperação em vários modos de transporte para maximizar a realização de uma cadeia completa de interações sociais dependentes da mobilidade. Outro tratamento dá um sinal de divórcio entre o território e sua rede, um sinal que dificilmente se reverterá em curto prazo. Da Silva (2013) afirma ainda que muitas cidades e suas regiões campestres têm infraestrutura de transporte instável, desde estradas subdesenvolvidas ou inexistentes, hidrovias intermitentes e sazonais até rios, pistas e aeroportos subutilizados. Um bom meio de voo é um entrave à implementação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento regional visando fortalecer a produção na região e a circulação total de bens e pessoas, o que requer vultosos recursos.

Apesar de não receber o volume de investimentos que o estado do Amazonas requer, a navegação fluvial é ainda a principal responsável pelo escoamento da produção e da sobrevivência de muitos municípios, vilas, seringais, castanhais e outros centros de produção da Floresta Amazônica e, da própria capital amazonense. “Está totalmente ligada ao desenvolvimento econômico da região, sendo até hoje o principal meio de transporte desta região e, em algumas localidades, o transporte fluvial é o único responsável tanto pelas trocas comerciais, quanto pela locomoção de pessoas” (MEDEIROS, 2011, p. 16).

A contribuição de David (2010) é fundamental para reconhecermos a importância dos rios e do transporte fluvial no contexto amazônico, esse modal específico exerce sua influência em várias esferas da economia e sociedade e, portanto, acarreta situações determinantes sobre a sustentabilidade até mesmo no trabalho docente na Amazônia. Frigotto (2010) assume que nenhum trabalho pedagógico pode garantir de forma significativa a sustentabilidade de uma escola se não corresponder às necessidades, conhecimentos e experiências que os alunos trazem do aprender a viver no espaço escolar. e tampouco contribuirá para a permanência escolar se não houver o desenvolvimento de uma consciência de classe.

Diante disso, consideramos que os rios e as unidades conservação e preservação possuem papel determinante acerca da preservação e manutenção dos recursos naturais da região amazônica, e se relacionar também com os objetivos de interiorização do desenvolvimento sustentável, além disso, a existência das unidades de conservação podem apresentar influências sobre a questão do acesso e a permanência na escola, o que nos levou a procurar pistas sobre essas influências.

3.1.1 Pistas sobre os impactos da RDS Canumã na escola

Durante o desenvolvimento das ferramentas necessárias ao levantamento das informações indispensáveis ao diálogo sobre os desafios do acesso e da permanência na escola com educadores e estudantes pressupomos que tais sujeitos, bem como os demais moradores, percebiam os impactos e influências da criação da RDS Canumã no contexto escolar, envolvendo os aspectos tocantes ao acesso e permanência.

Entretanto, em nossos contatos iniciais com os educadores e estudantes nos deparamos com uma realidade diferente do que havíamos imaginado, apresentamos a proposta de pesquisa e convidamos 7 (sete)²² dos educadores da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário que se encaixavam no perfil que havíamos determinado como requisitos para participação nesta

²² Apenas 3 desses educadores responderam aos nossos formulários *online*.

pesquisa, neste contato inicial verificamos que apenas um destes educadores conhecia a existência da RDS Canumã, pondo em evidência que não são desenvolvidas quaisquer atividades de parceria entre Política da RDS e escola.

Em relação aos estudantes que participaram desta pesquisa, a maioria desconhecia o fato de que suas comunidades estavam inseridas em uma reserva de desenvolvimento sustentável, muito menos que sua criação havia ocorrido há pelo menos 15 anos (momento do convite aos estudantes). Ainda assim, alguns desses participantes buscaram algumas informações antes de responderem aos nossos formulários.

Nesse contexto, a dificuldade que se apresentou às nossas reflexões foi o caráter vago das respostas apresentadas sobre os possíveis impactos da RDS no contexto do cotidiano na escola e na comunidade destes estudantes. Ao que nos parece, o conhecimento das informações relacionadas a esta unidade de conservação se restringe aos moradores que participaram das reuniões e oficinas sobre a criação da UC e aos membros da associação de moradores e usuários da RDS Canumã, ou seja, há aqui um elemento geracional importante a ser levado em consideração.

Assim, a ATD da categoria “Impactos da RDS”, que se subdividia em impactos na escola e impactos no cotidiano dos estudantes, revelou que nenhum dos educadores pôde responder se havia ou não algum impacto da RDS na escola, também não souberam responder se existia algum impacto no cotidiano dos estudantes fora da escola. Em relação às respostas dos próprios estudantes, destacamos o estudante 7 que afirma não ter ouvido falar sobre reserva em momento algum de sua vida, além disso, todos eles, com exceção do estudante 9, afirmam a não existência de impactos ou influências sobre a existência da RDS na escola ou em seu cotidiano fora dela, embora o estudante 9 tenha apresentado resposta contrária a maioria dos estudantes ele não descreveu a percepção sobre esses impactos ou quais seriam eles.

Portanto, a partir das informações obtidas como os formulários dos estudantes e dos educadores, a compreensão sobre os impactos da unidade de conservação no acesso e permanência na escola nos direciona para a tomada de inferência de que os condicionantes relacionados ao direito à educação escolar não fazem parte das preocupações políticas da RDS, o que é reforçado pela não existência de parcerias entre RDS e escola. O fato de estudantes e professores demonstrarem um afastamento dessas questões no seu dia a dia na escola é revelador de uma educação no campo, em detrimento de uma educação do campo no contexto da RDS Canumã.

Porém, ao considerarmos que as condições materiais das famílias influenciam na qualidade de vida e na própria possibilidade e se frequentar a escola, articulamos as iniciativas

políticas da FAS e dos órgãos estaduais envolvidos na gestão da RDS Canumã a melhoria de qualidade de vida e incremento da renda das famílias dos camponeses moradores das unidades de conservação com possíveis e indiretos impactos no acesso e permanência na escola.

O relatório da FAS (2008) aponta que mais de 5000 (cinco mil) famílias, chamados guardiões da floresta habitantes das UCs, são remunerados pelo programa bolsa floresta, que incentiva a conservação dos recursos naturais nestas unidades. O programa bolsa floresta foi instituído pelo governo do estado do Amazonas em setembro de 2007 através da lei 3135 sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Börner (et al., 2013) consideram que proteger as reservas de pressões externas são o principal desafio para a gestão das reservas e para o PBF, e, a proteção eficaz nas UCs dependerá particularmente da capacidade de detectar e reagir rapidamente à colheita ilegal e degradante de recursos naturais, e do desmatamento.

Para Silva (2013), a política de sustentabilidade foi denominada de Zona Franca Verde, lançada em 2002, sendo que a nomenclatura “Zona Franca” no Amazonas é sinônimo de emprego e renda e o “verde” remete à floresta. Dessa maneira, o Programa Zona Franca Verde, portanto, é visto como um programa de geração de emprego e renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais de florestas, rios e lagos, e possui o objetivo de valorizar a floresta em pé e assim gerar emprego e renda e promover a conservação ambiental. Uma das “inovações” do Programa Zona Franca Verde foi a criação do (sub) Programa Bolsa Floresta (PBF).

Badr e Mattos (2010) nos informam que o programa conta com quatro frentes: Bolsa Floresta Familiar, Bolsa Floresta Associação, Bolsa Floresta Renda e Bolsa Floresta Social. O Bolsa Floresta familiar consiste no pagamento mensal da quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para representante de cada família residente nas UCs (que participam do programa), normalmente os valores são repassados às mulheres. Entretanto, alguns homens, sobretudo os viúvos também têm recebido. O Bolsa Floresta Associação assegura repasse às associações dos moradores das UC's de valor equivalente a 10% da soma do quantum repassado a título de Bolsa Floresta Familiar, para que as organizações e o controle social do programa sejam fortalecidos.

Badr e Mattos (2010) destacam ainda que o programa Bolsa Floresta começou a funcionar tão somente com essas duas frentes descritas. Mas, logo depois foram criadas o Bolsa Floresta Renda (BFR), por meio do qual o valor médio de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) é repassado à comunidade anualmente para apoiar a produção sustentável da mesma; e o Bolsa Floresta Social, consistente no repasse do mesmo valor do BFR à comunidade por ano, mas os

recursos são destinados à melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas ali residentes (educação, saúde, transporte, comunicação, etc.).

O relatório supracitado afirma que 91 famílias da RDS Canumã são cadastradas no programa de 8 comunidades pertencentes a esta unidade de conservação, totalizando 418 pessoas atendidas pelo bolsa floresta. No relatório FAS (2009) é enfatizado que o Bolsa Floresta é uma iniciativa inovadora para recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais, os guardiões da floresta, pela manutenção dos serviços ambientais. Em nossa compreensão não é almejado pela política das unidades de conservação enveredar pelas ações de proteção às populações tradicionais que vivem e trabalham nessa reserva, mas sim, estabelecer ações programas e projetos numa perspectiva compensatória.

A partir de pesquisa apresentada no relatório FAS (2009), observamos que 5% dos entrevistados utilizam a renda do bolsa floresta para compra de material escolar, e 15% deles, utiliza na compra de combustível, normalmente o combustível utilizado nas comunidades é para transporte ou geração de energia elétrica nas comunidades que não são atendidas pelo serviço. Esses destaques estão relacionados a centralidade do transporte para se frequentar a escola que discutimos mais a frente, e no caso do material escolar porque se trata de elemento físico/material indispensáveis às atividades escolares, a ausência do material escolar implica na qualidade das experiências de aprendizagem na escola.

Gráfico 4 Pesquisa de opinião sobre o Bolsa Floresta



Fonte: Fundação Amazonas Sustentável (2011).

Viana et al. (2013) afirmam que os participantes se comprometem a cumprir as regras do plano de uso ou plano de gestão da reserva, devendo ser sócios e estar adimplentes com a associação de moradores da reserva, além de participar de suas atividades, manter os filhos na

escola mais próxima de sua residência, registrar desmatamento zero em áreas de floresta primária e aderir ao manejo adequado do fogo. Observamos que nos termos exigidos para participação no programa bolsa floresta encontramos apenas um elemento relacionado à educação escolar, não tendo assim, foco na questão do acesso e permanência dos estudantes residentes nas UCs na escola.

Badr e Mattos (2010) apontam falhas no programa Bolsa Floresta, como falha principal as autoras questionam o valor repassado aos moradores das comunidades, pois as famílias das UCs mais distantes das sedes dos municípios gastam aproximadamente metade do benefício que recebem pelo programa só com o transporte para sacar o valor do benefício. Outro fator apontado pelas autoras é o abandono do trabalho na agricultura familiar, já que quanto menos os moradores alteram as florestas mais se aproxima do objetivo de desmatamento zero, o que pode ocorrer é a dependência financeira do programa caso os moradores tenham a inferência de que os recursos da floresta e dos rios não possam ser tocados.

Em nossas conversas informais com os moradores da RDS Canumã encontramos uma informação que se articula à crítica das autoras supracitadas, inicialmente a sede da AMURDESC seria construída na localidade Vila de Canumã, entretanto, encontrou resistência da liderança da comunidade que afirmava que a existência da RDS impediria o trabalho na agricultura e na pesca com a proibição dessas atividades.

Em nossas visitas exploratórias nos deparamos com uma realidade preocupante, observamos a forte presença do tráfico de entorpecentes nas comunidades da RDS Canumã, acabamos presenciando o uso de drogas e abuso de bebidas alcoólicas por adolescentes e jovens adultos que são estudantes da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário, não foi possível verificar se consumo de álcool e drogas ocorre dentro das dependências da escola ou se há casos de estudantes se ausentarem das aulas por conta desse consumo. Porém, os malefícios do abuso de álcool e drogas na saúde não pode deixar de ser considerado, pois essa realidade pode impactar no contexto escolar.

Rozani (2014) considera que o uso de alguma substância é simplesmente uma forma de utilização da droga esporádica e que não causa maiores problemas aos indivíduos. Entretanto, ele pode evoluir para um quadro em que a frequência do uso seja maior e, neste caso, passamos a chamar de uso abusivo, é no contexto do abuso que podem surgir os problemas relacionados à saúde, educação e segurança. E o abuso de substâncias como o álcool e outras drogas muitas vezes está relacionado ao impulso do jovem de conhecer certas substâncias químicas, como a nicotina e as drogas ilícitas, por motivos de curiosidade, influência dos amigos, problemas

familiares, baixa escolaridade, timidez, decepções amorosas, falta de redes de apoio, entre outros fatores.

Para Monteiro e Rocha (2021), a violência relacionada ao tráfico possui influências negativas no desempenho escolar, para eles a exposição à violência é diferente se uma pessoa vive no território em disputa, no seu entorno ou a cinco quilômetros de distância do epicentro dos conflitos. Da mesma forma, morar em favela não implica estar exposto à violência, visto que há favelas sem domínio do tráfico ou que vivem em relativa paz.

Rozani (2014) apresenta dois principais fatores que exercem forte influência no contexto do uso e abuso de drogas: o primeiro é a disponibilidade e a presença de drogas na comunidade, aspecto relacionado à facilidade do acesso ao álcool e outras drogas no interior da comunidade onde o indivíduo está inserido; o segundo é o papel da mídia, aspecto relacionado ao papel da mídia como difusor do uso de substâncias psicoativas a partir de propagandas de drogas lícitas e da associação dessas com situações agradáveis e prazerosas.

Na realidade carioca, Monteiro e Rocha (2021) afirmam que os resultados obtidos em suas pesquisas fundamentam e validam a percepção de que as externalidades geradas pela violência associada ao tráfico de drogas podem ir muito além do ônus incorrido por indivíduos diretamente envolvidos com essas atividades. Portanto, o fim desses conflitos deve ser uma preocupação política prioritária dado que, além de causar inúmeras mortes, o aprendizado escolar das crianças é substancialmente prejudicado, o que se traduz no prolongamento dos efeitos para além dos dias com conflitos, e no aumento da dificuldade das crianças dessas comunidades em quebrar o ciclo de pobreza.

Enquanto admitimos a possibilidade do uso e abuso de álcool e drogas impactarem negativamente o acesso e permanência na escola Aquino (1998) Rozane (2014) e Monteiro e Rocha (2021), enfatizam que as ações, programas e projetos relacionados à prevenção do uso de álcool e drogas podem ter a escola como instituição promotora de proteção, formação e prevenção ao uso de drogas. Os autores apresentam experiências, programas e ideais que podem ser desenvolvidas em ambiente escolar e com parceria com as famílias no que se refere à prevenção ao uso de drogas. Mas Rozani (2014) adverte que:

O ambiente escolar tanto pode promover o apoio para o não uso de drogas, como pode influenciar no abuso de substâncias. A escola pode ser fator de proteção, ao promover: a realização de programas de prevenção sobre o uso de drogas; ambiente seguro e protetor; oportunidades concretas para a inserção profissional do adolescente; o pertencimento e valorização do aluno pela escola; relações de respeito entre educador e aluno; regras claras e referências de autoridade na escola; relação de cooperação entre a família e a escola; estímulo e motivação para as atividades escolares e experiências positivas de aprendizagem (ROZANI, 2014, p. 103).

Nos documentos da FAS que foram analisados identificamos apenas uma referência relacionada ao combate ao uso de drogas, no relatório de 2014 é afirmado que foram realizados 3 grandes seminários envolvidos com o debate sobre os direitos da criança e do adolescente.

Além dessa observação, em nossas visitas exploratórias, a partir de conversas informais com os moradores da Vila de Canumã e profissionais da saúde da Vila Foz de Canumã, recebemos a informação de que a fundação Amazonas Sustentável atualmente vem desempenhando ações de prevenção e atendimento psicológico a crianças, adolescentes e jovens adultos vítimas da violência, uso e abuso de álcool e entorpecentes em parceria com posto de saúde da Foz de Canumã.

A ideia de que o programa Bolsa Floresta possui impacto direto na melhoria de qualidade de vida vejo moradores das unidades de conservação é reforçada por pesquisa de opinião apresentada no relatório FAS (2011), a melhoria de qualidade de vida também está relacionada às ações de prevenção, atendimento psicológico e debates sobre os direitos da criança e do adolescente desenvolvidos pela Fundação Amazonas Sustentável, e é nesse contexto que atribuímos a existência dos impactos indiretos ao acesso e permanência na escola dos estudantes da RDS Canumã.

3.2 A MATERIALIDADE DO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA NA RDS CANUMÃ

Os desafios referentes à garantia do direito dos estudantes do Campo ao acesso e permanência na escola possuem dimensões estruturais, sobretudo provenientes da política educacional pensada no paradigma urbano comumente formulada para atender à produtividade industrial que favorece ainda a nucleação de escolas, de maneira que tanto toma a ideia da Educação do/no Campo, mas distante de sua materialização, como nega ao educando o direito a sua própria identidade. As comunidades da RDS Canumã possuem pequenas escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental, a marca dessas pequenas escolas é a classe multisseriada, em que um mesmo professor é responsável por crianças de diferentes idades em diferentes etapas do ensino fundamental.

Para Higuchi et al. (2013), nas UCs a responsabilidade estatal para a oferta de educação aos cidadãos se divide da seguinte maneira: o ensino infantil e fundamental está sob a tutela das prefeituras municipais (que recebe verbas federais), enquanto que o governo estadual pode

oferecer também esses níveis educacionais, mas deve garantir o ensino médio. Em geral, todas as UCs têm escolas municipais que oferecem o ensino fundamental até o 5º ano. Existem muito poucos lugares que recebem educação além do ensino fundamental, e os que é comum é a configuração de escolas tipicamente multissérie (alunos de diferentes séries na mesma sala) até o 5º ano, sendo que a partir do segundo ciclo do ensino fundamental, as turmas se dividem entre idade e ano escolar.

Para Costa (2018), as escolas multisseriadas convivem com a realidade de instalações inadequadas, falta de recursos de ensino, salas de aula precárias com rotação de professores (mudanças de professores por conta de demissões e novas contratações), são barreiras que tornam difícil, senão impossível, desenvolver e expandir os métodos de ensino dos professores locais. Além disso, a contratação de professores não relacionados com a comunidade, como o ensino de escolas urbanas e rurais, dificulta o desenvolvimento de métodos de ensino que levem em consideração as realidades culturais, o bem-estar econômico e social dos alunos e da comunidade.

Porém, são as escolas compostas que proporcionam aos alunos agricultores a oportunidade de aprender em suas comunidades. A ideia de salas de aula de alta qualidade é um motivo para fechar escolas nucleares, promover viagens não essenciais e aumentar os desafios da vida escolar de crianças, jovens e adultos nas áreas rurais. Além disso, “Poucas comunidades dispõem do programa de Educação de Jovens e Adultos. Nas comunidades onde não há escolas, as crianças e adolescentes se deslocam para outras comunidades ou se mudam para os centros urbanos para estudar” (HIGUCHI et al., 2013, p. 37).

Recentemente algumas das escolas de pequenas comunidades da RDS Canumã puderam oferecer os anos finais do ensino fundamental através da mediação tecnológica, mas se trata de algo muito recente e diretamente ligado ao número de estudantes das comunidades, o que quer dizer que se a escola não possuir um número mínimo de estudantes para uma determinada turma esta turma simplesmente não será criada e assim a comunidade em questão perde a oferta dos anos finais do ensino fundamental.

Porém, no período proposto pela pesquisa essa possibilidade de oferta dos anos finais do ensino fundamental é inexistente nas comunidades com menor densidade demográfica. Na região da bacia do Canumã somente as comunidades mais populosas possuíam escolas que ofertavam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Assim, a maioria dos estudantes da RDS Canumã passava pelos primeiros anos da vida escolar em suas respectivas comunidades e alguns deles estudaram em escolas em que professores formados pelo PRONACAMPO atuaram.

Entretanto, ao avançar para a última etapa do ensino fundamental os estudantes e seus pais se depararam com a ausência da oferta de vagas do 6º ao 9º, bem como do ensino médio, nesse ponto da formação escolar das crianças do campo restam somente a realidade da interrupção da escolarização ou as opções de buscar a oferta do ensino nas comunidades da vizinhança que possuem essa oferta, ou ainda, migrar para a cidade em busca da escola.

Nesse caso o que se evidencia é a nucleação da escola que pode ocorrer tanto pelo fechamento de escolas existentes ou como no caso da RDS a não criação de escolas que atendam a todos os níveis da educação básica. Sobre isso, Hage e Corrêa (2019, p. 136) destacam que na Amazônia paraense

As ações de combate ao fechamento de escolas no campo iniciam com a campanha 'Fechar Escola é Crime', liderada pelo MST, a partir de 2011 com o objetivo de defender a educação pública como um direito de todas/os as/os trabalhadoras/es, mobilizando comunidades, movimentos sociais, sindicatos, enfim toda a sociedade para se indignar com o fechamento de uma escola e lutar para mudar esta realidade. O Fórum Nacional de Educação do Campo incorporou essa agenda em sua pauta e em nível dos estados, os comitês e fóruns estaduais de educação do campo têm assumido essa questão em suas lutas e mobilizações (HAGE; CORRÊA, 2019, p. 136).

Ações da sociedade civil organizada como as desse movimento social são imprescindíveis para que direitos básicos dos povos do campo amazônico sejam respeitados, pois consideramos que a questão da nucleação da escola é mais grave na Amazônia que em outras regiões. A escola/núcleo que atende a maioria das comunidades da RDS Canumã é a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário, localizada no Distrito de Canumã, Município de Borba-AM, e ela é a principal possibilidade de continuação da escolarização das crianças do campo canumaense.

Antes de adentrarmos nas revelações da ATD vale lembrar que a referida escola não oferece o ensino na modalidade da educação do campo, nem encontramos nos seus documentos oficiais ou nos depoimentos dos educadores ou estudantes elementos que corroborem para a aferição de que tenham sido desenvolvidos programas, projetos ou políticas voltadas para essa modalidade no campo amazonense nas escolas da SEDUC que estão situadas no campo amazonense, dessa forma o que nos compete no exercício intelectual é abordagem da educação do campo como direito do camponês canumaense.

Figura 4 Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo do Autor (2021).

Consideramos importante destacar alguns elementos do espaço físico e infraestrutura desta escola, e para tanto, sintetizamos as informações do último inventário da escola descrito no próprio Projeto Político Pedagógico. A instituição está cercada com um muro numa área de 10.000 m² e possui 10 (dez) salas de aula, 01 (uma) biblioteca, sala dos professores, uma sala da gestão com banheiro, secretaria, cozinha, banheiro feminino com 06 (seis) boxes e banheiro masculino com 06 (seis) boxes para alunos, banheiro para professores, banheiro para funcionários, banheiro para pessoa com deficiência, possui também área de lazer e refeitório.

Possui como recursos para subsidiar suas atividades pedagógicas: 11 (onze) televisores tela plana, 02 (dois) televisores comuns, 02 (dois) aparelhos de DVD com karaokê, 01 (um) retroprojetor, 15 (quinze) teclados, 10 (dez) monitores, 09 (nove) nobreaks, 10 (dez) webcams, 10 (dez) microfones, 01 (uma) fotocopiadora, 04 (quatro) armários de arquivo, 11 (onze) impressoras, 02 (dois) notebooks, 04 (quatro) Microcomputadores, 07 (sete) net boxes, 01 (uma) caixa de som acústica, 01 (um) mimeógrafo e 450 (quatrocentos e cinquenta carteiras), 10 (dez) mesas completas para professores, 10 (dez) quadros brancos, 15 (quinze) mesas completas para refeitório, especificamente a cozinha possui 02 (duas) geladeiras de 02 (duas) portas, 01 (um) freezer de 02 (duas) portas, 01 (um) fogão Industrial.

Em nossa visita exploratória notamos que alguns boxes dos banheiros dos estudantes estavam quebrados, alguns equipamentos eletrônicos apresentavam mal funcionamento, alguns aparelhos de ar condicionado com defeito, mas sem comprometer seriamente a infraestrutura escolar, pois podem ser resolvidos com a simples ação da SEDUC, mas não podemos confirmar

se as solicitações da escola já foram atendidas. O que queremos deixar claro é que à primeira vista o ambiente e infraestrutura da escola permite o desenvolvimento de várias atividades e práticas pedagógicas, entretanto, sua infraestrutura é mais voltada para a modalidade da mediação tecnológica do que para o potencial de experiências a serem desenvolvidas nas turmas *regulares*.

A ATD do Projeto Político Pedagógico da referida escola focou em apenas duas categorias, o trabalho e a contradição, para explicitar a principal contradição no seio da escola antes destacamos os níveis e modalidades que são trabalhados na instituição escolar: no turno matutino há a oferta do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, presencial, que chamamos de anos iniciais do ensino fundamental regular; no turno Vespertino a escola trabalha com as turmas de 6º ao 9º ano na modalidade de mediação tecnológica do projeto Igarité com o apoio da Fundação Roberto Marinho e realização pelo Centro de Mídias Educacionais do Estado do Amazonas; e no período noturno há o 2º (segundo) segmento da Educação de Jovens e Adultos e o Ensino médio por Mediação Tecnológica.

Feitosa (2012) ressalta que no período da crise estrutural do capital os economistas neoliberais até admitem a educação estatal, mas a execução do projeto educacional deve ser responsabilidade do setor privado. Os ideólogos neoliberais defendem uma sociedade estável e democrática, que exige que os indivíduos sejam alfabetizados com um grau mínimo de conhecimento e um conjunto de valores internalizados. Das ações neoliberais, Saviani afirma que:

O consenso implicava, em primeiro lugar, um programa de rigoroso equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos. Em segundo lugar, impunha-se uma rígida política monetária visando à estabilização. Em terceiro lugar, a desregulação dos mercados tanto financeiro como do trabalho, privatização radical e abertura comercial. Essas políticas que inicialmente tiveram de ser, de algum modo, impostas pelas agências internacionais de financiamento mediante as chamadas condicionalidades, em seguida perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos (SAVIANI, 2011, p. 428).

Para Saviani (2011), nesse contexto as ideias pedagógicas²³ sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso, se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado.

23 Aprofundar com a leitura de: SAVIANI, Dermeval História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Se anteriormente consideramos a existência de uma boa infraestrutura escolar para o atendimento à modalidade do ensino por mediação tecnológica, posteriormente verificamos alguns empecilhos relacionados principalmente à matriz energética da RDS, estes empecilhos foram em especial aprofundados a partir da privatização da Amazonas Energia, que era responsável pelo abastecimento da energia elétrica em todo estado do Amazonas.

Figura 5 Manifestação contra a falta de energia em Canumã



Fonte: autor desconhecido (2020).

Toda rede elétrica das comunidades pertencentes a esta unidade de conservação é abastecida por usina termoeletrica de Nova Olinda do Norte, o direito à energia elétrica foi conquistado pelo canumaense no bojo da política do “Programa Luz para Todos” no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a crise energética trouxe problemas ao comércio, saúde e educação, alimentos refrigerados foram perdidos, atendimentos de enfermagem deixaram de ser feitos e no caso da escola, sem energia elétrica os equipamentos necessários às aulas não puderam funcionar. Novamente nos deparamos com os impactos das iniciativas de privatização dos serviços públicos, seja pela parceria público-privado na educação demonstrada na relação da SEDUC-AM com a Fundação Roberto Marinho, seja pela privatização da Amazonas Energia, o ônus dos processos de privatização é repassado para a população isentando o Estado e as empresas privadas.

Para Souza (2017), “a classe dominante tenta mostrar que as parcerias público-privadas na execução das políticas sociais, quando passada às instituições filantrópicas de educação, assim como a ampliação desses espaços, serão mais eficientes, populares e de qualidade”. Mas, o que ocorre de fato, como no caso da energia elétrica no Canumã, a política de redução de custo das empresas privadas não atente de fato para a qualidade dos serviços prestados à

população, entretanto, a ideologia da classe dominante não demonstra a ineficiência quando ela parte do setor privado, com a privatização da Amazonas energia o que ocorre é que o quilowatt hora ficou mais caro, a energia ficou mais fraca, e os apagões no Canumã tornaram-se recorrentes.

Nesse sentido, observamos que a transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada não se traduz em melhoria de qualidade do serviço prestado, e a tal eficiência do setor privado que é bradada pela classe dominante não se materializa, mas na verdade, põe o camponês canumense numa situação de risco: perda do direito à energia elétrica, de baixo custo e de qualidade. Ademais, a privatização da Amazonas Energia oferece risco também aos seus trabalhadores pois, na perspectiva de Saviani (2011), as investidas capitalistas para extrair o máximo de lucro se complexifica e se flexibiliza:

[...] incorporando crescentemente a automação no processo produtivo, a ordem econômica atual dispensa, também de forma crescente, mão de obra. Estimulando a competição e buscando maximizar a produtividade, isto é, o incremento do lucro, a extração de mais-valia, ela rege-se por uma lógica que estabelece o predomínio do trabalho morto (capital) sobre o trabalho vivo, conduzindo à exclusão deliberada de trabalhadores. É isso que se patenteia no empenho constante, tanto por parte das empresas como por parte dos governos, em conseguir reduzir a folha salarial e os gastos trabalhistas e previdenciários (SAVIANI, 2011, p. 430-431).

Aliado à crise energética está a precariedade da infraestrutura da internet, a baixa qualidade da conectividade das escolas do campo amazonense reflete nas transmissões e recepções das informações prejudicando assim o desenvolvimento das aulas com o congelamento de vídeo, áudio etc.

Conhecemos o problema da conectividade no fazer da pesquisa não com a verificação das aulas no campo em si, mas o advento da pandemia nos relegou a obrigatoriedade do desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem/pesquisa de maneira virtual, nossos respondentes utilizaram do acesso à internet para participar da pesquisa, e os próprios professores nos informaram sobre a dificuldade para responder nossos formulários, pois a internet da escola não era suficiente sequer para acessar os formulários, não seria ético de nossa parte como pesquisadores pressupor que a qualidade da internet no campo é superior à da capital do Amazonas, esse contexto nos dá uma breve dimensão sobre a realidade da exclusão digital amazonense, que embora não seja objeto de nossa pesquisa acaba impactando em nosso levantamento de informações e depoimentos.

É descrito no PPP (2019) da Escola que a ação pedagógica continuará se desenvolvendo a partir de uma Pedagogia de Projeto, tendo como pressupostos teóricos a epistemologia

genética de Piaget, as contribuições de Vygotsky, de Emília Ferreiro, Paulo Freire. Entretanto a defesa da epistemologia da escola não está apoiada com material teórico, não está claramente definido o que seja a pedagogia de projetos, nem como ela pode se articular aos marcos teóricos de Piaget, as contribuições de Vigotski, de Emilia Ferreiro ou de Paulo Freire.

O que observamos como contradição é que o PPP atribui autores críticos a sua epistemologia e, embora consideremos ser possível uma prática pedagógica com uma pedagogia de projeto crítica, a escola não possui essa possibilidade quando se trata da modalidade da mediação tecnológica, os conteúdos dessa modalidade são pensados por especialistas em laboratórios e estúdios que desconhecem a realidade Amazônica, Canumaense. Consideramos que o apoio das instituições privadas nessa modalidade como o caso da fundação Roberto Marinho promove a privatização da educação escolar pública que está mais próxima do tecnicismo e da teoria do capital humano do que das pedagogias críticas que ao nosso ver pode contribuir de maneira mais significativa para os camponeses. O que ocorre é um movimento institucional em que a escola se apropria das contradições da rede educacional e da própria sociedade e sistematiza uma alternativa a um modelo único de educação, aquele que promove a formação para o trabalho flexível.

Notamos a transferência de responsabilidade imbuída nas parcerias da modalidade da mediação tecnológica com as instituições privadas, para Georgen (2020) isso é uma marca da política gerencialista, em perspectiva, se abrem as possibilidades para as novas formas de privatização que surgem na forma de transferência de recursos públicos a iniciativa privada, privatização da gestão sob o discurso de que o setor privado é exemplo de eficiência e melhor razão custo/benefício.

Se por um lado o PPP possui contradições internas, por outro lado ele mesmo considera as contradições de nossa sociedade, leva em consideração a existência dos conflitos sociais nas comunidades “rurais” que são atendidas por essa escola, a existência destes conflitos no campo canumaense refletem nas relações pessoais na vida dos alunos e no próprio espaço escolar. Na discussão sobre o papel da educação, Adorno (2000) revela o conflito como contradição possibilitando convertê-lo em base de uma experiência formativa, lançando o questionamento a continuidade das contradições de produção devido ao conflito entre a evolução das forças produtivas e o desenvolvimento das relações de produção no capitalismo tardio.

Ele (o capitalismo tardio) possui como marca a conversão progressiva de ciência e tecnologia em forças produtivas na busca pela dissipação da contradição entre forças produtivas e relações de produção, ao estancar a queda da taxa de lucros e manter produção e consumo em níveis elevados, nesse ínterim, a ciência técnica dissolve a experiência formativa a partir do

trabalho social nos termos vigentes. Portanto, para Adorno (2000), a crise do processo formativo e educacional é uma conclusão inevitável da dinâmica atual do processo produtivo.

3.2.1 **Relações Entre o Trabalho e a Escola na RDS Canumã**

Consideramos o trabalho como um ponto importante a ser tratado na temática do acesso e permanência na escola, pois muitas crianças do campo acompanham seus pais desde cedo nas atividades de agricultura, extrativismo etc. Embora tenhamos apontado as primeiras formas de preservação e conservação ambiental no capítulo anterior, notamos que a materialização de um modo de vida que está em sincronia com a conservação dos recursos naturais não necessariamente está imbuída nas ações do Estado com a criação de áreas como esta, mas se relaciona com o trabalho dos povos tradicionais.

A ATD da categoria “Trabalho” na especificidade do PPP da escola nos revelou a preocupação da escola com “a preparação e a orientação básica do aluno, sua integração ao mundo do trabalho” (PPP E. E. N^a S^a do Rosário, p. 8), nos termos da LDB 9394/96, se relacionando ao desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Essa preocupação influenciou no delineamento dos objetivos da escola que, no âmbito da formação do educando, deve posicionar-se de maneira crítica responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, prepará-lo para o trabalho resgatando assim a realidade de seus valores culturais na sociedade, outra referência a preparação para o mundo do trabalho é feita na proposta pedagógica da escola que se preocupa com a formação de competência para a garantia do aprimoramento profissional e o acompanhamento das mudanças que caracterizam a produção em nosso tempo.

No que tange ao trabalho docente, destacamos o que se propõe referente aos conteúdos de formação, é explícito no PPP que os conteúdos a serem trabalhados na formação dos estudantes devem considerar os interesses dos “alunos” e em torno desses interesses devem ser organizados conteúdos diversos de uma ou mais áreas que possam corresponder a problemas e/ou interesses sociais relevantes de maneira que potencializam formas de organização escolar como trabalho considerando os diferentes ritmos dos “alunos”.

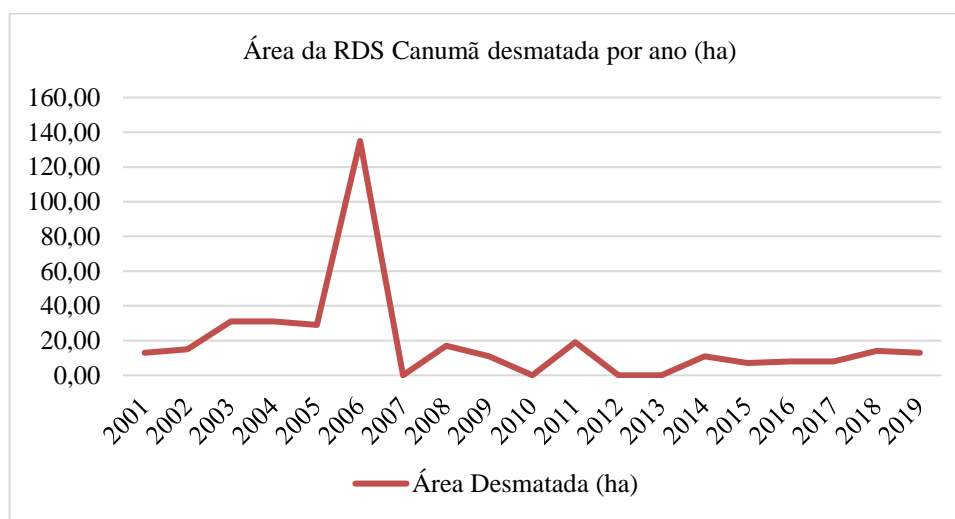
Além disso, o PPP atribui a atuação do gestor o incentivo do trabalho coletivo nas ações cotidianas da escola, observando a democracia como estilo de trabalho no âmbito de todos os contextos da vida escolar. A aparência do PPP enquanto objeto material nos conduz ao pensamento de que a realidade e os interesses dos educandos são elementos-chave para o

desenvolvimento do processo educativo em que o trabalho docente deve corresponder a diferentes tipos e ritmos de aprendizagem, e uma gestão alinhada aos princípios da gestão participativa, o que não necessariamente implica em materialização do fazer pedagógico, cabendo ao nosso exercício reflexivo observar suas nuances no campo amazônico para o avanço deste debate.

Nessa discussão devemos levar em conta que a região Amazônica, por conta da sua imensa bacia hidrográfica, tem sua logística como base o transporte fluvial, são os rios nossas estradas e nelas há muita periculosidade, não sendo incomum que ocorram naufrágios. Outra questão se infere a partir dos estudos de Uchoa (2018), que denuncia a falta de políticas para o escoamento das produções familiares resultando em perda de safras e atenuando as desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Devido à escala global do capital, ele possui o controle no sociometabolismo das mais diferentes sociedades, alterando significativamente os processos de trabalho, não só nos centros capitalistas mas também na periferia do capital. Nesse contexto, a floresta se apresenta como fonte de recursos naturais que são indispensáveis ao trabalho e a vida do camponês amazônico e de maneira mais específica do camponês canumaense, assim levamos em consideração alguns aspectos do desmatamento na RDS.

Gráfico 5 Desmatamento na RDS Canumã



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2020). Adaptado por Instituto Socioambiental (ISA) (2021).

Devemos observar que nos 3 últimos anos anteriores à criação da RDS a maior variação do desmatamento foi de 16 ha, correspondente à diferença entre os anos de 2002 e 2003, no ano de 2005 (ano de criação da RDS Canumã) o desmatamento foi de 29 ha, já no primeiro ano

após sua criação (2006), o desmatamento chegou a 135 ha, correspondendo a uma diferença de 106 ha em relação ao ano anterior. Já no ano de 2007 o desmatamento na RDS regrediu de tal forma que a área desmatada em hectares chegou a zero, e nos anos seguintes a maior variação do desmatamento foi de 19 ha, e novamente nos anos de 2012 e 2013 foram registrados Índices de desmatamento.

Ao analisarmos os dados da Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada, observamos que os maiores focos de desmatamento da UC se localizam dentro e nos arredores das comunidades do Distrito de Canumã (Foz de Canumã) e Vila de Canumã. A partir das visitas exploratórias atribuímos estes focos a expansão demográfica da Foz de Canumã que foram destinados a ocupação para habitação principalmente da localidade conhecida como bairro da portelinha e a derrubada para o plantio de culturas para o sustento das famílias, a vila de canumã também passou por derrubadas para abertura de uma rua em que algumas famílias ocuparam para habitação, mas, pequenas áreas dentro da comunidade foram destinadas ao lazer, com a criação de minicampos de futebol, já nas proximidades os locais foram destinados ao plantio.

Há contudo percalços para a confirmação da expansão demográfica local, pois carecemos de dados específicos, já que as instituições como o IBGE, FAS e IPAAM não aferem o Índice populacional dentro da especificidade das UCs e nem foi previsto em nossa metodologia a aferição da população, dessa forma, a condição empírica que embasa essa expansão é a observação da alteração humana do ambiente e paisagem. Com o aumento da densidade demográfica surge a necessidade da extração de mais recursos da RDS, e essa expansão da demografia da Foz de Canumã é um dos principais influenciadores pelo movimento de criação do município de Canumã que tem como um dos objetivos a chegada dos recursos na localidade de maneira direta.

Não podemos perder de vista que a missão da unidade de conservação de promover o desenvolvimento sustentável mantendo a floresta de pé encontra no primeiro ano após sua criação o seu maior índice de desmatamento. Entretanto, não atribuímos a desaceleração do ritmo de desmatamento a gestão da RDS, para nós, a materialidade do trabalho do camponês canumaense é o principal fator da baixa variação de desmatamento nesta unidade de conservação, em que a gestão da RDS promove não a manutenção das reservas de recursos naturais em si, mas o incentivo ao trabalho sustentável, em que a política ambiental deve considerar os sujeitos do campo como essenciais na manutenção da fauna, flora e recursos hídricos.

Figura 6 Moradora da RDS arrancando Mandioca

Fonte: Acervo do autor (2021).

Na figura 7 uma moradora está colhendo a mandioca que foi plantada após a derrubada, e queimada de floresta secundária (capoeira), essa terra já havia sido trabalhada em anos anteriores, passando pelo período de pousio até que pudesse ser cultivada de novo com nutrientes suficientes ao plantio e colheita. Consideramos o uso da queimada do material vegetal da floresta secundária como agressivo, seria coerente com os princípios e missão da Fundação Amazonas Sustentável desenvolver ações formativas, educativas direcionadas a profissionalização articulada aos conhecimentos tradicionais que incorporassem no bojo das técnicas de manejo da terra e da floresta uma forma menos agressiva a qualidade do ar e que minimizasse os riscos de queimada das florestas primárias que circundam as áreas de capoeira como a prática da trituração do material vegetal derrubado nessas áreas a serem cultivadas após o pousio.

Assim, o conhecimento tradicional das técnicas de manuseio e trabalho na agricultura no extrativismo, como o pousio e a rotação de culturas, é o que de fato promove a manutenção da existência do canumaense destruir o ambiente, e se concretiza no não registro do desmatamento em determinados períodos, o que devemos notar é que quanto mais as relações capitalistas de produção e poder penetram o campo amazônico, mais a diversidade social e biológica é ameaçada.

Segundo Kato et al. (2004), a técnica de pousio consiste no descanso intencional do terreno para que o solo se recupere adequadamente, no período de pousio se desenvolve a

vegetação secundária (capoeira) que acumula carbono e nutrientes e serve como uma fonte de produtos para uma variedade de usos (madeira e não lenhosa), particularmente como uma fonte de nutrientes para as colheitas subsequentes.

A rotação de culturas consiste em alternar, de forma ordenada, diferentes espécies vegetais em determinado espaço de tempo, na mesma área. Embora a rotação de cultura não seja hegemônica no Canumã, essa técnica ainda é empregada por alguns agricultores especialmente os que se dedicam as hortaliças e frutas que possuem pequenos intervalos para maturação, e são mais frequentes nas áreas de várzea da RDS do que nas áreas de terra firme.

Para Sachetti (2020), um dos efeitos benéficos mais importantes associados à aplicação da rotação de culturas é a ciclagem de nutrientes e indica que o bom planejamento de rotação de culturas permite o uso de espécies vegetais caracterizadas por sistemas radiculares que podem atingir diferentes profundidades e utilizar nutrientes armazenados em diferentes camadas da estrutura do solo.

Figura 7 Torra da Farinha



Fonte: Acervo do Autor (2021)

Figura 8 Torra da Tapioca



Fonte: Acervo do Autor (2021).

O foco da figura 7 está na moradora executando a torra da farinha de mandioca, ao fundo outros trabalhadores desempenham trabalho de peneiragem da massa triturada da mandioca após a extração do tucupi, e, a farinha é o principal produto do cultivo da mandioca, mas não o único. Higuchi et al. (2013) afirmam que torrar a farinha não é tarefa nada fácil. Porém, mulheres e homens manuseiam a pá do remo mexendo a farinha no forno quente com certa facilidade, com a habilidade de quem passou a vida inteira fazendo este trabalho. E esse trabalho é árduo, mas não há queixa aparente sobre essa rotina, justamente por ser compreendido mais como um encontro familiar do que como um trabalho por si só. Em geral, para fazer este tipo

de trabalho toda a família se reúne, pois, além de ser uma tarefa para produção do alimento, é um acontecimento social que une a todos do grupo doméstico.

Na figura 8 está presente a torra da tapioca a partir da goma (amido de mandioca), que é um subproduto da mandioca adquirido ao deixar o sumo extraído da mandioca sedimentar uma massa branca e dela se produz a farinha tapioca, polvilho e diferentes tipos de beijus. Estes produtos são destinados primeiramente à alimentação das famílias envolvidas no trabalho coletivo e o excedente é destinado a comercialização para que sejam adquiridas outras mercadorias necessárias a família de posse da terra que foi trabalhada.

O trabalho do campo se envolve de maneira material objetiva com os processos escolares, pois é a partir da venda do excedente produzido pelas famílias que a compra dos materiais escolares, como caderno, lápis, caneta etc. se torna viável. Embora o estado distribua materiais didáticos em alguns momentos da história canumaense, essa distribuição sempre esteve longe de sanar as necessidades materiais que envolvem os processos de ensino aprendizagem. Se categorizarmos o fardamento escolar como elemento material didático nos deparamos com o fato de que não é sempre que o Estado distribui o uniforme, o calçado também constitui parte do uniforme, mas não é distribuído na escola, daí vem a necessidade da compra a partir do fruto do trabalho camponês.

É importante destacarmos que alguns dos trabalhadores presentes em nossas imagens são também estudantes da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário, tendo em vista as preocupações da instituição com a formação para o trabalho inferimos a necessidade da articulação entre trabalho camponês e educação escolar, o avançar da discussão nos demonstrará a realidade dessa abordagem a partir da ATD dos formulários dos estudantes.

Sobre a “Coletividade” como categoria, ela surgiu na ATD a partir de diferentes referências dos sujeitos nos formulários que foram aplicados, os alimentos que nos guiaram na construção dessa categoria foram a forma com que os moradores, educadores e estudantes empregam: “nossa floresta”, “nosso clima”, “nossa escola”, “nosso rio”, “nossa comunidade”. A coletividade não se expressa apenas no diálogo, no parágrafo supracitado observamos a existência no trabalho coletivo, a organização desse trabalho é denominada na RDS Canumã de puxirum, nas fases derrubada e plantio a família de posse da terra serve as demais famílias a alimentação, bebidas, e transporte necessários ao trabalho. Já na fase de colheita, são divididos os frutos do trabalho coletivo, a expressão de apoio e coletividade também está evidente na pesca caça e coleta, pois o pescado, a caça e parte da coleta dos frutos, são socializados entre as famílias, revelando o apoio mútuo e a forma de viver e produzir em comunidade.

Em um patamar mais geral a ATD da categoria “Trabalho” nos revelou no nível concreto a algo que já havíamos discutido, a contradição entre Capital e Trabalho, o acúmulo de riqueza, os monopólios, o mercado financeiro não surge nos objetivos primeiros dos moradores da RDS. Assim os camponeses do Canumã não buscam a devastação de imensas faixas de terra para larga produção, o que ocorre é a busca por sanar as necessidades da existência através de suas atividades.

Um dos pontos mais importantes que observamos nos dados dos camponeses do Canumã é que eles não se encaixam em uma definição específica de trabalhador, o que queremos dizer é que o canumaense não pode ser definido no que se refere ao seu trabalho apenas como agricultor ou pescador, ou extrativista etc., um mesmo morador comumente possui mais de um trabalho ou atividade. A moradora 1 se ocupa de vendas por catálogos, se desloca em busca de clientes oferecendo mercadorias, faz cobranças além dos seus afazeres domésticos diários, e possui uma rotina, ao fim do dia, com o término de seu trabalho ainda se ocupa com os cuidados com sua mãe. O morador 2, embora seja trabalhador de empresa privada, na cidade, retorna sempre que possível para cuidar do seu próprio sítio, com o plantio de horta, roça de mandioca, criação de animais, extrativismo e pesca.

Para Higuchi et al. (2013, p. 153), “A diversidade de atividades caracteriza a vida do morador dessas comunidades. Uma mesma pessoa atua em tudo o que tiver de fazer e em determinadas épocas do ano quando algumas tarefas se intensificam ou diminuem”. A jornada de trabalho para esses moradores é múltipla, mesmo que se identifiquem com uma ocupação principal. Apontamos ainda que as mulheres possuem jornada de trabalho ainda mais intensa, pois, além das atividades de coleta de frutos, trabalho na roça, pescaria são normalmente responsáveis ainda pelo trabalho doméstico.

Além disso, na realidade do campo Amazônico o trabalho também envolve as crianças e os adolescentes. A partir de Uchôa (2018) é possível inferir que o trabalho das crianças e jovens na agricultura familiar é qualitativamente diferente da exploração do trabalho pelo capitalismo rural, pois eles não são obrigados a desempenhar nenhuma atividade, nem lhes é negada a infância nem a escolarização, não são comprados por desempenho nem são submetidos a situações desumanas e degradantes. Para Higuchi et al. (2013, p. 54), “as crianças estão sempre envolvidas com alguma atividade, desde cedo já se observa essas atribuições dadas pelos pais aos filhos”. As meninas se ocupam mais com tarefas domésticas, enquanto os meninos tendem a seguir o pai na pesca, caça ou na feitura da roça.

O desenvolvimento dessas atividades, ainda segundo Higuchi et al. (2013), não é contestado pelas crianças, ao contrário, é um momento de recreação e grande satisfação para

elas. Na colheita todos participam sem distinção e são comumente solicitadas a se responsabilizarem por certas tarefas onde a agilidade e o tamanho permitem a execução com maior êxito. Em nossa compreensão o trabalho dos jovens e das crianças da agricultura familiar é semelhante aos dos jovens e crianças da cidade que tomam para si a responsabilidade de ajudar em afazeres simples como por exemplo arrumar o próprio quarto, ajudar a lavar a louça ou ajudar a fazer as compras do supermercado.

Algumas dessas atividades possuem tempos específicos, que são mais propícios, por exemplo a colheita de frutos como açaí, castanha, buriti (não manejados) tem sua frutificação em meses específicos, algumas espécies de mandioca possuem a maturação de seis meses, outras de um ano, esses diferentes tempos são elementos culturais, conhecimentos tradicionais geralmente repassados a gerações mais jovens de maneira oral, ou aprendidos através de experiências das crianças e jovens ao acompanhar o trabalho dos pais. Porém, nos chamou atenção o fato de que o morador 2 atribui a pesca artesanal o status de principal fonte de renda do canumaense.

Figura 9 Canoa de rede de pesca em reforma



Fonte: Acervo do autor (2021).

A atribuição da pesca como principal fonte de renda do canumaense se deve a comercialização da pesca, e, vinculada a ela está a carpintaria e construção naval artesanal, as embarcações como barcos, botes, canoas suas construções e reformas necessitam da força de trabalho de camponeses que possuem um conhecimento tradicional que não faz parte da bagagem cultural e técnica da maioria dos canumaense.

Na pesca, os cardumes são pescados no rio Canumã com redes, armazenados em câmaras com gelo nos porões de barcos pesqueiros e posteriormente transportados para o porto da Panair na cidade de Manaus. David (2010) é enfático ao dizer que o transporte de produtos e pessoas na Amazônia é realizado em seu maior percentual fluvialmente, diferentemente dos outros estados, que têm como o seu principal transporte o rodoviário, observado pelo autor pela grande quantidade de pessoas, produtos agrícolas e peixes que chegam todos os dias a Manaus, vindo de diversos municípios.

Verificamos que alguns dos estudantes da E. E. Nossa Senhora do Rosário trabalham com esse tipo de pesca, se deslocam para a capital do Amazonas para a comercialização do pescado e também se deslocam na busca pelo peixe, a atividade da pesca possui características nômades, em que o trabalhador não desenvolve o emprego da sua força de trabalho em um único local, a pesca pode se dar dentro e aos arredores da RDS, mas também leva o pescador a se deslocar nos rios, igarapés e furos por dias na busca por locais mais fartos, pois em determinados períodos e tempos alguns locais são mais propícios à pesca do que outros. Esse deslocamento pode influenciar na ausência dos estudantes no período em que seu trabalho o leva a se distanciar da sua comunidade e da sua escola.

Na canoa de rede é comum que um pescador seja responsável por observar e informar onde está o cardume, um pescador responsável por guiar/dirigir a canoa, um pescador é responsável por “largar” a rede no rio para a captura do pescado e o restante dos pescadores remam para criar a força necessária ao deslocamento da canoa de rede, essa divisão de responsabilidades não é rígida, é comum haver a rotatividade das funções.

Nesse tipo de trabalho o proprietário da embarcação e das canoas de rede é quem fica com a maior parte do capital arrecadado com o comércio da pesca a relação de exploração do trabalho está presente nesse contexto, cabendo o adendo de que, não existe qualquer vínculo empregatício entre proprietário das embarcações e pescadores, nesse contexto a lógica do capital é reproduzida entretanto, os donos das pequenas embarcações não figuram como donos dos meios de produção, não pertencem a classe burguesa, mas sim, são trabalhadores autônomos que acabam empregando e explorando a força de trabalho de outros camponeses. Devemos lembrar que o trabalho e a vida dos povos tradicionais do Brasil, como os indígenas e camponeses, produzem e reproduzem sua vida de maneira sustentável antes da ideia de unidade de conservação moderna anteriormente explanada, o que inferimos a partir dos estudos de Witkoski (2007) e Uchôa (2018).

Outro elemento observado são os conflitos existentes referentes à pesca, para o morador 2 a RDS contribui para o combate a pesca comercial predatória, denunciando a exploração dos

recursos do rio Canumã por empreendimentos pesqueiros de cidades e estados vizinhos, que exploram a região com o comércio de pescado, turismo e turismo de pesca. Tais empreendimentos não empregam direta ou indiretamente os moradores que moram nas localidades exploradas, nem mesmo contribuem com o comércio local.

As contradições próprias do sistema capitalista não se restringem aos centros urbanos “assim como na cidade, as populações do campo convivem com o desemprego, a precarização, intensificação e informalização do trabalho e a carência de políticas públicas” (VENDRAMINI, 2007, p. 126). Com isso notamos que os rios, furos, igapós, igarapés e lagos dentro e aos arredores da UC se apresentam como território de disputa em que uma classe busca se apropriar desses locais na busca por obtenção de lucro e outra busca a manutenção da sua própria existência.

As lideranças das comunidades dos rios Canumã, Abacaxis, e Paraná do Urariá se manifestaram contra esse modo de exploração dos recursos indispensáveis à vida do camponês amazônico e suas pressões ao Estado culminaram na proibição da pesca para comercialização fora da comunidade do distrito de Canumã no lago do tucunaré e no lago do Jacaré e ressaca do Jacaré no ano de 2005 e por período indeterminado, além da proibição da pesca para comercialização no Paraná do Marimari e igarapé da Vida de Canumã no período de Setembro a Fevereiro pela portaria Nº 031/05 do Instituto de Proteção Ambiental (IPAAM) do Amazonas, com o adendo de previsão de revisão da portaria a cada ano no mês de Março.

Julgamos plausível sublinhar que a medida do IPAAM se concretizou para atender a pressão da sociedade civil organizada, que ao notar como o problema oferecia risco a reprodução dos recursos naturais (pesqueiros), e a própria sobrevivência dos moradores da região foi em busca da proteção de áreas que são essenciais ao modo de vida local. Em áreas protegidas como a RDS Canumã a existência e consolidação de uma gestão que possui a atenção voltada para as necessidades das suas populações tradicionais é o caminho ideal para preservar/conservar a diversidade social, cultural e biológica. Não podemos pensar um desenvolvimento sustentável à revelia das populações que tradicionalmente vivem sem agredir a natureza.

Ao nos depararmos com as respostas dos estudantes para a construção da categoria “Trabalho”, nos lembramos que a escola considera os conflitos existentes nas localidades que são atendidas por ela e os interesses de seus estudantes, visa a preparação para o trabalho, passamos a confrontar as respostas dos sujeitos com o PPP, notamos que os estudantes 1, 2, 6, 8, e 10 afirmam (de maneira simples e monossilábica) que o trabalho exercido no campo é abordado pela escola, isso confirmaria materialização dessa abordagem nas aulas e demais

atividades escolares, abrindo ainda a possibilidade de discussão sobre conflitos relacionados ao campo do trabalho na RDS, como a disputa dos rios, lagos e igarapés anteriormente descrita.

Porém, essa confirmação se apresenta como duvidosa ao observarmos que o estudante 5 não soube responder e o estudante 9 nos passa a ideia de que a abordagem sobre o trabalho na escola é generalista. Nossas dúvidas são reforçadas com a resposta do estudante 4, que não consegue lembrar do trabalho sendo abordado pela escola e a negativa do estudante 3, para ele o tipo de trabalho existente no Canumã (caça, pesca, agricultura, extrativismo, artesanato etc.) não é abordado, pois os temas discutidos pela escola eram sempre dos livros. Já para o estudante 7, a abordagem do trabalho que é desenvolvido no campo canumaense era raramente abordado, em suas lembranças ele resgata a discussão da pesca por conta das atividades escolares que envolviam o festival do jaraqui.

Para desvelar a abordagem do trabalho do campo na escola consideramos os seguintes elementos previamente discutidos, a) o PPP prevê a preparação do estudante para o trabalho, b) as respostas dos sujeitos da pesquisa divergem quanto à abordagem do trabalho no campo canumaense, c) os estudantes da RDS que acessam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio estão inseridos no contexto da modalidade de educação com mediação tecnológica.

Assim, o que inferimos é que a mediação tecnológica, por ter seu processo pré-estruturado em ambiente alheio ao campo canumaense e difundido em todo o campo amazonense por uma estrutura de tecnologia e comunicação em massa, torna a possibilidade do exercício de um trabalho docente que leva em consideração o tipo de trabalho que é desenvolvido na RDS Canumã é enrijecido. pois, o desenvolvimento da pedagogia de projetos proposto pelo PPP só pode ocorrer nos espaços e tempos não preenchidos pela mediação tecnológica.

3.2.2 Sujeitos históricos da comunidade escolar: as experiências e os desafios para acessar e frequentar a escola

Nesse ponto, passamos a discussão dos aspectos que envolvem as experiências expressas nas respostas dos estudantes sobre o contexto da sua escolarização na RDS Canumã. Para tanto, devemos observar que o acesso e a permanência dos estudantes canumaenses estão interligados

à democratização da escola, entretanto, ao estudarmos Santos (2016) vimos a evidência que esses processos envolvem questões objetivas que se apresentam de maneira contraditória.

A democratização das oportunidades de acesso à escolarização, vem seguida de problemas que interferem na permanência escolar com qualidade. Logo, as ações do Estado estavam voltadas à construção de escolas que pudesse atender as demandas sociais, sem uma reflexão referente à qualidade do ensino a ser oferecido nestas instituições. Esses problemas de qualidade da escola e do ensino, visíveis na educação brasileira, provém dos princípios capitalistas que condiciona à qualidade dos sistemas de ensino a utilização de poucos recursos. Isso traz uma lógica de qualidade baseada na eficiência e produtividade, ligados a matriz empresarial (SANTOS, 2016, p. 71).

Já observamos que a gestão da RDS, entre outras coisas, vem tomando ações em torno do desenvolvimento do empreendedorismo no campo amazônico, assim buscamos localizar pistas sobre como a lógica neoliberal existente nas tomadas de decisões sobre essa UC pode impactar o acesso e permanência na escola.

Nesse ponto, passamos a discussão dos aspectos que envolvem as experiências expressas nas respostas dos estudantes sobre o contexto da sua escolarização na RDS Canumã. Para tanto, devemos observar que o acesso e a permanência dos estudantes canumaenses estão interligados a democratização da escola, entretanto, ao estudarmos Santos (2016) vimos a evidência que esses processos envolvem questões objetivas que se apresentam de maneira contraditória.

A democratização das oportunidades de acesso à escolarização, vem seguida de problemas que interferem na permanência escolar com qualidade. Logo, as ações do Estado estavam voltadas à construção de escolas que pudesse atender as demandas sociais, sem uma reflexão referente à qualidade do ensino a ser oferecido nestas instituições. Esses problemas de qualidade da escola e do ensino, visíveis na educação brasileira, provém dos princípios capitalistas que condiciona à qualidade dos sistemas de ensino a utilização de poucos recursos. Isso traz uma lógica de qualidade baseada na eficiência e produtividade, ligados a matriz empresarial (SANTOS, 2016, p. 71).

A nucleação da escola, que brevemente se apresentou em nossas referências bibliográficas, também surgiu nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, em que a ATD sobre a afirmação do estudante 10 afirma que a escola (núcleo) desempenha um bom papel para a sua comunidade, mas que seria melhor se houvesse uma escola como ela na sua própria comunidade, corrobora para a nossa compreensão de que a qualidade que envolve os processos escolares do campo circundantes ao acesso e a permanência na escola é diretamente ligada ao local em que a escola está inserida, o que ocorre é que a mudança de quantidade (na distância a ser percorrida para chegar à escola) implica em mudança qualidade. O que nos leva ao encontro de Da Silva (2013), que considera que as dificuldades enfrentadas para o atendimento

à educação são enormes e apresentam desafios, e dentre os maiores estão a escassez de recursos e as grandes distâncias.

Valente et al. (2019) enfatizam que a principal luta pela educação do campo é a luta pelos direitos, pelo direito de acesso e permanência na escola, e a escola fica longe da casa do aluno, portanto, ir à escola é o principal meio para garantir o direito à educação. Portanto, mesmo em áreas de difícil acesso, os alunos, principalmente os ribeirinhos, devem garantir qualidade, dignidade e segurança na hora de ir à escola. A educação rural é baseada na avaliação da vida rural, com o objetivo de desenvolver uma política pública que garanta o direito a um bom emprego e uma boa educação no campo.

O que não podemos perder de vista é que o acesso à educação no campo é qualitativamente diferente do acesso à educação escolar na cidade seja pela especificidade do emprego da educação do campo ou pela precarização existente na educação rural, essa precarização é expressa por Santos (2016), no trabalho precarizado dos docentes, salário incompatível com a ampla jornada de trabalho, limites da infraestrutura escolar, problemas que envolvem a formação dos professores para trabalhar no campo, da nucleação das escolas e grandes distâncias a serem percorridas pelos estudantes. Em nosso caso, o rio Canumã apresenta sua importância para o estudante acessar e frequentar a escola.

3.2.3 O Rio Canumã no contexto do Acesso e Permanência na Escola

A forma que o Rio Canumã se apresenta na realidade canumaense e o seu papel no contexto do acesso e permanência na escola é observado pela ATD a partir da organização da categoria transporte. Nessa categoria foram organizadas as informações sobre a forma que os estudantes se locomoviam até a escola. A catraia era o meio de transporte utilizado pelos estudantes 1 e 9, a catraia basicamente é uma canoa que é coberta por um toldo²⁴, geralmente impulsionada por motor movido a gasolina (o rabeta). O barco foi o meio de transporte utilizado pelos estudantes 2, 4, 5 e 7 mas, o estudante 5 afirma que suas primeiras experiências para acessar e frequentar a escola envolviam a caminhada de sua casa até a escola, o ano que ele passou a ser transportado pelo barco foi 2007, e o estudante 7 diz que às vezes se locomovia de canoa com rabeta, outras vezes caminhava até a escola, o estudante 9 informa apenas que se

²⁴ Cobertura destinada ao abrigo da embarcação, passageiros e guarnição, confeccionado em qualquer material como lona ou zinco, na RDS Canumã são mais comuns os toldos de lona e palha da guia de babaçu.

direcionava à escola de motor rabeta.

Para Silva (2009), Ribeiro et al. (2019) e Valente (et al, 2019), transporte escolar se apresenta como direito positivo e dever do Estado prover as condições materiais necessárias ao deslocamento e ao acesso e permanência dos estudantes na escola, expressos em um contexto legal que trata da corresponsabilidade entre a união, estados e municípios. Na LDB nº 9394/96 em seu artigo 4º, no § VIII estabelece que todo educando matriculado no Ensino Fundamental público tem direito ao atendimento aos programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. E a responsabilidade do Transporte Escolar, a modificação nos Artigos 10 e 11, deste mesmo Título da LDB, pela Lei Federal nº 10.709 de 31 de Julho de 2003, deixa clara a responsabilidade dos Estados e dos Municípios de transportar os alunos matriculados em suas próprias redes de ensino respectivamente (Art. 1º e 2º); há ainda a possibilidade no Art. 3º dessa última Lei, de articulação dos Estados com os municípios, em determinadas circunstâncias de racionalidade e de economicidade, os veículos pertencentes ou contratados pelos Municípios também transportem alunos da rede estadual e vice-versa.

Para Lord (2008), o distanciamento da escola dos grupos de famílias possui grande relevância para o acesso e permanência dos alunos na escola. Em que o transporte tem impacto direto na vida escolar, ele tem sido o tema discutido pelos diversos secretários estaduais de educação junto à União, assumindo destaque nas agendas municipais e estaduais. Apresenta ainda dados de relatórios do Transporte Escolar do (MEC, 2005) demonstrando que há uma preocupação ainda discreta do governo federal em relação a esse tema. “De fato, a questão do transporte escolar é uma discussão constante das secretarias estaduais de educação e das administrações municipais, que cobram junto ao governo federal propostas de financiamento e repasse maior de verbas para o serviço a essa parte da população brasileira” (LORD, 2008, p. 113).

A ATD da categoria “Transporte” também nos permitiu evidenciar a naturalização do deslocamento em grandes distâncias no rio Canumã, quando o estudante 4 afirma que morava em comunidade próxima a escola e em seguida afirma que o seu tempo de deslocamento era de 30 a 40 minutos de barco ou de canoa. Outra questão problemática é posta aos nossos olhos pelo estudante 3, ele evidencia que as condições do transporte escolar eram precárias e que chegar até escola sempre foi um desafio, desses desafios diários havia a realidade da falta de transporte, o estudante denuncia que sua comunidade ficava meses sem transporte escolar, o que lhes colocava na dependência da ação e “bom senso” de outros comunitários para que fosse possível chegar até a escola.

No campo brasileiro, Lorde (2008) enfatiza que o distanciamento das escolas em relação

à residência das famílias fez do transporte escolar a ação mais imediata de garantia de acesso e permanência do estudante. Assim, decorrem implicações diretas e indiretas aos alunos e ao poder público. Para aqueles alunos, cujo transporte escolar não é inteiramente custeado pelo poder público, o distanciamento da escola se apresenta como desafio à frequência escolar em função do custo da passagem. “Nesse caso, por si só, a nucleação das escolas sem a ampliação do subsídio de transporte escolar repercutiu na exclusão de alunos e significativamente na exclusão de alunos mais carentes” (LORD, 2008, p 133).

Para Ribeiro et al. (2019), na região amazônica o transporte escolar é realizado sempre de maneira precária, com embarcações em mau estado de conservação e sem segurança. Essa falta de segurança é também revelada por Couto (2015), ao retratar casos de escalpelamento no transporte escolar. Esse também é um risco enfrentado pelos estudantes da RDS Canumã, em nossa pesquisa recebemos informações sobre acidentes no transporte escolar, um deles 1 estudante sofreu escalpelamento, tentamos encontrá-la para convidá-la a fazer parte da pesquisa, entretanto, devido na sua falta de recursos para participar de maneira remota as experiências desta estudante assim como de muitos outros não puderam ser analisadas, mas não podemos deixar passar por despercebido a realidade que em (des)virtude da precariedade do transporte escolar põe em risco a vida dos estudantes.

Os condutores das embarcações que atravessam os rios lagos furos igarapés amazônicos não são responsáveis apenas pelo deslocamento, eles também são responsáveis pela vida e segurança dos passageiros seus passageiros, Ribeiro et al. (2019) revelam que um dos problemas enfrentados pelo transporte escolar fluvial na Amazônia é ausência de um profissional para auxiliar o condutor das embarcações com o trabalho de monitoria dos estudantes, já que o desdobramento entre conduzir a embarcação e cuidar da segurança dos estudantes é inviável, assim, percebemos que atuação do monitor de transporte escolar, é essencial para a segurança dos passageiros em direção à escola.

No contexto do transporte fluvial na Amazônia, Couto (2015) informa que esses acidentes ocorrem quando as vítimas têm seus cabelos repentinamente puxados pelo eixo do motor de embarcações, arrancando de maneira brusca todo ou parte do couro cabeludo da vítima, inclusive orelhas, sobrancelhas e por vezes uma enorme parte da pele do rosto e pescoço, levando a deformações e em casos mais graves, a morte.

O problema levantado pelo estudante 3, nos dá indício do porquê, embora o principal meio de transporte para os estudantes da RDS Canumã fosse o transporte fluvial, havia uma diversidade no tipo de embarcação que atendia a esses estudantes. Observamos que quando os sujeitos respondentes da pesquisa se referem ao barco como ser um meio de deslocamento, ele

está sendo atendido por uma política de transporte que tinha como principal responsável a prefeitura municipal de Borba. Nossas observações, análises, e mesmo o resgate das lembranças sobre o transporte escolar por parte do pesquisador servem para contemplar aquilo que é exposto pelo estudante 3. A falta de transporte denunciada geralmente esteve ligada à falta de combustível para o barco escolar e a falta de manutenção da máquina e do casco do barco.

Em nossas visitas exploratórias notamos duas questões determinantes para a falta de transporte. A primeira observada antes do contexto da pandemia, o barco escolar da Vila de Canumã que era propriedade da prefeitura de Borba foi substituído por uma embarcação particular, o que denota o avanço da privatização da educação e dos meios para acessar e frequentar a escola. Posteriormente, com o avanço da vacinação, momento mais oportuno para nossa segunda visita exploratória, verificamos que, em meados de junho, a modalidade da educação por mediação tecnológica estava voltando à “normalidade”, com o retorno às aulas volta necessidade do deslocamento, porém agora nem a embarcação de propriedade do Estado nem a embarcação privada estava disponível para os estudantes, o que leva a retomada da responsabilidade unilateral das famílias e dos próprios estudantes com seu deslocamento para a escola, já que o Estado se ausenta.

Como na Amazônia a interação ambiental, as relações sociais e o nível de independência surgem mediante a utilização dos rios, fica notória a relação direta e indispensável das populações tradicionais com as embarcações. O transporte que influencia a qualidade de vida que dele utiliza precisa então de políticas públicas capazes de pensar na qualidade de serviço ofertada ao usuário pela oferta, regulação e medidas econômicas, mas as políticas econômicas sempre focaram em mercadorias e como consequência foi criando os modais de transporte dos usuários sem planejamento (COUTO, 2015, p. 169).

O não aprofundamento da realidade material e do financiamento do transporte escolar na RDS Canumã decorre do não atendimento às solicitações encaminhadas pelo pesquisador e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação à Secretaria municipal de educação de Borba, assim não foi possível verificar se o transporte dos estudantes nas localidades do Rio Canumã era mantido somente pela prefeitura ou se são recebidos os valores do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) ou se eram firmadas parcerias com o programa caminhos da escola, e/ou com a rede da SEDUC-AM.

O PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o

transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar (FNDE, 2021?).

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte (FNDE, 2021?).

A compreensão da realidade que envolve a forma predominante de deslocamento do canumaense nos apresenta a necessidade de conhecermos um pouco sobre algumas características das comunidades atendidas pela Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário e certos aspectos dos impactos do rio como as enchentes e vazantes nessas comunidades. Nesse sentido, apresentaremos as imagens de duas das localidades atendidas por essa escola e as principais diferenças entre elas:

Figura 10 Vazante na Comunidade Vista Alegre



Fonte: Acervo do autor (2020)

Figura 11 Enchente na Comunidade Vista Alegre



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 12 Início da Vazante na Vila de Canumã



Fonte: SENA, Leonidas Jimmy Braganca (2016).

Figura 13 Enchente na Vila de Canumã



Fonte: Acervo do autor (2021).

Na RDS Canumã existem localidades de Várzea e de Terra firme, as várzeas são áreas marginais de rios igarapés que são periodicamente invadidos inundados pelas águas durante as enchentes, ao analisarmos as produções de Fraxe et al. (2009), Uchôa (2018), Witikoski (2007), notamos que a importância do período de inundação da Várzea é essencial para a sedimentação de material orgânico no solo. Se compararmos o período de inundação como o período de pousio veremos que, enquanto na terra firme são necessários pelo menos 2 ou 3 anos para a recuperação do solo, já na Várzea esse período corresponde apenas aquele em que o território está inundado, o que denota um dos impactos mais evidentes do rio na vida dos camponeses.

Na figura 10 observamos o baixo nível das águas, neste período ocorrem os processos de plantio e colheita na Várzea, já na figura 11 notamos que o impacto do Rio não é limitado a sedimentação de material orgânico no solo, a elevação do nível das águas é responsável por invadir as moradias nesse território, assim, os moradores precisam recorrer a técnicas de elevação dos assoalhos de suas casas, galinheiros, currais etc. como a Maromba, mas em casos específicos quando o nível das águas são mais elevados do que o esperado as famílias são obrigadas a se refugiar em locais de Terra firme, em casa de familiares, ou amigos, esse deslocamento pode comprometer a frequência do estudante quando este se distancia ainda mais da localidade da sua escola, ou ainda, no caso dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental que ainda estudam na mesma comunidade em que moram tenham suas aulas suspensas por conta da impossibilidade de se desenvolverem atividades escolares nas escolas tomadas pelas águas.

A figura 12 mostra o início da vazante na comunidade Vila de Canumã, o impacto das subidas (veja figura 13) e descidas do Rio Canumã é diferente nas comunidades de terra firme, com a subida das águas as Canoas chegam mais perto dos territórios destinados a plantação, coletas de frutos, ou criação de animais, encurtando a distância das caminhadas do trabalhador canumaense, nas vazantes mais extremas ocorre a impossibilidade de acessar alguns desses territórios, de maneira geral, a alteração das distâncias provocadas pela dinâmica do rio possui um impacto direto na mobilidade camponesa, refletindo assim, nas condições materiais necessárias a vida, nesse *tempo*, as atividades de pesca e caça são as alternativas mais viáveis para o sustento das famílias. Esse impacto só não é determinante para a ausência dos estudantes na escola porque a maioria dos Canumaenses moram às margens dos rios e igarapés mais profundos e caldalosos, que permitem o tráfego mesmo no período dessas vazantes.

Figura 14 Transporte utilizado nas visitas exploratórias



Fonte: Acervo do autor (2021).

Para Ribeiro et al. (2019), a principal influência da vazante e estiagem reside no tempo de viagem a ser percorrido, assim as embarcações precisam sair cada vez mais cedo dos portos das comunidades, por isso, os estudantes saem mais cedo de suas casas para embarcar no transporte. Nesse sentido, as embarcações e as relações entre a dinâmica do rio e do tempo (atmosférico) constituem um conjunto de elementos essenciais para que as crianças cheguem até o seu ambiente escolar.

O tipo de embarcação utilizada em nossas visitas exploratórias é conhecido regionalmente como “voador”, as principais diferenças entre ele e a canoa movida pelo rabeta são a confecção do casco que diferente da canoa de madeira é fabricado em alumínio e o motor que tem potência superior, possibilitando maior velocidade no deslocamento nos rios da Amazônia, entretanto, enquanto o voador permite a redução do tempo de deslocamento ele também requer maior consumo de combustível, isso é observado ao compararmos o trajeto o consumo no trajeto da Vila de Canumã à Vila Foz de Canumã com o motor rabeta é de 1 litro de gasolina, já o mesmo trajeto feito com o voador requer 3 litros do mesmo combustível, no momento das nossas visitas o valor do litro da gasolina na microrregião canumaense era de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), assim a maioria das família não possui acesso ao transporte rápido, sendo ele mais restrito ao atendimento de emergências ou às famílias com maior poder aquisitivo.

Figura 15 Transporte de moradores por canoa (rabeta)



Fonte: Acervo do autor (2020).

Higuchi et al. (2013) afirmam que o principal meio de transporte nas UCs visitadas são as canoas de madeira com um motor de popa acoplado na parte traseira, conhecido pelos moradores como “rabeta”. As rabetas são utilizadas para realizar o deslocamento de pessoas e produtos, percorrendo longas e pequenas distâncias como ir a outra comunidade ou mesmo chegar aos centros urbanos com a produção de farinha ou peixe. Em algumas UCs, o motor ou ainda o combustível vinha de apoio de alguma instituição pública ou não governamental, porém nem sempre mantido a contento pelos moradores. Ribeiro et al. (2019) asseveram que a embarcação de madeira, popularmente conhecida como barco a motor, constitui um meio de condução indispensável para que as pessoas que moram nessas localidades possam fazer essa transição de percurso, incluindo o transporte escolar.

A questão da segurança pode ser observada tanto na imagem da visita do pesquisado como dos moradores no rabeta, nas duas imagens apenas uma pessoa usa o colete salva-vidas, os fatores relacionados ao não uso dos coletes são relacionados a condição material, poucos moradores possuem esse equipamento, além disso, as fiscalizações são restritas ao entorno dos portos de Manaus, comunidades e cidades mais distantes da capital amazonense não possuem ações de fiscalização pelos órgãos como a capitania fluvial da Amazônia ocidental.

No que se refere ao transporte escolar, Valente et al. (2018) destacam que todas as embarcações do transporte escolar devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma

proporção de sua capacidade, ter registro na Capitania Portos e manter autorização para trafegar em local visível. “Recomenda-se, ainda, que uma embarcação possua: Cobertura para proteção contra o sol e a chuva; Grades laterais para proteção contra quedas; Boa qualidade e apresentar bom estado de conservação” (VALENTE et al., 2019, p. 51-52), mas não é a regra na realidade material da Amazônia, a observação do transporte escolar de qualidade que siga os requisitos apontados acima não é o que geralmente encontramos na RDS Canumã e isso reflete questões de infraestrutura e fiscalização.

David (2010) denuncia a carência na infraestrutura portuária na cidade de Manaus, que está refletida na organização atual do embarque de cargas e passageiros, se a infraestrutura da capital Amazonense é considerada precária, os municípios e comunidades (periféricas) carecem ainda mais dessa infraestrutura. No campo canumaense não são encontrados portos que ofereçam infraestrutura adequada ao embarque e desembarque de cargas e passageiros, em algumas localidades existem apenas caminhos entre o rio e as casas.

Para Higuchi et al. (2013), a navegação fluvial, característica do Amazonas, é mais ou menos difícil dependendo da época do ano, principalmente no período de baixos níveis dos rios. O leito do rio é reduzido, resultando em distâncias maiores durante as secas. Além do aumento do tempo de deslocamento, o acúmulo de grandes quantidades de toras e galhos em aterros e leitos de rios aumenta o risco de naufrágio do. Além disso, nas baixas águas, o acesso do a áreas fora dos rios principais era muito limitado e apenas pequenas embarcações eram mais utilizadas para o transporte de mercadorias e pessoas. Essas questões sobre o transporte marcam a vida do camponês pois, “na região amazônica, as estradas são hidrovias, por isso os meios de transportes fluviais são os mais utilizados pelas populações ribeirinhas” (RIBEIRO et al., 2019).

Ao conferirmos o impacto do rio nas vidas dos camponeses, notamos, então, que os impactos na escola também são existentes, nesse contexto a ATD nos revelou o relacionamento entre o acesso e permanência na escola, o transporte e a categoria dinâmicas do rio, que engloba a enchente, vazante, tempestades etc. Para o educador 3, as chuvas e as mudanças relacionadas aos rios e às águas não exerciam influência na relação dos estudantes com a escola, portanto, na perspectiva desse educador o impacto das alterações do tempo, (referente às condições atmosféricas) no acesso e permanência dos estudantes da RDS inexistente. Entretanto, os educadores 1, 2 e 7 enfatizam que nos períodos de chuva e enchente estes a estudantes se defrontam como a dificuldade e até impedimento de chegarem à escola, como o adendo do estudante 7 de que era mais rápido ir para a escola pelo rio do que caminhando por terra.

Neste ponto, destacamos a exposição do estudante 10, que atribui como principal influência dessa dinâmica a perda de importantes trabalhos e atividades escolares, já que os

fortes ventos e banzeiros inviabilizavam o deslocamento. Já o estudante 2 atribui como principal influência o cansaço a que eram submetidos durante seu trajeto, enquanto o estudante 3 afirma que nos tempos de vazante o rio fica mais perigoso para as viagens, já que aumenta o risco de atingirem pedras no leito do rio e esse risco é potencializado pelos temporais, outro fator apontado por esse estudante é que no período da vazante “tudo fica com maior distância”, indo ao encontro do que levantamos anteriormente sobre os impactos do rio nas localidades de várzea e de terra firme. O estudante 4 informa que eventualmente não frequentava as aulas por conta da chuva, pois, “o rio não estava tão calmo”, informa ainda que, acabou perdendo alguns materiais didáticos, que no trajeto casa-escola acabaram sendo danificados pela água.

As experiências do estudante 6 para acessar e frequentar a escola levavam a ter uma preocupação específica, o risco de naufrágio, segundo ele em tempos de grandes forças exercidas pelo mau tempo, não havia o deslocamento das embarcações, que pode ser complementado pela resposta do estudante 9, que afirma a necessidade de ficar em casa (nesses *tempos*). Já o estudante 8 demonstra que a vida na Várzea nos períodos de enchente é permeada pela acentuação da dificuldade no transporte escolar, evidenciando nossos apontamentos sobre as inundações nesse tipo de terreno.

Ribeiro e Jesus (2014) consideram que a implementação da política de transporte público escolar no Brasil deve obedecer à legislação vigente e que rege a aplicação dos recursos financeiros à disposição do Estado. Por esses motivos, o governo federal está apoiando o transporte de crianças e fazendo investimentos relevantes. Manutenção e crescimento de instituições de ensino, e parcerias com governos estaduais e municipais no setor de educação.

A falta de transporte escolar foi observada nas visitas de campo da pesquisa de Ribeiro (et al., 2019), o que impactava de maneira significativa na vida escolar das crianças e dos comunitários, para ela o que transparecia era a indignação dos comunitários com a ausência do transporte que prejudica o desenvolvimento das atividades escolares. “A distância entre a casa e a escola era grande e acarretava um dos fatores que impossibilitam a chegada à escola. A maioria das famílias era carente e não tinha condições de custear as despesas para garantir a condução de seus filhos” (RIBEIRO et al., 2019, p. 20).

Figura 16 Estudante indo para escola em barco de pesca



Fonte: Acervo do autor (2021).

A dependência da ação e “bom senso” exposta pelo estudante 3 se confirma quando em nossa segunda visita exploratória encontramos estudantes indo de “carona” em barco de pesca para a aula, demonstrando a precariedade das condições materiais existentes para a contemplação do direito à educação escolar e a ausência do Estado no campo expressa na falta do transporte escolar obriga os estudantes a providenciarem quaisquer meios possíveis para continuar indo à escola. No contexto Amazônico como as estradas são as hidrovias, em alguns locais foram implantando o transporte por lanchas escolares para facilitar e encurtar o tempo nos trajetos, mas que não atendem todas as localidades, o não atendimento a todas as localidades que necessitam desse atendimento levam às situações vivenciadas como as da estudante da figura acima.

Os trajetos e experiências das crianças, jovens e adultos canumaenses para chegar até a escola nos revelam algo muito próximo ao que é dito por dito por Arroyo (1999), a educação do campo é antes de tudo movimento, movimento não só relacionado ao campo do movimento social provocado no seio das contradições da sociedade, mas também movimento no sentido de deslocamento das grandes distâncias percorridas pelos camponeses para trabalhar e se educar.

Outra questão que nos preocupamos foi a possibilidade do êxodo rural na busca por elementos que nos apontassem os indícios sobre as influências que levam alguns dos estudantes a deixarem a RDS para viver na cidade. Organizamos a categoria “Migração campo-cidade”, dos respondentes apenas o estudante 10 afirmou que não deixou o campo para viver na cidade

em nenhum momento. Dos estudantes que em algum momento na vida migraram para a cidade notamos que os fatores determinantes para o abandono do campo é a busca pela continuidade da formação escolar e acadêmica ou relacionados a busca por trabalho e emprego. Os estudantes 1 e 6 afirmam que mudaram para a cidade por conta da continuidade de seus estudos e busca por emprego, os fatores que influenciaram os estudantes 4, 7 e 9 a mudança para a cidade são relacionados à formação escolar e acadêmica, e, os estudantes 2 e 5 generalizam os aspectos que os levaram a deixar o campo afirmando a falta de oportunidades na RDS e a busca por oportunidades na cidade.

Nesse rol destacamos o estudante 4 que afirma ter passado por dificuldades de aprendizagem relacionadas à didática da mediação tecnológica que, segundo ele, muito se parece com a educação a distância, e que embora exista a presença de um professor tutor a formação dele se apresenta como um empecilho por não corresponder às necessidades formativas dos estudantes. já o estudante 7 não apenas mudou do campo para a cidade, por conta da necessidade e busca de formação no ensino superior, ele mudou também de Estado, deixando o Amazonas para continuar sua formação acadêmica em Goiânia, no estado de Goiás.

Antunes (2000), Silva (2004), e Vilas Boas (2017) articulam a realidade da migração campo-cidade às mazelas do capitalismo, em que a era da acumulação flexível de caráter destrutivo tem acarretado precarização do trabalho, exclusão e desemprego. Da Silva (2004) salienta que se tornou comum inferir que que a emergência do problema do desemprego na era da acumulação flexível decorria dos excessos de regulação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, além das debilidades existentes nos sistemas educacionais de formação e de qualificação profissional da mão-de-obra.

Da Silva (2004) enfatiza ainda que a solução para estes problemas foi e tem sido procurada nas teses e nas políticas de ajustamento estrutural, que têm procurado flexibilizar as relações de trabalho como resposta ao grave problema do emprego. Isso significa que a escalada na superação da crise do capital envolveu uma transferência da carga do processo para o trabalho, ou seja, para os trabalhadores. Com o desemprego (no campo e na cidade) na atual fase do capitalismo, os fatores estruturais que determinam o crescente desemprego intensificaram os fluxos migratórios e seus desdobramentos, quais sejam, um crescente retorno dos trabalhadores ao campo, ou a migração do campo para a cidade.

Hartwig (2014), Vilas Boas (2017) e Silva (2019) compreendem que no contexto do capital, a migração campo-cidade é impulsionada pela concentração de terras e do oligopólio dos meios de produção da agroindústria e pela diminuição da capacidade produtiva das famílias do campo. Vilas Boas (2017) afirma que a intensificação da migração campo-cidade, a partir

da segunda metade do século XX, possui como consequência evidente o crescimento das cidades no Brasil, principalmente as metrópoles, que padecem com problemas relacionados à mobilidade urbana, à pobreza, à violência, entre outros.

Ainda segundo Vilas Boas (2017), “como o migrante recém-chegado é desprovido de qualquer meio produtivo, se vê obrigado a vender sua força de trabalho a baixos preços para assegurar sua subsistência”. Nesse contexto, o fluxo migratório campo-cidade atende às necessidades capitalistas, pois compreende a criação e expansão do exército de reserva, contribuindo para a flexibilização do trabalho e a competição dos trabalhadores entre si pelos escassos postos de trabalho.

Para Silva (2019), a migração do camponês para a cidade em busca de melhores condições de vida, trabalho e emprego, acesso à educação e saúde, não modifica a realidade da pobreza enfrentada por estes sujeitos históricos, o que se altera é localidade em que o trabalhador habita, esse fluxo migratório contribui para o inchaço das cidades nas zonas periféricas, nas favelas e ocupações irregulares onde as questões sanitárias são preocupantes como os locais em que saneamento básico que não chega.

Nas visitas exploratórias observamos que 2 dos estudantes que buscaram a formação no ensino superior retornaram à RDS após concluírem seus cursos de graduação, entretanto, ao retornarem às suas terras se depararam com a realidade do desemprego, pois eles não conseguem atuar nas suas áreas de formação pela ausência de disponibilidade de vagas, pois a geração de empregos no campo é de maneira geral relacionada aos cargos existentes na prefeitura, e por conta disso, é comum a rotatividade dos trabalhadores, na educação saúde e segurança, em muitos casos essa rotatividade está relacionada aos compromissos político eleitorais em que os prefeitos empregam seus apoiadores, assim, a troca de poder no governo gera a troca de funcionários.

Além disso, o retorno destes 2 (dois) sujeitos ao campo ocorreu durante a conjuntura da pandemia da covid-19, que possui como marca a mais grave crise sanitária do mundo nos últimos tempos e crise econômica com a recessão da economia mundial que se apresentou como mais grave nos países periféricos como o Brasil, assim, lembrando das altas taxas de desemprego demonstradas no capítulo anterior, o que nos leva a pensar esse retorno não como somente usufruto da liberdade de deslocamento e mobilidade, mas sim pelas pressões da realidade material (desemprego). Se em determinado momento a trajetória desses sujeitos históricos passa pelo desenraizamento do campo como consequência da migração, “o que os trabalhadores têm ensinado é que ela pode ser também resistência por meio do retorno e

enraizamento²⁵” (DA SILVA, 2004, p. 147).

Nesse contexto devemos deixar claro que em nossa perspectiva a educação dos povos do campo deve ser atendida por uma política nacional não que se preocupe em amarrar o camponês no campo ou que se preocupe em retirar o camponês do campo, mas sim uma política que permita aos sujeitos históricos as condições objetivas para que não haja a necessidade da busca pelas oportunidades circundantes a formação escolar e acadêmica, ou busca por melhores condições de emprego, saúde e segurança, e assim, a realidade da migração campo-cidade ocorra mais frequentemente com as razões subjetivas do camponês, para que ele deixe o campo e conheça outros lugares se quiser e não porque precisa.

25 Na pesquisa de Da Silva o retorno e enraizamento do camponês se apresenta como fortalecimento da luta pela reforma agrária, liberdade para o trabalho no campo e melhoria da qualidade de vida do trabalhador camponês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exercícios intelectuais e metodológicos na busca por atingir o objetivo de analisar os impactos das políticas públicas de acesso e permanência à educação básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã (2005-2015) foi permeado por diversas inquietações e percalços. Dessas inquietações nos dedicamos a buscar os elementos intrínsecos ao direito ao acesso e permanência na escola, suas relações com a educação do campo e o desenvolvimento regional, o percurso histórico da criação da RDS Canumã, o papel da escola nesta RDS bem como os desafios vivenciados pelos estudantes em suas trajetórias de escolarização. Já os percalços estão relacionados ao desenvolvimento da investigação, que devido a conjuntura da COVID-19 passou por reformulações não previstas, se deparou com a dificuldade em acessar os sujeitos e documentos das instituições da pesquisa, em uma realidade específica e complexa dentro do contexto amazônico.

Diante da discussão exposta inferimos que as relações entre as políticas públicas, a educação do campo e o desenvolvimento regional possuem características de tensão e contradição, entretanto essas mesmas características abrem a possibilidade para discussão e disputa para que sejam estabelecidos os direitos dos povos que habitam e trabalham no campo. Pois para nós, são as contradições próprias da realidade concreta e imediata que permitem a mediação das condições ou estados e das relações de produção e reprodução da sociedade, abrindo espaço para as transformações.

O caminho percorrido pela pesquisa se inicia antes mesmo do desenvolvimento de seu projeto, se relacionando com a própria história do pesquisador, que se preocupou com a realidade concreta dos desafios para acessar de frequentar escola no campo amazônico, a partir dessa concretude buscamos debater nossas dúvidas acerca da complexidade inerente aos processos educativos e escolares dos canumaenses que foi sintetizado em nossa questão norteadora: “Quais os impactos das políticas públicas de acesso e permanência à educação básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã (2005-2015)?” e a partir dela desenhamos nossos objetivos e percurso metodológico, este último que foi redesenhado devido a conjuntura citada anteriormente.

Nesse percurso a revisão de literatura foi essencial para compreendermos um pouco sobre a dinâmica que envolve a política, a educação do campo, o desenvolvimento regional (sustentável) na Amazônia. Os temas por nós privilegiados estão conectados a perspectiva

analítica abordada que a partir das produções de Marx considera os estudos sobre a sociedade capitalista e ainda, se expressam nos descritores buscados nos bancos de dados bibliográficos elegidos na pesquisa: a educação do campo, as políticas públicas, o desenvolvimento regional, e a permanência escolar.

Enfatizamos a importância dos repositórios institucionais das universidades públicas do Amazonas, UFAM e UEA, o acesso às teses e dissertações disponíveis nesses repositórios nos propiciaram a oportunidade de nos dedicarmos ao exercício reflexivo sobre pesquisas desenvolvidas dentro do contexto amazônico revelando nuances sobre a política e realidade educacional a nível local e regional que foram articulados às produções nacionais encontradas no banco de dissertações e teses da Capes, artigos, livros, TCCs e resenhas encontradas na Scielo e no google acadêmico.

A análise da perspectiva que norteia o desenvolvimento das políticas nacionais é vital para compreensão de como a lógica capitalista neoliberal adentra o campo educacional estabelecendo princípios articulados à preparação para o trabalho flexível, articulado aos ditames da ideologia do capital humano, que se apresenta principalmente nas ações de privatização da educação, e pela expansão das ideias de empreendedorismo nas unidades de conservação.

No que se refere à educação do campo, o exercício intelectual propiciado pela presente pesquisa nos conduz à compreensão de que o desenvolvimento da política de Educação do Campo não é iniciativa governamental ou estatal, ela surge da luta social dos camponeses pelo direito à Terra, a saúde, educação, moradia, saneamento básico, segurança etc. Principalmente a partir das pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao Estado brasileiro. Embora o desenvolvimento da política de educação do campo no estado do Amazonas seja majoritariamente institucional, ele é fruto dessas lutas sociais, não significando, entretanto, a inexistência dos movimentos sociais no estado – esta questão dos movimentos sociais do campo no Amazonas, por exemplo, despontou como um elemento crucial para aprofundamentos futuros em outras investigações.

Além disso, o desenvolvimento da educação do campo deve estar aliado aos ideais de sustentabilidade, não somente por conta da existência de uma preocupação mundial com o uso dos recursos naturais, mas sim porque as populações tradicionais possuem um modo de viver e produzir que não agride o ambiente. É a realidade da pressão que o sistema atual de produção exerce sobre o ambiente que põe em evidência a necessidade de se discutir e de serem tomadas providências relacionadas à conservação dos rios, florestas, animais silvestres etc. Pois, como nos lembra Mészáros (2015), o capitalismo é expansivo, destrutivo e incontrolável.

A possibilidade de um futuro em que os recursos naturais tenham se exaurido nos apresenta a necessidade de defendermos os modelos de reservas de desenvolvimento sustentável, entretanto devemos nos lembrar que a sustentabilidade é incompatível com a lógica capitalista, assim devemos defender não só a criação de e manutenção de unidades de conservação mas também as mudanças estruturais em nossa sociedade relacionadas ao modo de viver produzir e consumir, que não sejam baseadas na lógica de brutal exploração de um pelo outro, nem a degradante exploração dos recursos naturais.

Nossas principais categorias de análise foram a totalidade, a contradição e o trabalho. Admitindo tais categorias *a priori* na busca pela compreensão da realidade pesquisada, no que tange a totalidade, considerando as produções de Marx (1991), (1996), (2015), não admitimos a totalidade como sinônimo de somatória das partes, mas sim que o todo possui determinações e relações com as partes e as partes possui determinações e relações com o todo. Além disso nossa perspectiva do que sejam essas partes do todo admitem que essas partes compreendem se também como totalidades o que ocorre é a existência de diferentes níveis de complexidade entre as totalidades em que assumimos como totalidade mais complexa como sendo capitalismo, neste contexto os nossos próprios temas privilegiados podem se apresentar como totalidades complexidades menos profundas do que o capital. Além disso, admitimos que é a contradição que põem as totalidades em movimento revelando o sentido dialético do método de Marx, pois é a contradição que estabelece as relações entre as totalidades contrárias e antagônicas cuja mediação possibilita a transformação e superação das relações sociais de produção e reprodução.

Tais categorias nos conduziram para inferência de que as transformações sociopolíticas brasileiras foram conduzidas segundo os ditames da necessidade de expansão do capital monopolista internacional revelando as influências do poder do imperialismo sobre a economia nacional, em que as ações estatais articuladas aos interesses internacionais produziam o aumento da dependência dos países imperialistas à medida que privilegiavam a industrialização acelerada. Outro achado importante foi articulação entre a burguesia industrial nacional com os latifundiários que ampliou a concentração de renda e de terras o cenário nacional revelando um cenário de desigualdades como produto da contradição entre capital e trabalho.

O cenário de contradições e desigualdades é mediado pelos conflitos e pressões dos movimentos sociais ao Estado, ocorrendo assim no bojo das lutas sociais a busca pelos direitos relacionados à saúde, segurança, trabalho, educação e o direito à terra, em que o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi protagonista no desenvolvimento de uma nova forma de ver a educação dos povos que vivem e trabalham no campo se materializando

enquanto direito positivo com a definição da educação do campo enquanto modalidade no cenário legal da educação nacional instituídas por meio da Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002 que orientam quanto os princípios e procedimentos necessários para garantir a universalização do acesso e a permanência da população do campo a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Além disso, o capital também está presente nas discussões sobre as políticas ambientais que impactam na criação das unidades de conservação como a RDS Canumã, o que percebemos é que a evolução da política ambiental no Brasil não partiu de uma preocupação nacional com o ambiente e nossas reservas de recursos naturais, mas sim decorreu de embates e debates internacionais a partir da percepção do aumento da temperatura média do planeta e da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais da Terra.

Para nós o que ocorre na política ambiental brasileira é fruto das influências das conferências internacionais relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, ainda que tenhamos avançado nas políticas de proteção à floresta, aos recursos hídricos, e a vida silvestre, os últimos anos vêm sendo marcados pelos ataques de um governo que trabalha na perspectiva de “deixar a boiada passar”, o governo Bolsonaro tem influenciado a partir dos seus discursos e ações políticas o avanço das queimadas da floresta, das invasões a territórios indígenas por grileiros, garimpeiros e latifundiários em nome do desenvolvimento e crescimento da economia, se apresentando como principal ameaça ao modo de viver e produzir do camponês amazônico.

No que diz respeito ao acesso e permanência na escola o trabalho no campo canumaense se apresentou o primeiro como indispensável à produção e reprodução da existência dos sujeitos históricos que habitam a RDS Canumã, é a partir do trabalho no rio, na floresta e na roça a partir da pescaria da coleta de frutos e da agricultura que o canumaense extrai as condições necessárias à sua sobrevivência. Outro aspecto importante do trabalho é relacionado aos aspectos materiais necessários ao acesso e permanência na escola, o valor obtido em dinheiro pela venda da produção excedente camponesa pode contribuir na aquisição de materiais didáticos, e no transporte particular ou socializado dos estudantes quando se deparam com a ausência do transporte escolar gratuito mantido pelo Estado.

A categoria trabalho também norteou a análise sobre o papel desempenhado pela E. E. Nossa Senhora do Rosário, e contribuiu para a verificação de que o modo de trabalho exercido no campo não é priorizado por esta escola, as atividades relacionadas à pesca, coleta de frutos, caça e agricultura são abordadas em momentos e espaços não ocupados pela modalidade da educação por mediação tecnológica.

Em suma, as relações entre trabalho e escola apresentam algumas contradições que se apresentam principalmente na perspectiva de trabalho adotada pela escola que visa principalmente formar estudante para o exercício de um trabalho em um mercado que não expressa a realidade das atividades exercidas no campo, enquanto a escola se situa em localidade camponesa ela se preocupa como a formação para o trabalho urbano e as abordagens sobre o trabalho camponês são raras e pontuais. Dessa forma, a mudança de perspectiva da escola sobre o trabalho impactaria em mudança qualitativa na formação dos estudantes da RDS, que ao abordar o tipo de trabalho que é desenvolvido na UC passará a ter maior aproximação com a realidade canumaense.

Outro aspecto do nosso *modus operandi* analítico foi admissão de categorias a posteriori, mediadas a partir da análise textual discursiva, dessas categorias as principais foram os impactos da RDS e o transporte. Inicialmente os impactos da RDS estavam articulados a pressuposições que nortearam a construção de algumas hipóteses da pesquisa, sem, entretanto, figurar como categoria a priori, ela se demonstrou como categoria a posteriori a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa.

A pressuposição de que os impactos da RDS no contexto do acesso e permanência na escola eram indiretos se confirmou a partir dos depoimentos dos estudantes e educadores, além da não verificação de parcerias entre RDS e escola, ainda que os termos do programa bolsa floresta determinem que as famílias beneficiadas pelo programa mantenham suas crianças matriculadas em escolas próximas, este quesito não é determinante no acesso e frequência, pois é pontual, uma maior influência da RDS no contexto escolar seria mais evidente em ações formativas e profissionalizantes desenvolvidas a partir da corresponsabilidade entre RDS, comunidade e escola.

A partir da análise textual discursiva consideramos, que o transporte se constitui como elemento determinante ao acesso e permanência dos estudantes na escola, e que a precariedade do transporte aliada às grandes distâncias e às dinâmicas do tempo climático das enchentes e vazantes se apresenta como principais desafios para acessar e frequentar a escola, nesse contexto, a nucleação da escola está articulada a esta categoria, é a inexistência da escola (ou de escolas) com a oferta de todos os níveis da educação básica que leva a necessidade de deslocamento e com isso se apresenta os desafios relacionados à distância e a precariedade do transporte escolar. Além disso, os aspectos ligados à continuação da formação escolar e acadêmica e a busca por oportunidades de emprego e trabalho influenciam na saída dos estudantes do campo em direção à cidade.

Em última instância informamos que a presente pesquisa possui limites em função de

seu tempo de execução, das implicações da conjuntura pandêmica e da complexidade do objeto sobre o qual nos debruçamos nesses últimos 2 (dois) anos, assim, a envergadura da investigação apresenta elementos que não puderam ser aprofundados ou ainda deixamos de apresentar outras categorias e totalidades.

Desses limites, enfatizamos que em realidades como a da RDS Canumã a precarização ou ausência do transporte escolar são elementos que apontam a inexistência ou insuficiência da aplicação dos recursos do PNATE, existe a necessidade de que seja explicitado o porquê do não atendimento aos estudantes do campo, o que não foi totalmente alcançado neste trabalho, já que a instituição que gere o transporte dos estudantes da RDS se negou a dialogar conosco.

Outro limite se refere ao aprofundamento dos elementos de privatização que impelem ônus à sociedade, é preciso desmistificar o discurso da carência de qualidade dos serviços públicos. Ademais, a questão dos impactos do tráfico e uso de entorpecentes na escola não foi aprofundada por ser uma questão polêmica, tendo em vista o receio por parte do pesquisador de sofrer retaliações ao tratar esse elemento delicado, mas importante na realidade do campo.

Ademais, não apresentamos nos capítulos trabalhados os elementos encontrados nas visitas exploratórias relacionados à valorização do magistério na RDS Canumã, um desses elementos é o financeiro, pois observamos professores e outros educadores que além do trabalho na escola possuem como atividade a revenda de mercadorias para incremento de renda, porém a partir de nossas experiências com a pesquisa surgiu como pressuposição de que a permanência dos estudantes na escola é perpassada também pela política de valorização do magistério, e, portanto, esta questão precisa ser investigada em pesquisas futuras.

Se este trabalho possui limites, ele também anuncia novas pesquisas, pois reafirmamos a existência da necessidade da continuidade de nossas investigações. As lacunas deixadas pela execução de nosso trabalho nos permitem a construção de perguntas que merecem respostas a partir da construção do conhecimento científico: Quais os elementos que determinam o não atendimento dos estudantes do campo pelo PNATE? Quais os impactos das ações de privatização e diminuição do Estado na vida e trabalho dos camponeses do Amazonas? E por último, a que mais nos interessa para investigações futuras: Quais são os elementos simbólicos e materiais dos percursos formativos e da (des)valorização do magistério na RDS Canumã durante a pandemia da Covid-19?

Por último, bradamos para todos que acessarem esse texto, se quisermos uma educação gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada precisamos lutar pela materialização das políticas públicas que garantam os direitos dos trabalhadores do campo (e da cidade), bem como investigar os elementos e processos que perpassam o atendimento aos direitos dos sujeitos

históricos do Brasil, não perdendo de vista que é responsabilidade do Estado promover o financiamento para que se tenham condições objetivas de trabalho, que o magistério seja valorizado, que se mantenha o transporte escolar, pois ele é elemento essencial da viabilização da permanência na escola.

REFERÊNCIAS

- ABI-RAMIA, Rodrigo de Paula et al. **Posicionamento Brasileiro na América do Sul. Imperialismo e Subimperialismo na Nova República (1990-2016)**. 2020. Dissertação de Mestrado. Rodrigo de Paula Abi-Ramia.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012.
- AB'SÁBER, Aziz; RODÉS, Leopold; ZULAUF, Werner. Projeto Floram e desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 27, p. 307-316, 1996.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- AGENCE FRANÇAISE DE DEVELOPPEMENT (França). **A ajuda ao desenvolvimento**. 2020. Disponível em: <https://www.afd.fr/pt/ajuda-ao-desenvolvimento>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. 2015. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, XI. 2015. **Anais [...]** Vitória. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.
- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis-SP, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis, 2007.
- ALVES, Heleny Ponciano. **A avaliação de impactos ambientais e sua efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas..** 2006. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.
- amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. São Paulo: Annablume. 2010.
- AMIGOS DA TERRA (Brasil). **Lobistas financiados pela Esso tentam sabotar cúpula de Johannesburgo**. 2002. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/index.php.928.html>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7. ed. Revista Ampliada. São Paulo: Cortez; Campinas/SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- AQUINO, Julio Groppa. **Drogas na escola**. Grupo Editorial Summus, 1998.
- ARAÚJO, Fábio França Silvaet; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; SANTOS, Fabiana Pironi dos.t al. **Desafios no financiamento da conservação da natureza no Brasil**. 2009.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 2).

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 79-92, 1999.

ASSIS, Eveline. A UNESCO e a Educação Ambiental. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, 1991.

AZEVEDO, Joana Margarida Borges de. **Práticas educativas ambientais na perspectiva da educação do campo**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BADR, Fernanda Matos; MATTOS, Fernanda Miranda Ferreira. Remuneração pela preservação da floresta em pé: análise do redd e a experiência do programa bolsa floresta no estado do Amazonas. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza: **Anais**, p. 1721-1728, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3688.pdf> Acesso em: 5 ago. 2021.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A política nacional de desenvolvimento regional: da "letra da lei" ao sentido do texto. **Revista de Políticas Públicas**, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2012.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as populações tradicionais-uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 107-126, 2009.

BORGES, Heloisa da Silva. **Formação contínua de professores (as) da educação do campo no Amazonas (2010 a 2014)**. 2015. 203f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

BORGES, Heloísa. da Silva.; VILHENA JUNIOR, Waldemar. Moura. (Org.). **Movimentos Sociais do Campo: Aspectos Históricos, Ideológicos e políticos**. 1. ed. Manaus: UEA e Editora Valer, 2013.

BORGES, Heloísa. da Silva.; BETTIOL, Célia Aparecida (Org.). **Fundamentos da Educação do Campo e Trabalho Pedagógico**. 1. ed. Manaus: Valer/UEA Edições, 2013.

BÖRNER, Jan ; WUNDER, Sven; REIMER, Florian; BAKKEGAARD, Riyong Kim; VIANA, Virgílio, TEZZA, João; PINTO, Thais; LIMA, Luiza; MAROSTICA, Suelen. **Compensação por serviços ambientais, meios de vida e conservação: o Programa Bolsa Floresta**. 2013.

BRAGA, Sérgio Soares. **A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946**. 1997.1946. Princípios, São Paulo, v. 46, 1999.

BRAGANÇA, Daniele. **((o))eco mostra qual foi o presidente que mais criou Unidades de Conservação**. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/28692-o-eco->

mostra-qual-foi-o-presidente-que-criou-mais-ucs/. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRASIL, **Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL, Resolução CNE. CEB. (2002). **Diretrizes educacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL, Senado federal. Constituição. Brasília (DF), 1988.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra**: o movimento social como princípio educativo. Texto produzido para a 23ª Reunião Anual da ANPED—online no site: www.mst.br, 1999.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar. Jorge; CERIO-LI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Org). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas- Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002. p. 18-25.

CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena; CAÑETE, Voyner Ravena. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos Floresta Amazônica Amazonias: revisando conceitos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5. 2010. **Anais...** Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://esmpa.overseebrazil.com.br/imagens/Image/JUIZADOS%20ESPECIAIS/Populacoes%20Tradicionais%20Amazonicas%20Revisando%20Conceitos.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. Brasil. In. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Questão agrária e desigualdades no Brasil**. Reforma Agrária, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Galaxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a Sociedade**. Jorge Zahar Editor Ltda. 2001.

CDB. **A Convenção sobre Diversidade Biológica**. 2006. Disponível em: <https://www.cbd.int/convention/articles/?a=cbd-01>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. Presidente Prudente, f. 357, 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_coca_2016.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

COHEN, Julia Clarinda Paiva et al . Influência do desmatamento sobre o ciclo hidrológico na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 59, n. 3, p. 36-39, Set. 2007 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300015&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 10 Set. 2021.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, abr.001.

CORDANI, Umberto G.; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 399-408, 1997.

COSTA, Anderson Litaiff Feitosa da. **Educação e desenvolvimento regional: evidências para a Região Norte**. 2009. 50 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

COSTA, Liliane Nascimento. **O trabalho docente em uma escola multisseriada de Parintins**. 2018. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/1739> Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, Márcio Macedo. FINANCIAMENTO PARA A RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA NO BRASIL. In: SILVA, Ana Paula Moreira da (Org.); MARQUES, Henrique Rodrigues (Org.); SANBUICHI, Regina Helena Rosa (Org.). **Mudanças no Código Florestal Brasileiro: desafios para a implementação da nova lei**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. 359 p. cap. 9, p. 235-260. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160812_livro_mudancas_codigo_florestal_brasileiro.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

COUTO, Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do. **Qualidade de vida dos usuários do transporte fluvial na Amazônia: acessibilidade e políticas públicas**. 2015. 217 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino dos ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, Brasília: FLASCO, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 23, n. 3, p. x-y, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. **AI-5: O mais duro golpe do regime militar**. 2018. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso: 01 Ago 2020.

DA SILVA, Ronaldo Sérgio; DA SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. Meios de transporte e desenvolvimento regional no estado do Amazonas: uma análise das microrregiões geográficas do Madeira e do Purus. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 2, p. x-y, 2013.

DA SILVA, Tânia Paula. **A crise no mundo do trabalho e o processo de migração campo/cidade/campo**. 2004. Disponível em: <https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/05/artigos/SILVA.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

DAVID, Robert carvalho de Azevedo. **As dinâmicas do transporte fluvial de passageiros no Estado do Amazonas**. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

DE PAULA, Elder Andrade de;MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 35, p. 347-365, jul./dez. 2013.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

DIAMOND, Jared. **Colapso, Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso**. 4. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 50, p. x-y, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617/38436> Acesso em: 07 out. 2020.

DOS SANTOS, Francisco Pinto. Gestão de UCs no Amazonas: avanços e desafios para a conservação ambiental. **Revista Geonorte**, v. 4, n. 11, p. 102-124, 2013.

DREIFUSS, Reñe Armand. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1987.

EM DISUSSÃO. **Revista de Audiências Públicas do Senado Federal**, Brasília, Ano 3 n. 2012. Disponível em: https://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2012_internet.pdf Acesso: 07 de Dez. 2019.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural**. Campinas, 2020. Disponível em: < www.embrapa.br/car >. Acesso em: 19 fev. 2021.

Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário. SEDUC-AM. **Projeto Político Pedagógico**. 2019. (mimeo).

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **Redes (Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.

FARIAS, Aline. **Joe Biden assina volta dos EUA ao Acordo do Clima**. 2021. Disponível em: <https://brasilamazoniaagora.com.br/joe-biden-assina-volta-dos-eua-ao-acordo-do-clima/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FEITOSA, Eveline Ferreira. **As parcerias público-privadas no programa de educação para todos: uma análise marxista**. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7347> Acesso em: 20 out. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Questão agrária e desigualdades no Brasil**. Reforma Agrária. São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, Presidente

Prudente-SP, v. 35, n. 2, p. 41-53, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios na redefinição: local e mundo na América latina. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS LATINO-AMERICANOS, BUENOS AIRES, 6. 1997. **Anais...** Buenos Aires, 1997. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/272.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008.

FERRO, Thiago Andrade Moellmann. **O governo JK e o desenvolvimento econômico brasileiro no período 1956-1961**. f. 74. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira de; Jozane Lima SANTIAGO; Raimundo Barbosa MATOS; Ilzon Castro PINTO. Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 39, p. 279-288, 2009.

FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). **Relatório 2011 De Gestão**. 2011. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2020/03/Projeto-Relat%C3%B3rio-2011-FAS.pdf> Acesso em: 17 ago. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). **Relatório de Atividades 2014**. 2014 Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2020/03/Projeto-Relat%C3%B3rio-2014-FAS.pdf> Acesso em: 17 ago. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). **Relatório de gestão 2008**. 2008. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2020/03/Projeto-Relat%C3%B3rio-2008-FAS.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). **Relatório de gestão 2009**. 2009. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2020/03/Projeto-Relat%C3%B3rio-2009-FAS.pdf> Acesso em: 17 ago. 2020.

GANEM, Roseli Senna et al. **Avaliação ambiental estratégica**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

GHEDIN, Evandro in: **Webinar institucional o PARFOR amazonas. 19-20**. Realização de Universidade Federal do Amazonas, Instituto Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, Plano Nacional de Formação de Professores. Manaus: Canal Ufam, 2020. Color. Disponível em: <https://youtu.be/u8jURQmCoug>. Acesso em: 20 out. 2020.

GHEDIN, Evandro. **Publicações científicas: Reformulação do núcleo Temático do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade federal do Amazonas**. 07-07 de nov. de 2019. 1 p. Notas de Reunião.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Renata Mainenti; GOMES JR, Newton. Questão Agrária atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, Rio de Janeiro, ano 35, v. 1, n. 2, , p. 113-127, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: (as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci). Tradução: Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1996.

GUERRA, Márcia Ferreira. AS POLÍTICAS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: um estudo de caso sobre a cidade do rio de janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15. 2013. **Anais eletrônicos....** Disponível em:

<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/244>. Acesso em: 18 nov. 2020.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

HARTWIG, Marisa. MIGRAÇÃO CAMPO CIDADE: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. 2014 In: **IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas: Desenvolvimento Socioeconômico: Uma abordagem interdisciplinar** Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ce/wp-content/uploads/sites/373/2019/06/Marisa-Hartwig.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; FREITAS, Camila Carla. Morar e viver em Unidades de Conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo. Manaus:[sn], p. 23-62, 2013.

HÖFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

IBGE, **Censo Demográfico**: população urbana e rural. 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=13>> Acesso em: 01 jan. 2021

IBGE, Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/borba/panorama>> Acesso em: 16 fev. 2021.

IBGE. **Borba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/borba/panorama>. Acesso em: 19 nov. 2019.

INCRA. **História do Pronera**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br//pt/credito/66-atuacao/230-historia-do-pronera>. Acesso em: 28 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Desafios do**

desenvolvimento: o que é? - índice de gini. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 18 fev. 2021.

JOAQUIM, Francielen Rose. **Plano de Metas e as conseqüências na industrialização brasileira**. f. 46. Trabalho de Conclusão de Curso (CIÊNCIAS ECONÔMICAS) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119588/283446.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 set. 2020.

JUA, Ildy Penhor Ten. **Para além do PIB**. 2020. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/31968> Acesso em: 15 de fev. 2021.

KATO, Osvaldo; KATO, Maria do Socorro; SÁ, Tatiana de Abreu; FIGUEIREDO, Ricardo. **PLANTIO DIRETO NA CAPOEIRA. Acesso Livre À Informação Científica da Embrapa: (Alice)**. Brasília, p. 99-111. dez. 2004. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/408529/1/Plantiodireto.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LENIN, Vladimir Ilich. **El imperialismo, etapa superior del capitalismo: ensayo popular**. Pepe, 1917.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Gumercindo Souza. **Criação, implantação e manejo de unidades de conservação no Brasil**: Estudo de caso em Minas Gerais, f. 85. Tese (Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003. Disponível em: <https://www.poscienciaflorestal.ufv.br/wp-content/uploads/2020/07/Gumercindo-Souza-Lima.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

LORD, Lucio. Financiamento do transporte escolar e a questão das zonas rurais no Brasil. **Revista da faculdade de educação**, Cáceres - MT, v. 7, n. 9, p. 129-140, 2008.

LOUREIRO, Wilson. ICMS Ecológico: a oportunidade do financiamento da gestão ambiental municipal no Brasil. In: TATAGIBA, Fernando; LEME, Taciana Neto (COORDS.). **Fontes de recursos financeiros para a gestão ambiental pública**: cenários e estratégias de captação para o funcionamento de fundos socioambientais. Brasília: Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, 2008. p. 81-88.

MARINI, Marcos Junior; DA SILVA, Christian Luiz. Desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 8, n. 2, p. 107-129, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2000.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MARX, Karl. Os economistas. **O capital**, v. 1, 1996.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo Editorial, 2015.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MEDEIROS, Terezinha da Silva. **O transporte fluvial e o direito à dignidade da pessoa humana na Amazônia**. 148 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental)- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/1952>>. Acesso em: 15 out. 2020.

MELO, André de Oliveira. **Educar para a sustentabilidade**: a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos - Amazonas. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MENDES, Carolina Borghi; TALAMONI, Jandira Liria Biscalquini. Neoliberalismo e Educação Ambiental: uma leitura crítica sobre as relações público-privadas entre escolas e o agronegócio. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 11, n. 2, p. 67-87, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/4706> Acesso em: 20 out. 2021.

Menezes, Marly Cutrim de. **Políticas educacionais do campo**: Pronera e Procampo no Maranhão. 2013. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MERCOSUL. **Página brasileira do MERCOSUL**. Ano. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MÉSZAROS, István. **A constituição da solidariedade**. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 7-14, 2007.

MONTEIRO, Joana; ROCHA, Rudi. **Tráfico de drogas e desempenho escolar no rio de janeiro**. 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11716/Trafico%20de%20drogas%20e%20desempenho%20escolar.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 set. 2021.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educatico**. São Paulo: Scortecci, 2006.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes De. **Demissão voluntária**: Do sonho de ser empreendedor à realidade do desemprego. Manaus: Edua, 2005.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; DA SILVA, Vanessa Ribeiro. A Educação Profissional nas reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema. In: MOURÃO et al. **A Educação**

Profissional na Região Norte: Reflexões e críticas. Manaus: EDUA, 2013. p. 15-46.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

Nilo Luiz; Mation, Lucas Ferreira; Sakowski, Patrícia Alessandra Morita (2015) : **Impacto do desmatamento sobre a incidência de doenças na Amazônia**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/129913/1/837282837.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NOGUEIRA, Jocélia Barbosa. **Trabalho e educação:** precarização da formação e profissão do pedagogo na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Josildo Severino de; MOURÃO, Maria Helena Carvalho. **Geografia do Amazonas**. Manaus: Editora Grafisa, 2017.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, dez. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso: 10 ago 2020.

PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada:** Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr. 2021.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil:** história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Novas fronteiras e populações tradicionais: a construção de espaços de direitos. **Ateliê geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 1-26, 2007.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014: **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. PNUD Brasil. 2015. 246 p. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200013.html>. Acesso em: 9 jun. 2020.

POMBO, Márcia Ely Bazhuni. Pedagogia social em tempos de pandemia–Covid-19–Projetos Lives e Conectados. Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social–UFF–2020. **Journal of Social Pedagogy**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-3, 2020.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; CHELALA, Charles Achcar; DE ANDRADE, Edvan Barros. O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá. **OLAM-Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 8, n. 2, p. 80-103, 2008.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000.

RATTNER, Henrique. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da história. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 2, n. 14, p. 1-9, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1062:catid=28&Itemid=23#:~:text=O%20fluxo%20or%C3%A7ament%C3%A1rio%20limitado%20para,destas%20%C3%A1reas%20no%20longo%20prazo.. Acesso em: 16 set. 2020.

RIBEIRO, Andreia Couto; JESUS, Wellington Ferreira de. A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, p. 696-710, 2014.

RIBEIRO, Kilsimara Nascimento; LEAL, Gyane Karol Santana; DUTRA; Rosaria Jordão. **TRANSPORTE ESCOLAR E INFÂNCIA DO CAMPO: AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DE UMA ESCOLA NO RIO UAICURAPÁ/PARINTINS-AMAZONAS**. 2019. p. 1-388–416.

RONZANI, Telmo Mota; DA SILVEIRA, Pollyanna Santos (Ed.). **Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar**. Editora UFJF, 2014.

SACHETTI, Bárbara Bongioiolo. **A importância da rotação de culturas para o sistema de plantio direto**. 2020. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Agronomia, Faculdade da Amazônia, Vilhena - RO, 2020. Disponível em: <http://repositorio.fama-ro.com.br/bitstream/123456789/171/1/TCC%20-%20B%c3%a1rbara.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SALDANHA, Paula. **As Amazônias**. Rio de Janeiro: Ediouro 2002.

SANTANA, Julie Catherine Siqueira et al. O uso e produção da energia limpa como método de preservação ambiental sustentável. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 2, p. 99-111, 2020.

SANTOS, Patrícia Dos. **Permanência escolar de estudantes da comunidade Canta Galo-Valença-Bahia**. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2016.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de educação pública**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 72-102, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. 1-13, maio 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Giuliano Alves Borges e; PASSADOR, João Luiz. Educação do Campo: Aproximações Conceituais e Evolução Histórica no Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, Tempe, v. 24, p. 1-14, 2016.

SILVA, Leniara Conceicao Conceição. “OS POBRES CITADINOS DO CAMPO”: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE E A CONTINUAÇÃO DA POBREZA DE MORADORES DA CIDADE DE SANTO ESTEVÃO-BA. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 1416-1432, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26187> Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17/18, p. 61-74, 2016.

SILVA, Simone Souza. **Políticas de formação inicial de professores do campo em Parintins**: contextos e contradições. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003. p. 173.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias [online]. 2006, n.16, pp.20-45. ISSN 1807-0337. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, José Valderí Farias de. **Educação do campo e da floresta**: um olhar sobre a formação docente no Programa Asas da Florestania no alto Juruá/AC. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

SOUZA, Marcela Braga de et al. **Reforma do Estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na Educação Básica**: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ. 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/2061> Acesso em: 20 out. 2021.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária, 1946-2003. Bib. Orton IICA/CATIE, 2005.

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

TAFAREL, Celi Zulke; MOLINA, Mônica Castagna. Política Educacional e Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 569-576

TAFFAREL, Celi Zulke. Políticas públicas, educação do campo e formação de professores para a escola do campo. In: Marcia soares de Alvarenga; Renato Emerson Nascimento; Domingos Nobre; Paulo Roberto Raposo Alentejano. (Org.). **EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: OUTRAS QUESTÕES, OUTROS DIÁLOGOS**. 1ed. Rio de Janeiro - RJ: EdUERJ, 2012, p. 235-262.

TAVARES, Maria Trindade dos Santos. **Da educação rural à educação do campo no Amazonas: rupturas e permanências**. 2018. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes (Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019.

THUM, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande - RS, p. 162-179, 2017. Disponível em: <https://seer.furg.br/remea/article/view/6899/4547> Acesso em: dez. 2020.

UCHÔA, Iraci Carvalho. **Trabalho e Educação do Campo no contexto amazônico: um estudo em uma comunidade camponesa do Médio Rio Solimões**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

VALE (Brasil). **Reparação e desenvolvimento: acordo sela compromisso da Vale com reparação integral de brumadinho e apoio ao desenvolvimento do estado de minas gerais**. Acordo sela compromisso da Vale com reparação integral de Brumadinho e apoio ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Acordo-sela-compromisso-da-Vale-com-reparacao-integral-de-Brumadinho-e-apoio-ao-desenvolvimento-do-Estado-de-Minas-Gerais.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2021.

VALENTE, Maiane da Silva; MONTEIRO, Eldieni Martins; FREITAS, Lesly Pacheco; GOMES, Viviane Teles. **Os desafios da educação do campo: uma abordagem sobre o transporte escolar na E.M.E.F. Jadielson de souza moraes no município de Cametá/Pará**. Arte da capa: Caped Capa: Comissão científica Editoração, 2019 p. 49-56 in: ENCONTRO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, 4., 2018, Abaetetuba - Pa. Educação e compromisso social. Abaetetuba-Pa: Universitária Campus de Abaetebuba, 2019. Disponível em: <https://www.cubt.ufpa.br/publicacoes/eventos/Ebook%204%20Eped.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas - SP, v. 27, p. 121-135, 2007.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa RO. **A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975.

VIANA, Virgílio.; TEZZA, João.; SOLIDADE, Valcécia; MAROSTICA, Suelen; SALVIATI, Victor; SOARES, Afrânio. Impactos do Programa Bolsa Floresta: uma avaliação preliminar. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1703>. Acesso em: 6 set. 2021.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Notas sobre a migração campo-cidade e a monocultura no Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 189-209, 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/39181> Acesso em: 20 out. 2021.

VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia; IGUTI, Aparecida Mari. **UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ISO 14000** In: **4º Congresso Latino Americano de Ergonomia e 8º Congresso Brasileiro de Ergonomia**, 1997, Florianópolis. [...], 1997. v. 1. p. 243-247.

VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. **A política de educação do campo entre o pensado e o praticado**: um estudo sobre convênio UEA/INCRA/PRONERA (2004/2008). 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

Disponível em: <

<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3175/1/Waldemar%20Moura%20Vilhena%20Junior.pdf> > Acesso em: 27mar. 2021.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio+ 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 01-18, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Regime Militar e a Projeção Internacional do Brasil: Autonomia nacional, desenvolvimento econômico e potência média/1964-1985**. São Paulo: Grupo Almedina, 2020.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho. Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

APÊNDICE I – Roteiro para elaboração de formulário para estudantes e Educadores

Pesquisador: Janderson Braganca Ribeiro

Orientadora: Camila Ferreira da Silva

Roteiro de formulário para Estudantes/Educadores

Considerações sobre a entrevista em profundidade

Propõe-se que a discussão dos temas não ultrapasse 5 minutos; o entrevistador deve estar atento sobre a discussão de temas que surgem quando o(a) entrevistado(a) discute outro, de maneira a avaliar se é realmente necessário sua abordagem; recomenda-se a intervenção do entrevistador para a proposição dos temas, mudança dos temas, encorajamento do entrevistado, e que o trato com os questionamentos permita ao entrevistado uma resposta mais analítica, descritiva ou reflexiva.

Momento inicial

- 1) Iniciaremos com uma conversa mais informal, cumprimentando o(a) entrevistado(a), buscando encorajá-lo(a) ao diálogo;
- 2) Reapresentaremos a pesquisa, seus objetivos e demonstraremos como o(a) entrevistado(a) poderá contribuir para a pesquisa;
- 3) Explicitaremos o que é a entrevista aberta e como ela ocorrerá: Abordaremos temas geradores pré-definidos e buscaremos as exposições das ideias sobre esses temas geradores, por se tratar de uma entrevista em profundidade ela admite que novos temas possam surgir durante a entrevista.

Temas geradores

Visão geral sobre a escola

- Percepções sobre a atuação e o papel dessa instituição social;
- Conexões com a própria experiência escolar do(a) entrevistado(a).

Imagem dos sujeitos escolares

- Imagem dos educadores (se for estudante);
- Imagem dos estudantes (se for educador).

Relações entre a escola e a vida do campo

- Relação das aulas com o contexto de vida do campo;
- Relação da escola com o trabalho do campo;
- Papel da escola na formação profissional;
- Locomoção dos estudantes até a escola;
- Relação estudante-escola frente à dinâmica das águas.

Permanência

- Perspectiva de permanência na escolarização formal da educação básica ao nível superior;
- Possíveis migrações para a cidade para estudos e/ou trabalho (motivos, experiências, perspectivas, escolhas familiares).

A Reserva, a vida cotidiana e a escola

- Impacto da criação da reserva na vida cotidiana;
- Impacto da criação da reserva na vida escolar.

Encerramento/Considerações finais

Pergunta de fechamento: Existe algo que o(a) senhor(a) queira dizer além daquilo que já discutimos hoje?

APÊNDICE II – Formulário para alunos

Onde o(a) Senhor(a) morava no período entre 2005 a 2015?9 respostas

Vila de Canumã

Lago do tucunaré /Fazenda Deus me deu e Nova Olinda

Vista Alegre

Foz do canumã

Canumã/Borba até 2014

Vila de Canuma

Vila de canumã

Canuma

Na Comunidade Vista Alegre, no Rio Paraná do Usará, que situa-se na área do município de Borba.

Qual o período/data que o(a) Senhor(a) estudou na E.E. Nossa Senhora do Rosário?10 respostas

2013/2018

20015

2004/2012

2018

2000 a 2008

2009 á 2013

2015

2005 à 2007

8 ano

Formei em 2010

Visão geral sobre a escola

Qual o Papel da Escola Nossa Senhora do Rosário para a sua comunidade?9 respostas

Muito boa,mais poderíamos ter em nossa comunidade

Ótimas evolui muito

Tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças e na construção da cidadania.

Importante

Da educação

Importante, pois ela é a única que tem o ensino médio por lá

Estruir aulo para mercado

Prepara crianças e jovens para o futuro

A escola tem papel fundamental no quesito EDUCAÇÃO, porque na minha comunidade não há ensino fundamental e nem médio.

Como foram suas experiências educacionais nesta escola?10 respostas

Otimas

Ótimas, mais as aulas poderiam ser interativas

Otima

Foi muito boa na época na qual aprendi e adquirir muitos conhecimentos .

Boas

Das melhores

O ensino bem a baixo do nível.

Meu português

Minhas experiências foram boas no sentido de acolhimento, porém, no sentido de ensino, acredito que ainda deixe muito a desejar. Primeiro que não sou a favor de ensino tecnológico, isso não contribui muito com o aprendizado do aluno, na minha opinião. Por muitas vezes havia queda de energia e ficávamos sem aula, problemas com os aparelhos e acabávamos ficando sem aulas por dias e assim sucessivamente.

Imagem dos sujeitos escolares

Qual sua opinião sobre a atuação dos professores da E. E Nossa Senhora do Rosário?10 respostas

Poderiam interagir mais com os alunos aulas mais dinâmicas

Muito elevado

Ótimos

Otima

Não muito boa

Eles eram muito atenciosos com os alunos mesmo o ensino lá sendo transmitidos de Manaus

Ótimos professores

Os professores precisam se melhor preparado e ter suporte para desenvolverem seus trabalhos.

Top

À atuação em si é muito subjetiva, bom, durante minha passagem pela escola, percebi e percebo que os professores deveriam mudar seus métodos de ensino. Poderiam trazer mais o lúdico pra sala de aula para que não fique aquela aula densa de todos os dias. Trabalhar com seminários semanais, ou ao menos uma vez ao mês, orientar os alunos sobre vestibulares e os tipos de cursos, para que haja interesse desse aluno(a) a querer entrar para uma Universidade etc.

Qual sua opinião sobre a atuação da Gestora da E. E Nossa Senhora do Rosário?10

respostas

Excelente trabalho, nunca tive problemas

Faz um ótimo trabalho

Ótima

Péssima

Boa

A Gestora da escola sempre fez o melhor pelos alunos, então acho ela boa para o cargo

Boa

Ela desempenha um trabalho bom de qualidade mas precisa passa por treinamentos para gerir pessoas.

Legal

Uma atuação com postura. Todavia, uma nova coordenação faria toda diferença. Não acha?

Qual sua opinião sobre a atuação dos demais funcionários da escola?10 respostas

Todos excelentes funcionários

Fazem ótimos serviços

Otimos

Otima

Regular devido que acho que teria que ter mais conhecimentos na área .

Se começar pela cantina eu não tenho nada para reclamar sobre, mas os funcionários sempre deixaram a escola do jeitinho que era pra ser

Todos responsável

Todos tem feitos seu papel diante das circunstâncias que é trabalha sem ser notado.

Boas

Uma equipe muito boa na época, todos respeitosos e profissionais.

Relações entre a escola e a vida do campo

Suas aulas abordavam de alguma forma o contexto do local onde o(a) Senhor(a) vivia/vive?10 respostas

Sim

Sim

Algumas vezes

Não, a aula era transmitida de Manaus, e muitas das vezes não tinha nada haver com o lugar onde morávamos

Sim totalmente

Muitas pouca vezes fazíamos trabalho escolar com temas local.

Não que eu me recorde com clareza, mas acredito que sim.

A referida escola abordava de alguma forma o trabalho no Canumã (caça, pesca, agricultura, artesanato etc.)?10 respostas

Sim

Sim

Pecuária agricultura

Sim ,,nos três quesitos caça pesca,e artesanato

Não que eu me lembre

Em geral

Não pois os temas abordados sempre eram de livros cujo os autores renomados.

Não sei

Hum... muito raramente. Não me recordo muito bem, lembro-me dá pesca por conta do Festival do Jaraquí.

Qual o papel desta escola para sua formação Profissional?9 respostas

Escola boa, só poderia melhor as aulas Até agora nada

Educar me ajudar futuramente no mercado de trabalho

Exelente

De educar no desenvolvimento de cada aluno

Foi um papel importante, mas poderia ter sido melhor

Uma boa escalo para minha formação

O papel é leva o conhecimento mais longe possível para que outras alunos possam seguir o caminho da aprendizagem.

Tecnologia

Papel de base para o meu aprendizado.

Fale sobre locomoção da sua comunidade até a escola.10 respostas

Íamos de barco

Barco

Íamos de catráia,como era chamado nesse tempo.

Catraia

Antes tinha que andar a pé pela estrada no ano de 2007 que foi ter um barco na qual conduzia os alunos pois mesmo assim tínhamos dificuldades nos dias de chuva sendo que o barco corria perigo no rio .

Eu morava em uma comunidade próximo, então íamos de barco ou canoa até onde fica a escola, era cerca de 30 á 40 minutos

De rapeta

Muito precárias, sempre foi o desafio chegarmos até a escola, as vezes não tinha nem transporte por mais de meses. Sempre dependemos do bom senso de algumas pessoas para chegar até a escola muitas das vezes arriscando a própria vida atravessando rio.

Boa

Canoa com rabeta, barco e às vezes de pé (andando) por caminhos.

A dinâmica das águas, do rio, da chuva influenciava de alguma forma a sua relação com a escola? Se sim, como?9 respostas

Influenciava sim, por conta do vento ou "banzeiro" muito forte As perdíamos trabalhos importante por esse

Sim muito cansativo pra chegar

Sim!pois onde morávamos era várzea,quando ficava cheio,a dificuldade era maior no transporte escolar

Sim algumas vezes devido o risco de naufrágio tempestade fortes por muitas vezes o barco nem se deslocava

Algumas vezes influenciava sim, quando era época de chuva várias vezes faltei pq o rio não estava tão calmo pra ir para escola. Ou acabei ficando sem livro por alguns dias pq acabou molhando.

Sim tinha que fica em casa

Sim! Tempos de vazante o rio sempre fica mais perigoso por conta de temporais pedras no rio e tudo fica com maior distância.

Sim

Sim, tanto positivamente, quanto negativamente. Por exemplo, se chovia muito nos impedia de chegar até a escola e positivamente, porque era mais rápido indo de canoa próprio do que ir andando por terra.

Permanência (escolar e/ou no campo)

O(a) senhor(a) pensava em prosseguir ou prosseguiu os estudos após concluir o ensino fundamental ou médio? (Cursar faculdade, curso profissionalizante). fale um pouco sobre isso⁹ respostas

Sim

Sim! Ainda estou buscando começar faculdade

Ainda penso, em cursar uma faculdade, mais no momento trabalho por conta própria.

Sim claro concertesa eu pensava dali em diante quando terminasse o estudo prosseguir me formar em alguma profissão.

Sim, ainda penso.

Sim! Sempre sonhava em fazer tudo valer apenas pois os desafios foram muito longo.

Sim, sempre pensei, mesmo que a escola não me trouxesse muito conteúdo sobre esses dois quesitos que vc colocou.

O(a) Senhor(a) mudou-se de sua comunidade para cidade? Por quê?¹⁰ respostas

Não

Falta de oportunidade

A procura de trabalho.

Por quê la não tinha como fazer uma faculdade ou trabalhar

Devido o estudo pra continuar e também falta de trabalho no local

Sim, mudei. Porque o ensino lá não era algo que eu fosse aprender fácil, era como estudar EAD, tínhamos o professor presencial mas nem tudo que passava ali era da área do nosso professor e isso dificultava muito a aprendizagem dos alunos

Pra fazer faculdade

Sim! Em busca de maior conhecimento e experiência de vida para melhorar se preparar.

Oportunidades

Sim, mudei p/Goiânia. Por conta dos estudos mesmo.

A Reserva, a vida cotidiana e a escola

A Criação Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã teve algum impacto na sua vida cotidiana? Se sim, como?⁸ respostas

Não

Não teve tanto, ainda era muito criança então eu não entendia direito o que estava acontecendo.

Sim

Não existe reserva sustentável pois não atingi os quatro pilares.

Não

Reserva é algo muito abrangente, acredito que pegue um todo. Talvez tenha tido impacto mais na vida dos meus pais positivamente do que na minha. Nunca ouvir falar especificamente de reserva em algum momento da minha vida.

A Criação Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã teve algum impacto na sua vida escolar? Se sim, como?⁸ respostas

Não

Não

Não

Como eu disse antes, eu era muito criança pra saber o que estava acontecendo. Mas pelo que minha mãe fala foi muito bom pra comunidade ter essa reserva, apesar de alguns moradores até hoje não respeitarem.

Sim

Talvez eu não consiga responder especificamente, sobre.

Considerações finais

Existe algo que o(a) senhor(a) queira dizer além daquilo que já disse neste formulário?⁸ respostas

Não

Não

Não, acho que não

Em preciso que os governantes façam políticas bíblicas para melhor atender essas escolas incentivando as crianças jovens à não desistirem do seus estudos.
Não! Desde já, gratidão! Boa aprovação no seu projeto de pesquisa.

APÊNDICE III – Formulário para educadores

Questões iniciais

Onde o(a) Senhor(a) morava no período entre 2005 a 2015?3 respostas

Foz do Canumã Borba Am

Comunidade Vila da Foz do Canumã

Em Foz do Canuma Municipio de Borba Amazonas

Fale um pouco sobre formação Escolar (Nível de escolaridade, onde se formou etc.)3 respostas

Pós graduação em gestão escolar

Sou formada no Curso Normal Superior , pela Universidade do Estado do Amazonas.

Sou formado em Magistério bacharelado no curso Normal Superior Pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Qual o período que o(a) Senhor(a) Trabalhou na E.E. Nª Senhora do Rosário? E qual sua Função?3 respostas

Trabalho há 30 anos na referida escola

Trabalho na Escola Estadual Nossa Senhora do Rosario ha 23 anos. Sou professora , trabalho 40h.

Trabalho nesta escola desde março de 96, iniciei como auxiliar administrativo e hj e desde 97 na função de professor.

Visão geral da escola

Qual o Papel da Escola Nossa Senhora do Rosário para as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã?3 respostas

Receber os alunos q estão inseridos na área da RDS e sensibiliza los sobre o seu futuro para melhorias de vida.

O papel da escola é receber esses alunos e dar o apoio necessário para que esses alunos tenham aprendizagem satisfatória.

A escola tem o papel de orientar seus alunos para o processo de preservação do ambiente.

Busca valorizar educação ambiental como subsídio para a sobrevivencia mas de maneira planejada para não comprometer o meio ambiente.

Qual o papel desta escola para a formação Profissional dos alunos da RDS

Canumã?3 respostas

Encaminha los para um bom estudo e com isso serem cidadãos promissores

A escola tem a preocupação em preparar os alunos incentivando- os para crescer profissionalmente e orientando para escolha de uma profissão.

A escola viabiliza meios para que eles tenham disposição para saber escolher o que eles realmente querem, através de palestras e orientações em sala de aula.

Como o(a) Sr(a) avalia o papel da educação por Mediação Tecnológica para os alunos das comunidades da RDS Canumã?3 respostas

Excelente projeto de educação por mediação tecnológica

Avalio como excelente, pois são aulas que obedece um cronograma, os conteúdos são ministrados por professores formados na área específica.

O ensino mediado por tecnologia busca alcançar os mais distantes alunos possíveis levando uma educacao de qualidade Onde todos tem a oportunidade de se expresar por isso diria que é uma ótima educação.

Imagem dos sujeitos escolares

Qual sua opinião sobre a atuação dos professores da E. E. Nossa Senhora do Rosário?3 respostas

Buscam incentivar um futuro promissor através da educação.

Analsando os anos anteriores, temos professores muito competentes em suas funções, mas há momentos que nos deparamos com professores ociosos.

Os professores atuam de maneira responsável e procuram sempre respeitar as diferenças.

Qual sua opinião sobre a atuação dos profissionais de Gestão da E. E. Nossa Senhora do Rosário? (Gestora, pedagoga, secretário)³ respostas

Excelentes.

A escola possui somente gestora e secretário, e ele tem trabalhado com transparência e forma democrática.

Falar apenas de gestão uma vez que não temos pedagogos mas a gestora e dinâmica busca deixar seus funcionários livres para executarem seus trabalhos cobrando-os quando tem algo errado.

Qual sua opinião sobre a atuação dos demais funcionários da escola?³ respostas

Boa

Todos atuam cumprindo suas funções com eficiências.

Otima a atuação deles cada um procura fazer seu trabalho de maneira eficiente e responsável .

Fale um pouco sua prática pedagógica/profissional na escola³ respostas

Acolher os alunos,ouvi los e conduzir os conteúdos de acordo com a necessidade de cada um. A minha formação é na área da Educação Infantil e Séries Inicias durante todos esses anos é muito gratificante ver alunos aprendendo e ver eles se formando profissionalmente, isso nos mostra que as nossas metas São alcançadas.

Trabalho com lingua portuguesa e Matematica no quinto, dois componentes que pra .imprimir são essenciais sem os quais os alunos não teriam compreensão de outros componentes.

Como o(a) Senhor(a) percebe os Estudantes residentes das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã?³ respostas

Ativos e sonhadores.

Não entendi muito bem a pergunta, mas percebemos através das informações da secretaria.

Tem uma certa dificuldade alguns são ótimos mas outros tem dificuldades de aprender ou não conhecem as operações matemáticas. OutrA dificuldade e o transporte escolar.

Relações entre a escola e a vida do campo

As aulas abordavam de alguma forma o contexto do local onde os(as) estudantes vivem/viviam?³ respostas

Sim,sempre falamos sobre a realidade local.

Sim, apesar de aulas serem por mediação tecnológica, Sempre há uma atividade que eles podem retratar o local em que vivem.

As aulas de geografia são sempre voltadas para essas atividades.

A referida escola abordava de alguma forma o trabalho na RDS Canumã (caça, pesca, agricultura, artesanato etc.)? Como?³ respostas

Sim,através de projetos q estão inseridos no plano de ação da Escola

Sim, através de realização de projetos desenvolvidos pela escola.

Em temas transversais. Festival da escola, apresentações de painéis etc.

A dinâmica das águas, do rio, da chuva influenciava de alguma forma a relação dos estudantes da RDS com a escola? Se sim, como?³ respostas

Sim,pois na época de chuva e enchentes fica difícil eles virem a escola.

Sim, na maioria das vezes a chuva impede que os alunos cheguem até a escola.

Não.

Permanência (escolar e/ou no campo)

A que o(a) Sr(a) atribui a saída dos alunos de suas comunidades para viverem na cidade?³ respostas

Ingressar numa faculdade em busca de melhorias

Ele saem para ingressar a uma faculdade.

A oportunidade de trabalho.

O(a) senhor(a) percebia alunos que pensavam em prosseguir ou lembra de alunos que prosseguiram os estudos após concluir o ensino fundamental ou médio? (Cursar faculdade, curso profissionalizante).³ respostas

Sim.

Sim, temos muitos alunos que saíram do seu lugar para ingressar numa faculdade, é um ponto muito ressaltado por nós professores, incentivamos irem em busca de seus objetivos. Sim não só percebia como já sabia aqueles que no futuro iam prosperar.

A Reserva, a vida cotidiana e a escola

O(a) Sr(a) considera que a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã teve algum impacto na vida cotidiana dos alunos? Se sim, como?3 respostas
Não sei.

No momento, não sei responder.

Não.

O(a) Sr(a) acredita que a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã teve algum impacto na vida escolar dos alunos? Se sim, como?3 respostas

Não sei informar.

Não sei.

Não.

Considerações finais

Existe algo que o(a) senhor(a) queira dizer além daquilo que já disse neste formulário?3 respostas

Não

No momento, não.

Desejo sucesso para vc que a sua pesquisa Seja muito proveitosa e que vc tenha sucesso na sua dissertação

APÊNDICE IV – Roteiro para formulário dos moradores da RDS Canumã

Pesquisador: Janderson Braganca Ribeiro

Orientadora: Camila Ferreira da Silva

Roteiro de Formulário para Moradores da Reserva

Considerações sobre a entrevista em profundidade

Propõe-se que a discussão dos temas não ultrapasse 5 minutos; o entrevistador deve estar atento sobre a discussão de temas que surgem quando o(a) entrevistado(a) discute outro, de maneira a avaliar se é realmente necessário sua abordagem; recomenda-se a intervenção do entrevistador para a proposição dos temas, mudança dos temas, encorajamento do entrevistado, e que o trato com os questionamentos permita ao entrevistado uma resposta mais analítica, descritiva ou reflexiva.

Momento inicial

- 1) Iniciaremos com uma conversa mais informal, cumprimentando o(a) entrevistado(a), buscando encorajá-lo(a) ao diálogo;
- 2) Reapresentaremos a pesquisa, seus objetivos e demonstraremos como o(a) entrevistado(a) poderá contribuir para a pesquisa;
- 3) Explicitaremos o que é a entrevista aberta e como ela ocorrerá: Abordaremos temas geradores pré-definidos e buscaremos as exposições das ideias sobre esses temas geradores, por se tratar de uma entrevista em profundidade ela admite que novos temas possam surgir durante a entrevista.

Temas geradores

O Rio Canumã

- Discussão sobre o rio Canumã (uso do Rio, papel para a comunidade).

A vida no Canumã e sua ancestralidade

- O Trabalho no Canumã;
- O cotidiano (homens, mulheres, crianças);
- Visão sobre a floresta;
- Visão sobre a matriz indígena do Canumã.

A criação da RDS

- A necessidade da criação da RDS;
- Participação nas reuniões, consultas sobre a RDS;
- Criação da RDS (memória individual e coletiva).

Visão sobre a RDS

- Imagem sobre a associação dos moradores e usuários da RDS;
- Impacto da criação da RDS na vida e trabalho;
- Perspectiva sobre o impacto da criação da RDS na vida escolar dos estudantes;
- Impacto da RDS na permanência [ou saída] dos jovens no Canumã.

Encerramento/Considerações finais

Pergunta de fechamento: Existe algo que o(a) senhor(a) queira dizer além daquilo que já discutimos hoje?

APÊNDICE V – Formulário para moradores da RDS Canumã

Onde o Sr(a) Morou no Período entre 2005 e 2015?3 respostas

No período de 2005 à 2007 em Manaus apartir de maoi de 2007 mudei para a Vila de Canumã onde permaneço até hoje

Morei no Distrito de Canumã até 2009, daí fui morar na comunidade Vila de Canumã, a mais antiga do município de Borba.

Vila de Canuma

A vida no Canumã e sua ancestralidade

Qual o papel e a importância do Rio Canumã para os moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã?3 respostas

O rio é a principal fonte de renda para os moradores que aqui habitam, a maioria da população vive do pescado além de ser a única via para transporte

O papel do rio Canumã é manter pesca artesanal, principal fonte de renda da região

Proteger nossa floresta

De onde o(a) Senhor tira seu sustento? E que outras atividades o(a) Senhor(a)

realiza?3 respostas

Eu trabalho com vendas. Esta é a única atividade que tenho

Posso dizer que sou multifuncional hoje trabalho numa empresa privada, mas tenho meu sítio onde plantamos roça(mandioca), horta, além de criar pequenos animais(porco, pato,galinha) e também sou pescador.

Do pescado

Como é seu dia a dia? Conte um pouco do que você faz durante um dia normal.3

respostas

A vida no campo não tem muito oque descrever. Saio com mercadoria e catálogo para visitar os clientes faço cobrança e cuidado da casa despois que chego da rua a noite visito minha mãe

Em um dia normal acordo cedo preparo o café da manhã e vamos fazer o trabalho diário que é alimentar os animais, fazer irrigação da horta em período não chuvoso, daí vamos pra roça, no final da tarde alimenta os animais novamente, pego a malhadeira e vou pescar.

Trabalho com venda de salgado feito da nacacheira qui vem da rossar

Para você, qual a importância da floresta da RDS Canumã no seu dia a dia?3 respostas

A floresta é fundamental para que nosso clima continue fresco e de la podemos ter frutos para comer e Madeira para construção de nossas casas

Nossa floresta nos ajuda principalmente no período de extrativismo do açaí, castanha do Brasil, além de fornecer madeira pra construção de nossas casas.

Todos bom

Qual o papel dos Munduruku na sua formação, cultura e costumes e do Canumã?3

respostas

Munduruku é a minha etnia então faz parte da minha vida da minha história

O papel dos Munduruku é manter vivo em nós a missão de preservar nossa reserva, vivendo uma cultura de se extrair somente o necessário para nosso sustento.

Todas aGricutura e tudo qui tem na floresta proteção

Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável -RDS- Canumã

Na sua opinião existiu alguma necessidade para a criação da RDS Canumã?3 respostas

Sim. Com a criação da reserva diminuiu a derrubada em massa da nossa floresta. Hoje ainda existe muito a extração ilegal de madeira mais não como antes...

A principal necessidade da criação da RDS Canumã é justamente a preservação dos recursos naturais, principalmente o Jaraqui peixe que era abundante no rio Canumã que ao passar dos anos vem diminuindo, pela pesca predatória, atraindo pescadores até de outros estados no casa o Pará.

Sim .motivo conhecer para melhor auto consumir sem destruir a natureza

O(a) Senhor(a) foi consultado(a), convidado(a) a participar das reuniões sobre a criação da RDS Canumã? Como ocorreram essas reuniões e consultas? Conte um pouco do que você lembra dessas reuniões. 4 respostas

Não fui convidada. Na época da criação eu ainda estava estudando quando voltei ja havia sido criado a RDS

Sim, fui convidado e participei ativamente, inclusive na organização do espaço onde aconteceu as reuniões, o ano era 2005 mês de abril do ano citado foram feitas as consultas a domicílio. Das oficinas qui tem

Sim. algumas participei e uma dessas reuniões tive a oportunidade de participar de oficina referente a inclusão do cartão bolsa floresta. O msm explicava sobre preservação e conservação dois itens muito importante para os moradores da RDS.

Como o(a) Senhor(a) se recorda do momento de criação da RDS Canumã? 4 respostas

Lembro-me que foi na gestão de Eduardo Braga em pleno festival do jaraqui foi dado a canetada Canumã se tornou uma RDS moradores da comunidade Foz do Canumã não aprovaram a idéia fizeram um abaixo assinado pedindo a exclusão da área da comunidade acima citado a ser retirado da reserva ao excluirem Foz ouve um erro e excluíram a Vila de Canumã ...

No começo muitos não queriam, no início da consulta muitas pessoas não quiseram participar, quando começou as oficinas(reuniões) que foram ditos os benefícios, colocado em questão o objetivo que é de preservar mesmo que isso não aconteça na prática, foi decidido por maioria a necessidade de criar a RDS, foram três dias de oficina encerrando dia 22 de maio de 2005 em pleno Festival do Jaraqui este que é o maior símbolo de expressão cultural do Canumã.

Foi otimo nunca ninguém fez isso por nos

Apertir do momento em q participei dessa oficina acima citada

O(a) Senhor(a) foi consultado(a), convidado(a) a participar das reuniões sobre a criação da AMURDESC (Associação de Moradores e Usuários da RDS Canumã)? 4 respostas

respostas

Sim. Sou sócio fundador da AMURDESC

Fui convidado mas não participei, pois não estava na comunidade questão de trabalho.

Sim

Sim .mas ñ pude participar

O que o(a) Sr(a) lembra das reuniões sobre o Estatuto da AMURDESC (Associação de Moradores e Usuários da RDS Canumã)? 4 respostas

A reunião para a criação do estatuto foi na Vila do Abacaxi e foram convidados todos das comunidades que fazem parte da RDS e o primeiro presidente foi o Beбето hoje novamente presidente

?

Proteger a floresta conservar

Ñ participei direramente

Visão sobre a RDS Canumã

Na sua opinião qual o papel da Associação de Moradores e Usuários da RDS Canumã (AMURDESC) para a sua comunidade? 4 respostas

Muito bom através da associação conseguimos bons projetos para a nossa comunidade A associação tem a função de nos representar legalmente em todas as esferas, além de nos orientar sobre nosso modo de cuidar da nossa reserva.

Proteger a flotesta

Os usurários RDS Canuma para terem direitos devem se associar e assim os comunitários poderem ter direitos aos benefícios q a comunidade precisa

A criação da RDS Canumã teve algum impacto na sua vida e no seu trabalho? O que mudou daquele momento até hoje? 4 respostas

Não

Fala verdade não teve impacto, teve algumas mudanças por exemplo através da RDS tiramos o documento do nosso sítio, fiz alguns cursos de formação voltado pro extrativismo.

Tudo pq agora ninguém corta uma madeira de mata vigi

Na minha vida ã teve nenhum impacto e nem no meu trabalho.A mudança é q a comunidade recebe ajuda da fundação Amazônia sustentável para os moradores da RDS canuma

O(a) Senhor(a) considera que a criação da RDS Canumã teve impactos na vida escolar dos estudantes da E.E Nossa Senhora do Rosário? Se sim, quais foram?4

respostas

Não

Não, no meu ponto de vista não vejo.

Nao

Acredito q ã

Na sua opinião a criação da RDS Canumã teve impactos na permanência [ou saída] dos jovens no Canumã?4 respostas

Não

Não houve impacto na permanência nem na saída.

Sim alguns qui foram fazer curso através da RDS

Ñ nenhuma

Considerações Finais.

Existe algo que o(a) senhor(a) queira dizer além daquilo que já discutimos hoje?4

respostas

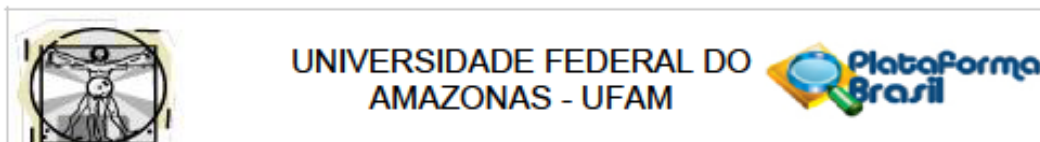
Não

Como falei algumas pessoas não queriam a criação da RDS por isso alguns anos depois, um grupo de pessoas pediram que fosse refeito a redemarcação da área pertencente a RDS, pois brigamos pela criação do nosso município e isso implicaria negativamente para essa criação, daí retiraram um parte no qual está localizado a sede do Distrito de Canumã.

Queremos pessoas capacitadas pra levantar mas nossa comunidade como um bom pedagogo qui nao temos obrigado por tudo

Sim.De todas as discussões acredito q para realmente sempre haver mudanças sobre determinadas discussões devem sempre está acontecendo palestras de conscientização para as pessoas aprenderem valorizar o meio onde vivem,e assim conservarem melhor o q temos.

ANEXO I – PARECER DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO CANUMÃ-AM (2005-2015)

Pesquisador: JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38892620.6.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.368.777

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como proposta um estudo sobre as políticas públicas de acesso e permanência na escola na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã-AM, seu objetivo geral consiste em analisar os impactos das políticas públicas de acesso e permanência à educação básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da RDS Canumã (2005-2015). Os objetivos específicos traçados são: relacionar o direito ao acesso e permanência na escola no contexto amazônico à educação do campo e ao desenvolvimento regional; reconstruir sócio-historicamente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã a partir de documentos e depoimentos de moradores da Reserva; verificar o papel da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário no tocante ao atendimento à comunidade que vive na RDS Canumã; discutir os desafios do acesso e da permanência na escola com educadores e estudantes da RDS Canumã. O desenho metodológico construído para o desenvolvimento da investigação parte do método Materialismo Histórico-Dialético e da abordagem qualitativa, ao passo que institui uma pesquisa de natureza básica e do tipo exploratória – as estratégias e instrumentos fundamentam-se no uso da pesquisa bibliográfica e documental, para a frente de dados secundários, e de pesquisa de campo e realização de entrevistas em profundidade, para a frente dos dados primários. No âmbito da pesquisa bibliográfica trabalharemos com as publicações ligadas direta e indiretamente ao tema da pesquisa, no sentido de produzir uma síntese de como a literatura especializada vem pensando as questões cruciais a este projeto e ainda buscar-se-á construir um diálogo com os/as

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

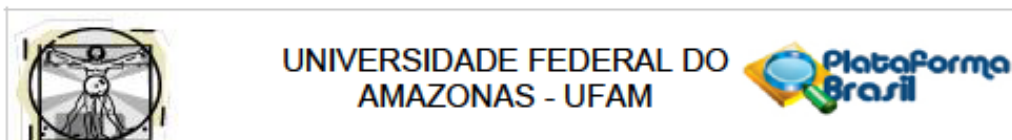
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

autores/as que têm se ocupado com temas correlato à educação do campo, políticas públicas para a educação básica, desenvolvimento e as especificidades da região amazônica. Já a frente da pesquisa documental, tratará do levantamento, categorização e análise dos documentos sobre a criação e desenvolvimento da RDS, seus processos relacionados à escola, ao acesso e à permanência dos estudantes residentes na reserva em questão. A pesquisa de campo contará com visitas à reserva e à escola estadual supracitada e a realização de entrevistas em profundidade, as quais serão construídas com questões não estruturadas previamente e passarão pelos processos de gravação, transcrição, categorização e análise – esta última etapa será realizada com base na Análise Textual Discursiva. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa serão divididos em dois grupos, o primeiro referente aos moradores que de alguma forma estiveram envolvidos com o processo de criação da reserva, e o segundo grupo composto pela comunidade mais diretamente envolvida nos processos escolares.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os impactos das políticas públicas de acesso e permanência à educação básica sobre a Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário na primeira década da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã (2005-2015).

Objetivo Secundário:

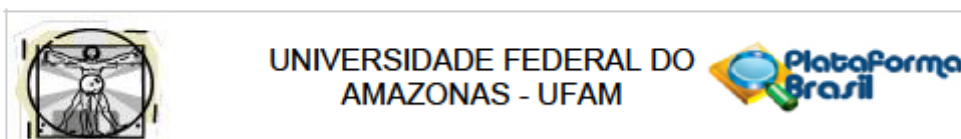
Relacionar o direito ao acesso e permanência na escola no contexto amazônico à educação do campo e ao desenvolvimento regional; Reconstruir sócio-historicamente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã a partir de documentos oficiais e de depoimentos de moradores da Reserva; Verificar o papel da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário no tocante ao atendimento à comunidade que vive na RDS Canumã; Discutir os desafios do Acesso e da Permanência na escola com Educadores e Estudantes da RDS Canumã.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Consideramos que a pesquisa se propõe a tratar diretamente com seres humanos está sujeita a ocasionar riscos àqueles que se voluntariam a participar e, assim, é crucial que a preocupação com tais riscos esteja presente desde o planejamento da investigação. A partir disso elencamos a possibilidade de alguns riscos existentes para os sujeitos da pesquisa: Emergência de dúvidas em relação ao que se propõe a pesquisa; insegurança referente a emissão de suas opiniões que denotem partido contrários as políticas das instituições as quais pertencem e como elas serão

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



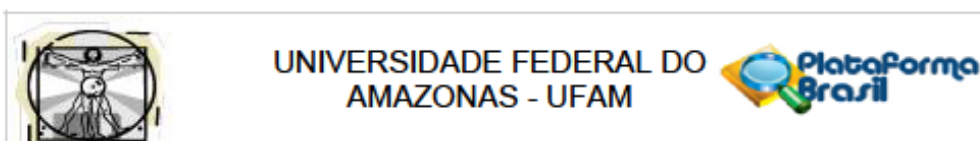
Continuação do Parecer: 4.368.777

tratadas, vinculadas ou publicadas. A fim de minimizar esses riscos, apresentaremos anteriormente ao TCLE os objetivos da pesquisa, garantiremos o anonimato quanto suas declarações referentes ao trato e publicações científicas, resguardaremos o direito a desistência da pesquisa em qualquer momento por parte do sujeito da pesquisa, sem necessária justificativa. Além disso, a conjuntura da Pandemia do Corona vírus trás consigo um grande risco de contaminação tanto para os sujeitos da pesquisa quanto para o pesquisador, considerando isso até 31 de dezembro de 2020, a Nota Técnica Of. Circ. Nº009/ PROPESP/UFAM e às orientações do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19) suspendem "As atividades de Pesquisa com seres humanos, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas. Entretanto, o mesmo documento assegura a possibilidade de continuação segundo uma excepcionalidade: Of. Circ. Nº009/ PROPESP/UFAM parágrafo único inciso IV sessão sobre atividades de pesquisa alínea c. "As atividades de Pesquisa, da Iniciação Científica ao Curso de Doutorado, possíveis de serem realizadas na forma remota, podem ser mantidas". Dada essa possibilidade e a fim de garantir que seja resguardada a saúde e segurança dos sujeitos da pesquisa se recorrerá as Tecnologias da Informação e Comunicação dessa maneira garantido o distanciamento social. Além disso, os documentos das instituições que fazem parte desta pesquisa serão solicitados via e-mail, quando da possibilidade de visita ao campo para observação, será levada em consideração as recomendações da OMS e dos órgãos de saúde do Amazonas, fazendo-se o uso de mascarar, mantendo o distanciamento social e a constante higienização das mãos. E por último estendendo -se a suspensão das atividades com seres humanos como descrito anteriormente a visita in loco não será desenvolvida ou ainda, não havendo o "achatamento da curva" de contágio e de óbitos do corona vírus a atividade de visita in loco será suspensa independentemente da autorização da Universidade Federal do Amazonas.

Benefícios:

Enquanto benefícios da pesquisa assumimos que: a) ela contribuirá no campo científico a construção de conhecimento sistematizado sobre um cenário educacional específico dentro do contexto amazônico; b) proporcionará aos sujeitos da pesquisa, uma melhor compreensão sobre o contexto em que ele se insere, seus direitos enquanto sujeito do campo e a própria reflexão sobre sua trajetória.

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

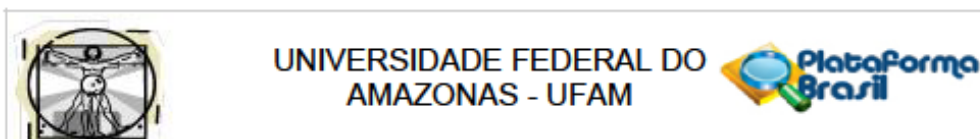
Desenho:

O desenho teórico-metodológico que traçamos para a presente proposta de pesquisa é fruto de um exercício de tomadas de decisões que buscou encontrar os caminhos mais acertados para o cumprimento dos objetivos geral e específicos que dão sustentação ao nosso projeto, bem como para possibilitar uma mirada aprofundada com relação ao nosso objeto de estudo. A realidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã/AM será tomada à análise por meio do impacto das políticas públicas de acesso e permanência à escola no cenário recente. Este escopo levou-nos a delinear o design da investigação da seguinte forma: trata-se de uma pesquisa de natureza básica, do tipo exploratória, tal pesquisa pautada na abordagem qualitativa e no método do Materialismo Histórico-Dialético; elege como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo com a aplicação de formulário online com perguntas abertas e os exercícios de tratamento e análise dos dados, que fará uso da análise textual discursiva como técnica. O escopo da pesquisa demonstra a sua inserção no universo das políticas públicas, sendo as políticas públicas de acesso e permanência como foco em um contexto que dialoga com as políticas de desenvolvimento regional sustentável. Elegemos o método do Materialismo Histórico-Dialético, pois, nos possibilita uma análise sobre os impactos destas políticas em comunidade tradicional na atualidade a partir de uma superestrutura. Para tanto, a pesquisa bibliográfica e documental em conjunto com a pesquisa de campo se complementarão de modo ser possível o estudo da realidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã/AM em sua totalidade, admitindo que o método introyetado no desenho da pesquisa admite adoção de categorias a priori e a permite também a adoção de categorias a posteriori a análise Textual Discursiva como técnica possibilitará de maneira mais concisa o trato com as categorias emergentes, sendo assim complementar ao método proposto.

Metodologia Proposta:

A pesquisa proposta situa-se no campo da Educação e, do ponto de vista epistemológico, adota a perspectiva Marxiana, a qual segundo Alves (2010) possui uma concepção filosófica que assume a matéria como substância primeira e última de qualquer ser ou fenômeno do universo onde a realidade é a matéria em movimento, tomando como método o Materialismo Histórico e Dialético que para Triviños (1987) estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, toma a abordagem qualitativa como a mais adequada aos objetivos aqui traçados. Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, correspondendo a processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Tal abordagem busca compreender os

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

processos que perpassam a formação humana dos estudantes da RDS Canumã atendidos pela E.E. Nossa Senhora do Rosário e educadores no período de 2005 a 2015, considerando dois blocos de depoimentos, a saber: i) relacionado às experiências educacionais dos sujeitos, escolares e cotidianas no contexto da vida no campo; e ii) relacionado à reconstrução sócio-histórica da própria RDS segundo a memória dos seus moradores que participaram de reuniões e consultorias sobre a implementação desta reserva. Não foram encontrados dados estatísticos sobre a população desta reserva, contudo, a partir do plano de Gestão desta unidade de conservação é possível observar que sua criação visa o atendimento a 500 famílias de pequenos produtores rurais (AMAZONAS, 2005). Este dado é, portanto, crucial para o planejamento ligado à determinação da nossa amostra. Considerando a abordagem qualitativa a amostragem se dará por adesão segundo os blocos de depoimentos anteriormente descrito: Estudantes e educadores, e, moradores que acompanharam a implementação da RDS. O recrutamento ocorrerá tanto via institucional no caso da escola como da indicação dos ex alunos para ex alunos com mesmo perfil por meio de rede pessoal, e a partir do contato com as famílias dos personagens da reconstrução histórica da RDS. A operacionalização da pesquisa se dividirá em três fases, sendo elas complementares entre si, desse modo temos: 1) Pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2008) é centrada em conhecimento científico anteriormente produzido e levantamentos de documentos que segundo Gil (2008) se diferencia da pesquisa bibliográfica pois ainda receberam ainda um tratamento analítico externos referentes à RDS e a escola; refino dos instrumentos de pesquisa necessários à investigação proposta; Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, a submissão ao exame de qualificação proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e feitura de ajustes propostos pela banca de qualificação. 2) Pesquisa de campo após aprovação do Comitê de Ética com o primeiro contato com, os sujeitos do campo, e as instituições que compõem o objeto de pesquisa; levantamento dos documentos internos das instituições da RDS Canumã; apresentação da proposta de investigação aos sujeitos da pesquisa e convite para participação na pesquisa; no lócus buscaremos realizar uma observação do contexto da organização da comunidade da RDS e da relação com a escola; realização das entrevistas. 3) A terceira fase se destinará aos processos de sistematização, interpretação e análise dos dados coletados, que serão antes organizados segundo classificações referentes às suas origens – um primeiro rol referente aos documentos primários, e um segundo referente aos dados primários. Precederemos à aplicação da Análise Textual Discursiva (ATD), ancorada em Moraes, e Galiazzi (2007). E, por fim, passaremos à síntese das análises, buscando a conclusão da pesquisa segundo o enfoque do Método Histórico-Dialético. Por último, o pesquisador Janderson Bragança Ribeiro é

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

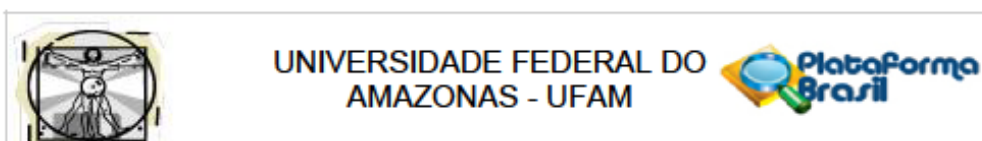
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

responsável por todas estas fases, compreendendo a sua orientadora a atuação no acompanhamento e aprimoramento do design metodológico.

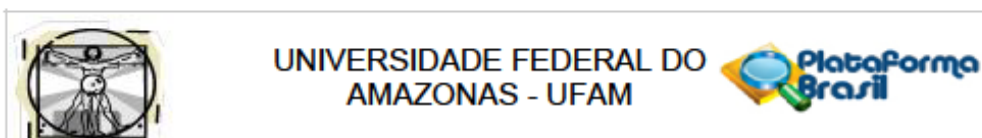
Hipótese:

As hipóteses levantadas dialogam com pressupostos assumidos considerando o problema e o diálogo com a literatura especializada em consonância com experiências vivenciadas por parte do pesquisador quando do acesso a UC, são elas: a) de que as políticas de desenvolvimento regional sustentável não impactam significativamente e diretamente a permanência dos estudantes da RDS Canumã na escola, b) as variáveis ligadas ao distanciamento da escola das comunidades em que vivem os estudantes são fatores a ser considerados como impactantes no acesso e permanência a escola; c) O trabalho na vida comunitária dos alunos impacta significativamente na permanência ou evasão na vida escolar). Sobre o pressuposto de que políticas de desenvolvimento regional sustentável não impactam significativamente e diretamente a permanência dos estudantes da RDS Canumã na escola, pois esse não é o objetivo fundante de uma UC. Nesse sentido, pressupomos que medidas referentes ao acesso e permanência a escola são secundários para a Reserva, dessa forma os impactos no acesso e permanência a escola são indiretos. b) O contexto amazônico é permeado por características diversas, como a densidade demográfica, as distâncias entre as comunidades, rica bacia hidrográfica que condiciona o transporte hidroviário como meio principal de locomoção, considerando estas características pressupomos que as variáveis ligadas ao distanciamento da escola das comunidades em que vivem os estudantes são fatores a ser considerados como impactantes no acesso e permanência a escola. c) O trabalho é uma das principais categorias assumidas pela teoria Marxiana que compõe o método abordado pela pesquisa proposta, dessa forma, o trabalho em seu sentido ontológico permeia as relações entre a vida em comunidade do estudante e a vida escolar, além disso, a preparação para o trabalho está presente no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dessa maneira pressupomos que ele (o trabalho) influencia nos processos relacionados ao acesso, a permanência, e mesmo a evasão a escola. Ressaltamos que o surgimento das hipóteses no contexto da presente pesquisa não se destina a tentativa de submetê-las a prova para verificar se são falsas ou verdadeiras, mas sim, se busca através delas a criação de guias para a pesquisa que podem sofrer alterações no âmbito do desenvolvimento da pesquisa e pela pesquisa podem ser alteradas.

Critério de Inclusão:

Ao levarmos em consideração os dois grupos que farão parte da pesquisa de campo aqui traçada, emergiu a necessidade de criar critérios de inclusão próprios para cada um desses grupos. Considerando a questão da pandemia da Covid-19, e uma exploração inicial sobre as condições de

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

comunicação na RDS os sujeitos da pesquisa serão abordados por meio de convite eletrônico através de e-mail, whatsapp e compartilhamento dos sujeitos já contatados pelo pesquisador.

Grupo 1: frente de reconstrução histórica da RDS

Ser residente na RDS Canumã no período entre 2005 e 2015;

Ter participado de ações referentes à criação da RDS Canumã;

Ser trabalhador/aposentado na RDS Canumã.

Ter mais de 18 anos no momento de Criação da RDS

Grupo 2: frente de análise dos impactos das políticas de acesso e permanência na escola de educação básica

Ser residente na RDS e ser estudante do ensino fundamental no período proposto na pesquisa;

Ser estudante da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário matriculado no período proposto na pesquisa;

Ser professor da Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário no período proposto na pesquisa.

Ter mais de 18 anos no período de execução dessa pesquisa.

Critério de Exclusão:

Do mesmo modo, para a definição dos critérios de exclusão foi preciso pensar as especificidades dos dois grupos de sujeitos com os quais trabalharemos na pesquisa de campo.

Grupo 1: frente de reconstrução histórica da RDS

Ser atravessador no rio Canumã;

Ser proprietário de barcos pesqueiros; Assumindo que a implementação da RDS não visava beneficiar os grupos acima descritos, e que os proprietários de barcos pesqueiros e atravessadores não desempenham atividade direta na reserva mais sim na comercialização dos frutos do trabalho dos camponeses da RDS.

Fazer uso regular de drogas/fármacos que alterem seu sistema nervoso;

Apresentar idade acima de 80 anos, em função da potencial apresentação de dados imprecisos sobre a história da RDS.

Ser indígena Residente na RDS.

Grupo 2: frente de análise dos impactos das políticas de acesso e permanência na escola de educação básica

Estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental até o último ano do período proposto pela pesquisa (2015);

Professores da E. E. Nossa Senhora do Rosário que residiam em Nova Olinda do Norte no período proposto na pesquisa, posto que tais sujeitos, ao somente trabalharem na escola e residirem em

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

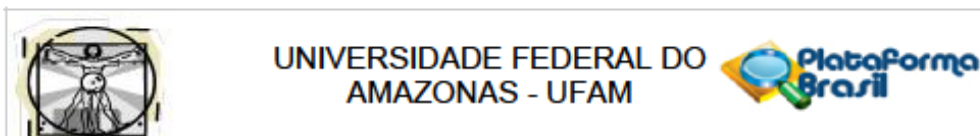
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

outro município, não experienciavam a vida na RDS Canumã.

Ser aluno Indígena da referida escola.

Metodologia de Análise de Dados:

A análise dos dados tomando a abordagem qualitativa perpassa por processos e produtos centrados no sujeito da pesquisa; Elementos produzidos pelo meio do sujeito; Processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social do sujeito; Dentro do pólo epistemológico elegido, a composição desses processos a serem analisados constituem a triangulação dos dados segundo Triviños 1996. Dessa maneira, o exercício em relação aos dados elenca como estratégia Relação, Reconstituição, Verificação e Discussão, na busca de uma visão sobre o objeto em sua totalidade, de tal forma que os objetos que constituem os processos relacionados à temática não sejam vistos e analisados de maneira estanque, mas sim, correlacionados, de maneira dialética, dialogando com os processos históricos que permeiam as relações sociais em que estão presentes os sujeitos/objetos da presente pesquisa.

Desfecho Primário:

O desfecho primário considera as influencias das políticas publicas em educação no tocante ao acesso, a permanência e evasão na escola, tendo em vista a compreensão dos processos que impactam a vida escolar dos estudantes da RDS Canumã/Am, bem como os possíveis impactos das políticas da RDS no acesso e permanência a escola.

Tamanho da Amostra no Brasil: 20

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Trata-se de uma Pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação FAGED/UFAM, intitulada "EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO CANUMÃ-AM (2005-2015)". Sob a orientação da Profa Drª Camila Ferreira da Silva, do mestrando Janderson Bragança Ribeiro. Estudo de natureza básica, do tipo exploratória, tal pesquisa pautada na abordagem qualitativa e no método do Materialismo Histórico-Dialético; elege como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo com a realização de entrevistas em profundidade e os exercícios de tratamento e análise dos dados, que fará uso da análise textual discursiva como técnica. O escopo da pesquisa demonstra a sua inserção no universo das políticas públicas, sendo as políticas públicas de acesso e permanência como foco em um contexto que dialoga com as políticas de desenvolvimento regional sustentável. Elegemos o método do Materialismo Histórico-Dialético, pois, nos possibilita uma análise sobre os

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

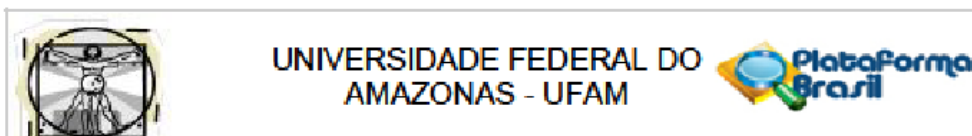
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

impactos destas políticas em comunidade tradicional na atualidade a partir de uma superestrutura. Concerne ao Protocolo submetido à avaliação pelo CEP registra-se da documentação obrigatória o que segue:

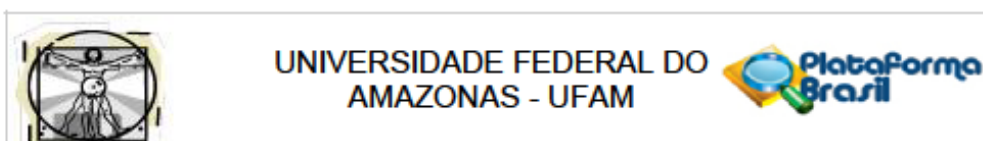
- a) FOLHA DE ROSTO: APRESENTADA E ADEQUADA
- b) PROJETO DE PESQUISA BÁSICO: APRESENTADO E ADEQUADO
- c) TCLE/MORADORES: APRESENTADO E ADEQUADO
- d) TCLE/COMUNIDADE ESCOLAR: APRESENTADO E ADEQUADO
- e) TERMO DE ANUÊNCIA E.E. NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: APRESENTADO E ADEQUADO.
- f) TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 023/2020 DA SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS (SEMA), DEPARTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (DEMUC): APRESENTADO E ADEQUADO (autorizando o pesquisador a realizar a coleta de dados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã no período de agosto de 2020 a fevereiro de 2021).
- g) RISCOS: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- h) BENEFÍCIOS: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- i) CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- j) CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- k) INSTRUMENTOS DA PESQUISA: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- l) CRONOGRAMA: APRESENTADO E ADEQUADO
- m) ORÇAMENTO: ADEQUADO (orçamento próprio no valor de R\$ 1.824,24)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, somos de parecer pela **APROVAÇÃO** do projeto, pois o pesquisador **CUMPRIU INTEGRALMENTE** com as determinações da Resolução 486/12 no que concerne aos termos de apresentação obrigatória, acima mencionados.

Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 486/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê **NÃO SOBREPÕE** eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais. Pesquisas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas devem atender ao estabelecido no Of. Circ. Nº009/PROPESP/2020/2020/PROPESP/UFAM e às orientações do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19):

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefons: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

"As atividades de Pesquisa com seres humanos devem ser suspensas, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas".

É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1605740.pdf	14/10/2020 23:20:25		Aceito
Outros	formulariomoradores.pdf	14/10/2020 23:19:54	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Outros	formulariocomunidadeescolareducadores.pdf	14/10/2020 23:19:21	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Outros	formulariocomunidadeescolarialunos.pdf	14/10/2020 23:19:01	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCompleto.docx	14/10/2020 22:53:15	JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO	Aceito
Brochura Pesquisa	Riscos.docx	14/10/2020 22:52:37	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	resumo.docx	14/10/2020 22:52:23	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	Desenho.docx	14/10/2020 22:52:05	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	14/10/2020 22:51:17	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	10criteriodeexclusao.docx	14/10/2020 22:50:34	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	9CriteriodeInclusao.docx	14/10/2020 22:50:25	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	8MetodologiaProposta.docx	14/10/2020 22:50:11	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	14/10/2020 22:49:04	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	tclemoradores.docx	14/10/2020 22:48:26	JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

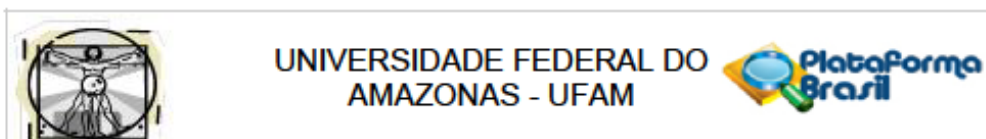
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

Ausência	tclemoradores.docx	14/10/2020 22:48:26	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleestudantes.docx	14/10/2020 22:48:03	JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoufam.pdf	29/09/2020 07:43:09	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Outros	CamilaFerreiradaSilva.pdf	02/08/2020 00:50:14	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Outros	RoteirodeEntrevistaabertaparamoradore s.docx	02/08/2020 00:30:14	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Outros	RoteirodeEntrevistaabertaparaEstudante seEducadores.docx	02/08/2020 00:29:56	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AUTORIZACAOOSEMA.pdf	02/08/2020 00:28:30	JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciaescola.pdf	02/08/2020 00:23:29	JANDERSON BRAGANCA RIBEIRO	Aceito
Orçamento	19orcamento.docx	02/08/2020 00:21:16	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	20Referencias.docx	02/08/2020 00:12:33	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	16Detalhamentodefontessecundarias.do cx	01/08/2020 23:49:36	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	15Tamanhodaamostra.docx	01/08/2020 23:49:13	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	14Desfechoprimario.docx	01/08/2020 23:47:31	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	13metodologiadeanalisedosdados.docx	01/08/2020 23:47:10	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	12Beneficios.docx	01/08/2020 23:46:56	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	7Objetivosecundario.docx	01/08/2020 23:45:45	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	6Objetivoprimario.docx	01/08/2020 23:45:32	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	5Hipotese.docx	01/08/2020 23:44:51	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	4Introducao.docx	01/08/2020 23:44:43	JANDERSON BRAGANCA	Aceito
Brochura Pesquisa	2Palavras.docx	01/08/2020 23:44:17	JANDERSON BRAGANCA	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

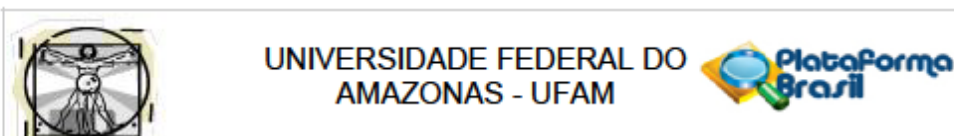
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.368.777

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 29 de Outubro de 2020

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com